



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Mariana Shinohara Roncato

***Dekassegui, cyber-refugiado e working poor:
o trabalho imigrante e o lugar do outro na sociedade de
classes***

CAMPINAS

2013



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Mariana Shinohara Roncato

Dekassegui, cyber-refugiado e working poor: o trabalho imigrante e o lugar do outro na sociedade de classes

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Mariana Shinohara Roncato, e orientada pela Prof. Ricardo Luiz Coltro Antunes

Orientador

Campinas, SP
2013

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

R666d Roncato, Mariana Shinohara, 1982-
Dekassegui, cyber-refugiado e working poor : o trabalho imigrante e o lugar do outro na sociedade de classes / Mariana Shinohara Roncato. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Trabalho. 2. Imigrantes. 3. Trabalhadores estrangeiros - Japão. 4. Trabalho migratório. I. Antunes, Ricardo, 1953-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Dekassegui, cyber-refugee and working poor : immigrant labor and the place of the other in class society

Palavras-chave em inglês:

Labor

Immigrant

Foreign workers - Japan

Migrant labor

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Mestra em Sociologia

Banca examinadora:

Ricardo Luiz Coltro Antunes [Orientador]

Elísio Estanque

Fábio Kazuo Ocada

Data de defesa: 20-09-2013

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

Mariana Shinohara Roncato

Dekassegui, cyber-refugiado e working poor: o trabalho imigrante e o lugar do outro na sociedade de classes

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado em Sociologia defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 20/09/2013

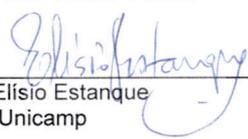
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes
(orientador)



Prof. Dr. Fábio Kazuo Ocada
Unesp



Prof. Dr. Elísio Estanque
DS/IFCH/Unicamp

SUPLENTES:

Prof. Dr. José Dari Krein(IE/Unicamp)

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço (DS/IFCH/Unicamp)

Setembro/2013

ERRATA: Onde se lê "Elísio Estanque", leia-se "Elísio Guerreiro do Estanque"


Prof. Dra. Eliane Moura da Silva
Coordenadora da Comissão de Pós-Graduação
IFCH/UNICAMP
Matrícula: 237752

201413833

RESUMO

Esta pesquisa buscou compreender a especificidade do lugar que o trabalho imigrante dekassegui ocupa na sociedade de classes japonesa. O fenômeno dekassegui tem como característica a burocratização do fluxo migratório e a migração seletiva decorrente da ancestralidade nipônica destes sujeitos. Esta particularidade se reflete em garantia de algumas condições razoáveis de subsistência, não obstante, não se traduz em relações de trabalho estáveis, incorrendo em uma inserção em nichos de trabalho reservados aos imigrantes desqualificados. Paralelamente, desde a década de 1990, as relações e condições de trabalho dos japoneses tendem a expansão da informalidade, aumento do *turnover*, rebaixamento salarial, *part time job*, entre outras condições laborais degradadas antes pouco expressivas. Foi realizada uma pesquisa de campo com dekasseguis retornados pós-crise econômica de 2008 para melhor compreensão do impacto da crise em suas vidas. À luz destas considerações, algumas questões que norteiam pesquisa são: a relação do dekassegui com a classe trabalhadora japonesa, a diferença étnica como fator diferenciador e a classe social como elemento que os assemelha.

Palavras-chave: Trabalho imigrante; dekassegui; classes sociais; etnia

ABSTRACT

This research sought to understand the specificity of the place that immigrant labor Dekassegui occupies in Japan class society. Dekassegui phenomenon is characterized by the bureaucratization of the migration and selective migration resulting from Japanese ancestry. This peculiarity is reflected in reasonable conditions of subsistence, however, this peculiarity does not deprive them of into informal jobs and labor insertion in unskilled immigrant niches. Meanwhile, since the 1990s, the labor relationships and conditions of the Japanese working class tend to expansion of informality, increased turnover, lower wages, part time job, and other employment conditions not very evident over the past few decades. A field research was carried out with dekasseguis returned after 2008 economic crisis to better understand the impact of the crisis in their lives. Through these considerations, some questions that guide this dissertation are: the relationship between Dekassegui and the Japanese working class, ethnic difference as a differentiating factor and social class as an element that resembles.

Keywords: Immigrant labor; *Dekassegui*; Social Classes; Ethnicity

À minha mãe, meu pai e ao Antônio.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer os entrevistados desta pesquisa que gentilmente cederam seu precioso tempo, alguns inclusive abrindo as portas de suas casas, como de outros que em seu único dia de folga, se abalaram de suas casas para a entrevista e narrar suas histórias de vida migrante. Graças a estas pessoas pude compreender e refletir um pouco mais sobre a condição do imigrante.

Ao meu orientador, professor Ricardo Antunes, que desde o início do Mestrado foi o maior incentivador desta pesquisa. Meus sinceros agradecimentos à sua generosidade e solidariedade, não somente comigo, mas com todas as pessoas ao seu redor. Seu compromisso com a classe trabalhadora e a análise desta são ensinamentos constantes.

Meus agradecimentos aos funcionários da Unicamp. Especialmente aos bibliotecários do IFCH, aos trabalhadores terceirizados que mantém a estrutura necessária ao funcionamento do Instituto, às bibliotecárias do IEL, particularmente à funcionária Cida do IEL, a antiga secretária Cris e ao Daniel da Sociologia.

Aos professores Fernando Lourenço e Fábio Ocada pela participação na banca de qualificação e acompanhamento da pesquisa. Ao prof. Fábio, que acredito partilhar esta angústia de ser um migrantólogo e partícipe desta história feliz e conturbada que é a relação Brasil-Japão. Para mim, seus trabalhos são referência, assim como suas contribuições foram essenciais. Ao prof. Fernando pelo ensinamento do método em pesquisa de campo, principalmente relativo às particularidades em pensar “o que é migrar”? Sua contribuição e generosidade são exemplos.

Ao professor Elísio Estanque, que me ajudou na banca de defesa e contribuiu com uma rica bibliografia sobre a temática. Muito obrigada!

Aos professores da Graduação na Universidade Estadual de Londrina que ajudaram tanto em minha formação inicial. Meus agradecimentos especiais aos professores Ary, Zé Flávio, Ileizi, Ângela e Sávio!

Ao professor Sedi Hirano da USP, que mesmo sem me conhecer, gentilmente abriu sua sala de estudos e me concedeu uma verdadeira aula sobre a história da migração nipo-brasileira. Meus agradecimentos pela atenção e cordialidade em compartilhar seus conhecimentos.

Aos funcionários das bibliotecas Sainte-Geneviève e Centro Georges Pompidou em Paris, onde durante seis meses tive a oportunidade de ter como local de estudo.

Ao professor Jesus Ranieri por me aceitar em seu grupo de pesquisas d'O Capital, l que me ensinou muito. À professora Rosana Baeninger, que logo no início de minha pesquisa tive a oportunidade de ter o contato com a temática rica que é a migração.

Aos colegas do grupo de estudos d'O Capital do prof. Jesus que me inspiram bastante.

Aos companheiros do grupo de pesquisa do prof. Ricardo Antunes. Sem a presença de vocês todo o trabalho teria sido muito mais difícil. Meus sinceros agradecimentos pela leitura crítica de meu texto, pelas contribuições e por toda a dinâmica própria do grupo que consegue conciliar rigor e solidariedade. Principalmente Michaëlle, Iuri, Franck, Festi, Fagner, Tábata, Marcílio e Márcio. Obrigada!

Às minhas amigas migrantólogas, Patrícia, Renata, Fernanda e Lidiane. Com todos os obstáculos que tivemos na preparação da Revista, trabalhar com vocês sempre fez tudo mais leve, divertido e uma troca de reflexões. Meu especial agradecimento a minha amiga Patrícia!

Agradeço aos meus amigos, cada um a sua maneira dando suporte emocional e auxílio intelectual nesta longa jornada, por vezes solitária que foi o momento de escrita da dissertação. Ao Santo, grande colega de casa, à Katiani, minha recente grande amiga e mulher forte, à Lívia, outra mulher inspiradora e primeira pessoa a me ajudar nesta UNICAMP, à Marcela, companheira constante desde a graduação. Todo meu agradecimento aos outros grandes amigos, que, além da amizade tenho imensa admiração: Danita, Murillo, Ana, Vivi, Sinuê, Melancia, Gisele, Samantinha, Emiliano, Jú, Natália, Bruna, Rosário, Angeles, Maryanne, Natsuko, Rapha, Luciana, Renato, Dona Agostinha e Márcio (in memoriam).

Quero agradecer especialmente minha família. Minha mãe, que sempre será meu maior exemplo de pessoa por sua generosidade, senso de justiça, solidariedade e imenso coração. Ao meu pai, que mesmo tendo visões de mundo tão distintas, por acreditar em mim, sempre torcendo por tudo o que acontece. A total liberdade para poder seguir o caminho que eu quisesse de forma independente são os melhores ensinamentos que pude ter de vocês. Á minha avó, que sei que mesmo de longe está sempre apoiando. Ao meu avô (in memoriam) que certamente seria o maior entusiasta de minha pesquisa. Ao Antônio, meu companheiro de longa data que me faz gostar tanto de nossa rotina, fazendo dela os dias mais felizes. Obrigada a vocês em especial!

Por fim, meus agradecimentos a CAPES pelo apoio financeiro, sem o qual a realização desta pesquisa não teria sido possível.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	19
CAPÍTULO I. O EMIGRANTE: MOBILIDADE DO TRABALHO, BRASILEIROS RUMO AO JAPÃO.....	33
1. 1. Dekassegui: sair de seu lugar de origem a trabalho.....	33
1.1.1 Emigração: a busca do trabalho encontra suas origens?	35
1.2 Controle migratório, Reforma da Lei de Migração japonesa e seus bastidores..	57
1.3 Capitalismo Japonês, toyotismo e o migrante	69
CAPÍTULO II: O IMIGRANTE: PERMANÊNCIAS, COTIDIANO E ESTRUTURA SOCIAL.....	89
2.1 Kaisha: a fábrica japonesa recebe brasileiros	89
2.1.1 O modelo japonês e o imigrante.....	90
2.1.2 Condições de trabalho do dekassegui.....	93
2.2 Kaisha: a fábrica japonesa e a informalidade	118
2.2.1 O eclético universo da informalidade japonesa	119
2.2.2 O lugar da informalidade.....	125
2.2.3 Individualismo, o eco da informalidade.....	133
2.3 Para além do <i>Kaisha</i> : sociedade japonesa recebe os imigrantes.....	139
2.3.1 O estilo de vida japonês e o consumo	147
CAPÍTULO III: O DEKASSEGUI: CLASSE TRABALHADORA E DIFERENCIAÇÕES SOCIAIS.....	153
3. 1. No contexto da crise atual.....	153
3.1. 1 Volta e/ou permanência dos dekasseguis?	158
3. 2 O novo modelo japonês	179
3.2.1 O <i>working poor</i> japonês: <i>cyber-refugiados</i> e <i>hiyatoi</i>	182

3.2.2 Classe trabalhadora japonesa: diversas matizes, semelhantes ressonâncias	192
3.3 O lugar do trabalho imigrante no capitalismo japonês	200
3.3.1 Classe social e suas clivagens: gênero, raça/etnia.....	203
3.3.2 O lugar do dekassegui no atual capitalismo japonês.....	212
CONSIDERAÇÕES FINAIS	221
REFERÊNCIAS	231
ANEXO	243
QUESTIONÁRIO	245

APRESENTAÇÃO

O objeto desta pesquisa são os trabalhadores imigrantes brasileiros que residem no Japão, mais conhecidos como dekasseguis. Pretende-se pesquisar – tendo a crise econômica de 2008 como pano de fundo – quais são suas condições de trabalho para saber o lugar que ele ocupa no atual momento do capitalismo japonês. Os sujeitos entrevistados para esta pesquisa são dekasseguis que retornaram do Japão após a crise econômica de 2008, movidos pelas dificuldades financeiras, desemprego, medo da crise nuclear, entre outras razões. Através das leituras que tratam da temática, da compreensão sociológica, como da entrevista de campo no relato dos dekasseguis, objetiva-se saber o lugar que o *outro estrangeiro* ocupa na sociedade de classes japonesa.

A emigração de brasileiros rumo ao Japão é dotada de uma particularidade quando comparada a outros fluxos migratórios internacionais. Por se tratar de uma migração exclusivamente de nikkeis (descendente de japoneses) e seus cônjuges, assume um caráter de migração documentada, “não ilegal”, diferentemente de outros países de capitalismo central com alta concentração de imigrantes.

Este movimento migratório com a suposta proximidade étnica pode incorrer em reflexos bastante específicos para a população dekassegui. Por um lado, por ser uma migração de “seus próximos” e a característica da “legalidade”, incorre em um fluxo mais burocratizado, numa permanência razoavelmente estabilizada do ponto de vista legal, com auxílio de diversas instâncias para facilitar (e lucrar com) o fluxo, como agências de turismo, acordos bilaterais entre países, redes sociais institucionalizadas, entre outros. Por outro lado, esta particularidade de migração não se traduz em uma melhor inserção no mercado da força de trabalho, fazendo com que estes imigrantes, em sua maioria, fiquem circunscritos a trabalhos de tipo não qualificado nas fábricas, com relações de trabalho flexíveis, informais, em condições fisicamente desgastantes, jornadas longas, trabalhos considerados pesados, repetitivos, com turnos sempre alternados, entre outras condições precarizadas.

A crise financeira de 2008 parece ter sido o momento onde as relações de trabalho instáveis e flexíveis demonstraram com maior clareza seus efeitos negativos para os imigrantes, uma vez que a demissão de trabalhadores terceirizados e informais, como era o caso deles, foram às relações de trabalho que mais sofreram impacto. Praticamente todos os entrevistados desta pesquisa disseram ter sofrido algum reflexo negativo da crise, seja pelo desemprego seu ou de familiares, ou mesmo a diminuição de horas-extras, fator essencial para quem emigra com o objetivo de “juntar dinheiro”.

Paralelamente, desde a década de 1990, na economia japonesa ocorre o surgimento de diversas frações da classe trabalhadora que vivenciam condições de trabalho distintas de outrora. Tal como os *dekasseguis*, esta fração de classe tampouco possui alternativas a não ser aceitar contratos de trabalho temporários¹, flexíveis, sem estabilidade e seguridades sociais, como também houve um declínio salarial evidente. Exemplos desta nova situação são: o *arubaito*² (trabalho de tipo temporário e informal) entre os jovens; os *part-time-job* entre jovens e donas de casa; os terceirizados (*haken*); os *one call workers*³ e os fenômenos como dos *freeters* (jovens que vivem somente de trabalhos informais e temporários), bem como os *net-café refugges*, constituído por trabalhadores que dormem/vivem em *cyber-cafés* ou outros estabelecimentos que funcionam 24 horas, geralmente trabalhando como *one call workers*.

À luz desta breve consideração, podemos perguntar: a condição precarizada de trabalho seria exclusiva do imigrante? Temos como suposição que não, pois na compreensão do modo de produção capitalista enquanto relação social, na criação de um mundo à sua imagem e semelhança (MARX e ENGELS, [1848], 2006, p. 16), as relações de produção e sociabilidade assumem um caráter totalizante, tanto entre distintas nações como internamente a cada uma delas. Ao pressupor a incontornabilidade e o impulso expansionista deste modelo (MÉSZÁROS, 2002, p.340), a noção de precariedade como condição inerente à exploração da força de trabalho tende a expansão. Ainda que o Japão

¹ No ano de 2010, cerca de 35 % da força de trabalho japonesa era constituída por trabalhadores de tipo temporário, não efetivo (*hiseiki*) (Fonte: <http://www.stat.go.jp/data/roudou/sokuhou/4hanki/dt/pdf/05500.pdf>).

² *Arubaito* é uma palavra japonesa de origem alemã, do *arbeit* (trabalho), utilizado como gíria de estudantes japoneses da era *Meiji* (1868-1912), posteriormente difundido por todo Japão.

³ Trabalhador de tipo diário, recrutado via ligação em celular ou mensagem eletrônica.

tenha uma posição privilegiada por ser uma economia central, conjunturas econômicas e sociais comprometidas com a crise pendem ao surgimento e agravamento de certos tipos de relações de trabalho antes pouco expressivas.

Neste caminho, poderíamos então afirmar que a condição precarizada do imigrante é idêntica a do trabalhador japonês? Temos como hipótese que não, talvez semelhantes, mas não idênticas. Se os trabalhadores japoneses começam a viver situações de trabalho parecidas com a dos dekasseguis, cabe aqui fazermos a pergunta central desta pesquisa: afinal, qual é o lugar que o trabalho imigrante ocupa no capitalismo japonês e qual é a sua peculiaridade?

Ainda para respondermos tal pergunta, alguns caminhos precisam ser percorridos e algumas questões necessitam de análise. Podemos afirmar que o imigrante ocupa um lugar “marginal” na sociedade japonesa? Quais são suas condições específicas de trabalho, se comparado ao trabalhador japonês? Qual foi o impacto da crise econômica de 2008 nas relações de trabalho do dekassegi, e o que se revela, quando comparamos com o seu impacto na classe trabalhadora japonesa? Certamente o impacto de uma crise financeira tem suas consequências diretas na classe trabalhadora, seja esta nacional ou estrangeira. Entretanto, de qual maneira esta se reflete de forma específica no trabalho imigrante parece ser emblemático para a análise central desta pesquisa, qual seja, saber o lugar que o trabalho imigrante ocupa no capitalismo japonês e suas peculiaridades.

Como particularidade da condição imigrante, a questão da etnicidade certamente se constitui como problemática central. Apesar do fenômeno dekassegi estar intimamente relacionado com a ascendência nipônica, paradoxalmente, a estadia em solo japonês desses imigrantes é marcada pela diferenciação, que os coloca como sendo *outra* etnicamente distinto dos japoneses, não obstante ao seu fenótipo japonês. Conforme tentaremos expor ao longo desta dissertação, de maneira subjacente no Primeiro e Segundo Capítulos, como de destaque central no Terceiro Capítulo, a relação que se estabelece entre classe social e etnicidade é o elemento chave para compreensão do lugar do dekassegi na sociedade de classes.

A clivagem que a classe social sofre, ao diferenciar raça/etnia, bem como gênero em prol de uma maior extração de mais-valia, como veremos, é uma das marcas

fundantes do fenômeno de kassegui. Essas transversalidades criadas e fomentadas pelo capital será um dos princípios norteadores desta pesquisa, assim como reflexão necessária para abertura de novas problematizações, a saber: a funcionalidade dessas clivagens; sua relação com a problemática do exército industrial de reserva; seu vínculo com as modernas migrações internacionais; seu papel em baixar o preço da força de trabalho; sua finalidade em minar a solidariedade de classe; a repercussão na subjetividade do sujeito que sofre a discriminação, entre outras possíveis questões.

Como ressalva, cabe dizer ainda que não pretendemos fazer uma análise da natureza da crise econômica de 2008, tampouco estudar seu significado para a atual etapa do capitalismo. Contudo, se compreendermos as crises econômicas relacionadas às dificuldades na absorção do excedente de capitais, a atual crise financeira certamente terá que encontrar novas formas de recuperação, a fim de dar continuidade ao seu modo de produção (Cf. HARVEY, 2011). Sobre a crise econômica, o geógrafo David Harvey afirma que a “[...] classe capitalista não pode, se a história for um guia, manter seu poder sem mudar seu caráter e mover a acumulação para uma trajetória diferente e novos espaços [...]” (ibidem, p.176). Neste caminho, a crise econômica de 2008 certamente servirá como momento de novos acordos como afirma Harvey (ibidem), e sendo assim, a direção que essas novas formas de reprodução do capital irá tomar dependerá da correlação de forças na relação capital e trabalho.

Não somente o trabalho imigrante, mas a classe trabalhadora em seu conjunto já começa a sentir tais estratégias do capital (plano de austeridade econômica, alta do desemprego etc.), mesmo que no plano abstrato-teórico a compreensão da natureza desta direção ainda pareça nebulosa. Sendo assim, para entender a atualidade do trabalho imigrante, e na medida em que a compreensão da crise econômica seja necessária, tentaremos fazer as mediações necessárias com as particularidades desta crise.

Em mais de duas décadas desde o início do fenômeno de kassegui, diversos estudos e pesquisas das mais variadas áreas trataram deste fenômeno. Áreas como sociologia, antropologia, economia, psicologia, educação, direito, relações internacionais, geografia e demografia, entre outras que abrangem a temática, configurando assim como um rico panorama de análise do fenômeno. Não somente estudiosos do Brasil, mas

diversos pesquisadores do Japão vem se debruçando na compreensão destes imigrantes. Além de tudo, o estudo do dekassegui traz o enriquecimento não somente da compreensão acerca do fluxo migratório Brasil-Japão em específico, mas contribuições para teorias das migrações como um todo. Neste caminho, acreditamos que esta dissertação poderá contribuir com a temática, na medida em que o estudo da condição dekassegui será realizado em mediação com a classe trabalhadora japonesa, uma questão que merece ser aprofundada e é praticamente inexistente na literatura dekassegui.

Além da problematização já exposta, esta pesquisa pretende um diálogo com os estudos dedicados ao tema, quando a abordagem se mostrar necessária. Foi realizado o esforço da pesquisa bibliográfica sobre o assunto, principalmente nas áreas de ciências sociais, demografia, economia, entre outras que consideramos apropriadas para nossas questões. Esta pesquisa objetiva igualmente colaborar com a temática dekassegui através do uso da literatura japonesa sobre o imigrante e mercado de força de trabalho no Japão. Ademais, no intuito de conhecer a classe trabalhadora no Japão e a situação dos imigrantes, foram utilizados diversos dados estatísticos do governo japonês e algumas matérias de jornais para suporte à posterior reflexão sociológica.

Na tentativa de “captar a realidade social” optamos por fazer uma pesquisa de campo através de entrevista semiestruturada, utilizando questionário que contém questões abertas e fechadas. Concordamos aqui com a análise de Michel Thiollent em considerar a necessidade de desmistificar uma suposta neutralidade no plano metodológico (1980, p.128). A nosso ver, o questionário elaborado, tomado o objeto de estudo como sujeito, tem como objetivo a investigação concreta de indivíduos inseridos em estruturas de classe, subordinados à sua especificidade étnica em uma perspectiva que visa o conhecimento da situação concreta – em seus aspectos objetivos como subjetivos – do dekassegui enquanto classe trabalhadora.

Por um lado, seguindo a compreensão de Thiollent, não pretendemos fazer uma abordagem empiricista em que há a supervalorização da observação dos dados tomados como um fim em si, podendo assim se desdobrar em uma “fetichização do aspecto técnico” (ibidem, p.19). Não obstante, rejeitamos a vertente teoricista, em que às abstrações sociológicas permanecem sem a problematização ou levantamentos de dados necessários

para captar as condições reais da classe trabalhadora, entre outras abstrações teóricas, abordadas de maneiras distantes da realidade social. Nessa compreensão ainda, estamos de acordo também com a afirmação deste autor, em que para nós “[...] trata-se principalmente de verificar se os instrumentos de investigação que escolhemos em relação com a nossa posição teórica são verdadeiramente funcionais.” (ibidem, p. 245). Isto é, trata-se, em nosso entendimento, da imbricação entre teoria e prática de pesquisa em uma realidade – não estática, por isso a constante necessidade de questionamento de nossas práticas de pesquisa e posicionamentos enquanto pesquisador.

Desta forma, a elaboração do questionário só pode ser concretizada mediante a síntese de diversos fatores, tais como, a inserção na literatura da temática sobre dekassegui, a teoria sociológica acerca do trabalho imigrante, como do conhecimento da pesquisadora enquanto sujeito inserido no fenômeno dekassegui. Cabe mencionar que esta inserção se deu durante 10 anos na condição de filha de dekasseguis na década de 1990. Houve, por isso, tanto a vivência dentro da comunidade local, através do ensino cursado em escola japonesa por nove anos, como no meio dekassegui. No mundo do trabalho, também tive a experiência enquanto trabalhadora *arubaito* no setor de serviços japoneses por dois anos, além de curta experiência como operária de tipo *part time* na fábrica japonesa, o *kaisha*.

Ao longo desta pesquisa, foram realizadas 13 entrevistas com dekasseguis retornados. Além delas, foram realizadas conversas informais com grupo de dekasseguis, bem como visitas ao Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior – (CIATE) para acompanhamento de palestras relativas aos dekasseguis e crise econômica. Por se tratar de uma pesquisa de campo de natureza estritamente qualitativa, as respostas obtidas não pretendem a uma análise probabilística, tampouco representativa da população dekassegui como um todo. Por essa razão, quando a exposição se mostrar necessária, serão transcritos conteúdos dessas entrevistas, a fim de dar voz aos sujeitos capazes de descrever suas condições de trabalho. As entrevistas foram realizadas com dekasseguis retornados do Japão no período pós-crise econômica de 2008. Como já mencionado, foi feito esse recorte na intenção de sabermos como a crise teve impacto na vida destes migrantes, pois temos como pressuposto que momentos de crise podem ser propícios para apreensão de fenômenos antes nebulosos.

Após o contato com o primeiro entrevistado (Luis) foi feita a entrevista piloto para verificação e posterior adequação do questionário. Passado esse período, foi possível ter contato com os outros dekassegui mediante a técnica denominada “bola de neve”, propiciando a expansão da rede social de amigos e conhecidos retornados do Japão. Foi combinado com os entrevistados não divulgar seus nomes, portanto, serão designados por nomes fictícios. Como os entrevistados trabalhavam em multinacionais cujos nomes são amplamente conhecidos, seus nomes serão, assim como os dos modelos dos carros por eles fabricados, indicados somente pelas iniciais.

As entrevistas foram realizadas em locais públicos e algumas outras nas casas dos entrevistados. O questionário foi elaborado, tendo como suporte a literatura da sociologia do trabalho, a literatura sobre migrações, a experiência da pesquisadora na construção de questionário relacionado ao mundo do trabalho na iniciação científica e monografia, como também do contato prévio com o universo dos dekassegui, tanto no Japão, como com ex-dekassegui no Brasil. Com a pesquisa de campo, buscamos conhecer: as condições de trabalho do dekassegui; suas trajetórias migratórias; as motivações e fatores que impulsionaram o retorno; relações de trabalho; conhecimento sobre as relações de trabalho dos japoneses; impacto da crise econômica de 2008 no seu cotidiano; cotidiano no Japão, entre outras questões que surgiram no decorrer de cada entrevista. Após esta apresentação, haverá uma breve exposição de cada um dos entrevistados desta pesquisa.

Sobre o método de exposição, o **Capítulo I** pretende compreender quem são os sujeitos do movimento migratório Brasil - Japão. Isto é, entender por quem é constituída a população dekassegui, posto que não são todos os nikkeis residentes no Brasil que emigram, mas apenas uma parcela. Pensamos que compreender quem emigra, do ponto de vista da classe social em que eles se inserem no Brasil, nos ajudará a compreender um pouco mais a natureza do fenômeno dekassegui. Além de saber *quem é o emigrante dekassegui*, a natureza desse fenômeno será melhor apreendida, a nosso ver, quando problematizadas as conjunturas socioeconômicas dos dois países que constituem esse movimento migratório. A recessão econômica que o Brasil atravessou no início da década de 1990, e o *boom* econômico japonês parecem ser os elementos chaves para entender o

início do fluxo migratório. Este capítulo busca também saber, como o modelo japonês vem se transformando, e assim investigar qual tipo de força de trabalho ele depende na atualidade. Por fim, também será abordado como ocorreu o desenvolvimento histórico do Japão, de uma nação com fraca tradição de presença de imigrantes, até a atual etapa com a presença dos dekasseguis.

O **Capítulo II** visa analisar as condições e relações de trabalho do dekassegui. Mediante a literatura acerca da temática, como das entrevistas realizadas, queremos saber as condições de trabalho hoje, e as relações de trabalho no que se refere aos tipos de contratos estabelecidos. Com isso, pretendemos apreender como as relações de trabalho informais e de contratos temporários refletem na vida dos imigrantes. Será tratado também, ainda que de modo sucinto, como as relações de trabalho do modelo japonês se transformaram, desde a existência de *empregos vitalícios* no século passado, até a atual situação onde o trabalho de tipo temporário predomina. Tentaremos nos aprofundar nesse capítulo, sobre os processos de trabalho dentro da fábrica japonesa e saber como o modelo japonês se relaciona com o trabalho imigrante. Além da fábrica japonesa, o *kaisha*, serão analisadas as condições de reprodução social de vida dos imigrantes. Desta maneira, tentaremos analisar dentro do limite desta pesquisa, aspectos como moradia, momentos de lazer, educação dos filhos, saúde, consumo, entre outros ângulos que compõe o cotidiano do imigrante.

O **Capítulo III**, último capítulo, busca estabelecer um elo entre as relações de trabalho do dekassegui abordadas no capítulo anterior, e a classe trabalhadora japonesa como um todo. Para que isso seja viável, em um primeiro momento, será estudado como a classe trabalhadora japonesa se apresenta no atual momento do capitalismo japonês. Para tanto, será dado enfoque na fração dessa classe em processo de precarização das condições de trabalho em curso. Tentaremos demonstrar, como cada vez mais ocorre o surgimento de diversos trabalhadores japoneses na informalidade. Por consequência, há o surgimento de fenômenos como o *net-café refugees*, os *one call workers*, entre outras relações de trabalho outrora inexistentes. Nesse capítulo, também será investigado se a crise de 2008 mudou ou não a vida dos trabalhadores dekasseguis. Tendo a pesquisa de campo como base, será analisado o impacto dessa crise para o trabalho imigrante. Através da percepção dos

brasileiros entrevistados, pretendemos conhecer também como a classe trabalhadora japonesa, dentro do *kaisha*, vivenciou a crise econômica, a fim de estabelecer algumas comparações entre trabalhador imigrante e trabalhador japonês. Feito o esforço de apreender o trabalho de *dekassegui*, assim como a fração de classe japonesa precarizada, tentaremos, em um primeiro momento saber o que eles têm em comum. Dando continuidade a esta questão, será problematizado, então, qual o lugar do trabalho imigrante na estrutura de classe do capitalismo japonês hoje. Ainda para compreender esta questão, serão questionados quais categorias analíticas ou conceitos – tais como fração de classe, etnia – são relevantes para saber o lugar do trabalho imigrante, ou seja, **o lugar do outro na sociedade de classes.**

Por fim, ao longo do texto haverá inúmeras palavras, termos e inclusive frases que aparecerão em sua versão japonesa em nota de rodapé, como também incorporadas ao texto. Por se tratar de uma pesquisa que tem seu objeto situado no Japão, bem como na instrumentalização de dados do governo japonês e da literatura japonesa, consideramos mais oportuno a manutenção das terminologias no original.

Os entrevistados

Luis foi o primeiro entrevistado nesta pesquisa. Um senhor de 65 anos, casado, sem filhos, atualmente morando na Zona Leste de São Paulo, região onde nasceu e cresceu. Migrou pela primeira vez para o Japão no ano de 1990, retornando ao Brasil somente no ano de 2009, pois, segundo ele, a última empresa na qual trabalhou, no auge da crise, “*implantou um regime de 10 dias de trabalho por mês e assim não dava*”. Seu objetivo era obter uma aposentadoria privada no Brasil, o que afirma ter conseguido devido aos anos de trabalho no Japão. No momento da entrevista trabalhava em uma loja de doces dentro de um mercado municipal. A entrevista foi realizada em sua residência em janeiro de 2012.

Natália é uma mulher de 43 anos, casada, com um filho, residente na Zona Leste de São Paulo. Migrou pela primeira vez ao Japão no ano de 2002, retornando em 2009. Alega que gostava bastante do Japão, porém, afirmou que o trabalho que executava, somado ao *stress* e falta de sono lhe causou muito desgaste físico e emocional. Relatou que gostaria de ter guardado dinheiro em sua estadia no Japão. Antes de emigrar era operária em São Paulo, atualmente trabalha numa pastelaria de seu bairro. A entrevista foi realizada numa lanchonete em fevereiro de 2012.

Francisco é um homem de 42 anos, marido de Natália com quem tem um filho. Emigrou pela primeira vez ao Japão em 2002 com sua esposa, retornando com ela em 2009. Antes de emigrar era vigilante. No Japão trabalhava na linha e montagem utilizando o torno mecânico. Fazia, tal como sua esposa, somente o turno noturno e afirmou que o trabalho era bastante cansativo. Descreveu também que gostava do Japão, achava os serviços públicos muito bons porque “*funcionavam*”, em suas palavras. A entrevista foi realizada em abril de 2012 na mesma lanchonete da entrevista de sua mulher.

Carlos é um rapaz de 25 anos, o entrevistado mais novo da pesquisa e o mais tímido. Por ter falado pouco e de forma bastante objetiva, acabou aparecendo pouco na dissertação. Migrou para o Japão em 1991 retornando em 2012. É filho de Gabriel e quando emigrou para o Japão tinha somente três anos. Lá, estudou até o ensino médio em escola brasileira, começando a trabalhar em fábricas do setor eletroeletrônico quando completou 18 anos. Atualmente vive em Osasco/SP com sua família ajudando na padaria

familiar. Na época da entrevista afirmou ter desejos em continuar os estudos no Brasil para “*poder ter uma profissão*”. A entrevista foi realizada em janeiro de 2012 em sua residência.

Gabriel é um homem de 58 anos que foi entrevistado em sua residência (em janeiro de 2012), juntamente com o seu filho Carlos. É filho de migrantes da Paraíba que vieram para São Paulo. Por sua vez, ele se casou com uma nikkei e emigrou para o Japão em 1991 com toda a sua família, retornando ao Brasil em 2011. Antes de emigrar tinha uma pequena peixaria em São Paulo, atualmente, com o dinheiro que obteve no Japão comprou uma padaria em sociedade com seu irmão em Osasco. Pai de quatro filhos e deixando a esposa que precisou permanecer em casa para cuidar dos filhos pequenos, Gabriel trabalhou pesado durante vinte anos no Japão realizando muitas horas extras a fim de poder sustentar sua família. Afirmou que gostava muito do Japão, apesar de que os 20 anos contínuos de trabalho na fábrica o deixou com uma dor de cabeça crônica e muitos problemas de sono.

Rosa é uma mulher de 34 anos que mora em São Paulo. Emigrou para o Japão no ano de 2000, retornando em 2010. Abandonou os estudos universitários, pois encontrava dificuldade no custeio de sua vida, bem como na época afirma que ouvia dizer que no Japão se ganhava muito bem. No começo, afirmou que planejava ficar somente quatro anos no Japão, mas sua estadia acabou se estendendo para 10 anos. Retornou ao Brasil devido a demissão em massa que ocorreu com os brasileiros na empresa em que trabalhava. Apesar disso, afirma que se sente satisfeita com o seu retorno, ainda que gostasse muito do Japão. Atualmente ela trabalha como atendente no pet shop de seu irmão. A entrevista foi realizada em uma lanchonete perto de seu trabalho, em janeiro de 2012.

Roberto é um rapaz de 29 anos que, atualmente, estuda na Universidade Estadual de Campinas. Emigrou para o Japão em 1998 com 14 anos de idade, retornando ao Brasil em 2009. No começo de sua estadia no Japão ingressou no Ensino Básico japonês, sem ter contato prévio com a língua japonesa. Conforme sua percepção, o não conhecimento da língua japonesa contribuiu para adversidades de adaptação à cultura local, como de episódios desagradáveis que experienciou na trajetória escolar. Com o

passar do tempo, o domínio do idioma pode oferecer uma maior integração com a cultura japonesa e vivências satisfatórias no Japão. Depois de concluído os estudos básicos, trabalhou em fábricas do setor automobilístico até 2009. Conforme seu relato, a experiência migratória foi boa, conseguindo alcançar seus objetivos como o de fazer viagem para outros países, bem como de poder entrar em uma Universidade. A entrevista foi realizada na Unicamp, em maio de 2013.

Manuel é um rapaz de 25 anos que emigrou para o Japão em 2005, retornando pela última vez ao Brasil em 2012. Inicialmente, migrou para o Japão para ajudar a sua família, bem como do tratamento de uma doença que seu pai atravessava. No Japão, trabalhou por muitos anos em fábrica como Metalúrgico, também trabalhou por um tempo em bares japoneses voltados para os estrangeiros. Afirma que se sente satisfeito por poder ter ajudado no tratamento de seu pai, apesar de hoje, ter vontade de seguir os estudos interrompidos. Atualmente trabalha em um bar na capital de São Paulo. A entrevista foi realizada em uma lanchonete no seu dia de folga, em maio de 2013.

Luisa é uma mulher de 42 anos que emigrou para o Japão em 1994, retornando ao Brasil em 2011. Ela emigrou com sua irmã e lá nasceu o seu filho. Trabalhou por muitos anos em fábricas japonesas de todos os setores. Tal como Manuel, também trabalhou por um curto período em um bar voltado para estrangeiros. Antes de emigrar era atendente de loja. No momento, trabalha no mesmo bar que Manuel, no período noturno, na região dos Jardins em São Paulo. Durante o dia trabalha em uma loja, também nos Jardins, a fim de poder dar melhores condições para o seu filho que cria sozinho. Afirma que gostou muito do Japão, embora tenha sentido que ficou demasiado tempo por lá, no total de 17 anos, na sua opinião, acha que poderia ter voltado antes para “*cuidar melhor de sua vida*”. A entrevista foi realizada em uma lanchonete, em maio de 2013 depois de seu trabalho na loja.

André é um homem de 36 anos que emigrou para o Japão em 1995, retornando ao Brasil no ano de 2011. Ao longo dos 16 anos trabalhou em mais de dez fábricas, de todos os setores, e também mudou de cidade dentro do Japão diversas vezes. André foi o único entrevistado que, em seu último local de trabalho, conseguiu um contrato com a fábrica sem o intermédio da empreiteira. Conforme suas palavras “*a gente não pode se*

acomodar”, por isso, quando percebeu que através da empreiteira seu salário por hora ficava substancialmente menor que o valor repassado pela fábrica, começou um processo de negociação e convencimento de que ele poderia trabalhar sem o intermédio da empreiteira, afirmando que seria um “*bom negócio*” para ambas as partes (fábrica e ele). André relatou que havia escolhido esta fábrica localizada em uma cidade onde não havia a presença de brasileiros, dos quais, em sua opinião, preferia se afastar. No final, conseguiu um posto de supervisor, inclusive numa hierarquia acima de alguns japoneses. Antes de emigrar trabalhou como Metalúrgico e como motorista de executivos japoneses que viviam no Brasil. Atualmente trabalha com atendente de uma loja no shopping em Campinas. A entrevista foi realizada em abril de 2013 numa lanchonete.

Elisabeth é uma mulher de 32 anos que emigrou para o Japão em 2002, retornando ao Brasil no ano de 2009. Com o ensino superior já completo, emigra para o Japão a fim de ter novas experiências, além de fazer uma poupança. Lá, trabalhou por muitos anos em fábricas do setor eletroeletrônico, com uma jornada de trabalho de 12 horas por dia que se estendia por seis dias na semana. Conforme seu relato, nesta fábrica, havia inclusive a solicitação para os *dekasseguis* trabalharem no em seu único dia de folga, situação que afirma ter recusado. Ela mencionou que conseguiu atingir seus objetivos no Japão, o de obter uma poupança, como de passar uma temporada na Austrália estudando. Atualmente é professora do Ensino Básico no interior de São Paulo. A entrevista foi realizada em maio de 2013, em uma lanchonete na cidade de Campinas/SP.

Frederico é um homem de 32 anos, marido de Laura, que conheceu no Japão e pai de um filho. Emigrou com seu pai e irmão no ano de 1996, retornando com Laura em 2011. Lá, trabalhou por muitos anos em uma fábrica do setor eletroeletrônico, com jornada de trabalho de 12 horas por dia que se alternava entre turnos diurnos e noturnos. Por ter trabalhado todos esses anos em pé, afirma que sentia muitas dores nas pernas, apesar de alegar que acabou se acostumando com tal ritmo de trabalho. Como trabalhava em uma grande empresa, mundialmente conhecida, Frederico afirma que lá, as leis trabalhistas eram mais respeitadas. Por esta razão, Frederico pagava diversas seguridades sociais, como seguro saúde, seguro desemprego e aposentadoria, apesar de ser contratado como terceirizado. Antes de emigrar somente estudava. Atualmente trabalha em sua lanchonete

que adquiriu com sua esposa, na Zona Leste de São Paulo. A entrevista foi realizada em janeiro de 2012 em sua lanchonete.

Por fim, Laura é uma mulher de 36 anos, esposa de Frederico, mãe de um filho. Emigrou para o Japão no ano de 1995, retornando ao Brasil em 2011. Lá, trabalhou em diversas fábricas de todos os setores, como também mudou diversas vezes de cidades onde havia concentração de brasileiros. Em seu último local de trabalho, junto com Frederico, realizava igualmente jornada de trabalho de 12 horas com turnos alternados. Para complementar a renda, fazia salgadinhos brasileiros em casa e os vendia na fábrica. Relata que gostava bastante do Japão, mas não do trabalho que era muito pesado. Aqui no Brasil sente falta do poder de consumo que o Japão lhe proporcionava. Antes de emigrar trabalhava em uma escola japonesa, atualmente trabalha em sua lanchonete. A entrevista foi realizada em janeiro de 2012 em sua lanchonete.

CAPÍTULO I. O EMIGRANTE: MOBILIDADE DO TRABALHO, BRASILEIROS RUMO AO JAPÃO

1. 1. Dekassegui: sair de seu lugar de origem a trabalho

Em japonês, o termo dekassegui já fazia parte do vocabulário desde a era *Showa* (1926-1989). Há registros da sua utilização no período anterior à Segunda Guerra Mundial, mas tornou-se mais conhecido principalmente no Pós-Guerra, período em que ocorreu o chamado *Milagre Japonês* (*Kouido keizai seichou*)⁴, que se estendeu até a década de 1970. Tratava-se de um fenômeno de trabalhadores rurais – geralmente de regiões frias como *Touhoku*, no nordeste do Japão – que se deslocavam para grandes centros em busca de qualquer trabalho. Muitos destes japoneses se deslocavam sozinhos, encontrando trabalho principalmente na construção civil e faziam uma remessa mensal para ajudar os familiares que permaneciam em suas terras de origem.

A palavra dekassegui (出稼ぎ) tem origem no substantivo japonês que é derivado de dois verbos: *deru* (出る)-sair e *kasegu* (稼ぐ) - ato de ganhar dinheiro através do trabalho, significando a pessoa que sai de sua terra de origem para trabalhar por um determinado período em outro lugar. A princípio, diferente da maneira como ficou conhecida com “os brasileiros que emigraram para o Japão”, esta palavra não tem relação com o termo “migrante”, *imin* no vocabulário japonês. Entretanto dois autores japoneses, Tajima e Yamawaki (2003, p.2), ressaltam em suas pesquisas que o termo dekassegui, apesar de origem japonesa, já se configura como uma palavra de língua portuguesa, passando a ser designada pela primeira vez em 2001, no *Dicionário Houaiss* como “que ou

⁴ O *Milagre Japonês* (*Kouido Keizai Seichou*, em uma tradução livre como *alto crescimento da economia*) se refere ao período no pós-guerra, entre 1954-1973, quando ocorre a recuperação econômica referente ao impacto que o Japão sofre com a guerra. Neste período, mediante uma forte intervenção do Estado através do *MITI* (*Ministry of International Trade and Industry*), entre outros fatores, ocorre o rápido crescimento da economia (Cf. MORRIS-SUZUKI, p. 161), numa versão japonesa do que aconteceu na Europa através do chamado 30 anos Gloriosos. Sobre o papel intervencionista do Estado japonês na economia deste período, abordaremos brevemente no terceiro item deste capítulo.

aquele que se fixa, mas apenas temporariamente, no Japão, para trabalhar, frequentemente, como mão-de-obra direta”.

Outra terminologia decorrente de *dekassegui*, mas menos utilizada é a *dekasegui-roudousha* (出稼ぎ労働者)⁵, onde é acrescentada a palavra *roudousha*, que significa “pessoa que trabalha” (*roudou*⁶-trabalho, *sha*-pessoa). Dessa maneira *dekasegui-roudousha* igualmente significa o indivíduo, neste caso com ênfase no trabalhador que sai de sua terra temporariamente em busca de ganhar algum dinheiro. Esta terminologia também inclui trabalhadores sazonais, de diversos lugares do Japão, em busca de melhores empregos em outras regiões, um fenômeno bastante presente no Japão.

Atualmente, parte dos estudos brasileiros sobre a migração brasileira no Japão, tem problematizado e evidenciado o cuidado que devemos ter no uso da palavra *dekassegui* (COSTA, 2007; LITVIN, 2007; SASAKI, 2000; SHISHITO, 2012), devido à noção de temporalidade que o termo carrega em sua origem e sua mudança nos padrões de permanência. Ao contrário de uma curta estadia no Japão, o brasileiro que emigra tende a ficar por mais tempo, o que se verifica, por exemplo, no crescimento de vistos de residência permanente. Segundo estatísticas do *Ministério da Justiça do Japão (Houmu-sho)*, no ano de 2010, dos 230 mil brasileiros cadastrados, cerca de 117 mil possuíam um visto de *residência permanente (eijyuu-shikaku)*. Para fazermos um comparativo dessa evolução, ainda segundo os dados do *Immigration Bureau*, no ano de 2006, ano em que a população brasileira era consideravelmente maior, com 312 mil habitantes, o número de portadores de visto de *residência permanente* era apenas de 78 mil⁷.

⁵ Outras terminologias utilizadas para designar os imigrantes brasileiros no Japão são: *gaikoku jin roudousha* (外国人労働者)- trabalhador estrangeiro, *imin roudousha* (移民労働者)- trabalhador imigrante, *zainichi burajirujin* (在日ブラジル人)- brasileiro residente no Japão ou *nikkei burajirujin* (日系ブラジル人)- brasileiros nikkeis (descendentes de japoneses).

⁶ *Roudou* tem como tradução “trabalho” para o português. Entretanto, outro termo utilizado com frequência na língua japonesa é a palavra *shigoto*, igualmente traduzido como “trabalho”. Na tradução dos dois termos para o inglês aparece como tradução do *roudou*-labor e *shigoto*-work, distinção pouco utilizada em língua portuguesa e passível de distintas interpretações importantes para a análise da atividade trabalho em sua complexidade.

⁷ Dados estatísticos Ministério da Justiça do Japão. Sobre o controle de estrangeiros cadastrados no ano de 2006: <http://www.e-stat.go.jp/SG1/estat/List.do?lid=00000102902>. Ano de 2010: <http://www.e-stat.go.jp/SG1/estat/List.do?lid=000001074828>.

Mesmo que o aumento no número de brasileiros com visto de *residência permanente* tenha sofrido significativo aumento, isso não se traduz em intenção de permanência efetiva, uma vez que, a obtenção desse tipo de visto desburocratiza a permanência, eliminando suas constantes renovações. Dessa maneira, o termo *dekassegui*, mesmo que tenha sofrido mudança na perspectiva temporal, não sofreu alteração na designação da busca de um trabalho por melhores condições de vida. Segundo pesquisadores japoneses, ao se tornar uma palavra da língua portuguesa, a palavra *dekassegui* sofre uma ressignificação, passando a designar não só os japoneses que migravam internamente, mas também os brasileiros (TAJIMA, YAMAWAKI, 2003). Assim sendo, o sentido temporário permanece em sua base. Destarte, neste estudo, optamos em não descartar o termo *dekassegui*. Para esta pesquisa, este termo será adequado na medida em que, além de designar brasileiros que vivem no Japão e lá permanecem, também condensa **o conjunto das particularidades** que abarca o fenômeno de brasileiros que migraram para o Japão. Ademais, tendo o trabalho como aspecto central desta pesquisa e por ser este o elemento que perpassa toda a emigração desses brasileiros, tal palavra em sua conotação de *sair para trabalho* é pertinente.

1.1.1 Emigração: a busca do trabalho encontra suas origens?

Na análise do indivíduo conhecido como *dekassegui*, nos deparamos com uma constelação de particularidades que caracterizam seu ser social. Como imigrante moderno, ele faz parte do crescente movimento migratório internacional, impulsionado pela mundialização do capital (Cf. CHESNAIS, 1996). Entretanto, apesar de sua condição de imigrante em épocas de mundialização, sua diferença com outros movimentos migratórios é a particularidade da proximidade étnica com o país emigrado. Tal proximidade, certamente, influencia na relação estabelecida entre imigrante e nativo e seus aspectos subjetivos na sociedade de destino. No entanto, como veremos adiante, ela não fora fruto do acaso, mas sim resultado de mudanças no âmbito jurídico das Leis de Migração

japonesa. Ademais, uma possível interpretação para a mudança desta Lei é a necessidade de recrutar força de trabalho desqualificada para a indústria japonesa, ou seja, a influência do conjunto do mercado da força de trabalho japonesa como um dos determinantes do fenômeno de kassegui.

Somente com as poucas constatações acima, cujos apontamentos, longe de abarcarem toda a constelação de particularidades do ser social de kassegui, mas apenas uma parte, percebemos algumas aparentes dificuldades no estudo da imigração e seu sujeito: o imigrante. Afinal, além de pertencer a uma determinada classe social enquanto trabalhador imigrante, há que se considerar em sua compreensão as dimensões étnicas, jurídicas, econômicas, influências no país de origem e destino, como também, aspectos macroestruturais dos fluxos migratórios internacionais. Desta maneira, a dificuldade em estudar o trabalhador imigrante está na confluência de determinações possivelmente distintas do trabalhador nacional.

Levando em consideração essas múltiplas dimensões, encontra-se no trabalho o papel central que ele ocupa no processo migratório, um fio condutor possível, que perpassa todas estas relações e suas sutilezas. Afinal, é o trabalho, em grande parte, mas não somente, o que leva o emigrante ao país de destino, como também é ele que possibilita sua permanência, assim como, igualmente, é a sua necessidade (ou descartabilidade) que cria as condições sociais e jurídicas do movimento migratório. Na compreensão do sociólogo argelino Abdelmalek Sayad

Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonasma) mesmo se nasce para a vida (e para imaginação) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração) como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento. A estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida: ser como imigrante, primeiro, mas também como homem – **sua qualidade de homem estando subordinada a sua condição de imigrante**. Foi o trabalho que fez “nascer” o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz morrer o imigrante que decreta sua negação ou que empurra o não-ser. (1998, p.54-55, grifo nosso).

De fato, um simples olhar para os fluxos internacionais contemporâneos, percebemos o papel determinante que o trabalho – mesmo em seu sentido estritamente empírico –, tem nas migrações internacionais. Segundo estimativa da ONU (Organizações das Nações Unidas), no ano de 2010, existia 214 milhões de migrantes internacionais⁸ no mundo. Naturalmente, este número não diz respeito apenas aos deslocamentos em função da mobilidade do trabalho. Desastres naturais como terremotos ou enchentes, guerras internas e seus refugiados, como outros fatores, podem gerar deslocamentos populacionais. Ainda sim, paralelamente, a migração internacional de trabalhadores é significativa e o crescente número de migrantes intencionais no mundo é uma realidade⁹.

Exemplos mais emblemáticos como os mexicanos nos Estados Unidos, os bolivianos em São Paulo, os marroquinos na Espanha, os magrebinos na França, os imigrantes do Leste Europeu (neocomunitários) para a Europa ocidental dizem respeito, majoritariamente, a migrações em busca de trabalho e melhores condições de vida. A alta concentração de 32 milhões de estrangeiros vivendo nos 27 países membros da União Europeia em 2010¹⁰, em países como Espanha, Bélgica, Áustria com uma taxa de imigrantes ao redor de 10% de sua população¹¹ é bastante significativa para pensar a relevância da força de trabalho imigrante nesses países. Aqui, a estrutura desigual de poderes econômicos e sociais entre os países que expulsam e recebem os imigrantes, bem como o lugar que eles tinham na estrutura de classe em seus países de origem, são fatores que corroboram com os deslocamentos populacionais.

Além da questão do trabalho, aspecto central nesta pesquisa, o estudo do dekassegui, que, acima de tudo, é um imigrante, necessita percorrer algumas problemáticas. Segundo a vasta literatura sobre migrações, algumas possíveis questões –

⁸ Ver *Informe Sobre Las Migraciones En El Mundo 2011 - Comunicar Eficazmente Sobre La Migración*: (Fonte: <http://www.iom.int/jahia/Jahia/lang/es/pid/1>)

⁹ Segundo os mesmos dados da ONU, o número de imigrantes internacionais em 1970 era de 82 milhões, sendo que no ano de 2000 passa para 175 milhões.

¹⁰ Dados do *Eurostat* (Fonte: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-SF-11-034/EN/KS-SF-11-034-EN.PDF)

¹¹ Idem *ibidem*.

mesmo que aparentemente abstratas – na compreensão do ser social imigrante podem ser: “*como*”, “*por que*”, e também “*qual o significado*” do ato de imigrar.

Para o pesquisador Carlos Vainer, ao contrário do ideário da sociedade burguesa que entende a migração como “liberdade de ir e vir”¹², muitos dos deslocamentos populacionais carregam um caráter “compulsório”, sendo que a violência é algo comum às mobilidades territoriais (1998). Para Vainer, o entendimento da “liberdade de ir e vir” entendida de forma abstrata carrega a noção de “vontade” no ato de migrar o que não necessariamente corresponde à realidade. Essa visão neoclássica da mobilidade, segundo ele, deposita a decisão de migrar no indivíduo que é dotado de racionalidade, privilegiando assim o exame das “motivações” como fatores que geram os fluxos migratórios. Entretanto, é sabido que, muito além dessas vontades dotadas de razão, deslocamentos compulsórios como refugiados de guerra, população expulsa do campo e pessoas exiladas pelas mais diversas razões, longe de se constituir uma exceção da sociedade é algo “constante”¹³ e uma questão pouco explorada nas teorias migratórias (p.821-822).

O objetivo das considerações de Vainer era desvendar o “ponto cego” dos estudos das migrações (1998, p.822), ou seja, os deslocamentos compulsórios e sua relevância para a atualidade. Para esta pesquisa, o que nos interessa é o apontamento de Vainer para compreensão dos processos migratórios que carregam a noção de ser também um “ato de violência”, muito além de decisões puramente racionais calcadas na livre circulação dos indivíduos. No nosso entendimento, a simples noção de “liberdade de ir e vir” pode incorrer na implosão das bases materiais que influenciam os processos migratórios.

Além da crítica à visão neoclássica de liberdade de decisão que Vainer faz, ele aponta também a problemática da vertente que compreende o processo migratório por um corte estritamente estrutural. Nessa orientação, Vainer entende que “Os indivíduos ou os grupos sociais tendem a ser percebidos como simples atores de um drama cujo cenário e

¹² Segundo a ONU um imigrante é a pessoa que “[...]se deslocou a uma distância mínima especificada pelo menos uma vez durante o intervalo de migração considerado” (ONU, 1980, p. 322).

¹³ Segundo Vainer, somente no ano de 2005, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) contabilizou mais de 27 milhões sob sua proteção, como também cerca de 10 milhões de pessoas deslocadas compulsoriamente pelos grandes projetos (tais como barragens) (1998, p.828-829). Naturalmente que nestes casos, os deslocamentos podem ser de caráter interno ao país.

script está inscrito na estrutura [...]” (1998, p.826) Concordamos com esta colocação, onde o determinismo economicista prevalece e as migrações acabam aparecendo como um reflexo direto de estruturas sociais e carente de mediações. Em contraponto a essas vertentes, e tentando responder a esse universo teórico, Vainer se pergunta como podemos, então, compreender a relação entre liberdade individual e determinação estrutural (idem, ibidem)?

Essa difícil questão será relevante para nossa compreensão do fenômeno de kassegui. Afinal, não somente o que toca ao fenômeno de kassegui, mas também, como e por que ocorrem os fluxos migratórios internacionais de maneira geral? Qual seria a relação entre o ser que emigra e a sociedade da qual este faz parte? No fundo, responder a isso é também responder a uma velha e controversa questão sociológica, qual seja, a relação entre indivíduo e sociedade. Não temos aqui a pretensão de responder a essa problemática em suas abstrações, mas ressaltamos que o exercício de pensá-la nos ajudará no caminho da compreensão do imigrante, e em específico o trabalho imigrante de kassegui.

Vainer, sobre a relação entre liberdade individual e determinação estrutural tenta achar alguns caminhos para pensar essa questão utilizando o conceito de liberdade em Marx. Para Marx, n’*O Capital* ([1867] 1985), no capítulo da *Transformação de Dinheiro em Capital*, há um duplo aspecto da liberdade da força de trabalho sob as relações sociais capitalistas de produção (p.140). De maneira resumida, essa conhecida análise de Marx apresenta o conceito de liberdade, que assume uma forma particular e distinta de outros períodos da história que a antecederam. Primeiramente, para que o capitalista possa converter seu dinheiro na forma capital, ele precisa encontrar a figura do trabalhador assalariado livre no mercado. Nessa relação, a noção de liberdade para Marx carrega tanto o sentido da liberdade do trabalhador vender a sua força de trabalho como pessoa juridicamente livre, mas também, por outro lado, é a liberdade onde o trabalhador não tem nada mais o que vender a não ser a sua força de trabalho, pois é ele livre e despossuído dos meios de produção necessários à criação de valores de uso ([1867], 1985a). Por isso um duplo sentido de liberdade, a de ser livre ao mesmo tempo obrigado a vender sua força de trabalho.

Para Vainer, essa dupla dimensão da liberdade apresenta-se relevante para pensar os deslocamentos populacionais (1998, p.826). O referencial teórico para pensar essa questão é a obra de Jean-Paul Gaudemar, *Mobilité Du Travail et accumulation du capital* (1976) e sua análise da mobilidade do trabalho. Para Gaudemar, a mobilidade da força de trabalho é introduzida “em primeiro lugar, como a condição de exercício de sua “liberdade” de se deixar sujeitar ao capital, de tornar esta mercadoria cuja consumação criará o valor e produzirá assim o capital.”¹⁴ (idem, p. 124, tradução nossa). A mobilidade, portanto, se configura na própria noção da liberdade de vender a força de trabalho analisada por Marx. Sob o duplo aspecto dessa liberdade:

Em ambos os casos, a força de trabalho deve ser móvel, ou seja, capaz de manter os lugares preparados pelo capital, tendo sido eles escolhidos ou impostos; móvel quer dizer apto aos deslocamentos e às modificações de seu emprego, no limite também indiferente ao conteúdo e ao lugar de seu emprego porque o capital está onde se investe sempre e quando o lucro obtido for satisfatório. (idem, p.125, tradução nossa).¹⁵

O duplo sentido desta noção de liberdade, por um lado, em sua dimensão positiva se dá na liberdade do trabalhador, o imigrante neste caso, “poder circular”, mas também assume uma dimensão negativa a partir do momento que ele não possui os meios de sua reprodução, o trabalhador/imigrante fica, desta maneira, “obrigado a circular” em busca de compradores de sua força de trabalho (VAINER, ibidem, p.826).

O deslocamento populacional e o surgimento do trabalhador imigrante, longe de serem atributos naturais, apresentam-se como uma síntese de um conturbado processo histórico (idem, ibidem) dotado de conflitos, antagonismo de classe, carregado de disputa de poderes, como noção de etnia. O surgimento do dekassegui e a sua permanência no

¹⁴ [...] en premier lieu, comme la condition d'exercice de sa <<liberté>> de se laisser assujettir au capital, de devenir cette marchandise dont la consommation créera la valeur et produira ainsi le capital (GAUDEMAR, 1976, p. 124)

¹⁵ Dans les deux cas, la force de travail doit être mobile, c'est-à-dire capable de tenir les places préparées par le capital, qu'elles aient été choisies ou imposées; mobile c'est-à-dire apte aux déplacements et aux modifications de son emploi, à la limite aussi indifférente au contenu et au lieu de son emploi que le capital l'est de là où il s'investit, du moment que le profit tiré est satisfaisant. (idem, ibidem, p.125).

Japão, igualmente, são resultados de uma época histórica específica dentro da história das migrações.

Do ponto de vista histórico, segundo Sedi Hirano (2005), “o que funda a produção capitalista é a existência de grandes levas de migrantes nacionais e internacionais formalmente livres que podem se transformar em trabalhadores assalariados.” (ibidem, p.11). Desde sua origem, a relação social capitalista de produção fez das migrações e da mobilidade do trabalho alicerce e ponto chave na utilização da força de trabalho necessária em cada momento. Como coloca Hirano, o direito (e a noção de democracia) exerce papel fundamental na garantia da “liberdade formal”, proporcionando o deslocamento de cidadãos dotados de igualdade (ibidem). A história dos deslocamentos populacionais do Brasil configura-se nessa mesma lógica, sendo que a vinda dos japoneses que emigraram do Japão no começo do século, por exemplo, também reflete o resultado e síntese histórica daquele período do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Além do mais, mesmo quando analisamos o papel da migração internacional como componente nuclear da produção capitalista moderna, segundo Hirano, (idem, ibidem, p. 63) também percebemos que essa condição não fora igual, tampouco linear, durante seu desenvolvimento histórico. Como veremos adiante, a época histórica dentro do capitalismo na qual se dá o fenômeno de *dekassegui* corresponde à época da mundialização do capital. Nesta época, como já mencionado, ocorreu um salto quantitativo no volume de imigrações internacionais como um todo. Sendo assim, a figura do *dekassegui*, além de suas particularidades, há que se considerar o fato dele igualmente fazer parte do conjunto do fluxo de trabalhadores desqualificados de países periféricos rumo a países de capitalismo central.

Conforme Hirano, antes do capitalismo liberal e concorrencial, no sistema mercantilista, o direito de ir e vir ainda era restrito, pois não havia a necessidade de migrar, uma vez que o trabalho era exercido por escravos (idem, p.11). Assim, a colonização tem como marca o fluxo de populações escravas, trazidas do continente africano, não como homens livres, mas como mercadorias e tendo um “ato de violência” em sua estrutura (VAINER, 1998). De outro modo, a coação e violência também ocorreram na acumulação primitiva do capital na Europa, já que, mediante os cercamentos (*enclosures*) e o papel

ativo do governo daquela época, ocorreu a expulsão de trabalhadores do campo para se tornarem trabalhadores livres nas cidades, situação retratada por Marx no capítulo *A Assim Chamada Acumulação Primitiva* ([1867], 1985b, p. 261).

Através dessas considerações acerca do pressuposto da liberdade, do direito, e da coação, como do ato da violência, percebemos existir um amálgama de relações sociais, econômicas, jurídicas e de poderes, entre outros, na formação de movimentos migratórios. O trabalhador imigrante no Japão tem nesse processo, a marca de ser um trabalhador em épocas de mundialização, na condição de exercer trabalho desqualificado em um país de capitalismo central, como também, na relação étnica que possibilita sua permanência juridicamente assegurada no país emigrado. Situação distinta de outros fluxos migratórios como, por exemplo, nos Estados Unidos ou na Europa com seus trabalhadores imigrantes desqualificados e em situação indocumentada.

Esse amálgama constituído tanto pela liberdade de poder circular, como por ser obrigado a circular, o papel do direito que ora restringe, ora permite os fluxos migratórios e os fatores subjetivos dos migrantes, constituem a totalidade de cada processo migratório. Segundo Maria Aparecida de Moraes e Marilda Menezes, a compreensão do fenômeno migratório exige do pesquisador uma “postura teórico-metodológica, capaz de compreender a migração como um processo social”¹⁶ (2006, p.4). A migração entendida como um processo, muito além do reflexo direto das estruturas econômicas, na compreensão destas autoras é um acontecimento histórico que “atinge os (as) que partem e os (as) que ficam, constituído por elementos objetivos, estruturais, ideológicos, culturais e subjetivos, *vis-à-vis* as organizações sociais de classe, gênero e raça/etnia. (SILVA e MENEZES, 2006, p.4).¹⁷

¹⁶ Sayad por sua vez descreve que a imigração é um *fenômeno social total* (1998) e afirma que o único ponto onde há concordância na comunidade científica é a constatação de que este fenômeno envolve distintos processos, como o econômico, político e cultural como também da sua abrangência em diversas áreas do conhecimento.

¹⁷ No artigo intitulado *Do Karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado* Maria Aparecida de Moraes, entre outros autores, igualmente afirmam nesta linha que a categoria migrante e a sua compreensão em relação à categoria trabalho “não pode ser considerada tão somente como analítica, mas também como categoria histórica. Em sendo histórico, o trabalho diz respeito a um conjunto determinado de relações sociais, pautadas pelas organizações de classe, gênero, raça/etnia (SILVA et al, 2006, p.89).

Os nikkeis que emigraram para o Japão, além de estarem inseridos no processo de mundialização do capital e pertencerem à classe trabalhadora, portanto, circunscritos sob uma determinada base material, se inserem em um processo migratório peculiar cuja seletividade está baseada em critérios étnicos. Por se tratar de uma migração seletiva, restrita a descendentes e seus cônjuges, é preciso levarmos em conta todo um conjunto de aspectos culturais, subjetivos e típicos dessa população, estruturados em uma relação entre Brasil e Japão existente há mais de um século. Esta relação começa em 1908 com a chegada de cerca de 800 imigrantes japoneses no navio *Kasato-Maru*¹⁸ ao porto de Santos. Dos 800 imigrantes iniciais, a população nipo-brasileira cresce para 1,5 milhão de pessoas¹⁹ no ano de 2009.

Nestes mais de 100 anos, constituíram-se comunidades japonesas em diversas regiões do Brasil, com certa herança cultural trazida da era *Meiji* que permaneceu em pequenos hábitos, como na preservação de costumes na alimentação, postura, maneiras linguísticas de se expressar, que tornam esses nikkeis portadores de um certo “código cultural” (OCADA, 2006, p.148). Tais costumes os tornam visivelmente reconhecíveis e, por vezes, aparentemente distintos dos “brasileiros”, sendo considerados, muitas vezes, como “japoneses” no Brasil. É parte desta comunidade²⁰ que emigra para o Japão. Trata-se de uma fração destes nikkeis, pertencentes a uma determinada classe trabalhadora no Brasil, portadores de subjetividades, com motivações e escolhas próprias à sua origem social, das quais a etnicidade nipônica é uma das mais destacadas.

¹⁸ Tal qual o fenômeno de migração ser um “processo histórico”, curiosamente o navio *Kasato-Maru* (笠戸丸), em quase 50 anos de sua existência, atravessou diversos processos históricos significativos de cada época. Foi fabricado na Inglaterra no ano de 1899, país da Revolução Industrial e referência nesta produção, logo em seguida foi comprado pela Rússia com o nome *Kazan* servindo como navio-hospital na Guerra entre Japão e Rússia de 1904. Devido a derrota russa, é capturado em 1905 pelo Japão, desta maneira passando a ser usado pela *Companhia Japonesa de Imigração Kokoku* mudando o nome para *Kasato-Maru* (nome dado à semelhança fonética de seu original russo *Kazan*) e funcionando como transportador de imigrantes para a América Latina. Posteriormente na década de 1930 foi vendido para uma companhia de pesca japonesa, servindo como navio-fábrica. Como fim, acabou sendo afundado no *Mar de Okhotsk* em 1945 pelos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. (Fonte : <http://www.imigracaojaponesa.com.br/historiakasatomaru.html>)

¹⁹ *Ministry of Foreign Affairs of Japan* (Fonte: <http://www.mofa.go.jp/region/latin/brazil/index.html>)

²⁰ O sentido de comunidade aqui diz respeito apenas ao conjunto de descendente de japoneses nikkeis no Brasil, e não no sentido de uma comunidade integrada, fechada ou que compartilha normas sociais próprias.

Fábio Ocada, afirma em sua tese de Doutorado que as razões que norteiam a saída de emigrantes brasileiros rumo ao Japão são “motivações historicamente constituídas” (2006, p, 9), que vão muito além de razões estritamente econômicas, motivadoras da emigração, existem aspectos culturais e identitários em suas escolhas. Nesta perspectiva, Ocada entende que as motivações salariais e identitárias de um “mito do retorno” ao país de seus ancestrais podem estar intimamente relacionadas (idem, ibidem), sendo que as motivações subjetivas e de caráter identitário para a emigração “[...] revela-se enquanto um desdobramento da própria história dos imigrantes japoneses no Brasil” (idem, p.244). Paradoxalmente, essa mesma busca por pertencimento, às vezes acaba encontrando o desenraizamento em seu destino.

Em nossa pesquisa, na fala de uma das entrevistadas, Laura de 36 anos, mulher do casal que passou cerca de 15 anos no Japão, quando indagada sobre o motivo que a impulsionou a emigrar, sua resposta foi: *“Naquela época eu queria criar independência e queria conhecer o Japão, pois ouvia dizer que era muito bonito. Também queria ter uma experiência”*. Esta entrevistada, além de descrever diversos aspectos do cotidiano de trabalho no Japão, que mencionaremos mais adiante, demonstrou ter tido uma boa experiência em seus anos de vida lá. Apesar da longa jornada de trabalho, Laura comenta que *“Gostava muito do Japão, gostava da segurança que tem lá, gostava das comidas que aqui é caro.”*, talvez o aspecto diferencial desta entrevistada resida no fato dela não ter sido afetada diretamente pela crise de 2008²¹.

A questão da busca de certa experiência como motivo da emigração, relatada pela entrevistada Laura já foi evidenciada por diversos estudiosos do fenômeno de kassegui (Cf. MAGALHÃES, 1996; OCADA, 2006; OLIVEIRA, 1997; SASAKI, 1998), sendo destacada a vontade do ter contato com a cultura japonesa, parte constitutiva de sua etnicidade como aspectos norteadores das subjetividades dos imigrantes. Entretanto, apesar desta entrevistada ter demonstrado a síntese de sua trajetória migratória como sendo uma “boa experiência” e ter “gostado do Japão”, vale lembrar que a experiência positiva não é um aspecto geral nas trajetórias de todos de kasseguis, como também consideramos que

²¹ Ao contrário da maioria, em sua fábrica praticamente não houve demissões, apenas redução de horas extras.

análise da trajetória migratória e sua noção de experiência comporta uma maior complexidade para compreensão sociológica adequada.

Nesta pesquisa, as considerações acerca da subjetividade do migrante, ainda que não se configure como aspecto central de análise, também será importante na medida em que nos ajude a entender o trabalho imigrante de kassegui e sua complexidade. Como já destacado por estudiosos da migração, entre eles Sayad (1998), Moraes (2006) e Ocada (2006), a análise dos processos migratórios e dos imigrantes necessita de compreensão na articulação e mediação com diversas categorias analíticas, tais como classe social, trabalho, raça/etnia, gênero, entre outras possíveis dimensões.

A relação apontada pelos entrevistados, entre trabalho e subjetividade, demonstrada nas descrições de suas trajetórias, aparece como reflexo da inserção dos de kassegui em determinada estrutura social, somado ao pertencimento étnico que eles possuem como imigrantes e estrangeiros. Por isso, por mais penoso que tenha sido o trabalho no Japão, seus relatos podem variar desde denúncia ou revolta, omissão, silenciamento e até mesmo como a experiência positiva relatada por Laura. A emigração do de kassegui a trabalho parece encontrar suas origens no país de destino através de múltiplas determinações, tais como a busca de experiências como de preconceitos vivenciados; pertencimento e sentimento de exclusão; melhoria de condições como incertezas do retorno. Essas determinações, longe de serem aspectos unicamente de suas subjetividades (muito menos dimensões dicotomizadas), são partes constitutivas da realidade concreta do trabalhador de kassegui.

Para Ocada (2006), dentre os relatos dos trabalhos vividos pelos de kasseguis, encontramos nexos entre trabalho/subjetividade típicos do fenômeno de kassegui na confluência onde

[...] a moral confuciana²² incorpora-se perfeitamente às exigências do capitalismo contemporâneo. O que parecia ser uma herança cultural,

²² É a “Designação atribuída no Ocidente às doutrinas e ao sistema de pensamento elaborado pelo filósofo e teórico político chinês K’ung ch’iu, [...] Igualmente como seu “conjunto de crenças, conhecimentos e valores, ética social e filosofia, características da China e cerne de suas doutrinas, como o culto à natureza e aos antepassados, o amor, a justiça, a reverência, a sinceridade e o amor filial (que são considerados as principais virtudes)” (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001)

revela então uma faceta ideológica, reinventada em favor do capital. Dessa forma o *ganbarê* constitui, ao mesmo tempo, uma ideologia e um valor cultural (p. 195).

A expressão *ganbarê*, grosso modo, é usada como forma de incentivo, perseverança e força em japonês. De influência confuciana, o espírito do *ganbarê*, além da expressão de incentivo, é um valor cultural capaz de moldar relações sociais, comportamentos individuais e coletivos, com uma noção de superação frente a situações de adversidades da vida (OCADA, 2006). Conforme demonstrou Ocada, portanto, a noção do *ganbarê* é convenientemente adaptada à lógica da acumulação ampliada do capital (ibidem, p.175), criando ideologias próprias, ora de submissão, ora de superação e adaptação às relações sociais capitalistas e ressignificando sua cultura.

Tentaremos analisar, no próximo capítulo, de qual maneira os trabalhadores de kasseguis, com uma herança cultural trazida por seus ancestrais e de certa maneira preservada na comunidade nikkei, são, em parte, portadores desse “espírito” enquanto imigrantes no Japão. A noção de *ganbarê* é até hoje uma expressão muito utilizada nas relações pessoais, e em slogans de diversas instituições, como exemplo, recentemente fora bastante repetida depois do *Grande Terremoto de Touhoku* em 2011, na tentativa de promover um esforço e uma ideologia de perseverança na reconstrução da região afetada.

1.1.2 Quem são estes emigrantes modernos?

Os brasileiros que emigraram para o Japão, além de serem homens e mulheres, jovens e idosos, com ou sem escolaridade, casados ou solteiros, nikkeis ou seus cônjuges, são todos, acima de tudo, trabalhadores. Alguns deles já exerciam algum tipo de trabalho no Brasil, outros, por terem emigrado ainda muito jovens, tiveram o trabalho de kasseguis como primeiro contato com o mundo do trabalho. Tanto o nikkei que parte em busca do primeiro emprego, ou melhores salários, quanto seu cônjuge e seus filhos em idade escolar,

têm a categoria trabalho como elo necessário que os liga ao movimento migratório do Brasil para o Japão.

Entretanto, do total de um milhão e meio de pessoas que constituem a comunidade nikkei no Brasil não são todos os que emigram. Há uma seletividade, mesmo dentro desta comunidade – que não é homogênea –, que faz com que uma parcela de seus membros decida migrar, ao mesmo tempo com que outra permaneça no Brasil. Mas como podemos compreender essa seletividade e saber por quais indivíduos é constituído o fenômeno de kassegui? Veremos como alguns estudiosos do assunto compreendem essa questão no que tange a mudança desse perfil ao longo dos anos. Em seguida, iremos expor o perfil de alguns de nossos entrevistados para, por fim, tentar responder esta problemática.

Do ponto de vista da faixa etária, sexo e do arranjo familiar, pode-se dizer que, no início do movimento de kassegui, no começo da década de 1990, predominava a migração de homens na condição de migrante individual, com a intenção de permanência de curta duração no Japão (HIRANO F.; 2005; KAWAMURA, 2003; SASAKI; 2000; SHISHITO, 2012). Esse tipo de migração predominante no início do movimento de kassegui, apresentava uma realidade onde chefes de família do sexo masculino (de idade mais elevada) migravam e faziam remessas para manutenção e poupança da família no Brasil. As chamadas redes sociais organizadas por brasileiros, bastante presentes na atualidade, eram todavia escassas, fazendo com que esses emigrantes recorressem geralmente às agências de turismo e às empreiteiras para o seu transporte e permanência no Japão.

Atualmente, o perfil de kassegui tem se modificado, passando a ter um caráter mais familiar, de expectativa temporal longa, por vezes indeterminada²³ (SHISHITO, 2012), com emigração de crianças em idade escolar e cônjuges, como também *nikkeis* de segunda ou terceira geração (*nissei* e *sanssei*) que, por vezes, possuem pouco conhecimento da língua japonesa (OCADA, 2006). Segundo os dados do *Immigration*

²³ Esta mudança na expectativa temporal e sua indeterminação é o ponto principal e razão da qual parte dos estudos sobre o movimento de kassegui vem problematizando o uso da terminologia “de kassegui”. Sobre a mudança desta expectativa temporal, de maneira mais detalhada, ver a dissertação *A expectativa temporal e a permanência de brasileiros no Japão* (SHISHITO, 2012).

Bureau of Japan de 2010²⁴, dos 230 mil brasileiros registrados, havia cerca de 125 mil homens e 105 mil mulheres em solo japonês, mostrando uma tendência de equiparação dos sexos. No que se refere à idade, igualmente segundo estes dados, pode-se dizer que há uma relativa similaridade na distribuição entre todas as faixas etárias, sendo que, além de imigrantes em idade economicamente ativa, que é a parcela dominante, há muitos brasileiros em idade escolar, crianças pequenas, como também brasileiros acima dos 65 anos.

Já foram abordadas por diversos estudiosos da temática de *dekassegui*, questões referentes aos tipos de trabalho exercidos antes da migração. Diferentemente dos dados sobre idade, sexo e tipo de visto do imigrante brasileiro, que podem ser consultados no Ministério da Justiça do Japão em seu *Immigration Bureau*, não há estatísticas que mostrem com exatidão, do ponto de vista quantitativo, as condições socioeconômicas dos *dekasseguis* antes de sua emigração. Entretanto, mesmo que não tenhamos dados estatísticos numericamente representativos acerca dessas condições, pensamos ser importante compreender qual o perfil de quem emigra, uma vez que, entendê-lo é importante para compreender a atual forma que a mobilidade do trabalho se apresenta. Veremos como alguns estudiosos, de uma maneira geral, possuem uma compreensão similar na análise do perfil do indivíduo que emigra. Muitos dos dados que se seguem, oriundos das pesquisas qualitativas realizadas por eles, nos ajudarão a pensar esta questão.

Lirian Melchior, em sua dissertação de Mestrado (2003) e tese de Doutorado (2008) fez pesquisas de campo e analisou o perfil dos trabalhadores que emigraram para o Japão. Em sua pesquisa de Mestrado, dos 31 entrevistados no ano de 2002 na cidade de Londrina, 12 pessoas eram funcionários de estabelecimentos comerciais ou exerciam funções de prestação de serviços, cinco eram agricultores, quatro estudantes, quatro proprietários de estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços, três desempregados e três eram aposentados (2003, p.83). Sobre os rendimentos desses entrevistados, Melchior afirma

²⁴ Dados do Ministério da Justiça do Japão seção *Immigration Bureau of Japan*, ano de 2010: <http://www.e-stat.go.jp/SG1/estat/List.do?lid=000001074828>

Assim, percebemos que 77,42% dos entrevistados possuíam algum tipo de ocupação rentável e que apenas 22,58% não possuíam renda nenhuma envolvendo nesta classe estudantes e desempregados. Porém a expectativa de salários superiores à US\$1.500,00 acabou atraindo muitos descendentes de japoneses que se utilizaram desta oferta de emprego como uma forma de acelerar o processo de aquisição de bens no Brasil, [...]. (idem, p.84).

Na pesquisa de Doutorado, Melchior traça um perfil parecido, onde além de estudantes, afirma que muitos dos entrevistados que emigraram trabalhavam na prestação de serviços ou eram proprietários de estabelecimento comercial²⁵ (2008, p. 132). Ela conclui, sobre essa questão, que não são necessariamente os desempregados que emigram, mas sim brasileiros que buscam um maior ganho salarial e que sentiam que seus rendimentos aqui eram insuficientes (idem, ibidem).

Lili Kawamura, em seu livro *Para onde vão os brasileiros* (2003), afirma que os dekasseguis que emigraram para o Japão não tinham experiência em trabalhos operários no Brasil e descreve também que esta população é bastante heterogênea no que diz respeito a aspectos culturais, bem como em suas experiências profissionais anteriores à migração (idem, p.83). Kawamura, utilizando os dados do Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, afirma que 60% dos que emigraram para o Japão tinham uma renda mensal de um a cinco salários mínimos, e que 30 % recebia de cinco a dez salários mínimos antes da emigração (ibidem, p. 91).

Para Kawamura, a conjuntura socioeconômica brasileira da década de 1980, somada à falta de força de trabalho no Japão, criam uma situação que coincide com “disponibilidade de um grande contingente de brasileiros que se ajustava aos requisitos básicos solicitados” (idem, ibidem p. 92). Além da ascendência japonesa, requisito básico, esses brasileiros eram indivíduos, segundo ela, desempregados, subempregados e “com grandes dificuldades para manter seus pequenos e médios empreendimentos ou com perspectivas profissionais desanimadoras” (idem, ibidem). É estabelecida aqui, a associação entre a deterioração do padrão de vida sofrido pela classe média na década de 1980, e a migração para o Japão, uma vez que, segundo a autora, a comunidade nikkei se situava exatamente nessa classe.

²⁵ Pesquisa realizada em Ourinhos, 2007.

A análise feita por Kawamura (2003) da condição social do nikkei que emigra – e aqui acrescentamos que não são todos os nikkeis que emigram – é correlata à perspectiva adotada por grande parte da bibliografia acerca dos condicionamentos socioeconômicos de emigração dos dekasseguis (COSTA, 2007; HIRANO F., 2005; LITVIN, 2007; MELCHIOR, 2003 e 2008; SASAKI, 2000; SHISHITO, 2012, entre outros). Esta análise é semelhante à compreensão dos estudos migratórios que constatam que ocorreu uma ampla saída de brasileiros rumo ao exterior em busca de melhores condições de vida.

Patarra e Baeninger (2000) são duas autoras que propõem esse debate, onde analisam um Brasil que era, do ponto de vista demográfico, entre 1950 e 1980, uma população fechada²⁶, e passa se tornar um país com expressiva saída de emigrantes a partir da década de 1980. As autoras consideram que a recessão econômica que o Brasil sofrera nessa década, entre outros fatores²⁷, alterou substancialmente o volume de brasileiros rumo ao exterior. Para elas, aconteceu para esses emigrantes a “busca de uma mobilidade social truncada no país dos anos da chamada década perdida que se dirigia, principalmente, para os países do Primeiro Mundo” (idem, ibidem, p. 87). Segundo os estudos citado até agora, os brasileiros dekasseguis se encaixam precisamente neste perfil de brasileiros que sofreram perdas significativas em seus padrões de vida nessa década. Essa questão, à qual tentaremos retomar brevemente mais diante, será oportuna para pensarmos a fração de classe que os dekasseguis pertenciam no Brasil.

Outra pesquisadora, Elisa Sasaki (2000), em sua pesquisa de campo²⁸, analisou também as profissões que tinham os dekasseguis antes de sua emigração. Segundo as respostas obtidas, os trabalhos que eles exerciam no Brasil variavam entre: atendentes de lojas, de agência de turismo, torneiro mecânico, engenheiro, auxiliar administrativo, auxiliar de dentista, professor, motorista de caminhão, dono de locadora, comerciante de frios e laticínios, técnico de mecânica, gerente de loja, eletricitista entre outras (idem,

²⁶ Crescimento da população fechada significa que o "crescimento era resultante da diferença entre o número de nascimentos e o de óbitos" (PATARRA e BAENINGER, 2000, p. 87).

²⁷ Vale destacar que não somente a recessão econômica, mas a globalização e as mudanças no âmbito tecnológico, de transportes, como a reestruturação produtiva no mundo do trabalho também são considerados por estas autoras como parte do cenário da emigração de brasileiros ao exterior.

²⁸ Entrevistas realizadas entre os anos de 1995-1997 nas cidades de Campinas, Limeira e São Paulo.

ibidem, p.25-26). Em sua compreensão, os brasileiros que emigraram, mesmo em difícil situação econômica, não eram “pobres ou miseráveis” (idem, ibidem, p. 30). Sasaki afirma também que

A migração ao Japão não é exatamente uma questão de sobrevivência, é muito mais uma alternativa ou estratégia para alcançar, manter ou recuperar um determinado padrão econômico e material, que, mesmo antes de partir ao Japão, não era tão baixo em relação à média da população brasileira. Em outras palavras, não são os pobres, mas a classe média que participa da migração internacional, como a dos dekassegus no Japão. (idem, ibidem p.30)

A compreensão de uma classe média que emigra parece ser recorrente, como vimos, em grande parte dos estudiosos do fenômeno dekassegui.

Fabio Hirano (2005), que estudou a migração de retorno na cidade de Maringá/PR, com uma ampla pesquisa de campo e centenas de enquetes realizadas, igualmente descreveu as profissões dos dekassegus antes da emigração. Há uma grande variedade de ocupações exercidas pelos entrevistados, tais como feirantes, bancários, ajustadores mecânicos, balconistas, atendentes, representantes comerciais, trabalhadores rurais, engenheiros, jornalistas, promotores de venda, comerciários, caminhoneiros, etc²⁹ (idem, ibidem, p.151). Das respostas obtidas por Hirano, não houve uma concentração em uma profissão específica desses dekassegus antes da ida ao Japão.

Em nossa pesquisa de campo, constatamos a mesma variedade de ocupações entre os entrevistados, dentre eles encontramos estudantes, donas de casa, ourives, recepcionista de salão de beleza, operária, operário, dono de pequena peixaria, vigilante, motorista, funcionária de escola, etc. De modo geral, a maioria afirma ter emigrado por razões que envolvem questões econômicas como: “*Ter dinheiro para a aposentadoria no Brasil*” (entrevistado Luis), “[...] *juntar dinheiro com a minha família*” (entrevistado Frederico), ou como a entrevistada Rosa que afirma,

²⁹ Outras profissões levantadas foram: dirigente de instituição de ensino, agentes fiscais, desenhista, ótico, analista econômico, técnico agrícola, operário da indústria eletrônica, corretor de imóveis, conserto de relógios, técnico em eletrônica, funileiro, funcionário público, carniceiro charqueador, caldeireiro, desempregado, aposentado, boleiro, auxiliar de enfermagem, agente social, professor primeiro grau, fotógrafo, torneador mecânico, ajustador mecânico, soldador, taxista, etc (HIRANO F., 2005, p.151).

“Quando fazia faculdade em 1998 e trabalhava como recepcionista ganhando 500 reais, um camarada da faculdade que na época ganhava 1.500 reais disse que ia para o Japão pois lá ganhava muito dinheiro. Na época sabia que poderia comprar coisas que queria caso ganhasse bem, e imaginei que se meu camarada que ganha 1.500 reais, que para mim está bom, dizia que ganhava melhor, [...] fiquei interessada pelo consumo. Meu objetivo inicial era de ficar quatro anos no Japão.”

Além desta entrevistada que migrou ainda muito jovem (22 anos), interrompendo seus estudos no Brasil por razões econômicas, os outros entrevistados, em sua maioria, eram indivíduos que exerciam algum tipo de trabalho ou que estudavam, mas a possibilidade de uma boa remuneração em comparação ao Brasil apareceu como forte atrativo.

À luz da exposição que fizemos, sobre as pesquisas que mapearam o trabalho que os dekassegui exerciam antes da emigração, como podemos compreender, analisar e responder à questão: *afinal quem é que emigra?* Por quem é constituído o fenômeno dekassegui? Tal como Vainer (1998), rejeitamos a ideia de total “liberdade de ir vir” dos sujeitos, presente na teoria neoclássica da mobilidade social que projeta a análise apenas nas motivações individuais, tal compreensão, carente de mediações corre o risco de ver o fenômeno como uma média das motivações de indivíduos plenamente livres. No entanto, tendo o trabalho imigrante como aspecto central desta pesquisa, pensamos ser importante saber quem são esses dekassegui do ponto de vista da classe social a qual eles pertenciam antes de sua emigração. Neste caminho, além das motivações subjetivas, pensamos que há algo que os une, do ponto de vista de suas bases materiais de produção, para que ocorra essa emigração, uma vez que, como demonstrado, não são todos os nikkeis do Brasil que migram, mas que ocorre uma seletividade onde apenas uma parcela o faz.

Seguindo essa questão, levando em consideração os tipos de trabalho que os dekassegui exerciam no Brasil apontados pelas pesquisas que expusemos e por nossos entrevistados, como poderemos caracterizá-los do ponto de vista da classe social? Já mencionamos que os estudos do fenômeno dekassegui apontam um perfil de classe média, em uma conjuntura em que esta sofreu perdas em seu padrão de vida como um dos condicionantes da emigração. Entretanto, em nossa pesquisa, por se tratar do trabalho em

específico, sentimos a necessidade de um maior esclarecimento acerca do perfil desses migrantes e da classe social da qual faziam parte. De que modo podemos tomar o conjunto dos dekasseguis como pertencentes à classe média brasileira? Com quais critérios podemos compreender a condição desses trabalhadores?

Os estudos que abordaram essa questão (BELTRÃO e SUGAHARA, 2006; COSTA, 2007; HIRANO F., 2005; KAWAMURA, 2003; MELCHIOR, 2003 e 2008; SASAKI, 2000, entre outros), a fim de responder as problematizações por eles propostas em suas pesquisas – que não diziam respeito à classe social ou ao trabalho imigrante em específico – descrevem os dekasseguis apenas como pertencentes à classe média brasileira. Entretanto, os tipos de trabalho realizados por eles, como vimos, variam entre operários, donos de pequenos estabelecimentos e até mesmo profissionais com nível superior. Como compreender, então, estas, aparentemente múltiplas, condições de trabalho do nikkei e sua classe social?

O conceito de classe social utilizado por distintas tradições sociológicas e suas visões de mundo é bastante controverso, divisor de opiniões e apresenta um fértil debate na sociologia. Muito longe de tratar esse debate em sua complexidade nesta pesquisa, em linhas gerais, pode-se dizer que há uma discussão tomada pela vertente weberiana³⁰ e a marxista que é bastante conhecida.

Em Marx, mesmo este não tendo concluído o capítulo d'*O Capital* que trataria do conceito de classe social, podemos afirmar que não é no mercado, mas sim, no enfoque dado ao âmbito das relações de produção que se define a classe social (1985a; 1985b). No âmbito da produção, grosso modo, existem as posições antagônicas entre capital e trabalho, que se dividiriam em detentores dos meios de produção, os capitalistas e os vendedores de

³⁰ Conforme Hirano, de maneira resumida aqui, pode-se dizer que em Weber, “a palavra classe social se refere a qualquer grupo de pessoas na mesma situação de classe” (HIRANO, 2002, p. 102), podendo ser caracterizada a situação de classe como a situação no âmbito do mercado. Neste caminho, o que definiria a inserção de certas pessoas em uma mesma classe são a posse de bens e as oportunidades determinadas pelo mercado (idem, ibidem, p.106). Segundo cita Hirano ainda, na compreensão de Weber, “as distinções ou os ‘limites’ de uma classe ocorrem no âmbito da distribuição”, onde as classes podem ser divididas em três: a *classe proprietária*, a *classe lucrativa* e a *classe social* (idem, ibidem). Esta última, por sua vez, é definida pela “totalidade daquelas situações de classe entre as quais um intercâmbio, a) pessoal b) na sucessão das gerações, é fácil e pode ocorrer de um modo típico” (apud HIRANO, ibidem, p.106). Sendo assim, a definição de classe média, ficaria no meio caminho onde haveria a distribuição de bens de posse de propriedade (no sentido genérico) por um lado, e a não posse de propriedade por outro.

força de trabalho (idem, ibidem). Além disso, por se tratar de uma análise das classes sociais “[...] focalizadas em suas determinações específicas e particulares, referidas às situações e condições de uma realidade histórica (conjuntural)” (HIIRANO, ibidem, p.147), isto é, em sua concreticidade, a análise de Marx vai além.

Em *O Capital*, Marx opera com as três grandes classes sociais: os proprietários simples da força de trabalho; os proprietários de capital; e os proprietários da terra, cuja compreensão histórica e analítica possibilita ver as distintas parcelas da apropriação do valor da produção. Essa apropriação tem como fonte de receita para os proprietários de capital, o lucro; para o proprietário de terra, a renda do solo e para o trabalhador assalariado, obviamente, o seu salário ([1867] 1988). No entanto, cabe ainda observar que Marx, ao analisar distintas conjunturas históricas, como no caso o *18 Brumário de Luís Bonaparte* ([1852] 1977), também nos oferece uma compreensão das frações de classe, a nosso ver, passíveis de distintas visões de mundo e posições políticas diversas. Para nossa pesquisa, essa linha de raciocínio, calcada nas relações de produção, analisada em sua dimensão histórica e política, parece mais apropriada.

Não pretendemos com estas exposições nos aprofundarmos no debate acerca do conceito de classe social, mas sim, entender quem são os dekasseguis e problematizar brevemente o conceito de classe média apontado nos estudos até agora apresentados. Sabemos que essa discussão, tomada tanto por teóricos não-marxistas, como marxistas, em suas distintas correntes é, todavia, um rico debate em aberto³¹. Segundo Elísio Estanque,

As duas grandes correntes teóricas [...] dividem-se entre, de um lado, a *teoria de classes*, que teve no marxismo clássico a sua grande referência, e, de outro, a *teoria da estratificação social*, que deriva da junção entre a tradição positivista (de Émile Durkheim e Auguste Comte) e a corrente liberal herdada de Max Weber. Estas duas <<escolas>> disseminaram duas visões distintas— e durante muito tempo antagônicas – sobre as desigualdades sociais nas sociedades modernas. (2012, p. 22).

O que podemos apreender através dos estudos que expusemos, como também da pesquisa de campo realizada, é que o número de dekasseguis que trabalhava como operários ou em outros trabalhos considerados manuais (torneiro mecânico, ajustador

³¹ Sobre o debate acerca da classe média, sua definição, como de suas distintas compreensões ver: Poulantzas (1978); Mills (1979); Saes (1985); Braverman (1981); Boito (2004); Trópia (2008), Cavalcante (2010), Estanque (2012).

mecânico, etc.) é reduzido em vista de uma maioria que trabalhava na prestação de serviços, além de uma parte, mesmo que muito pequena, de trabalhadores qualificados (dentistas, engenheiros, técnicos, professores), bem como alguns donos de pequenos estabelecimentos. De todo modo, os trabalhos não-manuais prevalecem, sendo que boa parte deles não necessita de qualificação profissional, como há outros com certo grau de técnica exigida.

Ainda que partindo de uma análise sócio-profissional desses emigrantes, podemos pressupor que os dekasseguis não faziam parte da classe média em seu sentido abstrato e homogêneo, mas sim, quiçá, alguns poderiam pertencer a esta fração de classe, ainda que a nosso ver, eles estejam mais inclinados à classe trabalhadora em seu sentido ampliado. Ora, a escolha de emigrar para exercer trabalho operário, conhecido pelo seu alto desgaste físico, longa jornada e rejeitado por parte da população local, não é algo fortuito. E sendo as motivações econômicas da emigração bastante presentes, podemos inferir que, além da experiência migratória, o trabalho operário no Japão compensaria do ponto de vista financeiro. Ou seja, parte da comunidade nikkei que migrou, se configura, em sua maioria, como nikkeis da classe trabalhadora brasileira com ganhos salariais supostamente inferiores à US\$ 1.500,00 dólares (ou 11~15 dólares/hora), o que tornava economicamente vantajoso o trabalho de operário nas indústrias japonesas.

Mediante as considerações apontadas, podemos afirmar que, apesar de não ser essa uma migração por “sobrevivência” (SASAKI, 2000), apenas uma parte reduzida destes nikkeis faziam parte de uma fração da classe média, sendo que neste caso, fazendo parte de uma classe média em condições proletarizadas (BRAVERMAN, 1981, p.344). Nesse sentido, a análise da classe social do ponto de vista da tradição marxista, calcada no âmbito de sua relação com a produção, bem como a compreensão dessa classe inserida em conjuntura social nos parece a mais profícua.

Em nosso entendimento, a fração de classe à qual os nikkeis pertenciam não pode ser entendida como uma estratificação social baseada em rendimentos ou *status*, no entanto, compreendemos que os salários recebidos no Brasil, considerados insuficientes para eles, é **uma das manifestações** das suas relações de trabalho que não pode ser descartada. Como vimos, os trabalhos exercidos por estes nikkeis, além de salários

percebidos como baixos, se apresentam como relações de trabalho – ainda que não-manuais – com pouca autonomia, geralmente subalternas, podendo se manifestar em processos de trabalho repetitivos, ou seja, uma fração da classe média distinta da tradicional e “velha classe média” (BRAVERMAN, *ibidem*, p.345). No estudo de Harry Braverman, apesar de ser uma pesquisa da década de 1970, é demonstrada uma diferenciação que nos interessa, a da existência de uma gama de categorias intermediárias, que não são capitalistas, tampouco trabalhadores operários.

Nestas categorias intermediárias³², haveriam outras frações de classe, das quais uma parte tem relações de trabalho de comando em termos de autoridade, com remunerações significantes, possuidora de responsabilidades no local, com garantia relativa de emprego e semi-independência dentro do processo produtivo (BRAVERMAN, 1981, p. 343). São trabalhadores não-manuais, mas de altos cargos administrativos, extremamente qualificados e igualmente considerados como classe média. Entretanto, pelo que pudemos perceber, os trabalhadores nikkeis definitivamente não faziam parte dessa classe média brasileira. Em nossa pesquisa de campo, ainda que com um número de entrevistados bastante reduzido devido a natureza de ser uma pesquisa qualitativa, não pudemos compreendê-los como pertencentes a esta classe média.

É bastante possível que os nikkeis que porventura possuem certa qualificação, portanto situados em “camadas médias” do emprego estejam mais inclinados a definição de uma classe trabalhadora. Ainda conforme Braverman, tal camada média “[...] não possui qualquer independência econômica ou ocupacional; é empregada pelo capital e afiliados, não possui acesso algum ao processo de trabalho ou meio de produção fora do emprego” (*ibidem*, p.340), assim como são obrigados a renovar seus trabalhos contantemente a fim de subsistir.

³² Na análise da classe média e sua relação com o sindicalismo, apesar de uma posição distinta de Braverman, Boito afirma; “Se observamos a situação econômica dos trabalhadores de classe média, veremos que eles se inserem de maneiras distintas na produção social. A situação de trabalho das diferentes frações dessa classe varia muito e em função de fatores diversos: do nível de socialização do trabalho que realizam, das formas e do montante de remuneração que recebem, das qualificações formais exigidas para o exercício da profissão e do conteúdo do trabalho que executam – complexidade das tarefas, maior ou menor autonomia no local de trabalho, atividade de direção ou controle sobre outros trabalhadores etc.” (2004, p. 222).

Deste modo, em nossa pesquisa, entendemos os nikkeis que emigraram para o Japão como pertencentes a classe trabalhadora em seu sentido amplo. Tal como compreende Antunes,

Uma noção ampliada da classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que *vendem sua força de trabalho e troca de salário*, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. (2009, p. 103)

Através destes pressupostos, podemos considerar que o movimento de kassegui é constituído por indivíduos da classe trabalhadora brasileira e talvez por um número bastante reduzido de nikkeis oriundos da fração da classe média em condições proletarizadas, para qual mesmo o trabalho operário no Japão em condições precarizadas compensaria do ponto de vista financeiro. Nesta compreensão, não pretendemos desconsiderar as motivações subjetivas, e, em nosso entendimento, elas aconteceriam, no geral, **na condição em que esses emigrantes façam parte de determinada fração da classe trabalhadora no Brasil**, assim ocorrendo a seletividade desse processo migratório.

1.2 Controle migratório, Reforma da Lei de Migração japonesa e seus bastidores

Não há oficialmente no Japão uma categoria de visto de permanência destinado aos trabalhadores imigrantes sem qualificação³³. A entrada de estrangeiros e sua consequente permanência se dão pela concessão de vistos de *intercâmbio, estágio, pesquisa, de caráter religioso, empresarial, médico, engenheiro, artístico* e, entre outros, de residência a trabalho e objetivos de permanência³⁴. No ano de 2010 viviam oficialmente 230 mil brasileiros no Japão, sendo que, essa população era constituída paradoxalmente

³³ *Tanjyun Roudousha: 単純労働者*

³⁴ A descrição dos diversos tipos de vistos pode ser encontrada no site do Ministério da Justiça do Japão, *Immigration Bureau* (Fonte: <http://www.immimoj.go.jp/toukei/index.html>)

por trabalhadores exercendo funções desqualificadas nas indústrias japonesas. Como isso pode acontecer, sendo que não existe visto de trabalho para imigrante desqualificado?

Do ponto vista jurídico, esses brasileiros residentes o Japão, sejam nikkeis ou seus cônjuges, permanecem em solo japonês de forma legalizada. Entretanto, os tipos de visto que eles possuem não são os de trabalho qualificado expostos acima, mas sim o de *residência fixa, residência permanente, cônjuge de residente permanente* ou *cônjuge de japonês*. Na prática, isso significa que estes brasileiros permanecem no Japão exclusivamente pela sua ascendência japonesa ou pela ascendência de seu cônjuge, isto é, trata-se de um movimento migratório de caráter étnico.

Para o jornalista japonês Kouichi Yasuda, que pesquisou as condições de trabalho dos estrangeiros no Japão, o governo japonês, ao não aceitar, do ponto de vista legal, a entrada de trabalhadores desqualificados, trata como “exceção”³⁵ a questão do trabalhador nikkei ou dos estagiários chineses³⁶, muito presentes no Japão (2010, p. 4). Em sendo “exceção”, as políticas públicas e as garantias de direitos sociais específicos a esta população, tendem a ser ausentes, além da omissão por parte do Estado em reconhecer este contingente e suas particularidades. Veremos agora, ainda que brevemente, como o Japão historicamente se relacionou com o outro estrangeiro, as reformas da legislação japonesa no que se refere às políticas migratórias e o caminho traçado para chegar à atual situação.

O Japão, diferentemente de países da Europa, dos Estados Unidos ou do Brasil, não tem uma longa tradição em receber estrangeiros imigrantes. É conhecido que no feudalismo japonês, houve um período de autoisolamento conhecido como *Sakoku*³⁷ onde o Japão interrompeu qualquer tipo de intercâmbio com outros países, exceto uma parcial abertura para comércio com a Holanda, Coreia e China. Além de uma condição topográfica, naturalmente isoladora, o Japão é um arquipélago, o período de *Sakoku* teve uma duração consideravelmente longa (1639- 1854). Mudanças no relacionamento internacional e a abertura, só aconteceram com a *Restauração Meiji*, em 1868. Oficialmente, apenas em um

³⁵ *Reigai: 例外*

³⁶ Em 2010 residiam 687 mil chineses no Japão (*Ministério da Justiça*). A população chinesa no Japão é conhecida por parte desta possuir vistos de permanência de tipo *trainee* (*実習生*), sendo que na prática boa parte exerce trabalhos igualmente desqualificados e de baixos salários. (*Ministério da Justiça do Japão*)

³⁷ *鎖国*. Estes dois ideogramas (kanji) se referem a *corrente* e *país*, em uma tradução livre como *país acorrentado*.

decreto do ano de 1899 (*Naichi Zakkyo*³⁸) são abolidas as restrições para a permanência, residência e livre circulação de estrangeiros em solo japonês, assim como, é promulgada a abertura do país ao comércio. Assim sendo, a condição insular, o longo período de afastamento político e o fechamento ao contato com outros povos, corroboraram para o desenvolvimento de uma nação aparentemente com relativa homogenia do ponto de vista étnico e com fraca tradição (ou podemos dizer com um contato relativamente tardio) em assuntos relacionados à imigração.

Posteriormente, o período que se estendeu do Pós-Guerra até o final da década de 1970 e começo da década de 1980, é comumente associado à inexistência da presença de estrangeiros. Segundo Morris-Suzuki, há uma visão, mesmo para alguns estudiosos, de que o Japão teve um crescimento econômico no Pós-Guerra sem a presença de estrangeiros (2006, p. 3), tal visão cria um espaço em vazio (*blank space*) da história e memória do Japão que ignorou a presença destes imigrantes invisíveis (*Invisible Immigrants*) (idem). Para ela, entretanto, apesar da falta de estatísticas abrangentes, houve sim a presença de estrangeiros em solo japonês em todo este período. Segundo relatos coletados, como também de alguns dados referentes à imigração indocumentada e prisões de estrangeiros desde a década de 1940, houve sempre a presença de estrangeiros considerados “ilegais”, principalmente oriundos da Coréia, Taiwan e China. Assim, Morris-Suzuki afirma que há distintas maneiras de se interpretar este período, como por exemplo, dizer que

[...] a economia japonesa não “dependeu” de trabalho estrangeiro em seu período de alto crescimento. Enquanto o trabalho de estrangeiros formou uma proporção substancial na força de trabalho de alguns países europeus durante a década de 1960 e 1970, no Japão este número, em relação ao tamanho total da força de trabalho, era de longe, muito pequeno para dar a ideia de uma noção de “dependência”.

Mas isto é diferente de dizer que o Japão atingiu seu alto crescimento econômico “sem importar” o trabalho estrangeiro (ibidem, p. 121, tradução nossa).³⁹

³⁸ 内地雜居, numa livre tradução, *residência mista na ilha*.

³⁹ [...] *the Japanese economy did not “depend” on foreign labor in the high-growth era. While foreign workers formed a substantial proportion of the work force in some European countries during the 1960s and 1970s, in Japan their number, in relation to the total size of the work force, was far too small to bear the weight of notions like “dependence”.*

But this is different from saying that Japan achieved its high growth “without importing” foreign workers.

Nessa visão, apesar do Japão não ter “dependido” da força de trabalho do imigrante, sua presença não é escamoteada, mas sim evidenciada, sendo que muitos deles residiram na clandestinidade trabalhando como operários em pequenas empresas. Este *locus* do trabalho, como veremos no próximo capítulo, assume uma constância no lugar ocupado pelo imigrante dentro da divisão social do trabalho no Japão, como é o caso dos *dekasseguis* na atualidade.

Morris-Suzuki afirma ainda que o modelo do controle migratório no Japão não se configura como algo “único”, mas sim com fortes influências do modelo dos Estados Unidos, sendo que foi a interação de sua política migratória e as políticas nacionais que fizeram moldar a forma como o Japão se tornou um país sem a maciça presença de imigrantes, do ponto de vista quantitativo (*ibidem*). Durante o Pós-Guerra, ainda que proporcionalmente com poucos estrangeiros, havia centros de detenção de imigrantes⁴⁰ e uma política nacional que, por um lado “escondia” a presença de estrangeiros indocumentados, e por outro estimulava a denúncia destes por parte dos cidadãos, oferecendo inclusive recompensas em dinheiro para quem os delatasse.

A análise de Morris-Suzuki nos parece interessante para pensar a história moderna do capitalismo japonês, onde a atual presença dos trabalhadores brasileiros não aparece, do ponto de vista da presença de estrangeiros, como um fato inédito, de ocorrência repentina, ou *sui generis* em sua história. Assim como esta autora afirma que o imigrante claramente contribuiu para o crescimento do Pós-Guerra (*ibidem*, p.125), o trabalhador brasileiro hoje certamente tem um importante papel para a reprodução do capitalismo japonês. Neste movimento, a atual fase do controle migratório japonês aparece como um desenvolvimento, aperfeiçoamento e adequação do tipo de controle necessário a atual conjuntura econômica e social, e não como um controle regido de forma abstrata, ou algo que nunca houvesse existido na história japonesa. A compreensão do trabalho imigrante no Japão e a escolha da “importação” (como expressou Morris-Suzuki) de

⁴⁰ Como outros campos de detenções e centros de permanências de imigrantes indocumentados pelo mundo, este campo no Japão foi também alvo de críticas por grupos dos Direitos Humanos, já nas décadas de 1960 e 1970, pelas suas péssimas condições de alimentação, de assistência à saúde, tratamento desumano entre outras denúncias. (MORRIS-SUZUKI, 2006, p.147).

brasileiros como força de trabalho é, neste sentido, mediante uma compreensão histórica, o desdobramento da atual maneira de se relacionar com o imigrante no Japão.

Ainda com a compreensão que expusemos acima, de fato a porcentagem de estrangeiros no Japão, se comparado a países da Europa ou Estados Unidos, sempre foi muito pequena. Estimava-se que entre 1950 a 1988, essa porcentagem⁴¹ era, em torno, de 0,6 % da população. Só na década de 1980 que esse número começa a aumentar, chegando, no ano de 2010, a 1,67 % da população do Japão⁴².

Sobre a taxa de estrangeiros no país, fazendo uma breve digressão, nos anos recentes, o governo japonês vive um impasse na questão migratória⁴³, pois, por um lado, desejava manter um contingente de estrangeiros em uma porcentagem pequena de sua população⁴⁴. Contudo, por outro lado, sabe-se que o Japão enfrenta problemas com o envelhecimento populacional;⁴⁵ população em idade ativa⁴⁶ insuficiente; diminuição populacional como um todo pela baixa natalidade. Dessa maneira, até pouco antes da crise de 2008, cogitava-se, por parte da Dieta (congresso japonês), ampliar o contingente de estrangeiros para suprir esta possível carência de força de trabalho. Vale uma ressalva que essa discussão é anterior à crise econômica e uma possível reestruturação da economia, tendo sido apenas um debate interno naquela época e passível de transformações devido a cada conjuntura social. Além do Estado e suas políticas de abertura que podem atrair imigrantes, sabemos que o capital, além da força de trabalho que é a principal, encontra também outras alternativas como o desenvolvimento das forças produtivas em seu sentido estritamente tecnológico – no desenvolvimento de máquinas por exemplo – para sua produção e reprodução ampliada.

⁴¹ Exclui-se deste número os indocumentados.

⁴² Dados extraídos do Ministério da Justiça do Japão.

⁴³ Sayad nos lembra de que assuntos relacionados aos imigrantes são sempre tratados como sendo um “problema social” (p.56-57), isto é, uma questão a ser resolvida, como por exemplo: *o imigrante e o emprego; o desemprego do imigrante; o imigrante e a formação; os filhos dos imigrantes e a escola; os imigrantes e o direito de voto; o imigrante e sua integração*, etc.

⁴⁴ Na Europa, segundo o *Eurostat*, a média dos 27 Estados-membros, era de que 6,7% da população constituída por estrangeiros.

⁴⁵ Em 1990, a porcentagem de pessoas com mais de 65 anos de idade no Japão era de 12%. No ano de 2011 esta passou para 23% da população total (Fonte: <http://www.stat.go.jp/data/topics/topi541.htm>).

⁴⁶ Segundo os dados do *Soumusho (Ministry of Internal Affairs and Communications)*, no ano e 2010 a população e idade ativa (PIA) era de 59%. Há também um prognóstico que este número seja reduzido para cerca de 35% no ano de 2050. (Fonte: <http://www.stat.go.jp/data/roudou/longtime/03roudou.htm>)

Voltando à década de 1980, veremos como ocorreram algumas mudanças no controle migratório do Japão, e como nasce o fenômeno migratório no começo da década de 1990. Veremos que foi principalmente o fim dessa década e o começo da década de 1990 a época que determinou a entrada dos brasileiros de forma distinta de até então, marcando o surgimento do movimento de kassegui.

Diferentemente da leitura usual, como nos auxiliou a compreensão exposta por Morris-Suzuki (2006), sempre houve a existência de imigrantes no Japão Pós-Guerra. Já na década de 1980, a permanência de imigrantes de países asiáticos (China, Coreia do Sul, Filipinas, Tailândia, Paquistão, Bangladesh, entre outros) começa a se evidenciar (SASAKI, 2000). Como o Japão tem como política migratória não aceitar a permanência de trabalhadores imigrantes desqualificados, a maioria deles permanecia indocumentada, trabalhando em empresas de médio e pequeno porte, na construção civil, como também havia a presença de asiáticas trabalhando na indústria do sexo, trabalhando como *entertainer* ou *bar hostess*⁴⁷ (MORITA e SASSEN, 1994, apud SASAKI, 2000, p.17).

A presença destes imigrantes indocumentados, por um lado, parecia funcional pela falta de força de trabalho requerida naquela época, especialmente pelo *boom* econômico que o Japão estava passando, onde, por exemplo, como uma manifestação na taxa de desemprego em apenas 2,26%. Entretanto, por outro, a existência de uma população estrangeira indocumentada, muitas vezes com características culturais bastante distintas da japonesa, somada à ideia do “perigo do estrangeiro”, que pode ser uma população hostil, parece algo considerado pelo governo japonês daquela época. Essa inferência que fazemos não nos parece infundamentada quando consideramos as mudanças feitas pela *Reforma da Lei Migratória* (入管法改正、*Nyuukanhou-Kaisei*) logo no ano de 1990.

Debatia-se na Dieta daquela época a necessidade de diversas reformas referente à *Lei Migratória* pelas constantes mudanças na conjuntura social do país. Então, em 1990 sai a *Reforma da lei Migratória*, alterando diversos aspectos no que se refere ao controle de migração. Dentro destas mudanças, a reforma que importa para a nossa pesquisa se refere à abertura e permissão para que descendentes de japoneses (os nikkeis)

⁴⁷ A presença de trabalhadoras asiáticas na indústria do sexo é até hoje muito frequente no Japão.

de até terceira geração pudessem obter o visto de permanência de até três anos em solo japonês. Paralelamente, outras reformas foram as leis que pretendiam restringir o contingente de imigrantes indocumentados, criando punições e multas para empresas japonesas que fossem flagradas contratando essa força de trabalho (SASAKI, *ibidem*).

Acerca dessa Reforma, podemos tentar pensar qual a sua relação com a conjuntura social que o Japão passava naquele momento. Aqui, tomaremos como referencial a compreensão de Marx em que o Direito e a expressão jurídica⁴⁸ não podem ser compreendidas por si mesmas, mas no entendimento de que estas expressões se assentam em condições materiais de existência, isto é, que a “[...] anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política.” ([1859], 2003, p. 5). Em *Sobre o Direito e o Marxismo*, o filósofo Giannotti nos ajuda a entender que o papel do Direito na sociedade capitalista “[...] surge assim denotando uma existência, reportando um conteúdo que se expraia [sic] além dela.” (1980, p. 14). De acordo com esse raciocínio, seria inócuo investir na tarefa de entender a norma jurídica sem ser capaz de enxergar os conteúdos sociais que dela derivam. Segue-se assim, a necessidade de saber o que a norma jurídica revela, bem como o que ela esconde (*idem, ibidem*).

Desta maneira, poderemos ver como a *Reforma da Lei de Migração* se assenta em bases materiais muito particulares, mesmo que, do ponto de vista do discurso político, essa base material não se apresente de maneira cristalizada.

Para Kajita, (*apud* KONDOU, 2004) o governo japonês, ao fazer a *Reforma da Lei Migratória* de 1990, não tinha como intenção possibilitar a entrada do trabalho imigrante nikkei no Japão (*idem, p.2*). Tratava-se de resolver problemas migratórios referentes a indivíduos de nacionalidade chinesa e coreana, como por exemplo, a tentativa de solucionar a questão da terceira geração de coreanos residentes no Japão (*idem, ibidem*). Dentro destas reformas, a alteração referente à entrada e permanência dos nikkeis de até terceira geração foi a que se vinculava diretamente aos brasileiros.

Para o sociólogo japonês Kondou Toshio, mesmo que o governo japonês não tivesse o propósito de recrutar esses nikkeis como trabalhadores, seria previsível um prognóstico do aumento de trabalhadores nikkeis latino-americanos (*idem, ibidem*). Ainda

⁴⁸ Entre outras manifestações, grosso modo aqui, como o Estado que ele denomina como *superestrutura*.

sim, continua Kondou que o governo japonês, prevendo o trabalho nikkei, não preparou leis ou sistemas referentes à oferta e procura relativas à força de trabalho estrangeira (idem, ibidem). Para este autor, a rota do trabalho imigrante nikkei, por não estar juridicamente regulamentada, acaba se tornando algo que estaria permanecendo nos subterrâneos (*underground*) da sociedade (idem, ibidem, p.3), dificultando o acesso às informações da realidade desses trabalhadores.

Como mencionou o jornalista Yasuda (2010), o caráter de exceção que se trata a questão dos trabalhadores nikkeis nos parece evidente, pois do ponto de vista jurídico, estes trabalhadores não estão no Japão em função de seu trabalho, mas sim em decorrência de sua ascendência. A entrada desses nikkeis brasileiros, exclusivamente pelo viés étnico, segundo a ótica jurídica e formal, parece camuflar o caráter de migração a trabalho, o que possibilita igualmente a ausência de assistência ou regulamentação específica para este tipo de trabalho imigrante desqualificado que, formalmente inexistente.

Paradoxalmente, o número de brasileiros residentes no Japão, a despeito da não intenção de recrutar força de trabalho desqualificada por parte do governo, era de 14 mil em 1989, saltando para 119 mil⁴⁹ em 1991, ou seja, um ano após a *Reforma da Lei Migratória*. Kondou afirma que, na ótica do mundo econômico⁵⁰, a *Reforma da Lei* certamente pretendia uma alteração que possibilitaria a entrada de trabalhadores nikkeis latino-americanos desqualificados no mercado da força de trabalho (2004, p.9). Em nossa compreensão, apesar de sutil, existe uma diferença no discurso que permite a “**entrada de nikkeis latino-americanos**” para exercerem trabalhos desqualificados, no lugar de permitir a “**entrada de trabalhador desqualificado**” do nikkei latino-americano.

No Japão, durante o *boom* econômico⁵¹ da década de 1980, a falta de força de trabalho, principalmente na construção civil, era preenchida por estrangeiros indocumentados oriundos de diversos países da Ásia (idem, ibidem). Entretanto, mesmo

⁴⁹ Departamento de Controle de Imigração do Ministério da Justiça do Japão (2001) (apud MELCHIOR, 2008).

⁵⁰ *Keizaikai- 経済界*

⁵¹ Entre os anos de 1986-1991 houve um aumento de 4,4 milhões na criação de empregos (equivalente a um aumento de 1,8%), que fez produzir um influxo na demanda de trabalhos desqualificados (CORNELIUS, 1995, p. 379). Durante os anos de *boom* econômico (1986-1991), o crescimento econômico do país se manteve em torno de 5% ao ano (HOSOKAWA, p. 155, 2011).

após a quebra da bolha⁵² do crescimento econômico a indústria japonesa ainda carecia de força de trabalho, sendo principalmente requerida uma que fosse altamente flexibilizada (idem ibidem). Tal situação pode ser confirmada pela dificuldade das pequenas e médias empresas da indústria automobilística e eletroeletrônica encontrarem força de trabalho no fim da década de 1980 (TANNO, 2002). Este quadro de escassez de força de trabalho é acentuado especialmente pelo envelhecimento populacional, bem como, pelo ótimo período econômico que o Japão atravessava naquele momento, refletido na alta taxa de crescimento econômico e taxa de desemprego em torno de 2% em 1989.

Para Sasaki, havia também, por parte dos jovens recém-ingressantes no mercado da força de trabalho, uma recusa em trabalhar como operários nessas pequenas e médias empresas “por não as considerarem oportunidades viáveis de ascensão ou mobilidade social, preferindo as empresas maiores, mais competitivas, porém com maior possibilidade de ascensão profissional” (2006, p.105). É provável, a nosso ver, que nessa época, a margem de negociação salarial e barganha eram maiores, uma vez que a oferta de trabalho era muito alta, possibilitando a esses jovens a recusa de alguns tipos de trabalho⁵³.

Através do que expusemos sobre a presença de estrangeiros no Japão, passando brevemente pelo Pós-Guerra, a década de 1980, com a presença de imigrantes indocumentados, e especialmente a *Reforma da Lei Migratória* e seus bastidores, como podemos compreender a relação que o Estado, a sociedade e a conjuntura econômica estabelece com a presença do imigrante que, no limite, é manifestada mediante o controle migratório através de suas leis? Como é estabelecida esta relação, especificamente no caso do imigrante nikkei?

Na perspectiva de Kawamura, “o fracasso com trabalhadores do Oriente redirecionou a busca de mão-de-obra para japoneses emigrantes e seus descendentes, o que, de acordo com o imaginário japonês seria como um ‘retorno dos semelhantes’” (2003, p.42). Segundo este raciocínio, ao proporcionar o retorno de seus semelhantes, a suposta

⁵² *Baburu Houkai* - バブル崩壊

⁵³ No último capítulo desta dissertação será abordado como esta situação vem se transformando nos últimos anos, onde apesar do envelhecimento da população ainda ser uma realidade, o crescimento econômico comprometido, a tentativa de manutenção da taxa de lucro e a consequente acirrada competição entre estas empresas alterou de forma significativa a perspectiva de ingresso no mercado da força de trabalho de muitos destes jovens.

inadequação de imigrantes indocumentados e portadores de culturas hostis ao Japão poderiam ser resolvidas, já que os nikkeis são os descendentes de japoneses emigrados ao Brasil.

Cornelius propõe uma análise semelhante da questão da escolha japonesa em abrir suas portas pra os nikkeis, permitindo ao governo japonês a resolução do problema da falta de força de trabalho, com baixo custo e sem que houvesse tensão no que se refere à ideia de um país com sua homogeneidade étnica e mítica (1999). O sentido de manter uma suposta homogeneidade aparece como vantagem para a harmonia social requerida, para supostamente evitar distúrbios e para uma possível assimilação mais fácil, uma vez que estes brasileiros nikkeis tinham a “consanguinidade” como fator diferenciador de qualquer outro imigrante.

Com outra perspectiva, na avaliação de Ocada, sobre a mudança jurídica do controle migratório afirma que

[...] tanto a classe empresarial japonesa, quanto seus representantes no parlamento, ao modificarem a legislação de Controle de Migração – permitindo o ingresso de trabalhadores nikkeis latino-americanos no mercado de trabalho japonês –, não estavam preocupados com características fenotípicas dos trabalhadores nikkeis – que supostamente deveriam assegurar o padrão de homogeneidade étnica racial –, [...], mas visavam, sobretudo, uma qualidade valorativa, simbólica, interna a este segmento de trabalhadores imigrantes, uma predisposição cultural particular – estreitamente associada ao *gambarê*, ao espírito japonês e à imagem idealizada da terra ancestral –, **capaz de torná-los uma mão-de-obra, ao mesmo tempo, numerosa, produtiva, participativa e perseverante** (2006, p. 175, grifo nosso).

Em nossa compreensão, na *Reforma da Lei Migratória* e seus bastidores, a dimensão racial na busca de um fenótipo para uma suposta homogeneidade, como da “qualidade valorativa capaz de criar a predisposição necessária” (idem, ibidem) ao trabalho se complementam, entretanto, tudo indica que o recorte de etnia, neste caso, não foi um critério abstrato, sem conexões com bases materiais como evidenciado por Ocada (ibidem), mas sim, o recorte étnico (e fenotípico) parece existir com uma relativa subsunção às exigências do mundo do trabalho.

Segundo apontou as pesquisas japonesas (KONDOU, 2004; TANNO, 2002; YASUDA, 2010), portanto, há uma postura bastante clara no controle migratório japonês em não aceitar a entrada de trabalhadores imigrantes desqualificados, inclusive criando o mito de um país economicamente desenvolvido que teria dispensado esta força de trabalho no Pós-Guerra. Contudo, uma análise mais cuidadosa nos mostrou que esta não foi a realidade do Japão, que apesar de não ter “dependido” de força de trabalho estrangeira não se pode excluir a importância dos imigrantes para a reprodução do capitalismo japonês. Na década de 1980 com o *boom* econômico, e mesmo depois dele, o capitalismo japonês parece ter encontrado dificuldade em recrutar força de trabalho barata e disponível para exercer funções desqualificadas. Como foi apontado, o envelhecimento populacional, outras oportunidades de postos trabalhos mais rentáveis para os japoneses naquela época fizeram que a sua economia necessitasse cada vez mais da força de trabalho imigrante.

Neste caminho, a entrada de trabalhadores considerados ilegais não parece ter sido uma boa experiência, criando uma imagem negativa aquela população de asiáticos indocumentados. As leis referentes ao controle migratório precisavam ser readaptadas às necessidades de sua conjuntura histórica. É precisamente naquele momento que a figura do *dekassegui* brasileiro começa a aparecer, não como fruto do acaso, tampouco como um exercício da liberdade individual, da mobilidade de indivíduos isolados, mas sim como resultado de demandas concretas daquela época histórica.

Neste movimento, a dimensão étnica se relaciona de maneira bastante íntima com o mundo do trabalho. Diferentemente de outras épocas, o trabalho imigrante se torna algo relativamente necessário à reprodução de seu capitalismo, sendo que no caso japonês, mediante o auxílio da via jurídica por sua política de controle migratório, possibilitou selecionar o tipo de força de trabalho imigrante que fosse funcional ao capital, seja esta na suposta “harmonia social” que os “similares” poderiam proporcionar ao país, ou das capacidades de adaptação ao trabalho exigido.

O trabalho exigido neste caso, seguindo o modelo japonês⁵⁴ conhecido também como *toyotismo* se refere a tipos de trabalhos flexibilizados, seja dentro do processo de

⁵⁴ Sobre as diversas acepções do que se trata o “modelo japonês” ver o livro *Sobre o modelo japonês* (HIRATA, 1993). Por não ser o escopo desta pesquisa, não desenvolveremos de forma aprofundada as

produção, como também das relações de trabalho no que se refere aos contratos de trabalho em sua maioria de tipos informais, desprovidos de seguridades sociais como de estabilidade. Do ponto de vista do capital, outro aspecto que o trabalho imigrante proporciona é a sua sujeição às condições de trabalho rejeitadas por trabalhadores locais em épocas de prosperidade. No caso japonês, segundo Kiyoshi Hosokawa os trabalhos rejeitados pelos japoneses da época ficaram conhecidos como os 3 *K's* referente às primeiras letras dos três adjetivos que significam *kitsui*-pesado, *kitanai*-sujo e *kiken*-perigoso (2011, p. 155). Atualmente os trabalhadores imigrantes brasileiros ocupam exatamente estes tipos de trabalho, sendo que seu principal nicho se encontra na indústria automobilística seguido por empresas que fabricam componentes eletroeletrônicos. Para a pesquisadora japonesa Kawakubo há uma situação onde, se não houver a presença desses estrangeiros, o trabalho no Japão irá parar (2007, p. 35), uma vez que na época pesquisada pela autora, mais de 90% dos estrangeiros trabalham em indústrias manufatureiras.

Além dos aspectos jurídicos do controle migratório e da presença de estrangeiros abordados aqui, veremos a seguir como as relações de trabalho ocorrem no Japão. Com o objetivo de problematizar essas relações e a inserção do imigrante, no próximo capítulo iremos abordar, dentro de nossos limites, o caminho percorrido na escolha em adotar o modelo japonês até chegar ao encontro deste com o trabalhador imigrante brasileiro. Neste percurso, não podemos desconsiderar, entretanto, que, por outro lado, apesar das particularidades japonesas enquanto nação, ela sofre também as influências do capitalismo enquanto movimento globalizado, sobretudo depois do que ficou conhecido como a mundialização do capital (Cf. CHESNAIS, 1996). Neste sentido, quiçá o atual toyotismo enquanto modelo de produção tem se transformado e necessita de algumas observações.

distintas compreensões do que se pode ou não compreender como “modelo japonês”. Em nossa pesquisa, quando designarmos como “modelo japonês” trata-se, de maneira geral, de determinada divisão do trabalho que se manifesta sob a égide de um novo paradigma organizacional, constituído por um conjunto de técnicas, formas de gestão, relações de trabalho e produção nascidos no Japão e aperfeiçoados especialmente no seu pós-guerra. Compreende-se como sendo a sua forma mais desenvolvida o toyotismo (ou *Modelo Toyota de Produção*), cujo método nasceu na empresa automobilística Toyota e que teve seus princípios fundados pelo engenheiro desta mesma empresa, Onho Taichi (Cf. OHNO, 1997).

1.3 Capitalismo Japonês, toyotismo e o migrante

A inserção do imigrante em território japonês, apesar de suas particularidades, segue uma lógica de adequação e funcionalidade ao mundo do trabalho e de cada etapa de desenvolvimento capitalista. A entrada dos brasileiros nikkeis hoje, em sua maioria, ocorre dentro da fábrica japonesa, o chamado *kaisha*. Entretanto, tal inserção, configura-se como um fato recente do ponto de vista histórico. No chamado *kaisha*, predominantemente sob o modelo Toyota de produção, nem sempre foi assim, o encontro com “o outro”, o brasileiro, não fazia parte do cotidiano das fábricas japonesas. O Sistema Toyota de Produção (*Toyota Seisan Houshiki*), já bastante estudado em diversos estudos científicos é a organização do trabalho nascida na indústria automobilística Toyota, situada na cidade de mesmo nome, na província de Aichi, e pertencente à família Toyoda⁵⁵. Embora a indústria tenha nascido na década de 1930, será somente entre os anos de 1950 e 1970 que o modelo japonês como conhecemos será consolidado. Conforme o estudo de Thomas Gounet (1999), esta organização teve uma dupla origem:

- 1) Necessidade das empresas locais em serem tão competitivas quanto às americanas.
- 2) Tentativa de incorporação do fordismo no país, entretanto, com uma organização adaptada às condições do Japão.

Na década de 1930, com receio de que os automóveis americanos inundassem o solo japonês, o Governo fascista de Tóquio criou obstáculos para importações de veículos, assim como decretou a proibição da produção estrangeira no Japão (GOUNET,

⁵⁵ Em sua origem, tal como o nome da família proprietária, o nome indústria era “TOYODA”. Entretanto, em 1936, através de uma campanha para eleger o melhor logotipo, o escolhido foi o que levava o nome “TOYOTA”. Esta escolha se deu por critérios de melhor design, pela numerologia, bem como para ter um distanciamento com o nome da família Toyoda, objetivando ser uma empresa que seja reconhecida por toda a sociedade. A propósito, no ideograma japonês (*Kanji*), tanto Toyota, como Toyoda tem a mesma grafia 豊田, significando, numa tração aproximada, *campo fértil*.

1999, p. 23). Em 1945, mesmo após a derrota do Japão e a forte intervenção norte-americana no país, a pauta sobre uma indústria automobilística forte e autônoma continuou. Contudo, para criar essa indústria nacional forte, era preciso superar alguns obstáculos como o reduzido tamanho de consumo (se comparado aos norte-americanos), ou seja, limitado consumo de massa; demanda por pequenos e diversificados modelos de veículos; falta de espaço físico para estoque (idem, ibidem). Para tanto, o modelo fordista norte-americano precisava ser adaptado às condições japonesas.

Em 1948, com a criação do importante *MITI*⁵⁶ – *Ministério do Comércio Internacional e da Indústria*⁵⁷ (通商産業省: *Tsūshō-sangyō-shō*), a indústria automobilística é declarada como sendo setor prioritário para economia nacional (idem, p.24) recebendo assim o suporte necessário para que florescesse. Isto é, a ajuda e incentivo do Estado japonês no Pós-Guerra, o fomento estatal com base no desenvolvimentismo japonês foram determinantes para o crescimento da indústria automobilística. O chamado milagre japonês (*Koudo Keizai Seichou*, em uma tradução livre como *alto crescimento da economia*), período que se estende do pós-guerra ao começo da década de 1970 (1954 ~ 1973⁵⁸) coincide, não por acaso, com a implementação do próprio toyotismo.

Neste período, o vínculo entre o aparelho estatal e o setor econômico torna-se mais cristalino mediante o papel essencial executado pelo *MITI* japonês com inúmeros subsídios governamentais em diversos setores da economia. Desde 1959~1960, por exemplo, uma das estratégias globais fora sobretaxar as importações, que em 1961 alcançavam 65% do mercado e em 1972, após a taxaço, caiu para 21% (MAMIGONIAN, 2009), protegendo assim as indústrias nacionais. Ademais, foi estipulada também a proibição da compra de componentes estrangeiros quando houvesse um similar japonês, da mesma forma, como no setor eletrônico, houve limitação do investimento estrangeiro, ajuda na compra de tecnologias com o auxílio em todas as etapas: pesquisa, produção e comercialização dos produtos (idem, ibidem, p. 45). Investimentos maciços em educação,

⁵⁶ *Ministry of International Trade and Industry*

⁵⁷ Desde 2001 passou a ser designado por *METI- Ministério da Economia, Comércio e Indústria (Keizai-sangyō-shō 経済産業省)*.

⁵⁸ Período comumente aceito e datado a partir da recuperação pós-2ª Guerra e fim da ocupação americana em território japonês, até a crise do petróleo de 1973, abrangendo um longo período de 19 anos de alto crescimento econômico.

abundância (ampliação) do contingente disponível para força de trabalho, criação de banco com concessão de capitais e créditos a baixo custo, exportação intensiva de produtos japoneses foram alguns componentes constitutivos deste cenário. O crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) entre as décadas de 1950-1970 foi em torno de uma extraordinária taxa de 10%, fazendo do Japão a segunda economia mundial em 1968⁵⁹.

Para Morris-Suzuki, estudiosa da história japonesa do Pós-Guerra, dois fatores são cruciais na transformação tecnológica do Japão daquele período, a saber: o pronto acesso as tecnologias estrangeiras (particularmente vinda dos EUA), assim como a “mão guiadora” (*guiding hand*) do Estado, especialmente na figura do *MITI* (1994, p. 166). Ademais, desde 1949, houve, segundo a autora, um empenho para o desenvolvimento do Japão para que a China comunista não dominasse a região do extremo Oriente (ibidem). Este empenho, não por coincidência, foi fortemente assentido pelos EUA que, além da transferência tecnológica, houve igual transferência de *know-how* no que tange a *labor management, training* e controle de qualidade (idem, ibidem).

Não por acaso, criou-se nesse período um terreno fértil e propício ao surgimento do toyotismo. É importante perceber aqui, o nexos entre Estado e setor privado para a consolidação do toyotismo, o que nos parece relevante, uma vez que, como vimos no subitem anterior, o Estado igualmente exerceu papel fundamental para a entrada legalizada dos nikkeis oriundos do Brasil, para este mesmo modelo de produção.

Entendemos, como demonstra Marx em *Crítica ao Programa de Gotha* ([1875], s/d, p. 18) que as relações jurídicas surgem das relações econômicas, como se evidencia no *Milagre Japonês*, onde, a demanda econômica por um Estado Nacional forte se fez por meio da ajuda do Estado e as relações jurídicas criadas para fomento, sendo que, sem elas, dificilmente ter-se-ia conseguido tais patamares de desenvolvimento. Conforme as necessidades criadas pelo capital, as relações jurídicas que o Estado cria podem se refletir em um Estado nacional forte para o desenvolvimentismo, ou como o *laissez-faire* do neoliberalismo nas políticas de flexibilização das leis trabalhistas e atração de força de trabalho estrangeira, como foi o caso dos dekassegus brasileiros.

⁵⁹ Posição ultrapassada pela China em 2010.

Ademais, para alcançar o êxito do toyotismo, além dos métodos de produção, foi de extrema importância o combate aos sindicatos classistas na década de 1950. Como explica Lima (2006) que em sua fase originária, por exemplo, o método de polivalência do toyotismo gerou muita resistência entre os trabalhadores, sendo que para a “pacificação” do movimento operário e a adoção do sindicato de empresa” (idem, *ibidem*, p. 119) o ataque aos sindicatos combativos foi fundamental. No Pós-Guerra, especialmente na década de 1950, a fim de atacar o fascismo, o surgimento de muitos sindicatos combativos resultou em um desempenho de papéis muito parecidos com as organizações de trabalhadores da Europa e América do Norte (GOUNET, 1999, p. 30). Conforme menciona Gounet, em 1946, houve em média, 118 paralisações de trabalho por mês: em 1947 113; e em 1948 houveram 170 (idem), urgindo, do ponto de vista patronal, a extirpação destes tipos de sindicatos. Após sucessivos embates⁶⁰, são concebidos então os sindicatos-casa (企業別労働組合- *Kigyō-betsu Rōdō Kumiai*) por parte do patronato.

Ainda segundo Gounet, trata-se também de uma política de “cenoura e chicote” (ibidem, p. 31), visto que por um lado, para uma pequena parcela de trabalhadores estáveis é garantido o emprego vitalício (*shūshin koyō*), e por outro, mantém um sindicato totalmente vinculado ao patronato. Naturalmente, o sistema de emprego vitalício não abrange os trabalhadores de tipo flexível, como os *part-time job*, *arubaito* e os trabalhadores imigrantes como no caso dos *dekasseguis* que estabelecem somente contratos temporários. Deste modo, para a parcela dos trabalhadores flexíveis, nos parece que tampouco há a “cenoura” descrita por Gounet, ficando sujeitos apenas ao “chicote” refletido nas relações informais, flexíveis e grande parte submetidos ao sindicato da empresa.

O Sistema Toyota de Produção (STP) concebido em grande parte pelo engenheiro Taichi Ohno, tem como pilares, métodos de produção que se mantém, grosso

⁶⁰ Alguns exemplos emblemáticos foram o caso da Toyota na década de 1950 e da Nissan. Na Toyota, após a demissão de dois mil funcionários, operários realizaram greves que perduravam por muitos meses, sendo derrotados com a intervenção que a Toyota conseguira com auxílio dos bancos. Na Nissan, em 1953, as reivindicações salariais foram combatidas com o *lockout* na fábrica, esperando que a greve se esgotasse, como igualmente recebendo auxílio de bancos para assegurar a situação. Líderes sindicais são presos e o patronato recruta um operário colaboracionista para criação de um novo sindicato (GOUNET, 1999, p. 31). No Brasil a prática de *lockout* é proibida pela legislação.

modo, desde sua origem até os dias de hoje, justamente por ser uma organização do trabalho flexível, adequadas a oscilação das demandas do mercado, como também apto a um crescimento econômico lento. Resumidamente, alguns dos principais métodos do STP (OHNO, 1997) já bastante conhecidos são:

- *Just in time*
- Eliminação total do desperdício (de estoque; de superprodução; de espera; em transporte)
- Sistema *kanban*⁶¹ : ideia oriunda dos supermercados americanos. Trata-se de uma ferramenta como uma placa que sinaliza as informações de coleta; transferência e de produção, possibilitando eliminar a superprodução para concretizar o *just in time*
- Produção de carros diversificada através do nivelamento da produção
- Polivalência e trabalho em equipe
- Incorporação dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs): trata-se de reuniões com pequenos grupos de trabalhadores do mesmo setor, onde trabalhadores são estimulados a darem sugestões de diversas naturezas para a empresa, a fim de melhorar diversas técnicas no processo produtivo. É um método do capital de incorporar o *savoir-faire* intelectual e cognitivo dos trabalhadores (ANTUNES, 2009, p. 57) para o aumento da produtividade e extração de mais valia⁶²
- Relações de subcontratação para fornecimento de autopeças, sendo que há a obrigatoriedade que as empresas subcontratadas sigam o STP, bem como é imposta a máxima flexibilidade para elas (GOUNET, 1999, p. 28)

Para este estudo, além dos métodos de produção, nos interessa sobremaneira as relações de trabalho dentro deste modelo, especialmente nas empresas subcontratadas,

⁶¹ A tradução literal de *kanban* (カンバン) é placa de registro. Para Ohno, o *kanban* é o “[...] nervo autônomo da linha de produção” (ibidem, p. 47).

⁶² Entre os anos de 1962-1972, os Círculos de Controle de Qualidade geraram um lucro de US\$ 20 bilhões para o Japão (COMISSÃO PASTORAL VERGUEIRO, 1994, apud LIMA, 2006, p. 127).

setor onde os dekasseguis irão se inserir. Para Antunes, este processo de organização de trabalho tem como finalidade essencial e real a “[...] intensificação das condições de exploração da força de trabalho, reduzindo muito ou eliminando tanto o trabalho improdutivo, que não cria valor, quanto suas formas assemelhadas.” (ibidem, p.54), além de alcançar cada vez mais, maiores índices de produtividade com um menor contingente de trabalhadores. Porém, quais seriam as principais características destas relações de trabalho que se repercutem no processo de trabalho, bem como no cotidiano além fábrica destes trabalhadores?

Segundo estudiosos do mundo do trabalho, da economia política, e críticos dos resultados que a organização do trabalho do tipo flexível⁶³ pode trazer (ANTUNES, 2009; BERNARDO, 2004; BIHR, 1991; GOUNET, 1999; HARVEY, 2012; KAMATA, [1973] 2011a; LIMA, 2004, entre outros) há, de modo geral, um consenso de que para a classe trabalhadora ocorre⁶⁴:

- **Intensificação do ritmo de trabalho.** Dado ao sistema de polivalência, a relação trabalhador/máquina, trabalhador/tarefas não se restringe a uma equação 1:1 (típico do modelo fordista). Mas sim, o resultado é de um trabalhador encarregado para diversas máquinas/instrumento de trabalho/tarefas. O objetivo é eliminar ao máximo o tempo de ociosidade e aumentar a extração da mais-valia relativa⁶⁵. Paralelamente, o prolongamento da jornada de trabalho para alguns, a propósito da redução do contingente de

⁶³ Ou, sob um regime da chamada acumulação flexível segundo David Harvey (2012).

⁶⁴ Neste subitem que estamos discutindo, elencaremos somente as principais características do modelo japonês, existentes muito antes da chegada dos dekasseguis, e que se estende para grande parte da classe trabalhadora japonesa submetida a esta organização. O intuito é tecer, de maneira breve, um panorama desde o surgimento do toyotismo para compreender em qual ponto do desenvolvimento capitalista japonês ocorrerá a necessidade de recrutamento da força de trabalho imigrante nikkei. No segundo capítulo desta dissertação, estas relações de trabalho aparecerão de maneira mais concreta mediante a reflexão do dekassegui inserido na fábrica japonesa e seus relatos de experiências coletados na pesquisa de campo.

⁶⁵ Os resultados desta intensificação são extraordinários. Segundo estudos do Massachusetts Institute of Technology (MIT), em 1987, o número de horas necessárias na fabricação de um automóvel no Japão era de 19 horas, enquanto que nos EUA era de, em média, 26,5 horas e 35,9 horas na Europa (apud GOUNET, 1999, p. 32).

trabalhadores na fábrica todavia se faz presente, permanecendo a intensificação da extração da mais-valia absoluta para parte dos trabalhadores.

- **Flexibilidade das relações de trabalho.** Flexibilização tanto do processo de trabalho (por isso a polivalência e a necessidade do trabalhador dominar várias operações⁶⁶, como também turnos e jornadas de trabalho alternadas), como das relações contratuais. Na prática isto significa manter um pequeno núcleo de trabalhadores com contratos estáveis e possuidores de seguridades sociais, sendo que para uma grande parte ocorre a flexibilização das relações contratuais através de relações de trabalhos informais; terceirizadas; *part time job*; de tipo estagiários, temporários, entre outras formas ausentes de direitos sociais e marcadas pela instabilidade.
- **Tentativa de fragmentação da classe trabalhadora⁶⁷** por parte do patronato. Um exemplo desta tentativa é a transformação e diversificação das formas salariais entre os trabalhadores. O objetivo é a de acabar com a solidariedade de classe e acirrar a competitividade entre eles.
- **Tentativa de impor a “aceitação” ideológica deste novo modelo** aos trabalhadores, por parte da empresa. As ideologias empresariais do trabalhador como “colaborador”, termos como “vestir a camisa da empresa”, entre outros valores empresariais metamorfoseado como interesses e bem do próprio trabalhador são alguns exemplos deste fenômeno. Nesta relação, o papel do sindicato-casa, como também dos gestores do capital são primordiais. Objetiva-se com isso, um maior envolvimento da subjetividade do trabalhador no processo de trabalho, a fim de aumentar a extração de mais-valia, como de diminuir as possíveis discordâncias e resistências.

⁶⁶ Por exemplo, o trabalhador precisa dominar não somente a sua função, mas a de outros companheiros de trabalho, uma vez que, na ausência de um, ele poderá assumir a tarefa deste.

⁶⁷ A despeito da ideia bastante difundida, como a do importante teórico Alain Bihr, onde para ele haveria neste modelo uma “fragmentação do proletariado” (Cf. BIHR, 1991, cap. V), preferimos utilizar o substantivo “**tentativa** de fragmentação [...]”. A nosso ver, mesmo que sob a aparência de fragmentação e breve momento de recuo dos movimentos sociais classistas no auge do toyotismo, a relação entre capital e trabalho carrega em seu germe a conseqüente e inevitável luta de classes (MARX e ENGELS [1848] 2006), por isso preferimos incorporar o substantivo “tentativa” a fim de historicizar o conceito.

As consequências dessas relações e condições de trabalhos impostas sob o Sistema Toyota de Produção, cabe dizer, não se restringem ao chão de fábrica, muito menos apenas no ambiente de trabalho. Mas sim, trata-se de valores que moldam e remodelam novas visões de mundo e ideologias próprias ao nosso tempo histórico. No Japão, como veremos no próximo capítulo, o esforço de incutir novos valores em épocas de relações de trabalho flexíveis se encontram mergulhados em valores tradicionais da cultura japonesa. Valores e sentidos do trabalho, por vezes, anterior ao próprio modo de produção capitalista, que por sua vez, não obstante, são apurados pelos “representantes científicos da classe burguesa”⁶⁸ (MARX, [1847] 2009, p.141), isto é, economistas ou gestores do capital e dessa maneira materializados em técnicas de gestão ou organização flexível do trabalho, espelhando sua própria visão de mundo burguesa na sociedade japonesa.

Na década de 1970, através do trabalho do jornalista japonês Satoshi Kamata ([1973] 2011a), foi possível um maior contato com a o Sistema Toyota de Produção, do ponto de vista do seu interior. Os meandros deste sistema, revelados por quem realmente trabalhou nele, foi chamado pelo autor de “fábrica do desespero”⁶⁹. Nos anos 1970, a internacionalização do Grupo Toyota ainda era incipiente, dominando predominantemente o mercado interno japonês. A presença de imigrantes oriundos da América latina não compunham a força de trabalho da fábrica, tampouco de suas subcontratadas. Seu contingente era composto, de modo geral, pelos trabalhadores estáveis e temporários, sendo estes, vale ressaltar, tendencialmente informalizados e temporários de forma distinta das relações de trabalhadores informais do Japão atual. Como será exposto de modo mais detalhada no capítulo 2 e 3, não nos deteremos aqui nesse tópico, no entanto, vale dizer que as relações de trabalho que comportam os trabalhadores temporários, ou o contingente tendencialmente informal teve um salto quantitativo e qualitativamente negativo no que tange as condições de trabalho no decorrer das três décadas subsequentes.

⁶⁸ Conforme sugere Löwy (1985), acerca do conceito de ideologia em Marx, não existe apenas a representação política ou literária de classe, mas também seus representantes e ideólogos da burguesia na própria ciência e sua decorrente organização e aplicação científica dos interesses da classe burguesa.

⁶⁹ O nome do próprio livro em japonês é “fábrica do automóvel do desespero” (1973) (*Jidousha Zetsubou Koujyou* 自動車絶望工場). A tradução para o inglês retirou esta expressão e ficou “*Japan in the Passing Lane*” (1982).

A força de trabalho temporária, ou sazonal (*kikankou* 期間工 e *kisetsukou* 季節工 respectivamente) descrita por Kamata diz respeito ao contingente de trabalhadores constituídos pelo fenômeno da migração interna japonesa. Por isso, como já explicitado, dando origem ao termo *dekassegui*, o indivíduo que sai a procura de trabalho. O termo *dekassegui* empregado nessa época (década de 1970), quase exclusivamente japoneses, se referia a trabalhadores originários de áreas rurais, montanhosas, como filhos de camponeses de regiões predominantemente frias do Japão em busca de trabalho nos grandes centros industriais. Segundo Maeda, o êxodo rural japonês teve seu pico no ano de 1963 com 930 mil japoneses saindo do campo⁷⁰, ocorrendo exatamente no período do *Milagre Japonês* o grande fluxo do mundo rural para os centros urbanos (1986, p.44). Logo, a situação descrita por Kamata onde a maioria de seus companheiros de fábrica são trabalhadores temporários e sazonais, é a confluência representativa daquele momento histórico, isto é, milagre econômico e desenvolvimentismo japonês; êxodo rural; aprimoramento do Sistema Toyota de Produção.

A jornada, as relações e condições de trabalho e/ou condições da reprodução social de vida descritas por Kamata ([1973] 2011a) são extremamente penosas, tais como: extensas jornadas de trabalho, manuseio de máquinas pesadas; movimentos autômatos durante o processo de trabalho⁷¹; controle de todo o movimento do trabalho, inclusive das pausas; condições precárias de alojamento; extrema dificuldade em conseguir faltar o trabalho por motivos de doença⁷²; contratos de trabalho que duram em média de 3-6 meses; reuniões de trabalho fora da jornada de trabalho; constante e progressiva intensificação do ritmo de produção; pausas para descanso insuficientes; turnos de trabalho diurno/noturno alternados, dificultando o estabelecimento de uma rotina e preservação do corpo sadio; somente um dia de descanso semanal; entre outros.

A respeito do descanso semanal, praticamente durante todo o período do *Milagre Japonês* se manteve uma jornada de trabalho de seis dias e uma folga semanal,

⁷⁰ A população japonesa em 1963 era de 96 milhões. (Ver: www.ipss.go.jp/syoushika/tohkei/newest04/s-siryou/1.xls)

⁷¹ Não obstante à polivalência.

⁷² Conforme Kamata, na Toyota você tem obrigação (implícita) de não faltar o trabalho, mesmo se você tiver um ferimento (ibidem). Ademais, Kamata descreve que se um trabalhador, porventura faltar o trabalho por mais de 20 dias consecutivos em decorrência de um acidente fora da fábrica, ele será demitido.

havendo uma pressão internacional para que o Japão adotasse o regime de duas folgas semanais. A justificativa das empresas era a falta de força de trabalho, alegando que a redução dos dias de trabalho anual teria um impacto negativo na produção, apelando para a “compreensão” e esforço de todos nesta empreitada que era a concorrência internacional. Nesta década de 1970, o sindicato *Toyota Industries Workers Union*⁷³ teve um papel ativo nessa negociação, sendo que, vale destacar, este sindicato não fazia parte dos sindicatos-casa da Toyota, mas sim filiado ao Sindicato Nacional dos Metalúrgicos (*National Trade Union of Metal and Engineering Workers*⁷⁴) embora, malgrado em 1989, acaba se filiando aos sindicatos da própria Toyota, como da confederação dos sindicatos da indústria automobilística (ASANO, 2008, p.29).

Será somente com o fim do *Milagre Econômico* que as grandes empresas passarão a adotar tal regime. Conforme o estudo de Asano, no grupo Toyota foi elaborado uma proposta para adesão de dois dias de folga semanais gradativamente a partir do ano de 1970 até 1973, concretizando tal regime apenas em abril de 1973 (ibidem, p. 37), uma adesão tardia se comparada a outras grandes empresas. Na prática, apesar da conquista do descanso semanal de dois dias, o que ocorreu foi o aumento do tempo extraordinário de trabalho na forma de hora-extra (*zangyou* 残業), como também o recrutamento ao trabalho em dias de folga (idem, ibidem, p. 15). Isto é, mesmo que porventura um sábado seja oficialmente considerado seu dia de folga, o trabalhador será eventualmente convocado a trabalhar como tempo de trabalho extraordinário.

Curiosamente, não obstante aos dias de trabalho oficialmente reduzidos, o que ocorreu foi a prática maciça de trabalhadores que faziam horas-extras a fim de conseguir um salário suficiente à manutenção da reprodução social de suas vidas. Ainda segundo Asano, somente a *Toyota Industries Workers Union* tinha uma proposta concomitante a redução de seis para cinco dias de trabalho semanais, qual seja, a de regulamentar as excessivas horas de tempo extraordinário de trabalho (ibidem). No entanto, tal proposta acaba sendo derrotada e somente o descanso semanal de dois dias foi garantido, por isso, o uso da hora-extra, acaba sendo este essencial para um salário decente para sobrevivência.

⁷³ *Toyota Jidoushokki Roudo-kumiai* 豊田自動織機労働組

⁷⁴ *Zenkoku Kinzoku Roudou-kumiai* 全国金属労働組合

Tal prática, exatamente como ocorreu nesse episódio, já era corrente na Inglaterra do século XIX, como podemos averiguar nas análises de Marx (1985b). Segundo seus estudos, nos é apresentado um relato no ramo da estamperia de papel, onde aparece:

“Trabalhamos sem intervalo para as refeições, de modo que o trabalho diário de 10 ½ horas termina às 4 ½ horas da tarde, e tudo o que segue é tempo extraordinário, que raramente acaba antes das 6 horas da tarde. Assim, trabalhamos, de fato, tempo extraordinário durante o ano inteiro” (MR. SMITH’S EVIDENCE. IN: CHILD R MPL. COMM., I REP., . 125 apud MARX, ibidem, p. 136).

Ou seja, o tempo de trabalho extraordinário vira algo regular. Ademais, sobre o mesmo problema, acrescenta outro relato de quem vivia a mesma situação, afirmando que “Sem tempo extraordinário, o salário não era suficiente.” (MARX, ibidem, p. 136). Nessas circunstâncias, o pagamento extraordinário aparece como uma tentação a qual os trabalhadores não podem resistir caso queiram manter as suas condições de subsistência anteriores (idem, ibidem). Pois, como nos explica, “[...] quanto mais longa a jornada de trabalho num ramo industrial, tanto mais baixo é o salário.” (idem, ibidem). Isso ocorre, pois, para um salário por tempo, no caso o salário diário, cujo preço dependerá da quantidade de trabalho fornecido, sendo que, quanto mais baixo o preço do trabalho, tanto mais precisará ser o quantum de trabalho, ou, tanto mais longa precisará ser sua jornada para que o trabalhador possa satisfazer suas necessidades (idem, ibidem). Por isso que, nestes casos, podemos dizer que com o prolongamento da jornada de trabalho faz decrescer em razão inversa o preço da força de trabalho.

Esta situação de trabalho, como iremos expor no próximo capítulo, perdura até os dias atuais. A quantidade exorbitante de horas-extras realizadas pelos modernos dekasseguis, ou seja, não mais os migrantes internos, mas o trabalhador imigrante brasileiro, segue presente, como igualmente presente será a regularidade com a qual ocorre a hora-extra, longe de extraordinário, mas sim, algo cotidiano e habitual para os migrantes.

Frederico, um dos entrevistados desta pesquisa, um jovem dekassegui na faixa dos 30 anos que passou cinco anos trabalhando em um grande conglomerado do ramo da

borracha (principalmente pneus) no Japão, afirmou que, além da jornada normal de trabalho, “[...] às vezes quando tava muito corrido pediam para trabalhar um dia a mais destes, daí ficava sete dias direto sem descansar mesmo. Eu trabalhava 11 horas por dia”. Este entrevistado, portanto, fazia em média três horas-extras por dia, contabilizando uma soma de 18 horas-extras semanais, numa jornada de trabalho semanal de 66 horas. O que mudou nessa situação foi que, apesar da regulamentação de dois dias de folgas semanais e jornada de trabalho normal de oito horas, o trabalhador é compelido a estender sua jornada de trabalho.

A coerção que o trabalhador sofre opera tanto do ponto de vista objetivo como subjetivo, pois, por um lado, ele é obrigado a fazer hora-extra devido à diminuição do preço de sua força de trabalho, como por outro, ele sofre um constrangimento para não recusar as horas-extras demandadas pelo seu superior.

Em nossa pesquisa, houve relatos de diversos entrevistados alegando que não era uma conduta desejável recusar o pedido de hora-extra de seu chefe, pois, conforme nos relataram, havia sempre uma tensão constante e divisão entre os trabalhadores que sempre aceitavam as horas extras, e, apesar de poucos, os que não as aceitavam eram simbolicamente marcados por isso. Podendo em uma outra ocasião, quando estivessem precisando fazer horas-extras a fim de complementar a renda, não conseguirem em função do chefe superior escolher “os trabalhadores mais flexíveis e que aceitam realizar hora-extra em qualquer ocasião”.

Como veremos no próximo capítulo, a hora-extra assume um aspecto de extrema importância na vida do dekassegui, pois, além de sua subsistência imediata, seu sonho e objetivo de imigrar, a princípio, é o de poupar dinheiro para o retorno ao Brasil, sendo que sem a realização contínua de horas-extra, este sonho torna-se inviável. Propositadamente, cientes disso ou não, há, por parte dos superiores de seção o “regalo das horas-extra”⁷⁵, que acaba se tornando instrumento de controle e disputa dentro da fábrica,

⁷⁵ A razão da escolha desta expressão ocorreu em função de que durante a pesquisa de campo, quando os entrevistados nos relatavam sobre as horas-extras, foram frequentes as expressões no sentido de que o chefe de seção “dava” ou “não queria dar” a hora extra, ou mesmo de que o chefe “preferia dar” para alguns, ou de que algum outro brasileiro, por ser o favorito do chefe “ganhava mais horas extras para fazer” do que os outros. Em minha experiência enquanto trabalhadora temporária de tipo *arbeit* também pude perceber tal mecanismo. Ademais, na experiência enquanto filha de dekasseguis, pude observar diversos episódios em

pois, sabendo da necessidade que os imigrantes têm em fazer trabalho extra, há sempre os preferidos e preteridos em usufruir de tal “benefício”, situação esta que acirra cada vez mais a competição entre os próprios trabalhadores, principalmente em épocas de baixa produção.

É interessante notar que a estratégia do “regalo das horas-extras” torna-se funcional ao capital, aumentando a eficiência e produtividade ao acirrar a competição entre os trabalhadores, estimulando o *stress*, a tensão e a ansiedade mediante o poder de controle dessas horas. O psiquiatra e professor francês Christophe Dejours, conhecido pelos seus estudos pioneiros da psicopatologia do trabalho (Cf. DEJOURS 2001; 2009) nos oferece uma boa compreensão de alguns destes fenômenos. Segundo ele, há, entre outros, um elemento psíquico, estimulado pela organização do trabalho que é fundamental para o controle dos trabalhadores: o medo (idem, 2001; 2009), artifício eficaz para o adestramento, tendo seus reflexos nefastos em diversos aspectos⁷⁶ do cotidiano do trabalhador. Conforme compreende Dejours, há uma relação conflituosa entre a organização do trabalho e o aparelho mental do trabalhador, em suas palavras, “A questão é saber que tipo de homens a sociedade fabrica através da organização do trabalho” (2001, p. 139), nesse caso, o tipo de homem que a organização do trabalho do tipo toyotista fabrica do ponto de vista de sua subjetividade.

Para Dejours, o medo, conceito distinto da angústia, por exemplo, diz respeito a uma característica da realidade na qual se exigem sistemas defensivos específicos, que podem se manifestar em ansiedade, problemas de sono, como ideologias defensivas para proteção a esta sensação de medo (ibidem). Este medo pode derivar tanto dos ritmos e dos riscos do trabalho, como também da organização do trabalho (idem, ibidem p. 74). No exemplo do regalo de horas-extras, pode derivar de um medo de não conseguir mais horas-extras suficientes para subsistência; medo de ser marcado como não eficiente, podendo eventualmente ser descartado; medo de repreensão, entre outros. Conforme Dejour, as

que meus pais relatavam a mesma situação. Em um acontecimento mais marcante descrito por meus pais, ocorreram sabotagens e calúnias entre imigrantes brasileiros, uns contra os outros, a fim de prejudicar a imagem do companheiro de fábrica para ser escolhido pelo chefe como sendo o “preferido para ganhar o direito de fazer horas-extras”.

⁷⁶ No 2º capítulo da dissertação, retomaremos alguns outros exemplos deste fenômeno.

relações hierárquicas das indústrias⁷⁷ são uma fonte perfeita para ansiedade, sendo que os chefes de equipe por exemplo,

[...] utilizam frequentemente repreensões e favoritismos para dividir os trabalhadores, de maneira que a ansiedade relativa à produtividade, acrescenta-se então a ansiedade resultante do que chamaríamos de ‘cara feia do chefe’. A desigualdade na divisão do trabalho é uma arma terrível que se servem os chefes a bel-prazer da própria agressividade, hostilidade ou perversidade. (ibidem, p. 75)

E continua o raciocínio,

Não podemos considerar como epifenômeno ou como questão acessória a discriminação que opera a hierarquia com relação aos trabalhadores. Ela faz parte integrante das táticas de comando, mesmo que não seja explicitamente incluída no papel da hierarquia (ibidem, p. 75).

No caso, a problemática das horas-extras, por conseguinte, é conduzida à rivalidade, que por sua vez, por se tratar de potenciais concorrentes, o sofrimento, frustração e ansiedade acabarão sendo vivenciadas de modo isolado, na solidão afetiva, potencializando tais sintomas (idem, ibidem).

Outro elemento bastante recorrente no *Milagre Japonês* foi o sistema de trabalho em turnos (*koutaisei kinmu-seido* 交替制勤務制度), presente até os dias atuais. Conforme relatado no estudo de Asano (2008), entre os anos 1953~1960, houve a introdução do sistema de turnos em diversos setores onde antes era pouco utilizado (como no eletroeletrônico e de maquinaria, por exemplo). No caso da Toyota, esse regime passou a ser utilizado inicialmente na fábrica de Motomachi, no ano de 1961 (idem, ibidem), posteriormente propagado para toda a sua cadeia produtiva, e obviamente para as suas fábricas subcontratadas. O sistema de turnos adotados nestas fábricas, geralmente se refere ao revezamento de turnos diurnos e noturnos mediante trocas de uma ou duas semanas. Ou seja, o operário trabalha uma semana durante o turno diurno e a seguinte no período

⁷⁷ Neste livro que estamos utilizando, *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia d trabalho* (2001) lançado em 1980 na França Dejours faz principalmente uma análise da organização de trabalho de tipo taylorista, embora pensamos que os conceitos utilizados por ele da psicopatologia do trabalho, serem perfeitamente aplicáveis na realidade do *Sistema Toyota de Produção*.

noturno. O impacto negativo para saúde do trabalhador que se submete a este sistema é indiscutível.

A presença de adolescentes de 16 anos no trabalho noturno em fábricas já se fazia presente, segundo o relato de Kamata do início da década de 1970 (ibidem). Para a legislação trabalhista japonesa, o trabalho noturno com menores de 18 anos é proibido, com exceção de adolescentes do sexo masculino, a partir dos 16 anos que estejam submetidos ao sistema de trabalho em turnos. Deste modo, a introdução do sistema de trabalho em turnos abre brecha para exploração de adolescentes no período da noite.

Nestas condições de trabalho, problemas de saúde – psíquicos e físicos – não são poucos. Na fábrica do desespero narrada por Kamata, histórias de trabalhadores que se suicidaram se jogando dos alojamentos, se arremessando contra as próprias máquinas faziam parte dos relatos orais do chão de fábrica (ibidem, p. 245). A despeito de grandes programas “contra acidentes de trabalho” frequentemente realizados nestas grandes empresas, ainda que causado coletivamente, o adoecimento do trabalhador era sofrido individualmente. O importante era que não acontecesse nenhum acidente de trabalho, como na propaganda de 1971 “*5 milhões de horas de segurança*” (idem, ibidem, p. 249). Idas a hospitais, dentistas e outras necessidades médicas eram frequentemente – quando ocorriam – realizadas no período de folga durante o dia, logo após a saída da fábrica do trabalho noturno. O sistema de trabalho em turnos assim, também possibilita a vantagem para o empregador de que o trabalhador consulte os médicos em suas horas de descanso, sem ter a necessidade de se ausentar do trabalho. Essa prática de consultas médicas em períodos de folga do trabalho em turnos é frequentemente descrita pelos dekasseguis atuais.

Diferentemente de acidentes de trabalho em que a relação causal se torna nítida, problemas como dores de cabeça, dores em diversas partes do corpo, falta de apetite, dificuldade para dormir, apatia, súbito mal estar, descontentamento psíquico, por não aparecerem como sendo “doenças sérias”, acabam se tornando sintomas naturais e toleráveis dentro da prática cotidiana da fábrica. A dificuldade de se encaixar em algum critério de doença ocupacional atendida por lei, deixa o trabalhador ainda mais vulnerável emocionalmente.

Na experiência de Kamata ainda, há alguns relatos de escrita em alojamentos, banheiros e em outros lugares deixadas pelos próprios trabalhadores temporários. Em uma frase deixada no banheiro aparece “*eu estarei bem se apenas ganhar o meu dinheiro*”⁷⁸ (ibidem, p.80, tradução nossa). Kamata descreve que esta frase não diz respeito somente à natural vontade de recompensa financeira pelo seu trabalho, mas sim, uma revolta a respeito do sofrimento da monotonia do trabalho, da falta de perspectiva de futuro, do sentimento negativo, na tentativa de querer acreditar que aquilo tudo não fosse apenas para ganhar dinheiro, mas sim um desejo de que se a realidade é daquela maneira, pelo menos o tempo fora de trabalho fosse algo que lhe pertencesse. Em outra escrita no alojamento aparecia “*O trabalhador da Toyota não é um ser humano, ele não passa de uma máquina*”⁷⁹. Diante desta frase, o jornalista vai além e acredita que o trabalhador não chega nem a ser uma máquina, ele é menos que uma, pois dele é

[...] forçado a movimentos de máquina sendo homem, sendo mais barato que uma máquina, sendo uma peça mais facilmente substituível, falando mais claramente, é uma pilha descartável. Se ficar velho, nem recarga é possível. (ibidem, p.115, tradução nossa)⁸⁰

Em mais uma escrita de parede estava “*Os que vivem no alojamento são idiotas. O alojamento não é a fábrica (kaisha). O alojamento deveria ser livre*”⁸¹ (idem, ibidem, p.115, tradução nossa). A sensação de que a vida não mais lhe pertence, mesmo estando em casa é algo recorrente em toda a narrativa de Kamata. O gosto da comida, a sensação corporal na hora do sono, os reflexos sentidos na hora do banho, tudo lembra a fábrica do desespero.

Nestas condições de trabalho no limite, o *turnover*, afastamento e demissão repentina dos trabalhadores temporários sazonais são grandes. Contraditoriamente, havia nessa época, a política nacional de manter o *turnover* em baixo patamar para os

⁷⁸ *Ore wa kane sae moraeba ii noda, 俺は金さえもらえば良いのだ*

⁷⁹ Tradução nossa: *Toyotaman wa ningen dewa nai, トヨタマンは人間ではない*

⁸⁰ “*機会的な動きを強いられた人間であり、機会より安く、取り換えが簡単な部品であり、もっと簡単にいえば、使い捨てられる電池なのだ。古くなれば充電もきかなくなる。*”

⁸¹ *Ryousei wa baka de aru. Ryou wa kaisha dewa nai. Ryou wa jiyuu de arubeki de aru.* “*寮生はバカである。寮は会社ではない。寮は自由であるべきである。*”

trabalhadores estáveis, situação que não se aplicava aos migrantes descritos até agora. O chamado emprego vitalício e o sistema de promoção progressiva devido ao tempo de trabalho (*nenkou jyoretsu*) tampouco se aplicava aos migrantes sazonais descritos por Kamata. Aliás, o próprio jornalista descreve em uma entrevista em 1991 que “O sistema de emprego ‘vitalício’ nunca existiu de fato.” (1991, p.151), não existiu nem para mulheres, nem para os trabalhadores temporários, como continua

Na eletrônica, por exemplo, foi sempre assim. Somente nos anos de rápido e prolongado crescimento econômico (*kodo seicho ki*) – de 1960 a 1973 – não existiram grandes demissões. Visto de fora, esses treze anos sem grandes movimentos de demissão puderam aparecer como ‘o modelo japonês de emprego’. Fora do Japão, o sucesso econômico japonês é atribuído a este sistema de emprego e à promoção por tempo de serviço. (ibidem, p.151).

Desta forma, cabe o questionamento dos motivos que levaram ao “sucesso do modelo japonês de emprego”, sendo que, a nosso ver, o sucesso estaria muito mais associado às práticas de alta exploração da força de trabalho, organização do trabalho inovadora (toyotismo) aliadas às políticas estatais em favorecimento ao impulso do crescimento da economia nacional do *Milagre Japonês*. Por isso que em nosso entendimento há uma inversão de raciocínio na expressão “sucesso do modelo japonês de emprego”, pois o que resultou no êxito econômico daquela época não foi o modelo de emprego estável, mas sim a intensa exploração da força de trabalho de sua própria classe trabalhadora, sendo que foi exatamente por esta razão que o Japão de outrora pode, para parte desta mesma classe trabalhadora, ceder alguns direitos como emprego vitalício, sistema de promoção progressiva devido ao tempo de trabalho, seguridades sociais, entre outros. As condições de trabalhos dos migrantes sazonais expostas até agora demonstraram justamente o outro lado do modelo japonês.

Paralelamente e um pouco distante do Japão, quando refletimos acerca da situação europeia e tentamos enxergar um pouco mais de perto, percebemos que o aclamado Estado de Bem-Estar Social Europeu tampouco conseguiu contemplar os imigrantes. As políticas de seguridades sociais e estabilidade de emprego se efetivaram,

sobretudo para os nacionais, majoritariamente homens e brancos. Ou seja, como nos explica Virginia Fontes, do ponto de vista do capital, embora ocorra uma

[...] tendência a equalizar o valor da força de trabalho no plano internacional, porém ao lado do fomento de enormes desigualdades, através de amplíssimo leque fortemente hierarquizado de qualificações e remunerações. Esta tendência não atua de maneira linear ou mecânica, pois as fronteiras políticas espelham as tensões derivadas de resistências desiguais de trabalhadores em diferentes âmbitos nacionais e traduzem também lutas inter-imperialistas. Ambas podem acarretar eventuais melhorias pontuais para os “seus” trabalhadores “nacionais”. (2007, p. 10).

No entendimento de Heleieth Saffioti, a respeito da mesma “vocação” do capital em equalizar o valor das forças de trabalho,

Com efeito, de um lado, a projeção de que “a igualdade na exploração da força de trabalho é o primeiro dos direitos do capital” (Marx, 1959:232) não se realizou em nenhuma sociedade, porquanto a força de trabalho é diferenciada em termos de gênero e raça/etnia (1997, p.62).

Para ela, a sociedade capitalista não tem alcance suficiente para equalizar todas as forças de trabalho, bem como de fato, historicamente não haja nenhum só caso registrado de tal equalização. Pois, sendo a sociedade capitalista uma constante mantenedora e constituidora das próprias contradições que brotam de sua base – denominada por ela por *nó*⁸² — isto é, o entrelaçamento entre as três desigualdades fundantes - gênero, raça/etnia e classe social - ela própria não teria tal poder de equalizar justamente estas contradições que a estruturam.

Todavia sem a pretensão de tecer conclusões definitivas para essa questão, a nosso ver, do ponto de vista empírico, parece haver tendências e contratendências do capital em equalizar para baixo o valor da força do trabalho, do mesmo modo que, paralelamente, a criação de desigualdades deste valor faz parte das estratégias políticas (como salientou Fontes, 1991) para a tendência de rebaixamento e tentativa de equalização.

⁸² No Terceiro Capítulo desta dissertação tentaremos abordar de maneira mais aprofundada este debate.

Como tentaremos mostrar ao longo desta dissertação, a desigualdade do valor da força de trabalho acompanha todo o desenvolvimento histórico e reforça a diferenciação interna da classe trabalhadora, estratégia política funcional ao capital em dividir a classe trabalhadora por gênero, raça/etnia. Por outro lado, veremos que a tendência de equalização do valor da força de trabalho via rebaixamento será outra tendência concomitante ao mesmo movimento.

Por ora, cabe dizer que até a chegada dos imigrantes ilegais oriundos de diversos países da Ásia na década de 1980, e a Reforma da Lei Migratória de 1990, que possibilitou a entrada legalizada dos nikkeis, o preenchimento da força de trabalho desqualificada, sem seguridades sociais, bem como a fração da classe trabalhadora em condições mais precarizantes era composta por trabalhadores sazonais (*kisetsukou*), trabalhadores temporários (*kikankou*), eventuais (*rinjikou*), estagiários (*jishuusei*) entre outras categorias informais.

Estas categorias de trabalho, longe de serem minoritárias e marginais nas fábricas, ocupavam a base de boa parte do processo de montagem de automóveis e de eletroeletrônicos de diversas empresas. Sendo que, quanto menor for o tamanho da subcontratada, o índice de informalidade e instabilidade das relações de trabalho aumentam de maneira proporcionalmente inversa. Entre as décadas de 1960 e 1980, a porcentagem de trabalhadores no setor industrial representava mais de 20% da população ocupada⁸³, e era nesta fatia que encontrava-se boa parte dos trabalhadores temporários.

O lugar da fração mais precarizada da classe trabalhadora japonesa encontrava-se, portanto, na fábrica do desespero, não na figura do estrangeiro, mas representado no personagem – já extinto historicamente – do trabalhador migrante oriundo do campo.

Neste ínterim, a produção industrial da Toyota cresceu continuamente, batendo sempre suas metas e recordes. Asano demonstra, por exemplo, que entre os anos 1960~1961, apesar de uma diminuição de 3000 funcionários da empresa Toyota, a produção anual de carros subiu de 154 mil para 210 mil, isto é, um crescimento de 50 mil

⁸³ Ministry of Health, Labour and Welfare (厚生労働省) <http://www.mhlw.go.jp/wp/hakusyo/kousei/11/dl/01-01.pdf>

carros na produção, com menos funcionários (2008, p. 8). Até a década de 1990, a empresa Toyota não havia se consolidado de maneira definitiva como uma empresa global. Em 1990, 90.1% de sua produção era nacional, passando para somente 43.8% em 2009 (SHIOMI e UMEHARA, 2011, p.4). Seguindo a lógica global de transferências da produção para países mais vantajosos para o capital, em razão do baixo custo da força de trabalho e histórico de baixa resistência operária, a Toyota cada vez mais se lança mundialmente. Em 2008, passando a *General Motors*, ela se posicionou como a montadora de maior produção mundial, com quase nove milhões de carros produzidos (idem, ibidem).

Mesmo com grande parte da produção da Toyota sendo realizada fora do Japão, o setor industrial ainda emprega 16,8% da população ocupada no ano de 2010. Os diversos segmentos da indústria automobilística e o setor de eletroeletrônico continuam sendo o carro chefe do Japão, no que toca o consumo interno, bem como sua exportação. Conforme menciona Kamata (2011) em uma edição comemorativa e revista do seu livro “*Fábrica do desespero*”, a figura do trabalhador sazonal (*kikankou*), tal como realizada por ele não desapareceu. Entretanto, segundo ele, atualmente, os terceirizados (*haken*) e trabalhadores imigrantes sentiriam “inveja” das condições de trabalho do *kikankou* daquela época, indicando assim a degradação das condições de trabalho. Veremos no próximo capítulo como estão as inúmeras fábricas do desespero nos dias atuais.

CAPÍTULO II: O IMIGRANTE: PERMANÊNCIAS, COTIDIANO E ESTRUTURA SOCIAL

2.1 Kaisha: a fábrica japonesa recebe brasileiros

Kaisha, em japonês significa fábrica, empresa, ou companhia. Os dois ideogramas (*kanji*) que constituem esta palavra 会社 significam, em tradução livre, respectivamente *encontro* e *sociedade*, isto é, tem um sentido de *o lugar de se encontrar na sociedade*. É muito comum em japonês a expressão “*Vou ao kaisha*”, “*Voltei do kaisha*” ao invés de “*Vou trabalhar*” ou “*Voltei do trabalho*” onde o substantivo *kaisha* é usado para designar o trabalho em seu sentido amplo.

O antropólogo havaiano James Roberson, que fez um trabalho etnográfico sobre a classe trabalhadora japonesa, com especial atenção à situação dos trabalhadores de pequenas empresas, descreve o que a cultura japonesa considera como algo que lhes pertence, utilizando a palavra *uchi*⁸⁴ significando o que está *dentro*, ou *os de dentro* (2011, p. 165), podendo igualmente designar como sua *casa*. Há também o uso desta palavra em construções como “*uchi no kodomo*” (*kodomo*-crianças), se referindo à “*minhas crianças*”, ou “*uchi no shujin*” (*shujin*-marido) se referindo a “*meu marido*” numa conotação de algo que faz parte de sua vida. Para Roberson, o *kaisha* (*company*) que o japonês trabalha é considerado *uchi* (*idem ibidem*), ou seja, algo que lhe pertence, que está dentro de sua vida, em oposição ao que está fora (*outside*). Neste sentido, podemos dizer que somado a moral confuciana do *ethos do ganbarê* (OCADA, 2006) estendido para o mundo do trabalho, há no Japão uma ideologia de ver a firma, o *kaisha*, como se fosse sua família (FRUIN, 1980).

É dentro dessa cultura do trabalho e neste tipo de *kaisha* que ocorre a entrada de trabalhadores imigrantes nikkeis vindos especialmente do Brasil, mas também do Peru e das Filipinas. Os tipos de trabalho exercidos por eles são, em sua maioria, no chão da

⁸⁴ Em sua versão, Roberson traduz *uchi* para o inglês como *inside, in-group* (2003, p. 165).

fábrica e geralmente em empresas de pequeno e médio porte⁸⁵ subcontratadas de grandes indústrias. A seguir, buscaremos analisar um pouco mais de perto a maneira que o modelo japonês se reproduz no *kaisha* e como é estabelecido seu encontro com o imigrante.

2.1.1 O modelo japonês e o imigrante

Com a mundialização do capital, e em especial a mudança da configuração do capitalismo japonês depois do fim da década de 1980 e começo da década de 1990, discutidos no capítulo anterior, o trabalho imigrante parece, cada vez mais presente e indispensável para a reprodução do capitalismo japonês. Entretanto, quando discutimos o trabalho imigrante, aqui o trabalho imigrante brasileiro⁸⁶, não se trata de mobilidade do trabalho que recruta técnicos especializados, trabalhadores altamente qualificados ou gestores do capital, mas sim, de um tipo de trabalho imigrante como força de trabalho desqualificada, constituindo-se, em sua maioria, por trabalhadores manuais, geralmente produtivos e em empresas de setores chave da economia japonesa⁸⁷. Naturalmente há o

⁸⁵ No ano de 2010, as empresas de pequeno e médio porte constituídas por até 100 trabalhadores representavam cerca de $\frac{3}{4}$ (74%) dos postos de trabalho.

(Fonte: <http://www.chusho.meti.go.jp/pamflet/hakusyo/index.html>)

⁸⁶ Sobre a população estrangeira em geral, segundo dados extraídos do *Soumushou Roudouryoku Chousa* (Ministry of Internal Affairs and Communications), em 2009, haviam 562 mil trabalhadores estrangeiros registrados, destes, os que trabalhavam para empresas de terceirização ou em regime de empreitada somavam 162 mil estrangeiros, quase 30% desta força de trabalho. Ademais, os ramos em que eles mais trabalham são: o da indústria; de serviço; e de serviço de hotelaria ou restaurante respectivamente.

⁸⁷ Cabe salientar que, apesar do amplo contingente de dekasseguis que trabalham na indústria japonesa, há também brasileiros que trabalham no setor de serviços, majoritariamente em estabelecimentos voltados para a população brasileira local. No ano de 2009, estimava-se que haviam mais de 1000 estabelecimentos brasileiros (TANIGUTI, 2009) espalhados em diversas províncias, tais como restaurantes, supermercados, locadoras, entre outros comércios de produtos brasileiros. Por consequência, além de trabalhadores imigrantes no serviço, há a figura do empresário brasileiro nestes locais. Ainda sim, em nossa compreensão, estes estabelecimentos existem em consequências do movimento dekassegui que exerce trabalhos desqualificados, portanto não se constituindo como regra do trabalhador dekassegui. A existência destes brasileiros no setor de serviço, apesar de não menos importante, acontece, via de regra, **em função** da existência e para manutenção da reprodução de suas redes sociais da população brasileira que vive no Japão e trabalha nas indústrias. Destarte, no atual momento, é por existir trabalhadores dekasseguis na indústria que necessitam destes estabelecimentos, e não o seu contrário.

intercâmbio e mobilidade de trabalho qualificado no Japão, mas no caso dos brasileiros, esta realidade é uma exceção do ponto de vista quantitativo.

Para ilustrarmos essa realidade, no ano de 2010, dos 230 mil brasileiros registrados pelo governo japonês, os vistos de permanência por ascendência nikkei como *residência permanente (eijyuu-sha)*, *residência temporária (teijyuu-sha)* entre outros, que caracterizam a estadia por laços de consanguinidade eram de cerca de 200 mil pessoas⁸⁸. Isto é, a entrada e permanência não se deram por vistos de trabalho técnico, sendo assim, podemos inferir que o trabalho imigrante no Japão, definitivamente é constituído por trabalhos considerados não qualificados.

Como brevemente mencionado no capítulo anterior, a porcentagem de estrangeiros no Japão ainda é baixa (1,67%) se comparado a outros países de capitalismo central. Entretanto, o debate e a disputa no congresso japonês de como proceder com o controle migratório em seu futuro certamente continuará, uma vez que há as contradições internas no capitalismo japonês. Tais contradições se evidenciam no envelhecimento populacional, queda da população economicamente ativa e necessidade do trabalho vivo (que seja barato) por um lado, e a recente crise econômica, aumento do desemprego como dos avanços das forças produtivas em seu sentido estritamente tecnológico na contramão.

Os setores que mais contratam brasileiros são os de autopeças para indústria automobilística, seguido pelas fábricas manufactureiras de componentes eletroeletrônicos e as fábricas de “marmítex” (*bentou-ya*)⁸⁹ respectivamente (HIGUCHI, 2010). As cidades em que os brasileiros residem também ilustram bem a relação entre trabalho nikkei e os setores da indústria japonesa nos quais eles oferecem sua força de trabalho. As cidades que mais concentram brasileiros são Hamamatsu, Toyohashi, Toyota, Nagoya, Oizumi e Okazaki,⁹⁰. Essas cidades, localizadas em regiões de grande concentração industrial, já eram tradicionalmente polos industriais, mesmo antes da chegada de estrangeiros, sendo

⁸⁸ Dados estatísticos Ministério da Justiça do Japão. Sobre o controle de estrangeiros cadastrados no ano de 2010: (Fonte: <http://www.e-stat.go.jp/SG1/estat/List.do?lid=000001074828>)

⁸⁹ Este tipo de “marmítex” (*bentou*), fabricados em escala industrial é largamente consumido em todo o território nacional, sua venda ocorre em supermercados, lojas de conveniência entre outros estabelecimentos e consumido de forma cotidiana, principalmente por trabalhadores em seus almoços no Japão.

⁹⁰ Dados do Ministério da Justiça do Japão, ano de 2010: (Fonte: <http://www.e-stat.go.jp/SG1/estat/List.do?lid=000001074828>)

que muitas destas indústrias abrangem tanto importação, quanto exportação de carros ou eletroeletrônicos. A cidade de Toyota, por exemplo, onde nasce e ainda se encontra matriz do grupo Toyota (*Toyota Group*) estende sua produção para suas subcontratadas não somente na cidade sede, mas também para cidades vizinhas da região de Aichi.

Outras duas cidades, Oizumi e Ota, por exemplo, bastante famosas pela concentração de brasileiros, segundo Litvin, tem uma explicação histórica no que se refere à presença de estrangeiros, pois,

Quando as bases militares dos Estados Unidos que ficavam em Oizumi e Ota foram devolvidas ao governo japonês em 1959, os terrenos cedidos ofereceram a infraestrutura (uma base, literalmente) para o desenvolvimento de indústrias. Além disso, a população local já estava acostumada à presença de estrangeiros na região e, portanto, estava mais disposta a contratar estrangeiros para trabalhar nas fábricas (2007, p.38).

A província de Aichi, onde localizam-se as cidades de Toyota, Nagoya, Toyohashi e Okazaki, com alta concentração de brasileiros ficou conhecida como a *província produtora de mercadorias*⁹¹ (NAGAO, 2011, p. 108). Não é de se espantar a necessidade de trabalho imigrante operário numa região que, a partir de 1977 bateu por 33 anos consecutivos o recorde de produção industrial. Sendo assim, podemos mais uma vez confirmar que a permanência em certas localidades de brasileiros imigrantes não se dá de maneira aleatória, mas que tem o seu condicionamento em razões que partem do mundo do trabalho.

Na compreensão da força de trabalho imigrante no Japão, como em outros países, vale ressaltar que as estatísticas oficiais dificilmente conseguem captar com exatidão a realidade da situação desses estrangeiros. Primeiramente porque nem toda a força de trabalho estrangeira está registrada, havendo um contingente de imigrantes invisíveis aos dados oficiais, como, por exemplo, na Europa, onde esta situação é bastante significativa, mas minoritária entre os *dekasseguis*. Em segundo lugar, o desemprego destes imigrantes é outro fator difícil de ser mensurado, uma vez que, a partir do momento que o trabalho imigrante desaparece, acaba por desaparecer também a figura do imigrante

⁹¹ *Monozukuri no Ken*: モノづくりの県 (tradução nossa)

(sendo que é precisamente o trabalho que faz nascer a sua condição) podendo este optar pelo retorno ao seu país de origem.

À luz dessas breves considerações, apesar das estatísticas oficiais não constatarem o dekassegui como força de trabalho estrangeira desqualificada, mas como *residentes permanentes*, percebemos que o fenômeno migratório não se reduz ao que aparenta ser. Ao estabelecer mediações com outras categorias, como o mercado de força de trabalho local, bastidores da legislação referente ao controle migratório, características da população japonesa em relação a sua economia política, pudemos constatar a complexidade do fenômeno dekassegui e sua íntima ligação – apesar dos aspectos subjetivos sempre presentes – com a lógica de acumulação do capital. Nesse sentido, parece necessário adentrar um pouco mais no modelo japonês, que, como já mencionado, tem a sua representação no *kaisha*, lugar onde todas estas complexidades parecem se manifestar.

2.1.2 Condições de trabalho do dekassegui

O brasileiro imigrante, com exceção dos que trabalham em estabelecimentos voltados para a população brasileira, trabalha em *kaishas* majoritariamente de médio e pequeno porte⁹², que empregam até 300 trabalhadores. Na pesquisa de campo, todos os entrevistados relataram ter trabalhado em fábricas onde havia tanto a presença de estrangeiros, em sua maioria brasileiros, como a de peruanos ou filipinos e também a de operários japoneses. A maioria dos entrevistados, apesar da fábrica como um todo ter a presença tanto de japoneses como estrangeiros, relataram que na seção onde trabalhavam predominava a presença de brasileiros, parecendo haver uma separação entre seções em que se concentravam apenas estrangeiros, e em outras, apenas japoneses.

⁹² Na pesquisa de campo com brasileiros retornados do Japão, apesar de minoria, houve algumas respostas de brasileiros que trabalharam em empresas de grande porte também.

Segundo os entrevistados, quando indagados sobre como funcionava a divisão dentro da fábrica em relação ao processo de trabalho e a seção correspondente, a maioria diz não ter visto diferença no que se refere ao tipo de trabalho que se realizava. Afirmou a entrevistada Laura, por exemplo, que “*No shigoto*⁹³ *mesmo era igual. Mas eles eram shain*⁹⁴ *né, apesar de que tinha arubaito também tem os “paato”*⁹⁵ [...]”. Por outro lado, também tivemos algumas poucas respostas como da entrevistada Rosa, que afirma ter tido a impressão “[...] *que não davam os trabalhos mais pesados para os japoneses* [...]”.

Os tipos de trabalho executados pelos entrevistados, todos dentro da fábrica, na linha de produção, variavam, por exemplo, entre: inspeção e limpeza de peças de telas de televisão de plasma; inspeção da espuma do banco de carro; na esteira tirando rebarba do escapamento do carro; parte da montagem da placa (*kiban*) do componente eletrônico que seria usado no carro, ao mesmo tempo que faziam montagem, solda e inspeção, entre outros.

Paralelamente à divisão pouco acentuada entre brasileiros e japoneses nos processos de trabalho, todos os entrevistados afirmaram que havia uma nítida separação entre funções exercidas, processo de trabalho, assim como da remuneração no que se refere ao gênero. Especificamente sobre o processo de trabalho, o trabalho com maior intensidade e considerado mais pesado é atribuído aos homens, entretanto, como veremos nos depoimentos das entrevistadas, isso não exclui as mulheres de trabalhos que sejam altamente desgastantes fisicamente. O que se nota é apenas a atribuição de trabalhos que requerem mais força física, de impacto ou trabalhos que necessitam carregar instrumentos mais pesados destinados aos homens.

A divisão sexual do trabalho, não somente do exercido fora de casa, mas dentro das famílias e da sociedade, igualmente fundado sob o modelo patriarcal, ainda que distinto do modelo ocidental que conhecemos, é bastante presente na sociedade japonesa. Helena Hirata e Philippe Zarifian já apontavam esta tendência acerca do modelo japonês logo no início da década de 1990, quando afirmam que na sociedade japonesa a

⁹³ Trabalho

⁹⁴ Trabalhador efetivo

⁹⁵ *Part-time job*

[...] divisão sexual do trabalho representa uma característica marcante do funcionamento da sociedade japonesa e atua nas relações de classe: o comportamento do mundo operário face ao patronato não seria provavelmente idêntico sem uma distinção dessa ordem entre homens e mulheres. [...] Certamente, essa oposição é pertinente, mas complexa. Uma parte das pequenas e médias empresas, e especialmente aquelas que conseguiram travar relações duradouras de sub-contratação com os grandes grupos, acabaram por incorporar certos traços do modelo dominante (1991, p. 180).

Tal divisão, presente de maneira bastante marcante em toda sociedade, estruturando de maneira radicalmente diferente o trabalho entre homens e mulheres no Japão (idem, *ibidem*) tem seu reflexo de maneira similar nos trabalhadores imigrantes. A divisão sexual ocorre tanto no processo de trabalho, na divisão entre seções, como nas desigualdades de remuneração. No caso do imigrante brasileiro, como veremos mais adiante, não há distinção entre os gêneros no que se refere ao contrato estabelecido com a empresa ou empreiteira, entretanto, para os japoneses há diferenças, além dos salários, nas relações de trabalho e o laço jurídico entre trabalhadora e empregador.

A divisão sexual do trabalho, assim, é uma das diferenciações internas à classe trabalhadora, pois, como iremos perceber com o caso dos imigrantes, há a segregação salarial, contratual, espacial sendo que, a nosso ver, essas formas de diferenciação fazem parte do mesmo processo, tendo portanto um caráter funcional ao capital.

David Harvey é um autor que nos alerta para esta segregação, discorrendo que na tentativa do controle do trabalho pelo capital, uma das estratégias é exatamente colocar os trabalhadores em permanente concorrência (2011, p.57). Para este autor ainda, a força de trabalho em potencial tem diferenciações internas, ou, como chamado por Ricardo Antunes “transversalidade do trabalho” (2009, p.256-257), sendo elas fundamentais ao funcionamento do mercado de trabalho. Harvey (op. cit.) e Antunes (op. cit.) apontam outros exemplos de diferenças criadas ou reforçadas pelo capital como: gênero; raça; etnia; tribo; divisão pela língua; política; orientação sexual ou crença religiosa. Concordamos com esta análise, uma vez que, em nossa pesquisa, a relação social de diferença mobilizada pelo capital, como tentaremos nos aprofundar no último capítulo, parece se manifestar na

diferenciação entre trabalhador imigrante e trabalhador japonês, como também internamente ao imigrante entre mulheres e homens.

Na compreensão de Hirata, com um olhar no século XXI e suas diversidades de trabalho (especialmente a divisão sexual) que compreende que

O processo de globalização tornou mais nítida a diversidade, pois justamente nesse processo as desigualdades entre os sexos, entre classes sociais e entre raças aparecem de uma maneira mais visível” (2011, p. 16).

Para ela, por exemplo, desde a década de 1990 o aumento do emprego feminino em escala mundial, se fez acompanhar com o emprego vulnerável e formas precarizadas de trabalho, como por exemplo, o aumento do trabalho considerado “atípico”, em tempo parcial, entre outras manifestações do mesmo fenômeno (idem, ibidem). O trabalho imigrante de kassegui, que nasceu e se avolumou precisamente na década de 1990, parece acompanhar essa tendência de segregação e diferenciação interna.

Na pesquisa de campo, pudemos constatar uma jornada de trabalho bastante longa⁹⁶ se comparado ao padrão estabelecido pela legislação brasileira⁹⁷. Dos de kasseguis entrevistados, com exceção de um senhor com mais de 60 anos que relata ter trabalhado em média oito horas por dia, todos os outros entrevistados responderam que a jornada média, em tempo de produção normal antes da crise de 2008, era superior a 10 horas diárias. Os dias trabalhados na semana variaram de cinco a seis dias.

⁹⁶ A despeito do desenvolvimento tecnológico e das mudanças organizacionais, ao contrário do que se afirmava sobre a diminuição do tempo de trabalho, o sociólogo Pietro Basso entende que o processo de mundialização em curso, paradoxalmente gera uma tendência do aumento da jornada de trabalho (2008) para alguns setores. Este aumento e intensificação da jornada de trabalho parece ser uma das manifestações do processo de precarização do trabalho, seja este em países centrais ou periféricos. Basso demonstra como exemplo o trabalho executado por jovens do hemisfério sul para produção de mercadorias destinadas a empresa americana *Wall-Mart*. Os turnos de trabalho destes operários podem chegar a 18, 20 horas, sete dias por semana, ou mesmo com apenas um dia de descanso mensal (ibidem, p.95).

⁹⁷ No Japão, segundo a *A Lei de Normas Trabalhistas*, a jornada de trabalho se constitui de oito horas diárias, como de 40 horas semanais (*Jornada Legal de Trabalho*, prevista no Art. 32 da *Lei de Normas Trabalhistas*). Caso a empresa solicite ao trabalhador uma jornada acima da lei estabelecida, há a necessidade de acordo prévio com o representante da maioria absoluta dos trabalhadores, ou via sindicato. Além da jornada de trabalho estabelecida por lei (40 horas semanais), é permitido pelo Art. 36 da *Lei de Normas Trabalhistas* uma jornada extra (com salários adicionais), a princípio de 15 horas por semana ou 45 horas mensais. (CIATE, 2011a), situação que não se verifica, segundo os depoimentos desta pesquisa.

Uma das entrevistadas, Natália, alega que houve épocas em que chegou a trabalhar 14 horas por dia. Esta entrevistada de 43 anos, que já era operária antes de ir ao Japão, tinha como função

“a parte da montagem da placa (kiban) do componente eletrônico que iria ser usado pelo carro L. Além da montagem também tinha que soldar e fazer kensa⁹⁸. Sempre quando vinha uma peça, você fazia um kensa rapidamente, depois coloca na esteira pra colocar os componentes. Logo depois passava pra solda e fazia mais uma kensa pra saber se não tinha ficado nenhum buraco.” (nome do carro omitido)

Essa intensidade do trabalho, como a longa jornada e a aceitação de fazer muitas horas-extras (*zangyou*) por parte dos estrangeiros foi um fator que alguns dos entrevistados alegaram ser um “diferencial” dos brasileiros, e como relatou o entrevistado Gabriel, “*os japoneses não gostavam de fazer zangyou (hora-extra) não, só a gente fazia*”. Esta aceitação dos brasileiros em fazer mais horas-extras, “*trabalharem mais pesado*” como também mencionou o entrevistado Gabriel parece evidenciar o caráter de flexibilidade do trabalho imigrante em exercerem varias funções, com jornadas de trabalho intensas, turnos variados que muitos dos japoneses podem, por vezes, escolher não exercer.

O pesquisador japonês Tanno, ao estudar o comportamento do mercado da força de trabalho dos imigrantes, constatou que em regiões do Japão onde a economia cresceu, postos de trabalho que antes eram executados por operárias japonesas de tipo *part-time* começaram a sobrar, sendo, nesse caso, preenchidos pelo trabalho imigrante (2002, p. 52). Porém, o autor alerta sobre a existência de situações contrárias, onde regiões de instabilidade econômica, mulheres que antes eram donas de casa, com o medo de seus esposos perderem o emprego começam a buscar trabalho de tipo *part-time* em fábricas locais (*idem, ibidem*), podendo, nesse caso, acirrar a concorrência entre trabalho imigrante e *part-time-job*. De todo modo, a flexibilidade das relações de trabalho que o imigrante proporciona é evidente, tendo neste caso a função de preencher a força de trabalho escassa localmente.

⁹⁸ Inspeção

Outro aspecto presente da flexibilidade do modelo japonês, aparentemente mais executado por trabalhadores imigrantes, mas pouco aceito pelos trabalhadores japoneses, diz respeito à alternância dos turnos de trabalho (*koutaisei kinmu-seido* 交替制勤務制度) entre noturno (*yakin*) e diurno (*hirukin*)⁹⁹ que podem ter grande impacto negativo na saúde do trabalhador. Segundo a pesquisa de campo, o trabalho realizado nos *kaisha*, em sua quase totalidade, faz uso do turno diurno como do noturno, ou seja, funcionando 24 horas, com exceção dos domingos. Os turnos diurnos e noturnos são revezados de acordo com a logística de cada fábrica, sendo que, segundo os entrevistados, o modelo mais adotado era de revezamento em uma semana trabalho diurno e na seguinte trabalho noturno consecutivamente. Esta alternância nos turnos faz com que o trabalhador não consiga estabelecer um ritmo em seu cotidiano, tampouco consiga planejar alguma atividade fora do trabalho, já que, dependendo da semana ele estará trabalhando de noite ou de dia.

O cansaço e desgaste físico referentes à troca de turnos é inquestionável, e em nossa pesquisa, quase todos os trabalhadores que o faziam disseram que no primeiro dia do novo turno sentiam dificuldades em dormir, e quando começavam a se acostumar com o turno, geralmente do meio para o final da semana, já na outra ocorria novamente a mudança.

Uma das entrevistadas, a trabalhadora Natália de 43 anos, que executava diversas funções no trabalho e que já chegou a trabalhar 14 horas por dia, a pouco mencionada, relatou que no último *kaisha* em que trabalhou antes de sua volta ao Brasil, só fazia o turno da noite. Ela relatou que nesse *kaisha* havia a possibilidade de escolher trabalhar somente no turno diurno ou noturno, tendo ela escolhido o noturno para que, na parte da manhã, pudesse estar com o seu filho e ajudá-lo ir à escola, podendo assim permanecer mais tempo com ele. Entretanto, Natália parece ter sofrido o impacto da

⁹⁹ Para Ocada, o sistema de alternância dos turnos diz respeito a um “obcecado controle sobre a força de trabalho” (p.27,2002), constituindo estratégias de dominação de mão de obra (idem, ibidem). No ano pesquisado por Ocada, entre 1996-97, o trabalho noturno era executado sobremaneira por trabalhadores masculinos. Atualmente, segundo o relato dos entrevistados, o trabalho noturno e a alternância dos turnos já estão presentes em ambos os sexos.

jornada noturna e intensidade de trabalho, pois ao ser questionada sobre cansaço físico disse que

“Sentia cansaço, dor nas costas e dormia pouco. Onde eu morava era perto da base aérea, e meu apartamento balançava bastante e tinha muito barulho por conta disso. Como eu só trabalhava de noite tentava dormir durante o dia, mas além do barulho, do balanço e da luz do dia, tinha que fazer as coisas de casa e arrumar as coisas pro meu filho ir à escola. Por isso dormia só umas três-quatro horas todos os dias. No Japão desenvolvi síndrome do pânico e depressão, como se diz, no meu ponto de vista eu acho é que por que eu dormia pouco, acho que foi falta de sono né, e o sensei¹⁰⁰ disse que era stress também, acho que do trabalho né!”

Ela relatou também que apesar de tudo, “A intensidade dava pra aguentar [...]”, descrição esta bastante similar a de outros entrevistados que, em sua maioria, declaravam que o trabalho era muito “puxado” no início, e que apesar do cansaço cotidiano, acabavam se acostumando com essa rotina. Natália, ainda sobre a intensidade do trabalho, continua “Mas, se for comparar o trabalho do Japão com o do Brasil o daqui é fichinha, porque eu tinha a meta de produção que era estabelecida a cada dia, e isso dependia do dia, então né [...]”. Na época da entrevista, ela¹⁰¹ trabalhava como funcionária de uma pastelaria em um mercado municipal da Zona Leste de São Paulo, trabalho que conseguiu logo após seu retorno ao Brasil.

Ainda sobre o desgaste físico, um dos entrevistados, Gabriel de 57 anos relatou que o trabalho em fábrica no Japão durante 20 anos, principalmente o *kaisha* que havia permanecido por mais tempo provocou, segundo ele, uma insônia crônica. Ele relatou que no *kaisha* onde realizava a inspeção da espuma que seria usada em bancos de carro, que saía da máquina operada por ele era extremamente quente, e apesar do uso de luvas, seus dedos formigavam todo o tempo devido ao calor. Esta irritação na ponta dos dedos sentida durante o dia não cessava quando voltava para casa, o que, segundo ele, dificultava seu sono. Gabriel relatou ainda que nos tempos mais críticos, houve dias que simplesmente parou de dormir. Atualmente, ele que retornou ao Brasil há um ano, diz que ainda depende

¹⁰⁰ Médico

¹⁰¹ Entrevista realizada no dia 30 de janeiro de 2012.

de remédios para dormir, mas demonstrou a vontade de parar com a medicação logo que se acostume ao ritmo do Brasil. Perguntado como conseguia seguir trabalhando mesmo sem ter dormido Gabriel alegou que “*ah, mas não podia parar né, se não fosse no kaisha não tinha o dia pago né [...]*”.¹⁰² Aqui, e como veremos mais adiante, o tipo de contrato de trabalho destinado aos brasileiros (e japoneses de tipo *part-time-job*) não garante estabilidade, mas apenas a remuneração por horas trabalhadas, engendrando situações em que mesmo com problemas físicos, não permite que o trabalhador pare e possa cuidar de sua saúde.

Todos os entrevistados afirmaram que não existia médico na fábrica, apenas uma consulta regular, geralmente uma vez por ano, onde recebiam a visita de um tipo de “consultório móvel”¹⁰³ a fim de realizar exames rotineiros como de vista, audição, urina, reflexo, entre outros. Os entrevistados alegaram que, apesar de não ser comum, caso algum exame acusasse que houvesse alguma disfunção, o trabalhador era apenas alertado a ir procurar um médico por conta própria. Esta situação se mostra paradoxal especialmente para os imigrantes, para os trabalhadores não registrados e sem estabilidade, pois como demonstrado na fala do entrevistado Gabriel, caso o trabalhador de tipo não regulamentado falte ao trabalho ele não receberá por aquele dia.

Conforme mostrou nossa pesquisa, dos trabalhadores que afirmaram já ter presenciado acidentes de trabalho na fábrica, todos disseram que a empresa ofereceu tratamento médico e a cobertura dos custos dos acidentes previstos por lei¹⁰⁴. No entanto, acerca dos exames rotineiros descritos acima cabe indagar, como se procederia, caso neste exame de rotina anual fosse detectado alguma doença que impedisse o trabalhador

¹⁰² A história de vida da família do entrevistado Gabriel ilustra bem a história das migrações. Gabriel de 58 anos natural da Paraíba migrou, ainda adolescente na década de 1970, fugindo da pobreza com sua família para Osasco, São Paulo. Por sua vez casou-se com uma nikkei e conseguiu adquirir uma peixaria em um bairro nesta mesma cidade. No começo da década de 1990, comenta “*Na época do Collor que fez a gente tudo falir né.*” alegando que naquele período muito de seus conhecidos que possuíam pequenos estabelecimentos no mercado municipal tiveram dificuldade em manter seus negócios. Assim, Gabriel escolheu migrar para o Japão com sua esposa e mais três filhos, permanecendo ali por 20 anos. Atualmente, com o dinheiro que conseguiu trazer do Japão adquiriu metade da sociedade de uma padaria no município de Osasco, no mesmo bairro onde residia antes de sua partida para o Japão.

¹⁰³ Localizado dentro de uma espécie de um pequeno caminhão.

¹⁰⁴ De acordo com os Arts. 75 e 76 da Lei de Normas Trabalhistas a empresa tem a responsabilidade de arcar com as despesas referentes ao tratamento caso o empregado venha a adoecer ou se ferir em virtude do seu trabalho (CIATE, 2011a).

imigrante de continuar o seu trabalho. De outro modo, caso ele precisasse se ausentar por um tempo para tratar a disfunção detectada e por consequência como se procederia o amparo às despesas médicas necessárias ao tratamento? Nenhum dos entrevistados disse ter presenciado tal situação, no entanto, por se tratar de relações de trabalho flexibilizadas, não formais e regidas por contratos temporários, é difícil acreditar que haveria alguma assistência médica, ou mesmo uma investigação e comprovação no caso de possibilidade de doença ocupacional.

Somente em nossa pesquisa, acerca do questionamento sobre desgaste físico e doenças, obtivemos respostas de dois trabalhadores com insônia crônica, duas trabalhadoras com depressão e síndrome do pânico e um com formigamento constante que irritava os dedos. Mesmo nestes casos, nenhum dos entrevistados afirma ter recebido assistência médica para tratamento, tendo buscado individualmente médicos, ou se automedicaram como relata o trabalhador que tinha insônia crônica. Ademais, as doenças relatadas nas entrevistas, muitas vezes por se tratarem de sintomas psicossomáticos, relacionados ao *stress* do trabalho, entre outras doenças psicológicas, têm como característica a dificuldade de se estabelecer o elo entre esses adoecimentos e o trabalho devido à impressão de invisibilidade que ela carrega.

Outros sintomas de adoecimento e danos ao trabalhador conhecidos no Japão são os *karoshi* (過勞死) e o *karojisatsu* (過勞自殺) *morte por excesso de trabalho e suicídio por excesso de trabalho* respectivamente. Estes tipos de problema associados à sobrecarga de trabalho apresentam-se como exemplo e contraponto do modelo japonês de organização do trabalho. Produto não raro dessa sociedade e fenômeno da década de 1980 (FRANCO, 2002) o *karoshi*¹⁰⁵ é reconhecido pelo Instituto nacional de Saúde Pública no Japão como “condição pela qual as práticas de trabalho, psicologicamente nocivas, são

¹⁰⁵ Cabe ressaltar que a morte decorrente pelo excesso de trabalho não é produto exclusivo da sociedade japonesa. No Brasil, por exemplo, temos o conhecimento da “*birôla*”, termo usado pelos trabalhadores rurais para designar a morte decorrente do excesso de trabalho (SILVA et al, 2006), sendo que o corte da cana no Brasil é um exemplo emblemático desta faceta.

toleradas, levando o trabalhador o acúmulo de fadiga do corpo e uma condição crônica de excesso de trabalho resultando em um esgotamento fatal”¹⁰⁶ (OCADA, 2006).

Mais recentemente, o que vem ganhando destaque nos meios de comunicação do Japão é o *karojisatsu* (suicídio por excesso de trabalho)¹⁰⁷, fenômeno que tem ultrapassado o número de mortes decorrentes do *karoshi*, contabilizando no ano de 2010 mais de 700 casos (em um universo de 30 mil suicídios anuais no país¹⁰⁸) por excesso de cansaço no trabalho¹⁰⁹. Ademais, não são raros também suicídios engendrados igualmente pelo mundo do trabalho, mas neste caso pela razão de “não encontrar trabalho”, como por erros cometidos no trabalho (478 pessoas), ou suicídios relacionados ao local de trabalho (587 pessoas) de maneira geral (HIRATA, 2011, p.19). Esse tipo de suicídio, como acontece com o *karoshi* tem encontrado dificuldade em ser reconhecido pelas autoridades, pela difícil tarefa de estabelecer vínculo entre a morte e o trabalho que a resultou. Há também a incerteza do número exato desses tipos de morte, como também o desamparo da família desses trabalhadores devido aos mesmos motivos citados acima.

Ainda sim, o movimento inverso de luta por parte de alguns advogados e famílias de trabalhadores japoneses falecidos, apesar de um número pequeno, também começam a ganhar destaque em conseguir o reconhecimento como morte ou suicídio por excesso de trabalho nos tribunais japoneses. Todavia, não há números de trabalhadores

¹⁰⁶ A estes sintomas do excesso de trabalho, do ponto de vista clínico a *causa mortis* do *karoshi*, geralmente se apresenta como hemorragia subaracnoidal, hemorragia cerebral, infarto do miocárdio ou insuficiência cardíaca aguda (FRANCO, 2002, p. 150), por isso, muitas vezes é difícil de ser estabelecido o nexo entre a *causa mortis* e o excesso de trabalho.

¹⁰⁷ Aliás, o destaque inevitável por estas formas de suicídio não se restringem ao Japão, e somente em anos recentes na França, por exemplo, ficaram conhecidos inúmeros casos de suicídios (46 suicídios em dois anos) de trabalhadores da empresa *France Telecom* (Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,justica-francesa-vai-investigar-onda-de-suicidios-na-france-telecom,536079,0.htm>). Mais recentemente, a empresa chinesa *Foxconn* (fabricante de mercadorias da empresa americana *Apple*) também ganhou destaque pelos suicídios cometidos por seus trabalhadores devido ao excesso de trabalho. Posteriormente, segundo reportagens que apareceram em meios de comunicação nos Estados Unidos, esta empresa então criou um termo dentro do contrato de trabalho onde o trabalhador se comprometeria em não se suicidar, ficando sua família sem possibilidade de ganhar indenizações ou seguridade financeira extra, caso o trabalhador mesmo assim se suicidasse. (Fonte: http://www.huffingtonpost.com/2011/05/06/apple-foxconn-suicide-pact_n_858504.html). Vale lembrar também que grande parte dos trabalhadores da *Foxconn* é constituída por emigrantes oriundos de diversas regiões do país.

¹⁰⁸ <http://www8.cao.go.jp/jisatsutaisaku/whitepaper/w-2012/pdf/gaiyou/pdf/p2-6.pdf>

¹⁰⁹ *Yomiuri Shinbun*, 4 de março de 2011.(Fonte: <http://www.yomiuri.co.jp/dy/national/T110303007521.htm>)

imigrantes nessa condição, mesmo porque, como já apontamos, o trabalhador imigrante, tal como acontece em caso de desemprego, ao ficar em situações de risco em diversas esferas de sua vida, optam pelo retorno ao seu país, podendo neste caso, vir a adoecer já em seu país de origem ficando assim ainda mais difícil de estabelecer o nexos.

Em nossa pesquisa, dois dos entrevistados relataram ter tido conhecimento de mortes causadas pelo trabalho. Luis relatou apenas que ficou sabendo de *“um caso de uma empresa onde trabalhava onde um japonês de uns 30 a 40 anos se suicidou pela pressão no trabalho mesmo. Ouvia na época os japoneses comentando sobre o assunto ”*. Outra entrevistada, Rosa relatou que

“[...] na empresa que trabalhei, onde saía um gás de um tubo que precisava usar, onde sentia dor de cabeça e num trabalho que acabei saindo, me disseram que a moça que trabalhava neste mesmo local, que trabalhou por três anos, quando voltou para o Brasil morreu por tuberculose. As pessoas do kaisha diziam que era por causa daquele trabalho.”

Segundo o psiquiatra Décio Nakagawa, há uma tríade de problema que se pode afirmar como consensual no debate acerca da saúde do trabalhador brasileiro, qual seja, a não filiação ao Seguro de Saúde japonês; a barreira do idioma; e a qualificação dos intérpretes para atendê-los (2010, p. 387). Ainda segundo ele, mesmo depois de 20 anos do movimento de kassegui, “[...] dados otimistas apontam em torno de 50% de filiados ao Seguro Saúde no Japão”. Apesar disso, em nossa pesquisa, quase todos os entrevistados afirmaram possuir Seguro Saúde no Japão, seja na forma do Seguro Saúde (*Kenkou Hoken*) em específico, ou alguns que possuíam na forma do Seguro Social (*Shakai hoken*) que também cobre assistência médica. Para Nakagawa, contudo, a mudança no perfil do imigrante de migração individual para uma migração de caráter familiar, como da constituição das redes sociais de brasileiros podem contribuir para redução do número de doenças mentais entre os nikkeis que emigraram (ibidem, p.389).

Novamente, das experiências vividas no *kaisha* relatadas pelos entrevistados, no que se refere às metas de produção, como do controle e intensidade do trabalho que delas resultam, todos os entrevistados afirmaram a existência de uma quantidade diária a

ser cumprida. No entanto, circunscritas sob o Sistema Toyota de Produção, essas metas eram estabelecidas de acordo com o modelo *just in time*¹¹⁰ de produção, ou seja, regidas de maneira flexível, de acordo com a demanda diária, ou, por exemplo, pelo modelo de carro a ser produzido no momento, assim sendo, ocorria também a alteração de metas constantemente. É importante salientar que a flexibilidade da produção ocorre de maneira unilateral, ou seja, se referindo a uma flexibilidade de metas impostas por gestores externos ao quadro de operários que não têm nenhuma autonomia no processo produtivo.

Aliás, a despeito da flexibilidade do Sistema Toyota de Produção, podemos entender melhor a falta de autonomia dentro do processo de trabalho como uma das manifestações da contínua subordinação do trabalho ao capital. Aqui, em nosso entendimento da subordinação e a consequente subsunção do trabalho, tomamos como referencial a análise que Marx fez na passagem da Manufatura para a Grande Indústria, estudada no Livro I d’*O Capital* (1985a; 1985b), como da compreensão realizada no *Capítulo VI Inédito de O Capital* (1985c). Nessa análise, há uma compreensão de que no desenvolvimento das forças produtivas e na criação do “sistema maquinário autômato” (desde a grande indústria), ocorre pela primeira vez uma inversão – até hoje ainda não superada – onde “não é o trabalhador que usa as condições de trabalho, mas que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador” (idem, 1985b, p.43).

Ainda que no modelo japonês os trabalhadores tenham metas de produção em constante mudança e maneiras flexíveis de se trabalhar, ou mesmo que tenham que realizar diversas tarefas, esta polivalência não se traduz em autonomia dentro do processo de trabalho. Nesse modelo, a figura do trabalhador como “apêndice da máquina” todavia permanece, sendo que, ele, como “apêndice” não mais possui uma posição ativa dentro do processo de trabalho, ficando apenas como sujeito mediador entre a relação de natureza e seu instrumento de trabalho¹¹¹, nesse caso a máquina do *kaisha*.

¹¹⁰ taichi onho , descreve *just -in-time* como pilar integrado ao Sistema Toyota de Produção que tem como aspecto central a absoluta eliminação de desperdício, significando que “[...] em um processo de fluxo, as partes corretas necessárias à montagem alcançam a linha de montagem no momento em que são necessários e somente na quantidade necessária” (1997, p.26). Desta maneira, objetivando um fluxo de produção que possa chegar a um *estoque zero*, isto é, resultando em eliminação de custos.

¹¹¹ Claudio Napoleoni em *Lecciones sobre El Capítulo Sexto (Inédito) de Marx* (1976) tenta demonstrar bem a alteração da posição que o trabalhador ocupa no processo de trabalho (depois da Grande Indústria e com a

Como consequência da falta de autonomia que a flexibilidade do *just in time* possui, por exemplo, é estabelecido um rígido controle das metas como da qualidade das peças/mercadorias que dekasseguis (e outros operários do *kaisha*) produzem. Um dos entrevistados, Frederico de 32 anos, que trabalhou em uma grande multinacional japonesa do setor eletroeletrônico fazendo a inspeção de telas de televisão de plasma, relata sobre o controle e avaliação de seu desempenho,

“Eles sabiam como você estava trabalhando pelo sistema de código de barras. Não dava pra enganar e não passava nada! Qualquer peça que você mexesse pra trabalhar eles tinha o controle de que você tinha feito kensa¹¹² nesta peça, e quanto tempo demorou para fazer. Por isso tinha todo seu histórico de quantas peças você tinha feito e quais foram e quanto tempo demorou em cada peça era controlado. Se eles vissem que você estava de alguma forma ruim, tipo soltando muito furyou¹¹³, eles dava advertência. Cada peça que eles forneciam e que era devolvida para fábrica como furyou eles tinha que fazer um relatório, então eles não admitiam que tivesse furyou, por isso não queriam que a gente fizesse a inspeção rápido, queriam que fizesse na ordem pra não ter furyou.”

No caso deste entrevistado, sua meta era de não passar nenhuma peça defeituosa, de má qualidade (*furyou*), por isso o rígido controle de como era feito a inspeção, não tendo nesse caso a rapidez como critério. Continua Frederico,

“A intensidade não era puxada, nem rápida, pois eles queriam que não passasse nenhum furyou, tinha uma meta de em quanto tempo você tinha que olhar a peça, mas não podia fazer mais rápido que isso, mesmo que você conseguisse, pois eles diziam que era o tempo que tinha que fazer pra não ter furyou. Na B.¹¹⁴ tinha uma tolerância de 30 segundo por cada peça. Você não podia fazer nem 30 segundos mais rápido nem mais lento

subsunção real do trabalho no capital), sua consequente perda de autonomia e a relação de subordinação deste. Afirma este autor que o trabalhador “se converte e órgão de uma coisa que se move fora dele” (ibidem p.106, tradução nossa), sendo que a máquina e seu instrumento de trabalho se convertem na expressão da ciência produzida para criação de valor. É interessante notar como o modelo japonês dentro do *kaisha* reproduz esta lógica, especialmente na ciência direcionada para criação de valor, ciência esta muitas vezes produzida pelo próprio operário, como veremos no caso da apropriação do saber fazer pelo capital (CORIAT, 1976, p.90) mediante introduções de Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), por exemplo.

¹¹² Inspeção

¹¹³ Peça com defeito, de má qualidade. 不良 Junção de dois ideogramas (kanji), que tem seu sentido de negação(不) e bom (良) tendo seu sentido literal como “ não bom”.

¹¹⁴ Nome da empresa omitida.

que o tempo estipulado. Se você estivesse fazendo sempre de maneira errada, eles faziam ijime¹¹⁵ com você. Tinha uma placa que era fixada na parede com o desempenho de cada um. Por exemplo, o tempo que era considerado ideal pra fazer o kensa da peça era de 2 minutos, daí, nessa placa tinha o nome de cada pessoa, as peças produzidas e o gráfico de quantas peças você tinha feito em um, em dois, ou em três minutos. A coluna do dois aparecia normal, a do um e três minutos, que não podia, aparecia em preto em destaque. Eles diziam que esta placa servia para reeducar, a placa estava sempre colocada na parede pra todo mundo poder ver. Era constrangedor, e acontecia ijime por causa disso.”

Esse entrevistado relatou que o constrangimento era sentido tanto pelos brasileiros como pelos operários japoneses, quando na situação do gráfico indicar a cor preta da advertência como tempo de inspeção muito rápido ou muito lento. Entretanto, ele comentou também que os brasileiros não gostavam muito de cumprir o tempo estabelecido, e que, apesar da advertência, muitos faziam a inspeção mais rápida, tendo notado, segundo ele, um maior cumprimento das metas de tempo por parte dos japoneses.

O aspecto das diferenças de comportamento frente ao trabalho entre brasileiros e japoneses também apareceram em outras observações dos entrevistados. Por exemplo, um dos entrevistados comentou que “*os brasileiros não gostavam muito de seguir as normas de segurança de se vestir, não gostavam muito de colocar o boné e todas as luvas não [...].*” (Entrevistado Carlos). Ademais, outras respostas que se repetiram acerca do comportamento de brasileiros são as afirmações de que era motivo de demissão a “[...] *má conduta bastante, coisas do tipo quando a pessoa faltava muito, ou quando brigava na fábrica [...]*” presente em parte dos dekasseguis, conforme a percepção dos entrevistados. Além dessa resposta, quase todos os entrevistados alegaram já ter presenciado discussões que, segundo eles, eram extremamente mal vistas no ambiente de trabalho, sendo que nenhum deles afirmou ter presenciado tais brigas e discussões entre os operários japoneses.

Nesta passagem, achamos que cabe questionarmos o aparentemente distinto comportamento e disciplina dentro do *kaisha* entre o trabalhador japonês e o dekassegui brasileiro, sendo constituída por diferentes normas de conduta e ideologia frente ao mundo do trabalho, como apontado pelos entrevistados. Afinal, os nikkeis que emigraram para o Japão possuem, outra ideologia, visão de mundo frente ao mundo do trabalho que se

¹¹⁵ *bullying*

manifestam de maneira distinta do comportamento japonês? Talvez aqui, o espírito do *ganbarê* se manifeste de maneira diferente para esses nikkeis? Por fim, cabe também a indagação: a disciplina frente ao mundo do trabalho, possivelmente distinta entre brasileiros e japoneses é um fator que tem relevância para o tipo de trabalho exercido?

Há uma passagem em que Michel Freyssenet e Helena Hirata reproduzem uma entrevista de Satoshi Kamata que discorre acerca de Círculos de Controle de Qualidade no Japão, a saber: “O CCQ é a forma moderna, expressa, das relações industriais no Japão (*kindaiteki na rōshi kansei*), mas há também as relações industriais pré-modernas, não expressas.” (1985, p. 15). Embora nessa passagem Kamata esteja se referindo ao Círculo de Controle de Qualidade, pensamos que esta ideia, acerca das relações de trabalho no Japão e toda a complexidade que as envolve, é ilustrativa para pensarmos algumas posturas, disciplinas e visão de mundo frente ao trabalho que podem nos ajudar a pensar a diferença entre o nikkei e o japonês. É conhecido que, mesmo com o sucesso do modelo japonês na fábrica Toyota, há dificuldades de se implementar diversas técnicas referentes ao processo de trabalho do toyotismo em países do ocidente. Não obstante, a impossibilidade da importação dessas técnicas de gestão não ocorre pela falta de conhecimento de aspectos técnico-organizacionais das mesmas, mas sim pelo amplo espectro que envolve o modelo de produção, como, por exemplo, os fatores socioculturais.

Conforme os dois autores supracitados, embora ainda designando sobre os Círculos de Controle de Qualidade, afirmem que, no Japão, há todo um conjunto de relações sociais, culturais e históricas na empresa, refletido em particularidades do sistema de emprego daquele país (*ibidem*). Em nosso entendimento, essas relações sociais, interiorizadas e cristalizadas na subjetividade dos indivíduos – muitas vezes moldadas muito antes do surgimento de tais práticas organizacionais e de gestão (algumas inclusive pré-capitalistas, como a moral confuciana) – tem seu desdobramento na subsunção ao capital corroborando para o aumento da produtividade e da extração de mais valia. Explica-se o desdobramento das diferentes disciplinas, sociabilidades e modos de ser pela inserção prévia em diferentes culturas e trajetórias de vida em países diversos. Nesse movimento, o nikkei herdou uma certa moral confuciana, manifestada no *ethos do ganbarê* (OCADA, 2006), que talvez tenha se metamorfoseado de maneira distinta ao longo dos

100 anos de história da comunidade nikkei no Brasil, assumindo assim variadas nuances frente ao mundo do trabalho.

Para ilustrar algumas particularidades das relações de trabalho no Japão, existentes muitos antes do toyotismo e que moldaram sua cultura do trabalho, podemos apontar:

- **sistema de emprego estável e de longa duração**¹¹⁶, como o caso do emprego vitalício (*shūshin koyou*) desde as décadas de 1920-30 para parte da classe trabalhadora;
- o esforço para manter o **turnover em baixo patamar**;
- **sistema de promoção progressiva devido ao tempo de trabalho** (*nenkou jyoretsu*);
- a “**gestão familiarista**” (FREYSSINET e HIRATA, 1985, p.15) que envolve e requer a compreensão de toda a família do trabalhador referente sua dedicação com a empresa;
- a contrapartida da **pequena variação salarial** entre trabalhadores;
- **seguridades sociais**

Como resultado, não é estranho de se imaginar a noção de a “*firm as a family*”, a firma como a família (FRUIN, 1980), o envolvimento e dedicação, o comprometimento e disciplina de trabalhadores japoneses com o *kaisha*, moldando assim sua ideologia frente ao mundo do trabalho.

Nesse caminho, os brasileiros nikkeis que emigraram para o Japão, ainda que mantendo certos laços culturais de seus antepassados, não vivenciaram tais relações de

¹¹⁶ É importante frisar que esta estabilidade da garantia de emprego, principalmente como pauta dos sindicatos desde o Pós-Guerra, não se configura como ponto central das relações de trabalho no século XXI, tendo sido esta situação, alterada de maneira significativa. A razão de termos citado esta estabilidade outrora presente é para estabelecer a relação entre cultura do trabalho e as subjetividades presentes em um país, com as bases materiais manifestadas nas relações de trabalho que a classe trabalhadora vivencia. Neste sentido, apesar da estabilidade do trabalho não ser mais expressiva nas relações de trabalho no Japão, todavia algumas subjetividades da cultura do trabalho permanecem, sendo que esta subjetividade também é, obviamente, passível de transformação com o decorrer do tempo.

trabalho no Brasil. Ora, o período pré-capitalista (escravocrata e colonizado do Brasil e feudal do Japão), a ascensão do capitalismo, a industrialização, a consolidação do trabalho assalariado, as relações de trabalho e a existência ou não do Estado de Bem-Estar Social são totalmente distintas entre Brasil e Japão. Sendo assim, mesmo os nikkeis, portadores de certos traços culturais trazidos da era *Meiji* com os primeiros imigrantes vindos do Japão, não vivenciaram o século XX e a respectiva cultura do trabalho japonesa. A estabilidade do trabalho, a “*firm as a family*”, o emprego vitalício e várias seguridades sociais não são vistas em grande parte das relações de trabalho no Brasil, sendo este o caso da classe trabalhadora em condições precarizadas da qual o dekassegui faz parte. À luz destas diferenças de relações de trabalho vivenciadas entre os, aparentemente semelhantes, nikkeis e japoneses, tampouco estranha-se as distintas nuances de comportamentos quando inseridos no *kaisha*.

Feito estes apontamentos, entretanto, ainda falta considerar uma questão antes proposta, afinal, na existência de uma conduta e disciplina frente ao trabalho destoante do padrão japonês por parte de um imigrante brasileiro, qual a relevância para o tipo de trabalho exercido e como se procede em tal situação? Segundo a pesquisa de campo realizada, praticamente todos os entrevistados relataram situações onde havia tanto a troca de seção dentro do *kaisha*, como a razão de demissão de brasileiros por “má conduta”, “brigas”, “atrasos”, situação que, segundo eles, não era a postura predominante dos brasileiros, mas que era praticamente inexistente entre os japoneses.

Como veremos na próxima seção deste capítulo, o trabalhador imigrante dekassegui não possui estabilidade de contrato de trabalho, permanecendo em uma relação de trabalho temporária, de contratos que variam de três a seis meses, por exemplo. Ademais, sua remuneração é de salário por tempo, no caso, as horas trabalhadas, não sendo uma remuneração fixa e mensal como a dos operários estáveis. No que se refere ao plano de carreira, apesar de existirem alguns supervisores de seção brasileiros, em sua maioria, a promoção de cargos que podem alterar os vínculos de contrato ou remuneração é praticamente inexistente entre os imigrantes operários. O trabalho não qualificado permanece como tal, já que, como relataram todos os entrevistados, não é oferecido nenhum curso de qualificação profissional.

Mediante tais considerações, percebemos que, mesmo com a possibilidade de condutas inapropriadas e consideradas falta de disciplina pelos supervisores japoneses, não é, de modo geral, uma “questão”, visto que neste caso a demissão desses imigrantes é uma opção flexível, fácil de executar. Por parte dos imigrantes, mesmo que, aos olhos da disciplina japonesa pareçam, por vezes, possuidores de uma conduta distinta, no geral, o trabalhador imigrante tende a aceitar diversas condições de trabalho que o trabalhador japonês pode rejeitar, nesse caso, característica altamente desejável para um trabalhador. Essa força de trabalho, além da aceitação de longas jornadas, frequente alternância de turnos, entre outros fatores, não possuem as garantias sociais que têm os trabalhadores estáveis. Ademais, justamente a situação instável e a condição de ser um estrangeiro sem garantias, por sua vez, pode ser, talvez, um dos fatores de desgaste físico e emocional que colaboram para tais condutas e comportamentos considerados distintos do trabalhador japonês.

Conforme analisou a pesquisadora japonesa Yuki Hashimoto, estudando as ofertas de emprego em jornais direcionado a população *dekassegui*¹¹⁷, de fato há um *turnover* (*rishoku*) muito maior entre os trabalhadores brasileiros (2009, p. 56). Esse *turnover*, característica da instabilidade das relações de trabalho dos *dekassegui*, somado à variação presente no preço dos salários recebidos pelos mesmos, demonstra uma situação onde o trabalho para brasileiros apresenta uma tendência de oscilações onde os impactos da economia se manifestam antecipadamente à oferta de trabalho para japoneses (*idem*, *ibidem*). Essa observação nos parece pertinente, sendo que, atualmente, diferentemente da situação retratada no trabalho de Freyssenet e Hirata¹¹⁸ (1985), por exemplo, há um crescimento no número de *turnover* no Japão como um todo. O caso do imigrante

¹¹⁷ A escolha de pesquisa em anúncios em jornais é pela falta de dados abrangentes acerca do mercado de trabalho para os *dekasseguis*, segundo a autora (HASHIMOTO, 2009, p. 68). Esta observação é bastante pertinente e em nossa pesquisa também encontramos algumas dificuldades em encontrar dados quantitativos sobre as relações de trabalho de forma mais detalhada, no que se refere especificamente ao imigrante brasileiro. Segundo Hashimoto, uma das possíveis causas diz respeito à falta de tradição em estudos de imigrantes no Japão, diferentemente de países ocidentais como Estados Unidos (*idem*, *ibidem*).

¹¹⁸ Segundo dados do *Ministry of Health, Labour and Welfare (Kousei Roudousho)* no ano de 2010, por exemplo, mais de 6 milhões de trabalhadores experienciaram alguma rotatividade de trabalho, ou seja, 14.5% do total de trabalhadores, realidade bastante distinta dos 1% em 1985, retratada por Freyssenet e Hirata (1985 p. 15).

(Fonte: <http://www.mhlw.go.jp/toukei/itiran/roudou/koyou/doukou/11-1/kekka.html#01>)

dekassegui, justamente por ser um trabalho não qualificado – força de trabalho simples (MARX, 1985a) e abstrata –, por não ter estabilidade e seguridades sociais, o seu *turnover* em maior escala é compreensível, ainda que seja uma tendência crescente do mercado da força de trabalho do Japão como um todo.

Aqui, vale apenas uma observação, ancorada na compreensão de Marx, que afirma que, em última instância, é “totalmente indiferente” para o capitalista (1985a) a divisão entre trabalho superior (*skilled*, qualificado) e trabalho simples (*unskilled*, não qualificado), pois do ponto de vista do processo de valorização, em nosso entendimento, ambos são trabalho abstrato e criador de valores de troca. Nessa compreensão, o trabalho considerado superior (*skilled*), é apenas a “exteriorização de uma força de trabalho na qual entram custos mais altos de formação, cuja produção custa mais tempo de trabalho e que, por isso, tem valor mais elevado que a força de trabalho simples” (idem, *ibidem*, p.162) não sendo o caso do trabalhador dekassegui. Nessa ótica, apesar de um ser trabalho simples e o outro não, do ponto da extração de mais valia, que resulta apenas como o “excesso quantitativo de trabalho”, ambos são qualitativamente iguais, mudando apenas sua proporção, ou seja, sua quantidade.

Pensamos ser importante frisar esta “indiferença” para o capital entre trabalho qualificado e não qualificado, uma vez que, especialmente na atual conjuntura econômica, com o processo de mundialização do capital e da mundialização do exército industrial de reserva em curso (CHESNAIS, 1996; 2006), o processo de precarização do trabalho atinge não somente o não qualificado, mas também o trabalhador qualificado (ANTUNES, 2009), isso é, o trabalhador coletivo com um todo. Por outro lado, não podemos desconsiderar que o trabalhador não qualificado, como é o caso do dekassegui, esteja sujeito a uma maior possibilidade de não conseguir exercer pressão para obter o valor de sua força de trabalho (MARX, 1985a). Tal situação pode resultar em um menor poder de negociação tanto do salário como de outros direitos sociais conquistados. Nessa compreensão, apesar de ambos os tipos de trabalho valorizarem o capital, o poder desigual de barganha certamente tem seus reflexos em condições objetivas e subjetivas de existência distintas entre qualificado e não qualificado. Deste modo, ainda que o processo de precarização se generalize, há que se considerar suas nuances e as diferenciações internas ao mesmo fenômeno.

Voltando à pesquisa de campo, a despeito dos entrevistados que diziam sentir diferenças de conduta entre brasileiros e japoneses, isso não significa que no *kaisha* os *dekasseguis* eram excluídos de práticas de *kaizen* (aperfeiçoamento), de Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), entre outras técnicas do modelo japonês de produção. Quando perguntado se existia algum programa de sugestões na fábrica, o entrevistado Frederico respondeu

“Tinha o Hiyari [“hiyari hatto”]¹¹⁹, mais ou menos uma vez por mês. Tínhamos que dar sugestões de como evitar acidentes de trabalho pra melhorar a segurança. Também queria sugestões pra aumentar a produção e sobre a qualidade do produto, daí se a sugestão fosse aceita e acatada, por exemplo na maneira de fazer o kensa¹²⁰ tínhamos que mudar nosso jeito de fazer kensa, mesmo que estivéssemos acostumados a fazer no modo antigo.”

“Também tinha o kyouiku¹²¹, que era uma vez a cada três meses e tínhamos que aprender e saber o quê tinha mudado ou não no modo de trabalhar. Era um kyouiku que durava umas quatro horas. Tinha tanto a parte teórica quanto a prática para aprender e saber como trabalhar, se tinha ou não mudado algo”.

Nesse relato, podemos notar facilmente a apropriação do saber fazer e o envolvimento da subjetividade operária (ANTUNES, 2009, p.131). No caso do *Hiyari Hatto*, por exemplo, esta prática de desenvolvimento de técnicas de segurança pode também eliminar boa parte do custo da força de trabalho de especialistas qualificados (isto é, com salário superior) em segurança do trabalho. Outros entrevistados também relataram que tinham reuniões matinais (*chourei*) e algumas mensais onde haviam informes sobre meta de produção, como de motivações referentes a trabalho em equipe, cooperação, entre outras formas de incentivo, como de advertências referentes à má disciplina (como atrasos e faltas).

¹¹⁹ *Hiyari Hatto* é uma expressão que significa um “quase susto” (“*near miss*” ou “*near accident*” em inglês), sendo que na prática do *Hiyari Hatto* os trabalhadores são estimulados a pensarem em situações e acontecimentos de risco, ou condições de trabalho que poderiam gerar algum acidente no que se refere ao local de trabalho, equipamentos, máquinas, entre outros, e conseqüentemente são estimulados a darem sugestões de como não acontecer para que um acidente ocorra, por isso um “*near miss*”.

¹²⁰ Inspeção

¹²¹ Educação

Duas das entrevistadas relataram que havia, inclusive, premiações para o sistema de sugestões. Sobre um sistema de sugestão a ser escrito e depositado na “caixa de sugestões”, Natália afirmou “*Eu acredito que era mais nihonjin¹²² que dava as sugestões, mas tinha ouvido falar que se você desse uma boa sugestão e escrevesse o nome eles davam uns 1.000 yens (em torno de R\$ 22,00) pra você.*”. Outra entrevistada, Laura também afirmou que havia premiação de slogans, como enfatizou que

“O chefe dava muita importância para que a gente desse sugestões. Ele dizia que podia escrever sobre qualquer aspecto, por exemplo, até se você visse que tinha uma cortina rasgada podia escrever. Eles também agradeciam as sugestões. Podia fazer qualquer sugestão mesmo, se, por exemplo, tinha uma forma de trabalho que dá menos problemas. Daí era conversado com os engenheiros para melhorar.”

Apesar disso, esta entrevistada também relatou que tinha a impressão de que os japoneses eram os que participavam mais ativamente na elaboração de sugestões. Outra entrevistada, Rosa, relatou, por exemplo, que na empresa que trabalhou

*“[...] mais ou menos uma vez cada seis meses o grupo que você fazia parte era obrigado a dar sugestões para diminuir o tempo de trabalho. O prêmio para o grupo que fosse o melhor era de 100 mil yens, mas como eram 10 pessoas no grupo de qualquer forma dava 10 mil yens pra cada. Nós brasileiros naquela fábrica conseguíamos fazer em tempo bem menor que as nihonjin [japonesas], pois elas eram mais velhas. Daí os brasileiros ficava pensando, o que pensar **como sugestão que eles aceitem, mas sem ter que diminuir o tempo?** Pois já era um tempo muito cansativo, não queríamos diminuir mais ainda. Mas a japonesa ficava lá pensando sério mesmo como fazer pra diminuir o tempo.”(grifo nosso)*

É bastante sugestiva a narrativa dessa entrevistada, demonstrando as pequenas resistências e possibilidade de sabotagens por parte dos trabalhadores, a fim de impedir ou retardar o ritmo de trabalho. Possivelmente, como já mencionado, pela razão de sua cultura do trabalho ser diferente, gerando distintas disposições, como pelo fato de, como veremos mais adiante, os trabalhadores japoneses possuírem mais estabilidade nas relações de trabalho, fator este que, acreditamos, poder influenciar em tais atitudes.

¹²² Japonês

Por fim, sobre o salário recebido no *kaisha*, podemos afirmar que o trabalho de kassegui operário se configura quase que exclusivamente¹²³ em salário por hora. Os salários recebidos de acordo com os entrevistados – em tempos normais e não depois da crise –, foram de em média, US\$ 9,00~10,00/hora (¥ 900~1.000/hora) para mulher e US\$ 12,00~13,00/hora (¥ 1.200~1.300/hora) para homem. Essa diferença de remuneração entre homens e mulheres é bastante frequente no Japão. No entanto, não somente entre os sexos, pois tampouco há uma política de *trabalho igual, salário igual* (*Douitsu Roudou Douitsu Chingin*¹²⁴). Entre os de kassegui, salvo a diferença entre os sexos, os salários, desde que dentro do mesmo *kaisha*, tendem a ser iguais, não havendo a individualização dos salários neste quesito, pois como o de kassegui não é um trabalhador de tipo efetivo (*shain*), ele não faz parte do programa de participação nos lucros e resultados. Segue-se que o salário de kassegui será fixado por hora, embora haja adicional noturno (50%) e hora extra (25%). Não obstante, conforme nossa entrevistada Elisabeth que afirmou que “parece que as chinesas ganhavam menos.”. Podendo neste caso, haver uma diferenciação salarial pela nacionalidade do imigrante.

No final do mês, o salário de um de kassegui médio pode variar entre 150 mil yens (US\$ 1.500) até 300 mil yens (US\$ 3.000¹²⁵, no caso do homem) dependendo da quantidade de horas extras realizadas. Essa é uma quantia bastante significativa para a média dos rendimentos brasileiros, como para os de kassegui antes de sua emigração. Apesar disso, há que se ponderar o elevado custo de vida no Japão, que, na realidade, acaba consumindo boa parte do salário na reprodução da vida desses trabalhadores. Na pesquisa de campo, por exemplo, quando perguntado qual era a quantia mínima para a subsistência no Japão, as respostas variaram entre 100~150 mil yens (US\$ 1.000~1.500) no mínimo por pessoa, apenas para o básico como aluguel, despesas da casa, saúde entre outros. Além de tudo, nenhum dos entrevistados afirmou que vivia apenas com a quantia

¹²³Na pesquisa de campo realizada, todos os entrevistados recebiam em forma de salário por hora. Forma esta dominante no meio de kassegui. Entretanto, foi relatado que havia, apesar de muito raro, o de kassegui trabalhando como *shain* (trabalho efetivo), neste caso, podendo ser o salário de tipo mensal.

¹²⁴同一労働同一賃金

¹²⁵ Esta quantia parece bastante superior ao relatado na pesquisa de Melchior, no capítulo I (p.24) em US\$ 1.500, no entanto, o que aconteceu foi o fortalecimento significativo do yen perante o dólar, sendo assim, o que alterou foi à taxa de cambio e não o salário de kassegui em si.

mínima. Como veremos ainda neste capítulo, a questão do consumo é um fator bastante sedutor no Japão, razão pela qual a poupança do dekassegui acaba, por vezes, se comprometendo, segundo suas descrições.

Ainda na pesquisa de campo, quando perguntados se conheciam como eram as relações de trabalho dos japoneses operários que trabalhavam no mesmo *kaisha*, nenhum dos entrevistados afirmou ter conhecimento, mas uma vaga noção por conversas informais, sobre quais eram os tipos de contrato de trabalho em específico, como dos respectivos salários dos japoneses. A maioria dos entrevistados, mesmo não tendo sofrido nenhum preconceito na fábrica, segundo seus relatos, não pareciam ter uma relação muito próxima com os operários japoneses, apesar da relação de cordialidade estabelecida. Sobre a impressão que tinham do trabalho dos japoneses, relatou o entrevistado Frederico,

“Eles não divulgavam muito o salário. Eu acho, pelo que ouvi, que eles ganhavam menos que a gente, é que se for ver eles eram shain¹²⁶, então eles tinham vários benefícios, como moradia, seguros, ajuda gasolina ou transporte, eles tinham o bônus também, então acho que era diferente sim. Mas tinha também o arubaito japonês, parece que eles ganhava 1.400 yens por hora.”

Outra entrevistada, Rosa, sobre a mesma questão, afirmou que os japoneses

“[...] também tinha shakai hoken¹²⁷, e todos os hokens¹²⁸. Também tinha bônus duas vezes por ano. Eu acho que os japoneses ganhavam menos, pois meu chefe disse que ganhava 160 mil yens por mês, mas lá do bônus que era de uns 500 mil cada vez, eles também tinham a participação nos lucros, o que os brasileiros também não tinham.”

No geral, este tipo de relato se repetiu, talvez por não dominarem muito o idioma, como por, possivelmente, ser um assunto não comentado.

Na análise de outra pesquisa de Tanno (2009), é demonstrado em consonância com a impressão dos dekasseguis entrevistados, que o salário dekassegui, em seu valor líquido do total recebido mensalmente, pode ser, inclusive, maior que o do operário

¹²⁶ Trabalhador efetivo

¹²⁷ Seguro social

¹²⁸ Seguros

japonês do mesmo *kaisha*. Contudo, a este valor líquido recebido mensalmente pelos japoneses, por exemplo, são somadas bonificações, seguridades sociais e outros impostos, sendo que para o empresário japonês, na análise de Tanno, o custo da força de trabalho do dekassegui é mais barato que a do japonês operário (ibidem, p.28). Como veremos no próximo subitem, apesar de alguns dekasseguis possuírem o *shakai hoken* (Seguro Social), no geral, eles possuem poucos benefícios, não ganham bonificações e não participam dos lucros, o que explica o baixo preço de sua força de trabalho.

O preço da força de trabalho imigrante, somado a ausência de seguridades sociais, é um fator, entre outros, decisivo para esta pesquisa, uma vez que, trata-se, ao nosso ver, da manifestação da correlação de forças entre capital e trabalho, determinando a necessidade ou não da mobilidade do trabalho imigrante, como de qual lugar que este ocupa dentro da estrutura de classe do país de destino. Por ora, é importante ressaltar que os salários recebidos pelos imigrantes, no caso do Japão¹²⁹, de modo geral – e atualmente¹³⁰ – não são sobremaneira baixos do ponto de vista da média dos salários nacionais, entretanto, a ausência de estabilidade das relações de trabalho, certamente é um fator que se reflete em suas vidas.

A título de ilustração, no ano de 2009, conforme dados do *Ministry of Health, Labour and Welfare*, a renda familiar média japonesa¹³¹ era de 5.496.000 yens anuais (US\$ 55. 5 mil anuais), ou seja, cerca de 458 mil yens mensais. Se pensarmos que um dekassegui homem pode ganhar até 300 mil yens, e uma mulher, uma média de 150 mil yens mensais, isso somaria uma quantia de 450 mil yens por mês, apenas 8 mil yens abaixo da média nacional. Por outro lado, a renda familiar japonesa, entre os anos de 1996-2009 caiu mais 1.000.000 yens em 13 anos¹³². Ou seja, uma renda que de 66 mil dólares anuais em 1996, passa para 55 mil dólares anuais em 2009, uma queda de 17% do rendimento

¹²⁹ No geral, os salários dos imigrantes em países centrais (União Europeia e Estados Unidos) tendem a ser percebidos como baixos se comparado à população nacional. Neste sentido, o caso do dekassegui no Japão parece uma situação um pouco diversa, possivelmente pela característica do mercado de força de trabalho local (envelhecimento populacional, taxa da população economicamente ativa em declínio, escolaridade e qualificação profissional da classe trabalhadora, etc.), pela legalidade desta força de trabalho imigrante –diferentemente destes países centrais, entre outros fatores.

¹³⁰ Isto é, passível de mudança, principalmente com a crise financeira em curso no Japão.

¹³¹ (Fonte: <http://www.mhlw.go.jp/toukei/saikin/hw/k-tyosa/k-tyosa10/2-1.html>)

¹³² Renda familiar média de 6.610.000 yens anuais em 1996 para 5.496.000 yens em 2009.

familiar em pouco mais de uma década. Tentaremos no próximo capítulo aprofundar a questão da relação entre trabalho imigrante e a precarização do trabalho no Japão como um todo. Cabe dizer, por enquanto, que no ano de 2009, 16% da população japonesa era considerada pobre – o que no caso de uma pessoa solteira, segundo o cálculo do governo japonês, equivalia a uma renda de 12.5 mil dólares¹³³ anuais – porcentagem que vem crescendo a cada ano.

O processo de empobrecimento da classe trabalhadora japonesa através do declínio da renda familiar é apenas uma das manifestações da atual estrutura de classe da sociedade japonesa, sendo que, a nosso ver, a compreensão de em qual lugar o *dekassegi* se insere nesta estrutura é vital para refletirmos sobre a sociedade de classe no Japão como um todo. Novamente nas palavras do jornalista Satoshi Kamata, na ocasião da entrevista¹³⁴ em comemoração aos 37 anos do lançamento de seu livro *Japan in the passing lane: (Zetsubou-koujyou)*, Kamata afirma,

[...] mas, naquela época não havia ninguém ‘abaixo’ do *kikankou*. E agora há mais uma ‘camada’ embaixo deste, e é aí que entraram os *hakenroudousha*. Há o surgimento de trabalhadores colocados em situações muito piores se comparado à época que eu estive em campo. Ainda mais embaixo, existem os brasileiros *nikkeiroudousha*, os ‘estagiários’ vindos da China e Vietnã, multiplicando a estrutura do trabalho do Japão, podendo dizer que se tornou uma estrutura estratificada.¹³⁵ (2011b, tradução nossa)

No atual *kaisha*, além do trabalho de tipo temporário (*kikankou*) que Kamata realizou na década de 1970, entram em cena os *hakenroudousha* (trabalhadores terceirizados), os trabalhadores imigrantes brasileiros, como outros tipos de trabalho precarizados, por vezes, travestidos de estagiário.

¹³³ 1.250.000 yens anuais. (Fonte: <http://www.mhlw.go.jp/toukei/saikin/hw/k-tyosa/k-tyosa10/2-7.html>)

¹³⁴ (www.magazine9.jp/interv/kamata/index2.php)

¹³⁵ “[...] ただ、あのころはその期間工の「下」には誰もいなかったんです。それが、今はその下にもう一つ「層」が作られて、そこに派遣労働者が入ってくるということになった。僕が現場にいたときよりも、もっとひどい状況に置かれた労働者が現れてきたというわけです。さらにその下に、ブラジルなどの日系労働者や、中国やベトナムなどから来た「研修生」もいるわけで、日本の労働構造全体がものすごく多重化して、重層構造になったと言えると思います。”

2.2 Kaisha: a fábrica japonesa e a informalidade

Nas relações de trabalho dos dekasseguis, um importante elemento que perpassa praticamente em sua totalidade é a instabilidade contratual vivenciada por eles. Importante elemento, pois, a nosso ver, esta situação configura-se como ponto distintivo e emblemático da relação de trabalho do dekassegui, como também é um dos fatores que mais repercutem em seu cotidiano e perspectivas de vida.

É a marca distintiva, pois, como veremos, a sociedade japonesa vivencia gradativamente essas relações de trabalhos instáveis, entretanto, somente na fração de classe constituída pelos imigrantes dekasseguis tal situação consegue tamanho alcance. Segundo dados de 2013¹³⁶, **um em cada três** trabalhadores japoneses exerce um tipo de trabalho considerado temporário e não efetivo (*hiseiki*), e ainda que não tenhamos dados oficiais e aprofundados sobre a totalidade da população dekassegui, **todos** os nossos entrevistados e conhecidos dekasseguis dos entrevistados possuíam apenas contratos temporários, e toda a literatura consultada para esta dissertação aponta a mesma condição informal para **todos** eles.

Por relação instável e informal consideramos todas as relações contratuais de trabalho que, de modo geral, possuem tempo de contrato de trabalho curto, que não possuem as seguridades sociais auferidas aos trabalhadores efetivos (seguro social, aposentadoria, vale transporte, seguro de vida e acidentes, férias remuneradas, bônus, etc), que tenha pouca possibilidade de ascensão dentro da empresa, que não receba capacitação profissional, entre outros fatores que corroboram para a instabilidade das relações de trabalho, isto é, marcada pela flexibilidade contratual.

Consideramos que essa situação, pelo seu alcance e pela sua natureza repercute sobremaneira na vida dos trabalhadores, visto que o dekassegui, embora tenha tido o objetivo inicial de somente poupar dinheiro para retornar ao Brasil, não vive somente o momento presente de poupar dinheiro. Ele se acidenta, tem filhos e precisa se ausentar eventualmente do trabalho sem ser penalizado, acumula idade e começa encontrar

¹³⁶ <http://www.stat.go.jp/data/roudou/sokuhou/tsuki/pdf/201302.pdf>

dificuldade de arranjar emprego devido à alta rotatividade, também fica doente e precisa de amparo legal para poder se tratar e ser remunerado nesse período, as mulheres engravidam e precisam de proteção legal e remuneração nesse ínterim. Situações como estas são infinitas, e a duração nessas relações contratuais informais são permanentes.

Todos os entrevistados desta pesquisa acabam estabelecendo residência em solo japonês por um período muito mais longo do que o planejado no início do processo migratório, sendo algo recorrente o prolongamento da expectativa temporal para todos os imigrantes (BELTRÃO e SUGAHARA, 2006; SHISHITO, 2012). Não obstante ao projeto inicial de permanecer três anos no Japão, não é algo raro de kasseguis que vivem há mais de cinco, dez, quinze, vinte anos em território japonês. Nessas circunstâncias, numa situação não mais transitória, a ausência de políticas de seguridades sociais reflete negativamente em todo o cotidiano do imigrante, de sua família e de seu projeto de vida por anos. Veremos a seguir, um pouco mais de perto como funcionam essas relações contratuais no Japão atual.

2.2.1 O eclético universo da informalidade japonesa

O fenômeno da informalidade no Japão vem crescendo gradativamente desde o final da década de 1980 e especialmente a partir da década de 1990. As relações de trabalho consideradas informais as quais nos referimos têm como critério a abordagem utilizada no Japão onde os trabalhadores ocupados e empregados (excluídos os empregadores) se dividem em trabalhadores de tipo efetivo/regular (*seiki koyou* 正規雇用) e não efetivo/irregular (*hiseiki koyou* 非正規雇用) sendo este marcado pela informalidade.

Os trabalhadores de tipo efetivo são aqueles diretamente contratados pela empresa por tempo indeterminado e usufruindo de todos os direitos sociais conquistados. Sua característica principal é a estabilidade no trabalho e seu reflexo nas condições sociais

de vidas oriundas da proteção social. Sua figura mais representativa é o chamado *salaryman* (*sarariiiman*, サラリーマン), o trabalhador homem *white-collar*.

Trabalhadores de tipo não efetivo/irregular podem ser subdivididos em diferentes tipos de relações contratuais como: temporário (*part-time job*, パートタイム), *arubaito* (アルバイト outra modalidade de trabalho temporário, geralmente de duração mais curta), terceirizados (*haken shain*, 派遣社員), trabalhador por contrato de tempo determinado (*keiyaku shain*, 契約社員), entre outras novas relações contratuais como trabalhador de tipo diário (*hiyatoi*, 日雇い), entre outros. Sua principal característica é a instabilidade de trabalho e direitos sociais historicamente conquistados tendencialmente reduzidos se comparado ao trabalhador efetivo.

Vale lembrar que, mesmo o trabalhador de tipo não regulamentado, ou seja, marcado pela informalidade, não está excluído de possuir uma relação contratual com o seu empregador, seja ela materializada fisicamente através de um contrato, ou mesmo na ausência dele. A não regulamentação à qual nos referimos diz respeito à natureza de seu *status* jurídico, sendo que essa condição não altera em nada a relação econômica que o trabalhador estabelece com o capital¹³⁷. Ele é tão (na maioria das vezes mais) explorado quanto o seu companheiro de tipo efetivo na empresa.

¹³⁷ A compreensão que temos da informalidade enquanto um fenômeno social diz respeito ao conjunto de manifestações derivadas das relações de trabalho e articuladas à produção capitalista. De modo geral está intimamente relacionada à flexibilização das relações contratuais de trabalho. Flexibilização esta que desde a I Revolução Industrial se faz presente, como também em países periféricos como o Brasil onde não obstante a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, o trabalho informal (sem registro em carteira no caso brasileiro) sempre foi expressivo para maior parte da população. Depois da crise econômica da década de 1970, a questão que se coloca, no caso japonês e especialmente pós –reestruturação produtiva em diversos países de capitalismo central, são as mudanças no âmbito das relações de trabalho e a desregulamentação destas se comparado à época do Estado de Bem-Estar Social vigente desde o fim da 2ª Guerra Mundial. O fim do “pacto fordista” (BIHR, 1991) alterou significativamente o cenário destes países no que diz respeito ao dismantelamento de diversos direitos e seguridades sociais conquistadas ao longo do século XX. Entretanto, para uma análise mais crítica, vale lembrar que o trabalho informal enquanto fenômeno social não altera em nada sua relação com o processo produtivo, tampouco seu vínculo com o modo de produção capitalista. A diferença entre trabalho formal/informal diz respeito ao *status* jurídico entre as duas relações contratuais. Por isso, quer seja desregulamentado ou não, sempre existirá um contrato de trabalho entre comprador e vendedor da força de trabalho. Ademais, apesar deste contrato aparentemente ter uma existência própria, ele sempre esconderá uma determinada forma de sociabilidade e relações econômicas para sua sustentação (GIANNOTTI, 1980). Nos ancoramos na compreensão de Marx, onde a equivalência que se estabelece nas relações contratuais de trabalho entre contratante e contratado, torna-se pressuposto justamente para mascarar a desigualdade entre proprietários e não proprietários dos meios de produção

Segundo dados do Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social do Japão¹³⁸, a evolução do trabalho informal vem crescendo de maneira significativa. Em 1985, 16,4% dos trabalhadores empregados se enquadravam na categoria de trabalhador de tipo não efetivo (*hiseki*), em contraste com 83% da população como trabalhadores de tipo efetivo (*seiki*). Em 1990, a proporção dos trabalhadores não efetivos passou para 20,2%, e aumentou gradativamente para: 20,9% em 1995; 26 % em 2000; 32,6 % em 2005; 34,3 % em 2010; 35,6 %¹³⁹ no final do ano de 2012 e 36,7% no começo de 2013. Ainda segundo esta mesma pesquisa, em 2010, dos 34,3% dos trabalhadores de tipo não regulamentado/não efetivo (*hiseki koyou*), 48,3 % eram trabalhadores temporários (*part-time*), 19,7% eram *arbeit*, 18,8% eram trabalhadores por contrato de tempo determinado ou comissionados, 5,5 % eram terceirizados e 7,8 % com outras formas de contratos não efetivos.

Em 2010, dos trabalhadores não regulamentados: 30,7% tinham até 24 anos; 25,8% tinham entre 25~34 anos; 27,4% entre 35~44 anos; 30,5% entre 45~54 anos; e 44,3% entre 55~64 anos de idade. De modo geral o grupo etário mais atingido são os jovens e os mais velhos, apesar de haver uma razoável distribuição em todas as faixas etárias. Em todo caso, a faixa etária onde há um maior crescimento desse tipo de trabalho é o dos trabalhadores jovens (até 24 anos de idade), onde, em 1990, 9,4% eram informais, ao passo que em 2005 saltou para 34,2%, sendo que em 2010 se manteve em 30,7 %.

No que toca a diferença de gênero, a desigualdade é bastante sugestiva. Em 1985, 92,6 % dos trabalhadores do sexo masculino tinham emprego de tipo efetivo, com apenas 7,4 % de trabalhadores não regulamentados. Desde os anos 2000, a informalidade começou a atingir também a população masculina, passando para 11,7 % em 2000, sendo que no ano de 2010, 18,9 % dos trabalhadores homens eram de tipo não efetivo, apesar disso, cerca de 81 % deles ainda possuem relações contratuais efetivas com a empresa. Por

(1985a). Segundo ele, a relação jurídica que se manifesta na forma de contrato “desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado por meio da relação econômica mesma” (MARX, *ibidem*, p. 79). Ou seja, é fundamental não esquecer que a relação jurídica se apresenta como espelho da própria relação econômica.

¹³⁸ Ministry of Health, Labour and Welfare (Kousei Roudoushō) http://www.mhlw.go.jp/seisakunitsuite/bunya/koyou_roudou/part_haken/dl/hiseiki_kanren1.pdf

¹³⁹ Statistics Japan: <http://www.stat.go.jp/data/roudou/sokuhou/4hanki/dt/pdf/05500.pdf>

outro lado, as mulheres sempre foram as mais atingidas pela informalidade. Em 1985, 32% delas eram trabalhadoras de tipo não efetivo, igualmente sofrendo um aumento dessa proporção, que passa para 46,4% em 2000, chegando a 53,8% no ano de 2010¹⁴⁰.

Uma das possíveis razões para o trabalho feminino informal ser alto— além do histórico de maior desvalorização do trabalho feminino em escala global – diz respeito à baixa participação das mulheres no mercado da força de trabalho no Japão, como também a tradição da mulher deixar o trabalho depois do casamento¹⁴¹. Muitas mulheres deixam o trabalho no momento do casamento, se dedicam por anos ao trabalho doméstico e aos seus filhos, passando a procurar trabalho novamente na meia idade. Depois que os filhos crescem, elas tentam conciliar o trabalho doméstico com algum tipo de trabalho temporário (*part-time job*), ou seja, informal, havendo uma ampla oferta direcionada a elas em diversos ramos do serviço, tais como supermercados, lojas de conveniência, na indústria, entre outros estabelecimentos. Nos classificados de emprego para *part-time job* as vagas já aparecem sinalizadas como “ideal para donas de casa”.

Apesar desse tipo de trajetória ainda ser comum, desde a década de 1990, a participação das mulheres no mercado de força de trabalho vem crescendo. Em 1985, as mulheres representavam apenas 35% dos trabalhadores ocupados, passando para 42,7% no ano de 2011¹⁴². Entretanto, como nos lembra Hirata e Zarifian “ [...] o que poderia ser eventualmente positivo— o crescimento da atividade profissional das mulheres— é extremamente limitado pelo tipo de emprego que a elas se propõe.” (1991, p. 183). Existe até uma palavra da própria língua japonesa para apontar o *casal onde ambos trabalham*

¹⁴⁰ Ministry of Health, Labour and Welfare (Kousei Roudoushō) <http://www.mhlw.go.jp/stf/shingi/2r9852000002k8ag-att/2r9852000002k8f7.pdf>

¹⁴¹ Conforme apontou Hirata e Zarifian, “A partir da faixa de idade dos 20 aos 25 anos, a taxa de atividade das mulheres cai brutalmente. Desce a um nível aproximado de 45% e sobe novamente a cerca de 65% para a faixa de idade dos 40 aos 55 anos. Geralmente, é muito inferior dos homens. Poderíamos adiantar uma das explicações: a organização da atividade doméstica e a marcada distinção sexual no trabalho profissional que ela estimula.” E continuam, “Notemos desde já esta consequência: as mulheres jovens que, teoricamente, poderiam ter acesso ao sistema de emprego vitalício, estando empregadas como assalariadas estáveis em grandes empresas, são, de fato, precocemente rejeitadas quando estão em idade de ter filhos e forçadas, social e materialmente, a dedicar-se exclusivamente à atividade doméstica. Uma vez terminada a criação dos filhos, para uma parte dentre elas, o retorno a uma atividade assalariada as exclui do sistema dominante de emprego e torna-as, de fato, uma das reservas privilegiadas da constituição de mão-de-obra precária, especialmente as assalariadas em regime parcial.” (1991, p.179-180).

¹⁴² Ministry of Health, Labour and Welfare (Kousei Roudoushō) <http://www.mhlw.go.jp/bunya/koyoukintou/josei-jitsujo/dl/11gaiyou.pdf>

(*tomobataraki*, 共働き), fenômeno que só passou a crescer depois da década de 1990. Ou seja, percebemos aqui mais uma apropriação capitalista em criar distinções na classe trabalhadora mediante a desigualdade de gênero.

A remuneração dos trabalhadores efetivos para os não efetivos também se diferencia de maneira substantiva¹⁴³. A diferença salarial de gênero igualmente se faz presente já que as mulheres, além de serem mais afetadas pelo trabalho informal, ganham substancialmente menos que os homens¹⁴⁴. Não bastasse o contingente de trabalhadoras não efetivas/não regulamentadas ser 2.2 vezes maior do que os homens, as mulheres também representam 63% do trabalho temporário (*part-time job*).

Além das relações contratuais expostas, existe o contingente denominado *freeter* (*furiitā*, フリーター). Trata-se de trabalhadores jovens, com idade entre 15~34 anos, com certa escolaridade, solteiros que, quando empregados pertencem a categoria de *part-time job* ou *arubaito*, quando desempregados procuram, do mesmo modo, apenas empregos de tipo *part-time* ou *arubaito*. Sua vida se resume a pular de emprego a emprego de curta duração. A origem etimológica da palavra deriva da junção das palavras *freelance* e *arbeiter* (trabalhador do tipo *arbeit*).

De acordo com o estudo de O'Day (2012), este fenômeno passou a ganhar visibilidade no período de recessão econômica da década de 1990. Problemática bastante abordada no Japão, naturalmente surgem diversas interpretações. Segundo O'Day, para alguns, os *freeters* simbolizam a nova geração de jovens que rejeitam os tradicionais valores éticos do trabalho, principalmente herdados da vida classe média representada no *salaryman* do pós-guerra, escolhendo assim um estilo de vida que não toma o trabalho como algo sério. Por outro lado, rejeitando a vertente que toma a “*escolha*” desses jovens como razão, a autora aponta a compreensão de qual a alternativa de ser um *freeter* torna-se mais uma falta de opção devido a cenário onde só lhes é oferecido trabalhos que não sejam de tempo integral (*full-time employment*) para manutenção de suas vidas (1991, p.46).

¹⁴³Idem, <http://www.mhlw.go.jp/toukei/itiran/roudou/chingin/kouzou/z2010/dl/koyou.pdf>

¹⁴⁴ Idem, <http://www.mhlw.go.jp/toukei/itiran/roudou/chingin/kouzou/z2010/dl/seibetsu.pdf>

Segundo do Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social¹⁴⁵ japonês, existiam um milhão e 760 mil jovens nessa condição ano de 2011. Deste contingente, a diversificação de idades, trajetórias e escolaridades era grande, abrangendo toda a população jovem. Para O'Day ainda

Apesar da diversidade, parecia haver um sentimento predominante de que, independentemente de suas diferenças, todos compartilhavam a sensação de que o trabalho de tipo irregular estava contribuindo para sua alienação pessoal. (ibidem, p. 52, tradução nossa)¹⁴⁶

Para O'Day, diante da recessão econômica e a reestruturação do mercado da força de trabalho na década de 1990, os jovens, especialmente os homens (que antes, em sua maioria, tinham emprego efetivo garantido) viram suas trajetórias de vida do trabalho serem alteradas significativamente (1991). O'Day acredita que

[...] como evidenciado pelas ansiedades acerca do emprego irregular, essas mudanças são profundamente perturbadoras para uma nação onde conseguir uma vida "bem sucedida" foi baseada na capacidade dos homens em trabalhar em empregos de tempo integral e estáveis. A sociedade japonesa parece estar em um estado de "desequilíbrio" [...] ¹⁴⁷ (ibidem, p.54, tradução nossa)

Todavia sobre a população jovem e o mundo do trabalho, há também o contingente conhecido por *NEET* (*niito*, ニーと), referente às primeiras letras de “*Not in Education, Employment or Training*”, ou seja, população jovem, entre 15~34 anos de idade que não estuda e tampouco trabalha ou estagia, conhecida no Brasil como “*geração nem nem*” (que *nem* estuda, *nem* trabalha). Conforme dados do governo¹⁴⁸, em 2011, havia 600 mil jovens japoneses nessa condição.

¹⁴⁵ <http://www.mhlw.go.jp/stf/shingi/2r9852000002k8ag-att/2r9852000002k8f7.pdf>

¹⁴⁶ “Despite the diversity, there seemed to be an overriding sentiment that whatever their differences, everyone shared the sense that irregular employment was contributing to their own sense of personal alienation.”

¹⁴⁷ “[...] as evidenced by the anxieties surrounding irregular employment, these changes are profoundly disruptive in a nation where achieving a “successful” life was based on the ability of men to work stable full-time jobs. Japanese society appears to be in a state of ‘disequilibrium [...]’”

¹⁴⁸ Ministry of Health, Labour and Welfare (Kousei Roudoushō) <http://www.mhlw.go.jp/stf/shingi/2r9852000002k8ag-att/2r9852000002k8f7.pdf>

2.2.2 O lugar da informalidade

De modo geral, não existem muitos dados abrangentes e detalhados acerca do mercado da força de trabalho estrangeira residente no Japão¹⁴⁹. Segundo as referências que obtivemos¹⁵⁰, em 2010 eram 649 mil trabalhadores estrangeiros legalmente cadastrados¹⁵¹. Deles, a nacionalidade mais representada era a chinesa com 287 mil trabalhadores (44% do total), seguido pelos brasileiros com 116 mil (17,9%), depois por filipinos com 67 mil (9,5%), coreanos com 28 mil (4,4%), peruanos com 23 mil (3,6%). Os trabalhadores oriundos dos países que compõem o G8 mais a Nova Zelândia e Austrália juntos somam 46 mil trabalhadores, ou seja, 7,1 % do total, sendo que não há mais nenhuma outra nacionalidade significativamente representada.

Os setores que mais empregam os trabalhadores estrangeiros é o industrial com 39,9 %; seguido pelos serviços 11,1%; comércio (atacado e varejo) com 9,7%; educação 6,9%; serviços ligados às tecnologias e informação 3,8%; outros serviços 12,9% e outros setores 15.8 %.

Dos trabalhadores brasileiros em 2010, cerca de 56% trabalhava na indústria e 28% em diversos ramos de serviços. Destes, 70% trabalhava como terceirizado ou na forma de empreitada. Isso não significa que o restante (30%) eram trabalhadores *dekasseguis* efetivos das empresas, mas sim, possuíam contratos por tempo determinado (*keiyaku shain*) com a empresa, ou eram *arubaito*, entre outras modalidades marcadas pela informalidade. Exemplos de brasileiros diretamente contratados pelo *kaisha* como trabalhadores efetivos (*seiki shain*), tal como os japoneses são raríssimos. Segundo minha observação, os raríssimos exemplos de brasileiros que possuíam contratos efetivos eram alguns *dekasseguis* que atuavam como intérpretes dos outros *dekasseguis* que, além de

¹⁴⁹ Importante lembrar que estes dados se referem somente aos trabalhadores cadastrados, não a totalidade dos estrangeiros residentes no Japão, por isso, o número ser inferior do que a população imigrante como um todo.

¹⁵⁰ <http://www.mhlw.go.jp/stf/houdou/2r985200000117eu.html>

¹⁵¹ É provável que este número seja bem maior devido grupo de estrangeiros em situação indocumentada, como também os que porventura estejam em situações de completa informalidade. Não somente no Japão, mas estas razões apontadas fazem com que o cenário vivido pelos imigrantes seja sempre uma difícil tarefa de captar.

intérpretes, eram encarregados de resolver conflitos que eventualmente pudessem aparecer entre os brasileiros, ou entre a empresa e o dekassegui.

Os filipinos, peruanos – a maior parte igualmente nikkeis –, chineses e coreanos também têm uma alta representatividade no setor industrial, sendo os primeiros também altamente terceirizados como os brasileiros. Dos trabalhadores estrangeiros oriundos dos países que compõe o G8, quase metade (45%) trabalha na área da educação, sendo pouquíssimos os trabalhadores operários entre eles. Verificamos aqui uma divisão bastante clara no que tange a nacionalidade em relação aos trabalhos qualificados e não qualificados. Como podemos inferir, os trabalhos qualificados, principalmente concentrados na área de educação, entre outros como engenharia e do ramo tecnológico estão direcionados para os imigrantes originários de países do capitalismo central, enquanto os imigrantes procedentes de países periféricos formam majoritariamente a força de trabalho desqualificada.

A divisão social do trabalho, dessa maneira, opera não somente com a divisão sexual, mas também pela divisão entre nacionalidades, entre etnia e/ou raça, havendo uma divisão social do trabalho internamente aos próprios imigrantes. Esses imigrantes residentes no Japão, não chegaram a este país e lá se estabelecem no mercado de força de trabalho de forma aleatória. A divisão social do trabalho opera, antes mesmo de sua chegada, pois a entrada no país de destino, neste caso o Japão, já o classifica de acordo com a função que ele irá exercer em território japonês. Isto é, como mencionado no capítulo 1, os brasileiros dekasseguis entram em território japonês de acordo com sua ascendência japonesa através do *visto de residência*, ao passo que imigrantes qualificados como os mencionados, têm sua entrada garantida mediante diversas modalidades de *visto de trabalho* – existente somente para trabalhadores qualificados –, tais como *pesquisadores, atividades técnicas, administradores, engenheiros*, entre outras categorias.

Com esse mecanismo o Japão consegue resolver o empecilho de, na prática suprir a força de trabalho desqualificada contando com os estrangeiros dekasseguis, sem precisar, em teoria, abrir seu território para força de trabalho desqualificada. Selecionando assim a força de trabalho necessária para cada finalidade não precisa se preocupar com um possível fluxo de estrangeiros sem qualificação. Medida bastante eficiente para o capital

poder selecionar a força de trabalho conveniente, sem possíveis problemas gerados pela questão migratória, tal como acontece na Europa Ocidental.

Não por acaso, em 2010, ao passo que 70% dos imigrantes brasileiros eram terceirizados, e o restante deles também estar, em sua maioria, na informalidade, apenas 7,7% dos estrangeiros trabalhadores oriundos dos países que pertencem ao G8 eram terceirizados. O *status* diferenciado entre estes estrangeiros nasce antes mesmo da chegada ao país (vistos diferenciados) e persistem em formas desiguais dentro do mercado da força de trabalho quando chegam ao Japão, certamente com reflexos contrastantes para o cotidiano e para suas famílias, transformando seus futuros. Não por acaso também, os brasileiros, peruanos e filipinos *dekasseguis* estão concentrados geograficamente em regiões altamente industrializadas (Hamamatsu, Toyohashi, Toyota, Nagoya, Oizumi e Okazaki), sendo que os imigrantes qualificados estão concentrados na região de Tóquio, entre outras grandes cidades não necessariamente industriais, mas, sobretudo com características cosmopolitas. Desse conjunto de imigrantes, os brasileiros, filipinos e peruanos são considerados todos *dekasseguis*, porém os outros imigrantes qualificados são apenas trabalhadores imigrantes, evidenciando a contínua construção de estereótipos e visão pejorativa dessa palavra, mais ou menos como a noção de *retirante* na língua portuguesa.

Segundo os relatos dos nossos entrevistados, nenhum era trabalhador efetivo e, através de suas falas percebemos a alta rotatividade, de modo que nenhum deles permaneceu no mesmo trabalho durante toda a estadia no Japão, tendo eles uma média de experiência em três empresas durante o período.

Ademais, sendo eles trabalhadores não efetivos, têm a opção de aderir a algumas seguridades sociais de maneira individualizada, com desconto em folha de pagamento. Como já exposto, quase todos os entrevistados possuíam Seguro Saúde (*kenkou hoken*)¹⁵² sem o qual qualquer despesa médica ficaria extremamente onerosa.

¹⁵² Trata-se do Seguro Nacional de Saúde (*Kokumin Kenkou Hoken*, 国民健康保険), que cobre 70% das despesas médicas.

Outros seguros aos quais os dekasseguis podem aderir são o Seguro Social (*shakai hoken*) que tem uma maior cobertura, o seguro desemprego e a aposentadoria¹⁵³.

No entanto, curiosamente, há entre os dekasseguis, os que mesmo podendo ter seguros, optam voluntariamente pela não adesão a eles, como no exemplo da fala de uma jovem dekassegui Rosa,

“Nos últimos tempos, como começou a ter shakai hoken [seguro social] para brasileiros perguntavam para gente se queríamos. Mas como era descontado 100 yens¹⁵⁴ por hora eu não quis, pois queria guardar dinheiro e voltar para o Brasil.”

Outra entrevistada, Natália, de meia idade, nos respondeu igualmente no mesmo sentido *“Ofereceram o shakai hoken [seguro social], mas eu não estava interessada, eu não queria o shakai hoken.”*. Tudo indica que sua situação como imigrante – supostamente transitória – que tem naturalmente o objetivo de guardar dinheiro como meta, engendra aceitações desvantajosas para a manutenção de suas vidas. Aceitações, por vezes, supostamente voluntárias (pois eles que, afinal, escolheram não aderir aos seguros), mas que sem estas “escolhas”, dificilmente o objetivo de juntar dinheiro para voltar ao Brasil se concretizaria. Afinal, o imigrante, em teoria, não pode utilizar a totalidade de seu salário recebido, pois para concretizar o sonho migratório e voltar ao seu país de origem, ele necessariamente terá que poupar parte do salário. Nesse caminho, as escolhas de aderir ou não a um seguro não será tomada do mesmo ponto de vista de um trabalhador nacional.

A força de trabalho imigrante na informalidade, funcional à empresa, prejudica sobremaneira a vida das mulheres dekasseguis. A entrevistada Laura, que teve seu filho no Japão, quando indagada sobre a licença maternidade nos respondeu

¹⁵³ Desde 1º de março de 2012 entrou em vigor o acordo entre Brasil e Japão sobre a Previdência Social no Brasil. Segundo o acordo o “[...] segurado poderá somar os períodos de contribuições nos dois países a fim de completar a carência necessária para ter direito ao benefício pretendido. O valor do benefício será calculado proporcionalmente ao tempo de contribuição em cada país, em relação ao tempo total de contribuição. (Fonte: http://www.consuladonagoya.org/cgnagoya/downloads/Perguntas_Acordo_Prev_BR-JP.pdf). Medida adotada após mais de 20 anos o início do fluxo migratório.

¹⁵⁴ Cerca de R\$ 2,00

“Como pagava shakai hoken [seguro social], tive seis semanas antes e oito semanas depois de ter meu filho. Recebia 30% do meu salário na licença, no meu caso ganhava mais ou menos 50 mil yens. Como era calculado o valor que você estava recebendo pelo salário que você recebia um pouco antes de tirar licença, e na época eu já tinha diminuído o “zangyou”[hora-extra] e trabalhava menos por já estar grávida, recebia menos, e 30% disso é bem pouco mesmo. Na B. [nome empresa], como era um kaisha grande eles não podiam me demitir porque tinha ficado grávida, eles tinha que me deixar de licença e depois me contratar, mas só porque era kaisha grande mesmo.”

Perguntada sobre como cobria os gatos com 50 mil yens e se esta quantia era suficiente ela nos respondeu que

[...] não, 50 mil yens não dava pra nada. Eu só conseguia pagar as contas pois meu marido trabalhava né, se não, não daria não. Na época de minha Licença Maternidade comecei a fazer salgadinhos brasileiros em casa também, assim meu marido levava pro kaisha pra vender. Depois que voltei a trabalhar também continuei fazendo salgadinhos, daí fazia quando chegava do kaisha mesmo.

Como exposto em sua fala, 50 mil yens é totalmente insuficiente para subsistência de uma pessoa, ainda mais diante da maternidade e o gasto extra com seu filho. Conforme apontamos anteriormente, o mínimo considerado suficiente para subsistência de uma pessoa foi de ¥100~150 mil mensais (US\$ 1.000~1.500), quantia duas até três vezes superiores ao salário recebido durante a Licença Maternidade da entrevistada. Além de tudo, ¥50 mil também é uma quantia infinitamente inferior à renda divisória da linha pobreza segundo os critérios do Governo. Sendo a renda anual mínima de ¥ 1.250.000, ou seja, ¥ 104 mil mensais para não estar na linha da pobreza, ¥50 mil recebido pela nossa entrevistada evidentemente não satisfaria os seus gastos mínimos de sobrevivência.

Diante desta situação, a entrevistada acabou recorrendo à ajuda de seu cônjuge, somado a estratégias de sobrevivências como o chamado “bico” de vender salgadinhos na empresa. No entanto, caberia o questionamento de como poderia ser enfrentada uma situação como essa, se ela fosse mãe solteira? Caso a entrevistada não tivesse optado pelo Seguro Social, ou se ela estivesse numa empresa de porte menor, como poderia ter levado sua gravidez a diante? Mesmo com o auxílio financeiro do pai da criança, o valor da

Licença Maternidade é irrisório (30% do salário recebido) para pensar qualquer manutenção e planejamento familiar entre uma mãe solteira e seu filho. Não bastasse o valor da força de trabalho feminina ser inferior à masculina, a divisão sexual do trabalho repercute de maneira mais intensa para a mulher que escolhe a maternidade, sobretudo se ela for mãe solteira. Conjunção extremamente desfavorável em ser mulher, imigrante e operária numa sociedade de classes.

Ainda sobre as adversidades de uma possível mãe solteira, a agrura em relação à diminuta quantia da Licença Maternidade, juntamente à alta taxa de trabalhadoras *part-time* no Japão, certamente tem origem e explicação pelo predomínio do trabalho doméstico ser feminino. A sociedade de classes com a ordem patriarcal se estruturou de tal maneira que dificulta muito uma possível produção independente. Não obstante ao aumento da participação das mulheres japonesas no mercado da força de trabalho, como salientou Hirata, "A servidão doméstica parece assim refratária às grandes mutações da atividade feminina." (2004, p. 44). Este paradoxo, das explicações pelo qual o trabalho doméstico ainda ser majoritariamente realizado por mulheres (Cf. HIRATA, *ibidem*) é, sem dúvida, também um problema japonês, ainda que possam existir nuances próprias da sociedade patriarcal japonesa.

Segundo dados do governo japonês¹⁵⁵, em 2011, a quantidade média de horas dedicadas ao trabalho doméstico semanal por um casal (heterossexual) onde ambos trabalham fora de casa era de: 3,35 horas para as mulheres, para somente 42 minutos para os homens. Na mesma pesquisa, se olharmos para os dados de 1965 até 2011, a desproporcionalidade da distribuição dessa tarefa entre os sexos pouco se alterou. Em 1965 (um casal onde ambos trabalham e têm filhos) era de 4,3 horas semanais para as mulheres e apenas 15 minutos para os homens; em 1996 era de 4,3 horas para as mulheres e 20 minutos para os homens; em 2005 era de 4,45 horas para as mulheres e 33 minutos para os homens. Ou seja, a maior participação no mercado de força de trabalho para as mulheres não alterou a quantidade do trabalho doméstico, sobrecarregando ainda mais sua dupla jornada de trabalho.

¹⁵⁵ Ministry of Health, Labour and Welfare (Kousei Roudoushō) www.stat.go.jp/data/shakai/2011/pdf/houdou2.pdf

Toda essa condição indica que para as mulheres no Japão, a quase que exclusividade da execução do trabalho doméstico reflete de maneira absolutamente negativa em sua trajetória de vida. Do ponto de vista do Estado, uma vez pressuposto o modelo familiar que tem o auxílio do cônjuge masculino para o sustento, possivelmente repercute em Licenças Maternidades insuficientes. Vale destacar que, a despeito do contínuo crescimento a taxa de divórcio no Japão, as políticas públicas, seguridades sociais e a estruturação do mercado da força de trabalho parecem totalmente inadaptadas a esta nova concretude. A ordem vigente pressupõe (mesmo sob uma realidade em constante movimento) um percurso de vida em que as mulheres se casem oficialmente, ganhem menos e realizem quase todo o trabalho doméstico, e que, ao atingir certa idade saiam de casa para trabalhar como *part-time job*. O predomínio do *part-time job* para elas, certamente ocorre em função dessas mulheres precisarem conciliar sua dupla jornada.

No caso das *dekasseguis*, imersas na confluência de seguridades sociais, políticas públicas e mercado de força de trabalho estruturado de maneira desigual e hierarquizado, o impacto destas condições certamente será percebido em seu cotidiano. Mesmo elas sendo brasileiras, a situação do trabalho doméstico não muda, uma vez que a realidade brasileira igualmente apresenta a repartição não equitativa das tarefas domésticas¹⁵⁶ entre mulheres e homens.

Especificamente na indústria de transformação, segundo o relatório do Governo de 2012¹⁵⁷, 72,8% dos trabalhadores possuíam contratos de trabalho de tipo efetivo, 13,4%, eram *part-time job*, 2,4 % trabalhavam como *arubaito*, e o restante se dividiam em diversas relações contratuais informais. Esses dados são interessantes, pois demonstram que especificamente na indústria, o índice de informalidade é relativamente baixo se comparado a outros setores. Sem embargo, quase que a totalidade dos

¹⁵⁶Embora no Brasil a desigualdade da repartição dos trabalhos domésticos seja menos acentuada que no Japão, a grande diferença aparece na totalidade da quantidade muito maior das horas (em ambos os sexos) dedicadas para o trabalho doméstico no geral, possivelmente em decorrência das diferenças nas condições de vida destes dois países, uma vez que no Japão, os utensílios domésticos que facilitam tais tarefas estão mais presentes. Não obstante, este fato não altera em nada desigualdade mantida entre mulheres e homens.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tempo_trabalho_afdom_pnad2001_2005.pdf.

¹⁵⁷ Ministry of Health, Labour and Welfare (Kousei Roudoushō)
<http://www.mhlw.go.jp/stf/shingi/2r9852000002k8ag-att/2r9852000002k8f7.pdf>

dekasseguis que trabalham no *kaisha* se encontra na informalidade. Dos trabalhadores da indústria, apenas 5,7% eram terceirizados e 3,5 % tinham contrato de trabalho por tempo determinado, não obstante, a maioria de nossos entrevistados se encaixam precisamente nessa condição. Isto é, o trabalho informal na fábrica, situação já penosa por excelência, no momento atual, dificilmente encontraria japoneses aptos a aceitarem sem que eles sejam efetivados.

A título de ilustração, segue uma tabela comparativa, oriunda de uma empresa de terceirização (*outsourcing*), a respeito da diferença salarial e do custo com a força de trabalho entre um trabalhador efetivado (*seishain*, 正社員) e um terceirizado (*outsourcing*, *gaibuitaku*, 外部委託), como no caso dos brasileiros,

Panfleto de empresa de terceirização sobre trabalhador japonês e o nikkei

Custo	Trabalhador-efetivo	Terceirizado (<i>outsourcing</i>)
Salário	¥ 299,500 (US\$ 3,024)	¥ 300,000 (US\$ 3,030)
Bônus	¥ 99,833 (US\$ 1,008)	
Seguros sociais obrigatórios	¥ 45,524 (US\$ 460)	
Seguros sociais não obrigatórios	¥ 15,574 (US\$ 157)	
Custos administrativos	¥ 5,990 (US\$ 60)	
Seguro desemprego	¥ 21,564 (US\$ 218)	
Total	¥ 487,985 (US\$ 4,928)	¥ 300,000 (US\$ 3,030)

Fonte: Panfleto da empresa de terceirização (HAYASHIT, 1995.; APUD, TANNO, 2009, tradução nossa)

Como na impressão dos entrevistados de nossa pesquisa já mencionado¹⁵⁸, de fato, o salário líquido do brasileiro pode ser levemente superior se comparado ao do

¹⁵⁸ Entrevistada Rosa e entrevistado Frederico mencionados no item 2.1 deste capítulo.

japonês efetivo. O que os diferencia substancialmente são as seguridades sociais e o chamado bônus, recebido em duas parcelas por ano, no valor equivalente a até três salários médios do trabalhador. Ou seja, com todos esses valores a mais, o salário anual do trabalhador japonês é superior se comparado ao do brasileiro terceirizado. Do ponto de vista do capitalista, a vantagem em contratar o terceirizado é inegável, sendo que no exemplo citado, a diferença dos custos que o capitalista tem entre os dois trabalhadores chega a 163%. Quantia esta dificilmente desprezível para o empresário japonês.

Destarte, a moderna fábrica do desespero se sustenta hoje graças à força de trabalho imigrante informal, agora representada na figura do dekassegui moderno. O migrante interno, do êxodo rural na figura do dekassegui da época que Kamata (2011a) relatou se esvaeceu juntamente ao movimento histórico do capital. No presente momento do desenvolvimento capitalista japonês, entretanto, os fluxos migratórios internos todavia acontecem. O trabalho informal entre os japoneses, como demonstrado, continua aumentando. Mas, na atual etapa, o japonês moderno — sobretudo os homens¹⁵⁹ — ainda pode rejeitar o trabalho em fábrica que seja informal. O *status* atribuído ao trabalho em fábrica, os chamados 3 *K's* (*kitanai*, sujo; *kiken*, perigoso; *kitsui*, pesado), talvez seja um dos fatores de rejeição, fazendo com que os migrantes internos (não mais oriundos de zonas rurais), possam escolher trabalhos no setor de serviços, entre outros que requeira alguma qualificação, ainda que se encontrem igualmente na informalidade.

2.2.3 Individualismo, o eco da informalidade

Como podemos perceber, há uma enorme diversificação interna dentro do fenômeno da informalidade. As relações contratuais são diversificadas, tanto como as formas de remuneração, como as variadas coberturas de seguros. A jornada de trabalho e o valor da força de trabalho igualmente se distinguem de trabalhador para trabalhador. A

¹⁵⁹ Pois grande parte do trabalho *part-time job* em fábrica é realizado por donas de casa.

flexibilização das relações de trabalho que o modelo japonês nos apresentou, se expande quantitativamente e qualitativamente para o ambiente além-fábrica. A diversificação interna e o ecletismo das formas de trabalho informais atingem não somente o trabalhador japonês, mas também o conjunto dos trabalhadores estrangeiros, como internamente aos dekasseguis, como no exemplo da desigualdade salarial entre os sexos.

Para além disso, a diversificação/hierarquização/desigualdade interna à classe trabalhadora, não é exclusividade do fenômeno da informalidade no Japão, repercutindo, ainda que em menor grau, nos trabalhadores efetivos (AMAMIYA, 2007).

Sobre a individualização das relações de trabalho e salariais mediante sua diversificação, Danièle Linhart nos ajuda compreender como as estratégias empresariais aparecem de maneira desvirtuada, propagandeada como potencialidades positivas aos trabalhadores. Embora a autora tenha se debruçado sobre a situação francesa da década de 1980, seu raciocínio nos é pertinente, e, conforme sua compreensão, tais mecanismos de gestão deterioram as relações entre companheiros, mina os coletivos e suas capacidades de enfrentamento e ação contra as autoridades (2007, p. 157). Para ela, o rolo compressor da modernização, na figura da empresa moderna e materializado nas situações de trabalho individualizadas carrega

[...] uma evolução, uma inovação que se dá, [...], em um novo contexto de ruptura com as pressões, os objetivos e os valores do passado. Ela evoca um novo período, que se abre em uma fantástica ambivalência em que, com os terríveis desafios impostos pela concorrência, o cliente seria triunfante, mas em certa medida o assalariado também, pois a empresa, para satisfazer esse cliente nas melhores condições, é forçada à excelência, imperativo que repercute em todos os níveis da hierarquia. (ibidem, p. 227)

Esta evolução parece trazer consigo ambiguidades e/ou contradições próprias. A excelência exigida ao nível dos trabalhadores, como demonstra Linhart, é representada no modelo japonês, por exemplo, no conceito de *qualidade total*, valorizando a demanda do cliente, adaptando o trabalho à essa exigência através da redução do tempo da produção

(via aceleração do ritmo do trabalho) e eliminação total de desperdícios na produção¹⁶⁰. Um dos recursos utilizados para esse fim (a qualidade total), diz respeito ao *Círculos de Controle de Qualidade* (CCQ's), já expostos nesta pesquisa. Esse mecanismo, como pudemos perceber, diz respeito à mobilização – por comando externo da gerência— de uma ação coletiva com intuito de melhorarem a qualidade dos produtos e do trabalho (para o capital). Entretanto, essa ação coletiva, não está vinculada a uma "cultura de grupo" (LINHART, 2007, p. 117), ancorada em valores solidários, de companheirismo inerente à sensibilidade sindical ou ao pertencimento de classe. Porém, representa uma ação coletiva " [...] correlacionado à empresa; aquele que corresponde às mobilizações orquestradas em torno do projeto da empresa, de sua identidade, de sua cultura." (idem, ibidem, p. 116). Por isso, ser uma "evolução" descrita por Linhart, em um novo patamar onde a noção de "coletivo" se subsume ao capital.

A ambiguidade e/ou contradição dessa condição aparece pois, nesta nova coletividade, agora subsumida ao capital, os trabalhadores, não obstante à coletividade demandada, aparecem individualizados, atomizados e solitários diante do processo produtivo. Ainda como salienta Linahrt, os trabalhadores agora são agenciados como "indivíduos livres" (ibidem), segundo suas próprias qualidades personalizadas e específicas. A individualização das relações contratuais é um dos fundamentos dessa relação ambígua, ocasionando o sofrimento solitário, individualizado, uma vez que diz respeito à, supostamente, indivíduos livres.

É curioso, pois, além dos indivíduos juridicamente livres, como quando o capitalista e portador da força de trabalho se defrontam no mercado e se relacionam como iguais, já exposto neste texto pela explicação de Marx ([1867], 1985a, p.140), ocorre aqui a aparência de “indivíduos livres” mesmo dentro do processo produtivo. A alquimia

¹⁶⁰ Importante ressaltar que esta eliminação do desperdício, como salienta Antunes diz respeito apenas a etapa da produção. Pois em épocas de intensificação da *taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias* (MÉSZÁROS, 1995, apud ANTUNES, 2005), a empresa enxuta se evidencia como uma falácia, uma vez que para a obsolescência programada e necessária à valorização do capital "[...] quanto mais “qualidade total” os produtos devem ter, menor deve ser seu tempo de duração. A necessidade imperiosa de reduzir o tempo de vida útil dos produtos, visando a aumentar a velocidade do circuito produtivo e desse modo ampliar a velocidade da produção de valores de troca, faz com a “qualidade total” seja, na maior parte das vezes, o invólucro, a aparência ou o aprimoramento do supérfluo, uma vez que os produtos devem durar pouco e ter uma reposição ágil no mercado" (ibidem, p.3-4).

acontece onde o trabalhador, na sua impossibilidade de separação de suas condições de trabalho, apareça, do ponto de vista fenomênico, como indivíduo livre dentro do processo de trabalho. As situações de trabalho individualizadas, realizadas por pessoas juridicamente livres possibilita essa ilusão agora adentrada no processo produtivo. No entanto, é importante ressaltar que, como nos lembra Marx, “O escravo romano estava preso por correntes a seu proprietário, o trabalhador assalariado o está por fios invisíveis. A aparência de que é independente é mantida pela mudança contínua dos padrões individuais e pela *fictio júris*¹⁶¹ do contrato” ([1867] 1985b, p. 158).

Com os imigrantes, ademais a diversidade da informalidade e a individualização das relações contratuais, soma-se a separação, por vezes físicas, no próprio local de trabalho, como já mencionado na fala de Rosa “*Eu acho que não davam os trabalhos mais pesados para os japoneses.*”. Dejours já havia atentado para as consequências dessas situações, onde descreveu que na França, em um relato da década de 1980 era construída uma linha de montagem segundo a seguinte sequência: “um operário árabe, depois um iugoslavo, um francês, um turco, um espanhol, um italiano, um português etc., de modo a impedir toda e qualquer comunicação durante o trabalho.” (2001, p. 77). Essa disposição, não por acaso, desestrutura as relações afetivas, impedindo qualquer coletividade e solidariedade entre japoneses e brasileiros. Não bastasse a barreira da língua e o *status* de ser um cidadão diferenciado dos *dekasseguis*, a organização do trabalho do *kaisha* corrobora para ainda mais tais obstáculos a possíveis elos entre os trabalhadores de diferentes nacionalidades.

Outra observação da pesquisa de campo foi a de que todos os entrevistados mencionaram outras nacionalidades de *nikkeis* presentes no *kaisha*, como peruanos e, em menor número, filipinos. Porém, nenhum dos entrevistados relatou alguma experiência conjunta com eles, seja de amizade, ou algum projeto coletivo.

Conforme brevemente exposto, a relação dentro da fábrica entre japoneses e brasileiros não passava de um vínculo formal, de educação e cordialidade. Praticamente nenhum dos entrevistados afirmou ter tido uma amizade consolidada com os japoneses da fábrica. Como será exposto na próxima seção, esta relação também se repercute na relação

¹⁶¹ *ficção jurídica*

entre entrevistados e seus vizinhos, sendo bastante raro o contato entre brasileiros e os japoneses locais.

Além de terem situações de trabalho, contratos e jornadas diferenciadas entre japoneses e brasileiros, até o transporte é separado. Os brasileiros, em sua maioria vivendo em conjuntos habitacionais da prefeitura localizados perto das fábricas, utilizam o transporte até a fábrica, na forma de vans ou minibus. Este transporte é oferecido pela empreiteira em que os *dekasseguis* estão cadastrados.

Geralmente um brasileiro, igualmente operário, mas que tem um pouco mais de desenvoltura na língua fica encarregado como o motorista do ônibus, exercendo um papel de fiscalizador e até intérprete de acordo com situações solicitadas. Este trabalhador atua como um gerente ou supervisor dos próprios brasileiros. Como também pode ser motorista e operário de *kaisha*, normalmente ganha uma bonificação a mais no salário para executar esta tripla função. Os raríssimos casos de brasileiros com contratos de trabalho efetivos são justamente esses, meio intérpretes, por vezes motoristas, e a nosso ver, essencialmente, agentes intermediadores das relações intersubjetivas entre o *kaisha*, o *dekassegui* e a empreiteira.

Em nossa pesquisa, não pudemos entrevistar nenhum trabalhador que se encaixa nessa categoria, tampouco encontrar estudos dos *dekasseguis* que tenha o enfoque nesse personagem. Todavia, esse agente intermediário nos parece bastante instigante, uma vez que tem potencialidades de servir como agente amortecedor de possíveis conflitos surgidos entre o imigrante e a empresa. Apesar de ser estrangeiro, ele possui relações contratuais de um japonês, recebe um salário superior ao *dekassegui* e mantém relações diretas com os gerentes a fim de resolver os possíveis conflitos no trabalho. Aqui, quiçá haja uma relação de cooptação e subordinação desse trabalhador em prol dos interesses da empresa devido sua posição privilegiada de poder transitar entre os nacionais e os imigrantes.

Para a entrevistada Elisabeth, de 32 anos, o japonês “gosta de gente puxa-saco”, e conforme seu relato, eram estes “puxas-sacos” que se tornavam os brasileiros supervisores. Como ela descreveu, sua jornada de trabalho normal era no período noturno, e neste período não havia japoneses na fábrica, apenas *dekasseguis*, inclusive um

supervisor brasileiro, que era “o olhar do chefe” segundo ela. Esses poucos brasileiros que conseguem ascender a supervisor, para Elisabeth, inclusive trabalhavam em algumas máquinas, mas “não trabalhavam muito”, dando uma impressão de que tinham menos trabalho do que os outros. Apesar disso, conforme sua narrativa, as “regalias” eram concedidas em função desse “olhar do chefe”, do patrão japonês na figura do dekassegui, por isso sua menor carga de trabalho, não obstante a maior remuneração.

O relato do entrevistado Frederico, quando questionado sobre demissões e advertências dentro da fábrica é bastante sugestivo para ilustrar a figura do dekassegui supervisor,

“Eles demitiam quando tinha uma queda na produção, por má conduta. Bastante. Coisas do tipo quando a pessoa faltava muito, ou quando brigava na fábrica, ou quando você se atrasava muito. Mas eles não demitiam de uma hora para outra. Diziam eu não poderia ter três advertências, e se tivesse não teria mais conversa. Alguns dos supervisores já eram brasileiros, e eles mesmo que davam as advertências às vezes.”

A respeito da empreiteira, exceto um, todos os outros entrevistados afirmaram tê-la tido como figura intermediária com o *kaisha*. A busca de um novo trabalho, por exemplo, ocorre não diretamente com a empresa japonesa, mas sim através desses escritórios de agenciamento e Recursos Humanos. Desde a saída do Brasil existe uma relação íntima com a empreiteira que se encarrega de comprar a passagem, da alocação, do tramite burocrático para obtenção de visto e de conseguir trabalho. Quando chegam ao Japão, após pagar as dívidas—muitas vezes superfaturadas— com a empreiteira, os dekasseguis normalmente têm uma alta rotatividade entre as próprias empreiteiras que são bastante polêmicas pelas recorrentes denúncias de fraudes e exploração da condição imigrante. Como argumenta Ferreira

E aqui reside um sério problema do movimento dekassegui, pouco enfrentado pelas autoridades japonesas quanto brasileiras: a falta de fiscalização e acompanhamento dessas empreiteiras. São comum os relatos de que algumas dessas empreiteiras, por exemplo, possuem relações com a máfia japonesa. (2007, p.81).

O salário recebido pelos imigrantes, como já exposto, na verdade, configura-se como o salário recebido após as reduções dos encargos cobrados pela empreiteira. É a empreiteira que também o papel de negociar do salário e a relação contratual com o dekassegui. O mesmo entrevistado Frederico afirmou, sobre a empreiteira

[...] onde a gente trabalhava era um contrato exclusivo com uma empreiteira e com todos os brasileiros [mais de 300] que trabalhavam na B. [nome da empresa] Então não tinha concorrência [...]”.

Concorrência no caso, com as outras empreiteiras. Desse modo, é notável a vantagem e o lucro que essas empreiteiras, japonesas e brasileiras têm com o fenômeno dekassegui.

Por fim, a partir da análise e exposição do fenômeno social da informalidade japonesa, pudemos perceber que esse fenômeno ao mesmo tempo se move por integração e desintegração contínua dos sujeitos que a compõem. Por um lado, sua expansão mediante relações contratuais instáveis e/ou flexibilizadas se diversifica e cada vez mais se avoluma entre a classe trabalhadora japonesa. Por outro e paralelamente, o dekassegui se encontra totalmente imerso neste fenômeno, há décadas, em proporção bastante superior à taxa de informalidade nacional. A integração faz com que as condições sociais de vida destes sujeitos se deterioresem via seguridades sociais tendencialmente ausentes e rebaixamento do salário real, ao mesmo tempo em que o ecletismo das relações contratuais individualizadas, aparentemente, pode reforçar o isolamento político entre eles.

2.3 Para além do *Kaisha*: sociedade japonesa recebe os imigrantes

Até o momento, tentamos fazer uma reflexão sobre as relações de trabalho do dekassegui e sua trajetória migratória até a inserção no *kaisha*. No entanto, a condição imigrante naturalmente perpassa a esfera da reprodução social de suas vidas, dimensão não

menos importante do conjunto de sua vida social. Partindo do pressuposto que a reprodução social da vida não se desvincula da produção social, tentaremos analisar como o cotidiano de kassegui se manifesta, levando em consideração as bases materiais às quais ele está condicionado. Isto é, a discussão realizada até o momento, sobre as relações de trabalho certamente tem seus reflexos no dia a dia do imigrante de kassegui inserido na sociedade japonesa, para além do espaço físico do *kaisha*.

Um importante problema que se coloca e cuja resposta arriscaremos é: o cotidiano do de kassegui é pautado por sua condição de ser um imigrante? De outro modo, a sua condição etnicamente distinta é o elemento diferenciador que determina a reprodução social de suas vidas? Apesar de parecer ambíguo, tudo nos leva a crer que sim, e ao mesmo tempo não. A ambiguidade e contradição dessa condição está justamente na ambivalência da própria existência de kassegui, isto é, de ser um trabalhador inserido na sociedade de classes— por tanto, ele mesmo membro dela— ao mesmo tempo em que ele é o “outro”¹⁶², o sujeito externo à sociedade civil do território nacional no qual ele se insere. Deste modo, entendemos que a reprodução social da vida dos de kasseguis ora se assemelha e/ou se iguala a de um trabalhador japonês, ora parece ser decisivamente marcada pela sua condição de kassegui.

À luz dessa compreensão tentaremos abordar brevemente como se dá o cotidiano do de kassegui no que tange as diversas esferas da reprodução social de suas vidas, a saber: sua moradia; educação; lazer; relações com os serviços/órgãos públicos, entre outros. Ademais, as relações sociais estabelecidas entre de kassegui/de kassegui, de kassegui/japonês são importantes fatores a serem considerados na medida em que tornam evidentes eventuais conflitos étnicos que têm origem nas transversalidades criadas pelo capital e reproduzidas na sociabilidade capitalista.

¹⁶² Segundo Renato Ortiz, na concepção da sociedade japonesa, o *gaijin*, isto é, o estrangeiro, “[...] não é um estrangeiro qualquer, um negro, um de **de kassegui** brasileiro ou um imigrante coreano, em relação aos quais práticas discriminatórias são explícitas; a ele aderem as qualidades de prestígio, superioridade, enfim de civilidade” (grifo do autor, 2000 p. 139). Neste raciocínio, mesmo o de kassegui sendo também um *gaijin*, ele não se encaixaria na concepção do “outro” exótico simbolizado no homem branco ocidental. Destarte, haveria do ponto de vista simbólico, duas categorias diferenciadas de estrangeiros, que, segundo nossa compreensão, nada mais é do que o reflexo das condições materiais de existência, do ponto de vista das classes sociais refletida em *status* (de visto, de seguridades sociais, de prestígio social, etc) diferenciados para diferentes estrangeiros.

O cotidiano dekassegui

A moradia do dekassegui está inevitavelmente localizada nos arredores das fábricas japonesas onde eles trabalham. Sendo a empreiteira o agente intermediador comum a quase todos eles, geralmente é ela a encarregada de aloca-los e tratar de todos os trâmites burocráticos. As residências destinadas aos dekasseguis geralmente são os conjuntos habitacionais públicos (*ken ei jyuutaku*, 県営住宅; *koudan jyuutaku*, 公団住宅, entre outros), com aluguéis consideravelmente mais baixos, se comparado a outras residências, que são também regulados de acordo com renda familiar, número de habitantes, entre outros critérios.

Outro tipo de residência comum aos trabalhadores solteiros são os alojamentos das próprias empreiteiras que são frequentemente no modelo de kit net. De todo modo, o que chama a atenção nesse tipo de locação é uma certa sujeição que se estabelece com a empreiteira/trabalho com a moradia. Isto é, no caso dos nikkeis que têm a empreiteira como agente intermediário da locação, uma eventual demissão poder ser consequência para a perda da moradia. Situação desconfortável que dekasseguis há mais tempo residentes no Japão, devido ao acúmulo de experiências e com auxílio de redes sociais talvez possam evitar, mas o mesmo não acontece com o dekassegui recém chegado.

Dos entrevistados desta pesquisa, de fato, a maioria afirma ter tido residência em conjunto habitacional público. Local de aglomeração de dekasseguis, muitos destes conjuntos habitacionais são verdadeiros “*pequenos Brasil*”, como no caso do *Homi Danchi*, onde vivem cerca de quatro mil brasileiros (YASUDA, 2010). Neste conjunto habitacional, localizado na cidade de Toyota, conhecido como “COHAB brasileira”, há comércios, locadoras, lanchonetes, aulas de português, academias de ginástica, entre outros serviços destinados exclusivamente a comunidade nikkei. São geralmente nesses espaços dominados pelo comércio imigrante que se situam os brasileiros que não trabalham em fábricas. Não são raros também os comércios informais, localizados nos próprios

apartamentos, como vendedores de salgadinhos, salões de beleza, babás brasileiras que cuidam dos filhos dos dekasseguis, entre outros.

Todos os conjuntos habitacionais onde há grande concentração de brasileiros são parecidos com o *Homi Danchi*. O que ocorre é que, como o fluxo migratório brasileiro tem o propósito de suprir determinada força de trabalho (em fábricas), sendo legalizado e bastante burocratizado, a concentração dos dekasseguis em determinadas regiões é inevitável. Por isso, há o surgimento natural desses estabelecimentos comerciais voltados para essa população. De modo geral, a maioria dos dekasseguis não encontra nenhuma dificuldade em achar produtos típicos brasileiros, em lojas em que todos falam português ao redor de suas casas, podendo tranquilamente manter muitos dos hábitos que tinham no Brasil, como os alimentares, por exemplo.

Para Sayad, a habitação do imigrante ocupa um estatuto espacial que merece uma melhor atenção, pois, em sua compreensão, ao lado do trabalho, a moradia do imigrante é a representação exemplar que se “[...] tem dos imigrantes e, implicitamente, à filosofia social que inspira essa representação ou que dela é solidária.” (1998, p. 76). Concordamos com esta afirmação na medida em que, apesar da centralidade da categoria trabalho do fenômeno dekassegui, a moradia se manifesta como extensão deste lócus onde sua condição imigrante muitas vezes aparece de maneira bastante clara, por isso sua importância no momento da análise. Ainda segundo o autor, “[...] o imigrante é sempre oriundo de um país pobre, ‘subdesenvolvido’, ‘selvagem, de Terceiro Mundo etc.’” (ibidem p.75), e como

Residente provisório por definição, o imigrante só deve ser alojado provisoriamente; trabalhador pobre, só deve ser alojado pobremente. Entretanto, posto que o caráter provisório do imigrante e de sua imigração não passa de uma ilusão coletivamente mantida, ele permite a todos que se sintam contentes com a habitação precária, degradada e degradante, que se atribui ao imigrante (ibidem, p. 78).

No caso do dekassegui, tal como compreendido por Sayad, sua singularidade está em que sua existência (como imigrante), só se legitima na medida em que ele possua uma habitação (ibidem). No entanto, não como no caso descrito por Sayad em que haja a

existência de uma “habitação específica para imigrantes”, situação excepcional que o diferiria do trabalhador nacional (ibidem). Isso porque, as habitações destinadas aos dekasseguis, são as mesmas habitações destinadas aos trabalhadores nacionais em condições semelhantes de trabalho, ou seja, lugares destinados aos operários, trabalhadores desqualificados e que necessitam de moradia barata e subsidiada pelo Estado. Talvez a condição singular do dekassegi sob a íntima dependência habitação-trabalho, faça agravar e perpetuar sua permanência nesses tipos de habitação, sendo que porventura um trabalhador nacional possa ter uma maior mobilidade. Neste caso, a maior mobilidade do trabalhador japonês ocorre tanto em função da melhor circulação dentro do mercado da força de trabalho— ainda que determinado pelas suas qualificações— como maior mobilidade dentro da sociedade como um todo, daí a situação relativamente mais privilegiada do trabalhador nacional.

Tendo uma jornada de trabalho longa, desgastante e com poucos dias de folga, é normal que o dekassegi passe boa parte de seu tempo fora do trabalho, em suas próprias habitações, ou no bairro destes conjuntos habitacionais. A estrutura do local favorece a permanência nos bairros, pois está equipada com quase todos os serviços básicos do cotidiano, como supermercados, bancos, alguns consultórios médicos, farmácias, como também escolas e creches. Atualmente, é bastante comum brasileiros que assinam canais de televisão a cabo, como o a Globo e a Record Internacional mantendo, assim, o contato com os meios de comunicação brasileiros. Revistas de grande circulação no Brasil como a *Veja*, *Isto é*, entre outras também são frequentemente vistas nos entrepostos de produtos brasileiros.

Neste espaço, apesar de conviverem tanto brasileiros como japoneses, segundo nossos entrevistados a convivência entre eles é meramente formal, não havendo muitas relações de amizade. O entrevistado Frederico, quando perguntado se havia alguma relação com a vizinhança afirmou que

[tinha] Pouco. Eu sei que a comunidade tinha a sua associação de bairro, mas eu não tinha tempo para frequentar nada. Também nunca fui chamado para participar desta associação. Sei que tinha as festas, mas não lembro dos brasileiros serem chamados.

O entrevistado Roberto afirma que

Depois que comecei a falar em e comunicar bem com as pessoas era uma relação até certo ponto saudável. Com a vizinhança nem tanto, porque o japonês ele é bem reservado, mas assim, claro, vizinho que tava ali por perto você cumprimentava, conversava um pouquinho.

Segundo Roberto, a maior barreira dos brasileiros ocorre pela própria dificuldade de comunicação, além do japonês ser no geral um povo bastante “fechado”. No entanto, este entrevistado de 29 anos dos quais 11 vividos no Japão, por ter migrado ainda adolescente com a família estudou muitos anos em escola japonesa, possuindo o total domínio da língua. Talvez uma trajetória um pouco distinta de um dekassegui adulto que migre exclusivamente para trabalhar. Quando questionado se um brasileiro que só tenha trabalhado, com pouco conhecimento da língua japonesa teria relação com os japoneses afirma “Sinceramente não. Existe uma ou outra relação assim tipo de vizinhança mas é uma coisa que, tipo, fica limitada a situação, não necessariamente a uma relação efetiva.”.

Para Shishito que estudou a permanência dos brasileiros no Japão,

A questão de falta de conhecimento da língua japonesa e a obtenção de um nível necessário apenas para conseguir se comunicar basicamente e para obtenção de empregos— aliada a dificuldade em estudar o idioma japonês por estarem inseridos em longas jornadas de trabalho— reforça a nossa perspectiva de que a inserção dos brasileiros no Japão se dá de forma peculiar, não com integração na sociedade de destino, mas na formação de uma forma específica, em que esses imigrantes convivem com os compatriotas através de redes sociais, produzindo e reproduzindo os hábitos e costumes desse grupo. (2012, p.117).

Segundo o exposto, a dificuldade de comunicação parece ser inicialmente o reflexo de suas condições de trabalho deterioradas e resultado de sua finalidade como trabalhador desqualificado naquele país, ao mesmo tempo em que a contínua falta do domínio da língua acaba reforçando ainda mais o convívio – quase que exclusivo para alguns— entre compatriotas. Naturalmente há os nikkeis que conseguem aprender o

idioma por esforço próprio, ou mediante aulas de japonês oferecidas por voluntários, entretanto, vale dizer que isso exige um esforço extra diante das condições desgastantes de trabalho. Roberto, que estudou em escola japonesa e domina o japonês, diz sobre os brasileiros em geral que “*Eles vivem num mundo, eu diria é até que em um mundo a parte*”.

Em nossas entrevistas, como todos os dekasseguis residiram por, pelo menos, mais de cinco anos no Japão¹⁶³, de modo geral, o conhecimento da língua japonesa era mediano na maioria das respostas, apesar de não dominarem a escrita. Os casos de entrevistados que têm o ótimo domínio da língua são, de modo geral, os que migraram ainda crianças. Como também afirma Shishito (2012), os brasileiros que têm filhos nascidos no Japão e que, portanto tiveram domínio da língua são os dekasseguis com maior estabilidade de permanência.

O entrevistado Roberto, mencionado a pouco, relatou a experiência de ter sido um estudante em escola japonesa durante metade de sua trajetória migratória. Ele descreve que a adaptação foi sobremaneira difícil por causa *bullying* sofrido na escola e continua,

Naquela época também esta coisa do bullying, o ijime que hoje se fala mais né, na mídia e tudo, mas naquela época para eles era uma coisa meio normal, eu passei bastante por isso. Passei. Era mais japonês mesmo, não chegava a ser físico, mas era perceptível porque primeiro, quando cheguei lá não tinha conhecimento nenhum da língua, então meio que “ah, esse cara não entende japonês então posso falar o que quiser dele. Eu percebia que tavam falando por trás.

Quando perguntado quais eram as reações dos professores diante dessa situação e quais foram as medidas tomadas pela escola, Roberto nos conta que

Ah, não os professores eram bem apáticos né. É que é assim, eles faziam isso exatamente quando os professores não estavam por perto. E pra eu chegar e explicar pro professor o que tava acontecendo? Eu não sabia falar japonês, então eu não sabia tipo, eu não tinha como me expressar. [...] Ah, não. Sinceramente no longo prazo não tomaram não. Eu sei que é recorrente, eu sei que é um problema social, inclusive aparece na TV, crianças até adolescentes assim, que se matam por causa disso, no Japão tem bastante.

¹⁶³ Não obstante, também tivemos relatos da existência de brasileiros que viveram cinco, ou quase dez anos no Japão sem ter nenhum domínio da língua.

De fato, o problema do *ijime* (*bullying*) é um fenômeno social no Japão, tendo destaque para um número maior de ocorrências de todos os tipos de *bullying* especialmente desde o final da década de 1990¹⁶⁴. Os mais afetados pela violência escolar são os adolescentes que cursam o equivalente aos últimos anos do ensino fundamental brasileiro, entre a 7ª a 9ª série japonesa (*chuugaku*, 中学), período escolar que Roberto se inseriu na escola japonesa. Por não possuímos dados comparativos acerca desse problema, não podemos tecer conclusões se haveria mais ou menos ocorrências de *bullying* contra os filhos de dekasseguis, entretanto, vale dizer que a situação das crianças e adolescentes nikkeis vem se tornando cada vez mais preocupante.

Segundo o pesquisador japonês Furusawa, em 2010, cerca de 30 % dos filhos de dekasseguis em idade escolar não frequentavam a escola tampouco trabalhavam (2012, p. 5). As razões do abandono escolar, muitas vezes, estão no próprio *bullying*, na dificuldade de acompanhar as matérias devido a barreira da língua, entre outras. Há também os brasileiros que frequentam alguma das 48 escolas brasileiras¹⁶⁵ espalhadas por todas as regiões onde haja a concentração de brasileiros. No entanto, como lembra Furusawa, na escola brasileira, sendo um instituto privado de ensino, há o problema do alto custo das mensalidades (*ibidem*). Especialmente depois da crise econômica de 2008, com o desemprego de kassegui ou o rebaixamento dos salários, muitos dos pais não puderam continuar pagando essas escolas, o que acarretou um grande abandono escolar entre esses estudantes (*idem*, *ibidem*). É possível que muitos desses filhos de dekasseguis, após terem deixado a escola brasileira tampouco tenham migrado para a escola japonesa, uma vez que a razão de escolher a brasileira estaria justamente nas dificuldades que enfrentavam naquela.

Sobre os serviços públicos do Japão como prefeitura, burocracia escolar, serviços voltados para a migração, como também hospitais, são percebidos para os brasileiros, em sua maioria, como excelentes. Atualmente, algumas prefeituras e até

¹⁶⁴ Ministry of Education, Culture, Sports, Science and Technology (文部科学省) http://www.mext.go.jp/b_menu/houdou/23/08/_icsFiles/afieldfile/2011/08/04/1309304_01.pdf

¹⁶⁵ Ano de 2010

hospitais possuem em seus quadros de funcionários intérpretes para os brasileiros, facilitado o atendimento para a comunidade nikkei.

Outro importante aspecto sobre o cotidiano de kassegui que vem ganhando destaque desde alguns anos, diz respeito ao surgimento de igrejas, tanto católicas como evangélicas dentro da comunidade brasileira. Entre os entrevistados, dois deles (casal Laura e Frederico) afirmaram que começaram a frequentar uma igreja evangélica no Japão. Roberto, relatou que sua irmã, que era católica, se converteu evangélica. Essas igrejas, com presença de padres e pastores brasileiros realizam cultos em português conquistando assim cada vez mais fiéis.

2.3.1 O estilo de vida japonês e o consumo

Sobre a vida fora do *kaisha*, quando perguntado aos entrevistados quais eram suas atividades preferidas nos dias de folga e o que eles consideravam como momentos de lazer, tivemos respostas como “Fazer churrasco no rio” (Laura), “jogar bola” (Carlos), “Passear de bicicleta com o meu filho” (Francisco) entre outras atividades ao ar livre. No Japão, há toda uma cultura da utilização do espaço público ao ar livre, como parques, em espaços nas beiras de rios ou o famoso *Hanami* (花見, literalmente “olhar a flor”) que é a contemplação e festas realizadas aos pés da árvore de cerejeira.

As estações do ano muito marcadas, distintas entre si, com destaque ao rígido inverno se comparado ao Brasil, fazem com que haja toda uma cultura de lazer adaptada a cada estação do ano. Muitos de kassegui também parecem ter se habituado a este tipo de cultura, por isso o churrasco realizado na beira do rio entre a primavera e o verão, o snowboard que os entrevistados Roberto, André e Manuel afirmam gostar no inverno, na praia que a entrevistada Rosa dizia frequentar no verão. Não obstante, com exceção de algum brasileiro que talvez tenha estudado em escola japonesa e que tenha uma melhor integração com os japoneses, esses passeios normalmente são circunscritos ao âmbito

familiar e entre seus compatriotas brasileiros, não havendo, de modo geral, a atividade de lazer em conjunto com japoneses.

Além dos momentos de lazer expostos, para a maioria dos dekasseguis, o ato do consumo de bens materiais antes inacessíveis no Brasil parece ser um importante momento de lazer como uma das características positivas que o Japão lhes oferecia. Como já apresentado na fala de Rosa no começo desta dissertação, quando perguntada sobre os motivos da ida ao Japão onde ela responde “*Na época sabia que poderia comprar coisas que queria caso ganhasse bem, [...] fiquei interessada pelo consumo.*”. A satisfação pelo consumo mostra-se um grande atrativo do estilo de vida japonês. Os dias de folga gastos em shoppings centers e grandes centros comerciais, longe de momentos pontuais, fazem parte de um estilo de vida, tanto dos dekasseguis como da sociedade japonesa como um todo. Para Rosa, um de seus passatempos favoritos era “*Ir ao shopping e fazer compras*”, Natália também descreveu que “*gostava de ir nos ‘depaato’ (shopping center)*” nos fins de semana.

Outra entrevistada, Elisabeth, quando questionada sobre o que achava sobre a relação dos brasileiros e o consumo, afirmou que “*era o principal, é o que mantém lá, porque o trabalho é horrível, ninguém gosta.*” E continua,

“O tipo de consumo do brasileiro também era [diferente do japonês], o tipo de roupa, brasileiro não se adapta à cultura japonesa. Até coisas eletrônicas mesmo brasileiro tem uma outra visão.[...] e quando volta para cá, o que sente falta aqui e faz voltar lá é este poder de consumo, poder de compra que aqui eles não têm.[...] infelizmente aqui é para algumas classes só, e lá qualquer classe, se trabalhar bastante, consegue.”

Retomando uma clássica passagem de Marx e Engels contido na *Ideologia Alemã* ([1845/1846], 2007), que nos ensina que, primeiro, o ser humano precisa produzir os meios necessários as suas carências para “viver”, tais como comer, beber, morar, vestir e “algumas coisas mais.” (ibidem, p.33). Entretanto, continuam “a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades— e essa produção de novas necessidades constitui o

primeiro ato histórico” (ibidem, p.33). A partir desse entendimento, segue-se que as novas carências, agora ampliadas pelas relações capitalistas, engendram novas sociabilidades próprias a esse modelo de acumulação. Particularmente o consumo em massa do Pós-Guerra e seu completo êxito na sociedade japonesa, abriram caminhos para novas relações sociais e estilos de vida marcados pelo grande apreço pelo consumo¹⁶⁶.

Lembremos que a maioria dos nikkeis que migraram para o Japão é originária da classe trabalhadora brasileira da década de 1990, período de recessão econômica no Brasil. Ademais, como nos recorda Harvey, longe de todos os países terem sido atingidos pelos “benefícios” do fordismo, como o consumo em massa, por exemplo (ibidem), haviam desigualdades resultantes deste sistema, sendo que países periféricos como o Brasil, na realidade, estavam praticamente alheios à tais estilos de vida. Portanto, pode-se dizer que os dekasseguis, oriundos desta fração da classe trabalhadora, conheceram pela primeira um estilo de vida que permite acesso em abundância a tais bens de consumo.

Não somente os shopping-centers, mas outros espaços e práticas de consumo encantam os dekasseguis, na medida em que no Brasil espaços como restaurantes de todos os tipos, parques de diversão, estações de esqui, museus, concertos, resorts entre outros, são acessíveis somente à classe média e a burguesia. Neste momento de lazer e encantamento, os dekasseguis consomem as mais variadas mercadorias como indivíduo integrado na sociedade japonesa. Nesse sentido, ao contrário de sua inserção no mundo do trabalho como força de trabalho desqualificada e em situações penosas, sua inserção no consumo parece ser o momento de fruição, de lazer e entretenimento apontados por eles. Segundo a compreensão de Ferreira (2007), o dekassegui se integra na sociedade japonesa, especialmente no sistema produtivo, seja na produção propriamente dita, como no consumo e na circulação, não resultando disso uma completa integração em outras esferas da vida.

Ainda sobre o momento do consumo, Harvey, ancorado na teoria marxista a fim de explicar a lógica cultural da acumulação flexível, afirma que a representação

¹⁶⁶ Segundo Harvey (2012), após o ‘consumo em massa padronizado’ originário do fordismo, no sistema de acumulação flexível, tal consumo teria como marca a individualização, acompanhada “por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica”.

suprema do poder social no capitalismo, encarnado na forma dinheiro se torna objeto de luxo, ao mesmo tempo em que é um “grande nivelador cínico” (ibidem, p.100). Continua o autor que o dinheiro é “um poderoso solapador das relações sociais fixas e um grande ‘democratizador’” (idem, ibidem) na medida em que possuído por pessoas individuais, o dinheiro forma a base de uma liberdade individual no mercado, unificando as pessoas “através de sua capacidade de acomodar o individualismo, a alteridade e uma extraordinária fragmentação social” (idem, ibidem, p.100).

Não obstante a essas percepções, paradoxalmente, a inserção no consumo, não privou os entrevistados de nenhuma vivência desagradável, estranhada ou de manifestações de doenças psicológicas (depressão, *stress*, pânico) apontadas em seus relatos. Compreendemos tais ocorrências quando entendemos que sem uma livre organização do trabalho, é impossível o equilíbrio psicossomático e da satisfação do ser humano (DEJOURS, 2001, p. 128). Como também nos lembra Ocada (2006), a vida do dekassegui é integralmente dominada pelo processo produtivo, sendo que o seu “desenraizamento” não ocorre somente pelo seu afastamento geográfico do Brasil, mas também pelo “processo de individualização, em favor da interiorização de novos valores e novos símbolos, associados ao consumo.” (ibidem, p.46).

Nessa imbricação entre processo produtivo e vida além fábrica, não obstante a “reificação do lazer” transformado em mercadoria (PADILHA, 2006), para o dekassegui, o lazer assume o momento de perfeita adequação — ao lado do trabalho— que ele poderia ter na sociedade japonesa, uma vez que, como pessoa livre e possuidor de dinheiro, ele é tão consumidor quanto qualquer outra pessoa.

O momento de lazer associado ao consumo de mercadorias, por sua vez, é um fator que os dekasseguis alegam sentir falta quando retornam ao Brasil. A percepção tanto de Carlos quanto de Manuel é de que no Brasil “*tudo é caro*”, como salienta Laura afirmando que “*gostava das comidas que aqui é caro*”. Essa percepção, além da diferença dos dois tipos de capitalismo, brasileiro e japonês, deriva também da brusca queda do poder aquisitivo quando retornado ao Brasil. O estilo de vida incorporado no Japão através do consumo dificilmente se sustenta, por vezes resultando em desapontamentos ou até retorno ao Japão. Relato de dekasseguis que retornam após um curto período no Brasil,

conhecido como migração pendular não é raro. Especialmente os adolescentes, mais seduzidos pelo consumo e incorporados ao estilo de vida que dele emana, são os mais atingidos por esta brusca mudança quando retornam ao Brasil. Deste modo, não sendo raro jovens que retornam ao Japão alegando a falta de bens materiais que o Brasil não lhes proporciona.

Os anos de residência no Japão, trabalhando como operários não qualificados fazem com que os imigrantes voltem depois de cinco, 10, 20 anos sem que esta experiência de trabalho conte como currículo para um futuro emprego no Brasil. Muitos dekasseguis, quando retornados ao Brasil, voltam a se inserir no mercado da força de trabalho encontrando bastante dificuldade por estarem “fora do mercado” há tanto tempo. O emprego em trabalhos desqualificados não é raro, e mesmo os dekasseguis que têm um pouco mais de escolaridade, ao retornarem ao Brasil, a falta de experiência na profissão se formaram segue se constitui em um empecilho para busca de trabalhos em melhores condições. De maneira geral, os dekasseguis que conseguiram ter uma poupança optam em abrir pequenos negócios, como no caso do casal de nossos entrevistados Laura e Frederico que abriram uma casa de lanches em São Paulo, ou da padaria que a família de Gabriel comprou em sociedade com o irmão. Por retornarem ao Brasil consideravelmente mais velhos, salvo os que migraram ainda crianças, é bastante incomum o dekassegui que retorna ao Brasil e consiga se qualificar profissionalmente. Além disso, na realidade, a inserção nas mesmas profissões que exerciam no momento anterior à imigração não é algo incomum.

A despeito da melhoria de condições de vida— em seu sentido material — durante a permanência no Japão, seus destinos, tal qual a classe trabalhadora, seguem os mesmos por continuarmos sob as relações capitalistas de produção. Do ponto de vista da classe social, o lugar que o dekassegui ocupava no Brasil antes da emigração, de modo geral, continua **sendo o mesmo lugar** após seu retorno, bem como a permanência em semelhantes ocupações dentro do mercado da força de trabalho. É também por esta razão— novamente associado ao mundo do trabalho— que quando perguntamos do que sentiam falta do Japão, as respostas mais frequentes foram a “segurança” e o “padrão de vida” atrelado ao consumo. Não houve, em nossa pesquisa, respostas de dekasseguis que

sentiam falta do trabalho, ou de algum relacionamento pessoal com algum japonês, ou nostalgia referente a pessoas, à comunidade, mas sim uma saudade do “estilo de vida” associada ao poder do consumo, ao capitalismo central e sua oferta diversificada, abundante e ampliada.

Essa era a situação mais usual até o momento da crise econômica de 2008, e, como veremos a seguir, apesar das consequências e possíveis saídas desta longa crise ainda parecerem nebulosas, algumas transformações ocorreram desde então. Veremos a seguir como tais transformações se sucederam e o que isto revela para a compreensão do **lugar que o imigrante ocupa na sociedade de classes.**

CAPÍTULO III: O DEKASSEGUI: CLASSE TRABALHADORA E DIFERENCIAÇÕES SOCIAIS

3. 1. No contexto da crise atual

A crise econômica mundial de 2008, eclodida a partir de um dos centros do capitalismo moderno nos EUA, teve como marco o pedido de concordata de um dos principais grupos de investimentos daquele país, o Lehman Brothers. Não por acaso, somente esse grupo detinha US\$ 600 bilhões em ativos como derivativos no valor nominal de trilhões de dólares espalhados pelo mundo. Conhecida como “crise do subprime”, a falência de instituições financeiras de concessão de créditos, principalmente os hipotecários (de alto risco) desde 2006-2007 já havia levado a diversos bancos a uma situação de insolvência, derrubando diversos deles, como repercutindo fortemente na bolsa de valores de *Wall Street*. O colapso da bolha especulativa e a teia de relações do sistema financeiro começava a emergir, demonstrando o caráter fluido, frágil e mundialmente interconectado do capital financeiro.

A partir de então, uma série de acontecimentos vieram a se suceder em um curto espaço de tempo, tais como nacionalização de duas grandes companhias do setor imobiliário americano: a *Fannie Mae* (Federal National Mortgage Association) e a *Freddie Mac* (Federal Home Loan Mortgage Corporation), congelamento dos mercados globais de crédito, desvalorização dos fundos de pensões, redução drástica dos orçamentos dos municípios, entre outros acontecimentos somente nos EUA. Fora do epicentro, o tremor não passou despercebido, atingindo rapidamente os principais centros financeiros do mundo. O declínio dos preços dos ativos financeiros e a contração de empréstimos e créditos bancários para transações comerciais e industriais tiveram impacto rapidamente sentidos na produção industrial de diversos países. Nesse período, o resgate financeiro de diversas instituições financeiras por parte do governo de vários países evidenciaram

claramente o papel do Estado como interventor e protetor do sistema financeiro, papel que, ironicamente, foi combatido desde a ascensão do neoliberalismo.

Conforme argumenta Harvey, a compreensão da crise financeira não se sustenta na análise da construção de modelos matemáticos sofisticados, observação de dados e planilhas dissecados detalhadamente de maneira isolada, havendo a necessidade da concepção crítica do caráter sistêmico do fluxo do capital (2011). O autor lança ainda o questionamento “Será que a crise sinaliza, por exemplo, o fim do neoliberalismo de livre-mercado como modelo econômico dominante de desenvolvimento capitalista?” (ibidem, p. 16), e continua,

A resposta depende do que entendemos com a palavra neoliberalismo. Minha opinião é que se refere a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarada por muita retórica de liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. Este projeto bem-sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal. E não há nenhuma evidência de que ele está morto (ibidem, p. 16).

A proteção a qualquer custo das instituições financeiras, agora mais do que nunca propõe uma saída da crise com maior consolidação e centralização do poder para a classe capitalista (ibidem, ibidem). Por fim, Harvey problematiza “Da mesma forma que o neoliberalismo surgiu como resposta à crise dos anos de 1970, o caminho a ser escolhido hoje definirá o caráter da próxima evolução do capitalismo”.

Paralelamente às considerações acerca das razões que levaram a eclosão da crise de 2008, há que se atentar para além da “fenomenologia da crise”, como salienta Antunes na introdução do livro *A crise estrutural do capital* (MÉSZÁROS, 2011). Neste raciocínio, segue Antunes que, assim como a

[...] denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia, em seu significado mais profundo, uma crise estrutural do capital, em que se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro, [...]. Era também a manifestação, [...] tanto no sentido destrutivo da lógica do capital, presente na intensificação da lei de tendência decrescente do valor de

uso das mercadorias, quanto da incontrolabilidade do sistema de metabolismo social do capital. Com o desencadeamento de sua crise estrutural, começava também a desmoronar o mecanismo de “regulação” que vigorou, durante o pós-guerra, em vários países capitalistas avançados, especialmente da Europa. (2009, p.33)

Para esta pesquisa, não obstante, não nos aprofundaremos na compreensão da origem e a natureza da crise econômica, ainda sim, a compreensão de Antunes nos parece importante para pensar como que a problemática do desemprego em dimensões estruturais e a precarização do trabalho vem adquirindo “traços constitutivos dessa fase da reestruturação produtiva do capital”. (ibidem, p.36). Na medida em que nos interessa sobremaneira analisar as consequências desta crise para a classe trabalhadora, esta ponderação e análise se tornam fundamentais. Neste sentido, a compreensão da crise estrutural do capital nos ajuda a entender sobre os planos de austeridade econômica em diversos países da Europa, a consequente redução dos gastos com programas sociais, o encolhimento do salário dos trabalhadores, o aumento da informalidade, e especialmente o desemprego estrutural em proporções até pouco tempo atrás impensáveis que atingem largamente os países de capitalismo central.

Conforme Meszáros, “pela primeira vez na história, o capitalismo confronta-se globalmente com seus próprios problemas, que não podem ser ‘adiados’ por mais tempo [...]” (2011, p. 66). Nesta compreensão, segue-se que a intervenção dos Estados na economia, comumente aceito como remédio milagroso para saída de diversas crises, limita-se exclusivamente em acelerar a maturação das contradições próprias do sistema capitalista (idem, ibidem). Para este autor, as ideologias da racionalização são falsamente representadas como ciências sociais, políticas objetivas, entre outras formas de tentativas de controle social. Meszáros afirma ainda que “A consciência dos limites do capital tem estado ausente em todas as formas de racionalização de suas necessidades reificadas, e não apenas nas versões mais recentes da ideologia capitalista.” (ibidem, p. 57). Ademais a análise da crise estrutural implica em pensar os próprios limites do capital que parecem colidir com os limites da existência de nossa humanidade.

Nesse cenário, surgem os movimentos globais de contestação aos planos de austeridade, tais como movimento dos *indignados* na Espanha, o *Geração à Rasca* em

Portugal, o *Occupy Movement* nos Estados Unidos, Europa e em diversos outros países do mundo, o *somos 99%* marcaram, principalmente o ano de 2011, como críticas às medidas adotadas para a saída desta crise. Paralelamente, o crescente aumento da extrema-direita chama a atenção em diversos países europeus, como na França, Inglaterra, Itália, Hungria, Grécia, em quase todos os países da Escandinávia, entre outros. A ascensão de ideários de cunho nacionalista e fascista também ganha destaque, principalmente no emblemático caso do partido grego, *Aurora Dourada* que em meio a uma das crises mais severas que assolava a Europa, consegue obter 18 cadeiras no Parlamento grego, demonstrando o avanço de correntes opostas em resposta a mesma materialidade social.

Ademais, essa onda de ascensão da extrema-direita se alimenta com discursos de cunho xenófobo, não sendo raro a culpabilização dos imigrantes pelo desemprego que atinge esses países. Apesar desta distorção da apreensão da conjuntura econômica e política, na Europa, o desemprego do imigrante naquele continente sempre foi mais alto que o trabalhador nacional¹⁶⁷, sendo que este índice é ainda maior se o imigrante for de origem não europeia. Depois da crise econômica mundial, essa proporção se amplia, ocorrendo um grande refluxo de imigrantes voltando aos seus países de origem. Ainda assim, a Europa e Estados Unidos continuam sendo um polo de atração de imigrantes, como também é inegável a contínua necessidade dessa força de trabalho desqualificada e barata para reprodução do sistema capitalista nesses países centrais.

No Japão, no ano de 2008, conforme dados do Ministério da Justiça do Japão, residiam 312 mil brasileiros oficialmente cadastrados. Em 2009, esse número passou para 267 mil, caindo sucessivamente para 230 mil em 2010 e 210 mil no ano de 2011. A diminuição de 312 mil brasileiros no ano de 2008 para 267 mil em apenas um ano, numa queda de 14,4%, foi a maior registrada nos mais de 20 anos de fluxo migratório. Apesar de não termos dados oficiais do número de estrangeiros desempregados, a diminuição repentina de brasileiros residentes no Japão certamente foi o reflexo da crise econômica mundial iniciada em 2008. No Japão como um todo, a taxa de desemprego é relativamente baixa, com índices que não ultrapassavam os 3% no começo da década de 1990,

¹⁶⁷ Sobre os indicativos do desemprego imigrante na Europa, ver *Eurostat* http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/employment_social_policy_equality/migrant_integration/indicators

aumentando vagarosamente para 4% no final da mesma década, permanecendo assim até o ano de 2008. Logo depois da crise, em 2009 essa taxa ultrapassou os 5%, começando a preocupar a sociedade japonesa.

O setor mais afetado da economia japonesa logo no início da crise de 2008 foi o da exportação, constituído principalmente pela indústria automobilística e eletroeletrônica. Conforme sugerem os dados do Ministério das Finanças no Japão (*Zaimushou*), na primeira metade de 2009, o total das exportações japonesas caiu cerca de 30% em comparação ao mesmo período do ano anterior.¹⁶⁸ Este indicativo é bastante sugestivo para compreensão da queda no número de brasileiros dekassegui após a eclosão da crise financeira, pois, como já demonstrado, eles trabalham, em sua maioria, precisamente nesses setores. Deste modo, não parece ser equivocado inferir que a razão do desemprego dekassegui esteja intimamente relacionada com este fator econômico. Entretanto, cabem aqui outros questionamentos: haveriam outros fatores para o desemprego dos dekassegui ou o trabalhador imigrante seria mais afetado por uma eventual crise financeira ou oscilações econômicas? Mais precisamente, o trabalhador imigrante, especificamente os que se constituem como força de trabalho desqualificada seriam mais vulneráveis em épocas de crise? Se sim, por quais razões? Seria exclusivamente **o lugar que eles ocupam economicamente**, no mercado da força de trabalho a razão? Haveria outros elementos, como **sua condição estrangeira**, marcada por seu país de origem, portanto os condicionantes étnicos como determinantes? Ademais, feito o esforço de refletir sobre essas questões, o que elas podem nos dizer sobre a especificidade do modelo japonês de controle migratório? Tentaremos a seguir tecer alguns apontamentos sobre como a crise econômica de 2008 afetou a vida dos dekassegui.

Vale dizer que conduziremos a exposição tendo como **princípio norteador** os questionamentos apresentados, não objetivando necessariamente tecer conclusões definitivas sobre cada questão. Acreditando que a realidade concreta (em constante

¹⁶⁸ *Zaimushou, Boueki Toukei*, <http://www.customs.go.jp/toukei/suii/html/time.htm>

movimento) seja ela mesma contraditória, a complexidade do cenário exige a busca de suas múltiplas determinações e mediações necessárias à apreensão sociológica.

3.1. 1 Volta e/ou permanência dos dekasseguis?

No auge da crise, o fenômeno do *Haken-giri* que significa “corte de terceirizados”, foi apontado como o grande problema social no Japão, evidenciando a condição precarizada do trabalhador inserido na informalidade. Pela primeira vez, desde a década de 1990, quando o fenômeno da informalidade se avolumou, houve tamanho destaque para essa problemática no sentido de evidenciar como esse tipo de relação de trabalho se reflete negativamente em um momento de crise econômica.

Nas entrevistas realizadas nesta pesquisa, dos 13 entrevistados, todos disseram que sentiram um grande impacto vindo da crise econômica de 2008, seja por terem sido diretamente afetados pela demissão, por terem familiares e conhecidos demitidos, por terem os salários reduzidos, ou mesmo pela percepção da crise na sociedade. Nenhum dos entrevistados retornou ao Brasil logo após a crise, apesar do motivo do retorno de alguns terem relações diretas com ela. Vejamos como foi a percepção da crise, quando questionados sobre as mudanças ocorridas.

Para Natália,

“A mudança que mais senti, a primeira foi a que acabou o zangyou [hora-extra], acho que as pessoas ficaram mais desanimadas também, sempre preocupado se não ia ser mandado embora. Na minha fábrica mais de 50% dos brasileiros foram mandados embora. Eu acho que a demissão foi mais mesmo pelo setor de trabalho, dependia de qual setor você estava para ser mandado embora. Pois dependendo do setor não tinha parado muito a produção.”

A constatação de Natália se assemelha e se repete em algumas outras respostas dos outros entrevistados, no sentido de que houve, primeiramente o grande choque e a “ameaça” das demissões, sendo esta, como veremos mais adiante, condicionada ao setor de

trabalho. No entanto, em um segundo momento, todos relataram percepções semelhantes no sentido de terem sido invadidos por uma “onda pessimista”, tanto no interior da fábrica, como na sociedade japonesa como um todo. Na sociedade, onde tudo era consumível e tudo se consumia, surgiu, pelo menos momentaneamente, a uma onda de receios e medos generalizados. Outro entrevistado Frederico relatou que

“Eu e minha esposa fazíamos salgadinhos para ajudar no salário, mas depois da crise as pessoas começaram a comprar menos. Também vi muito menos gente nos restaurantes do Japão. Acabou bastante com as horas extras também, daí o salário diminuiu bastante. Mas na B. [nome da empresa] não foi mandado quase ninguém embora, diferente de outras fábricas, não sei por que, mas acho que foi exceção. Na Suzuki e na Honda que eu sei, mandaram bastante gente embora. No caso da B. eles não demitiram, mas cortaram as horas extras. Eu comecei a sair no “Teiji” [horário fixo, geralmente às 17 horas]. Também logo no começo da crise de 2008 tivemos 10 dias de folga obrigatória [sem receber]. No geral acho que diminui uns 40 % do salário por trabalharmos menos. Os japoneses, um pouco da minha fábrica, mas de outras fabricas que foram demitidos foram mais os de haken [terceirizados].”

Essa fala expõe que, mesmo os que não foram demitidos, sentiram, dependendo do setor da fábrica, o impacto imediato da crise em suas vidas por causa da diminuição na jornada de trabalho. No caso dos dekasseguis, a diminuição do preço da hora trabalhada gera uma situação problemática e delicada, já que eles não têm nenhum salário mínimo assegurado.

Para Elisabeth, em sua fábrica, conforme seu relato,

“Começou a ter preocupação se ia ou não ia ter pedido. Daí, algumas pessoas começaram a serem mandadas embora. Então, quando uma pessoa era mandada embora, a pessoa começava a ficar aliviada por não ser ela, mas todo mundo ficava naquela, “nossa vai ter que voltar para o Brasil.”

E continua,

“Tinham muitas famílias passando fome, eu via que lá eles se uniam pra fazer cesta básica pra dar para um monte de gente. Brasileiro que passava mais dificuldade, mas também tinha japonês. Mas eles faziam cesta básica, os japoneses faziam. [...] Os que não deram para se manter

vieram para cá. Eu não conheci, mas já ouvi falar de gente que tava passando [dificuldade], porque tinha gente lá que não tinha um trabalho, assim fixo. Quem tem criança. Quem tinha criança teve maior problema. Minha prima teve que voltar logo pro Brasil, porque quem tinha filho, já eles não queriam dar emprego pra quem tinha filho. Quem passou mais dificuldade que eu vi que tinha que pegar cesta básica e tudo mais era quem tinha criança.”

Como aparecem nos relatos acima, os brasileiros tiveram a impressão de que os dekasseguis foram mais atingidos pela crise, se comparado aos japoneses que eles observavam. Naquela época surgiram notícias na imprensa internacional de situações de dekasseguis em completo desamparo, alguns, inclusive, tendo sido levados a morar na rua¹⁶⁹. Além da cesta básica que Elisabeth relatou a ajuda em conjunto entre japoneses e brasileiros oferecendo “sopões” como refeição aos trabalhadores desempregados revelaram momentos de solidariedade entre os trabalhadores. Entretanto, como aparece no mesmo relato, há, ao mesmo tempo, a sensação de “alívio” quando você não foi a pessoa demitida. Como já exposto aqui, a tentativa de fragmentação da classe trabalhadora (BIHR, 1991) parece se potencializar em épocas de crise, pois o que está em questão nesse momento é a ameaça da perda do trabalho, ou seja, a sua própria sobrevivência. O medo como instrumento de controle social da empresa (DEJOURS, 2001), explorado em favor da produtividade do trabalho é igualmente intensificado na crise, e eventualmente pela condição imigrante, o que confere ao trabalhador uma situação de maior vulnerabilidade.

Estas situações, antes já existentes, mas que se potencializam em épocas de crise econômica se manifestaram no acirramento das concorrências, estímulo a “ação coletiva” em prol da empresa (LINHART, 2007) e a manipulação do medo, afinal, a situação já não era a mesma de antes da crise, quando o dekassegui que, porventura, perdesse o emprego encontrava prontamente outro. A entrevistada Elisabeth, quando questionada como foram as demissão e se teve redução do salário ou das horas –extra, respondeu que

¹⁶⁹ Matéria da BBC Brasil (online) com o título: “*Dekasseguis: crise faz brasileiros virarem sem-teto no Japão*” (26/11/2008).

http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/11/081124_japao_brasileiros_dg.shtml

“No meu caso não, porque lá tinha que funcionar 24 horas, era mais fácil lá, trabalhar direto, e depois folgar uns quatro dias. Porque não podia parar a máquina. Daí diminuía [os dias trabalhados]. [o salário] Acabou diminuindo pra todo mundo. Mas nessa empresa que eu trabalhei, o que que eles fizeram mais, em vez de diminuir o trabalho para alguns eles mandaram embora. Teve bastante gente, igual eu fui mandada, várias pessoas foram mandadas embora. E alguns saíram por vontade mesmo. Tipo, “agora que tá em crise eu vou voltar pro Brasil”.

Sobre a maneira e os motivos que foi demitida relatou que,

“Foi na época da crise, mas não foi diretamente por causa dela. Mas foi o motivo para e mandarem embora. Porque a fábrica já não tava mais assim. Porque teve uma vez que, eu trabalhava, aí tinha as folgas da gente. Daí teve uma vez que faltou uma pessoa, e o chefe pegou e falou assim, ligou para mim, eu tava dormindo e ele falou se eu podia ir trabalhar, daí eu peguei e falei assim que naquele dia eu não podia, porque eu tava dormindo. Aí ele perguntou se minha irmã podia, porque minha irmã também trabalhava no mesmo lugar que eu. Aí minha irmã falou que ia, daí ela foi, daí, como tava começando a época da crise ele [o chefe] colocou a ideia assim, a desculpa [para ser demitida] de que ele tava mandando embora assim, um familiar e mantendo o outro. Mas na verdade ele achou que eu não estava sendo, como que é, em relação à subordinação mesma né, em relação a ele.”

No caso desta trabalhadora, a fábrica deu a justificativa de que estaria criando uma situação para não prejudicar a família, ao garantir a manutenção do emprego de pelo menos um trabalhador. Não obstante, esta mesma entrevistada nos afirmou que, mesmo em épocas normais, fora da crise, os motivos para demissão são os mesmos, isto é, tanto quando eles julgam que o trabalhador não está colaborando o suficiente com a empresa, como também qualquer motivo insignificante. Para ela, os dekasseguis podem ser demitidos quando,

“Tipo, se a pessoa é nova, e ele não consegue aprender muito rápido o serviço, ela mandada embora. Às vezes não simpatizam com a pessoa. Não gostou muito, não foi com a cara da pessoa também. Uma vez eu vi um chefe, ele falou que a moça tinha uma cara de desanimada. Daí não gostou e mandou ela embora.”

Ou também se a

“[...] pessoa não sabe falar japonês, eles já não estão muito contente com a pessoa porque eles querem que a pessoa faça o que eles querem, no dia que eles querem, tem que ser bem flexível. Eles dão folga num dia, daí a pessoa acha que tá de folga mas daí ela tem que ir. Por exemplo, eles pediam pra trabalhar sábado e domingo, porque a pessoa tinha folga no sábado ou no domingo, mas daí eles pediam pra trabalhar nesses dois dias, a pessoa tinha que trabalhar. Esses tipos de pessoas eles mantinham. Daí as outras pessoas não. E tinham outras pessoas que eles consideravam meio insignificante. A pessoa trabalhava direitinho, ia direitinho, mas é tipo, ‘sabe? Qualquer um pode fazer este serviço!’ Então eles tiram esta pessoa.”

Portanto, sua demissão ocorreu em razão de sua “insubordinação” em não aceitar trabalhar em seu dia de folga. No entanto, como podemos inferir neste caso, este motivo de demissão e descartabilidade do trabalhador de kassegui não ocorre unicamente no momento da crise, mas sim, podemos dizer que no momento da crise ele se potencializa. Como no célebre texto de Gramsci, *Americanismo e Fordismo* ([1934] 1976), no qual ele aponta a construção de um novo tipo de trabalhador, na figura do “gorila domesticado” de Taylor, ou o “novo tipo humano” do trabalhador fordista, aprendemos que para cada tipo de relações de trabalho é exigido uma nova conduta do trabalhador. Portanto, o tipo de trabalhador exigido hoje, intrinsecamente relacionado com o processo de produção vigente não pode não estar permanentemente disponível para o trabalho flexível para inclusive se apresentar em seu único dia de folga, como no caso de Elisabeth.

A razão da descartabilidade do de kassegui, inclusive em épocas normais de produção, para Elisabeth, era facilitada em função da existência da empreiteira como intermediária, pois

“A gente trabalhava para empreiteira. A empreiteira dava até uma certa segurança. Não tipo pagar nada, mas tentava arranjar outro emprego, porque ela precisava da gente. A empresa não tava nem aí. A empresa pensa assim, o problema é da empreiteira. Ela não tá nem aí na hora de mandar embora. Se a pessoa não é lucrativa ela [a empresa] não tem responsabilidade nenhuma com ela.”

À luz dessa exposição, tudo parece indicar que os brasileiros foram prejudicados pela crise, primeiramente por estarem situados no setor mais afetado da economia (o automobilístico e o eletroeletrônico), mas especialmente pela natureza de sua relação contratual. Uma vez que eles não possuem contrato efetivo com o *kaisha*, como demonstrado no Capítulo 2, sua demissão se torna uma opção fácil para a empresa. A empreiteira tampouco tem a obrigatoriedade de arcar com eventuais custos de demissão, de maneira que, seja por contrato de terceirização, empreitada, ou pelo contrato temporário de 2~6 meses, o *dekassegui* não se configura como trabalhador de tipo efetivo (*seiki koyou*) não tendo direito a diversos seguros e nenhuma estabilidade. Apesar dessa situação, parte dos brasileiros conseguiu se beneficiar do seguro desemprego na época da crise econômica em 2008¹⁷⁰.

No mesmo período, como demonstra a pesquisa de Tanno (2009), através de uma entrevista realizada com 32 empresas que contratam brasileiros, foi demonstrado que o desemprego ocorreu, não necessariamente pela razão do trabalhador ser de origem estrangeira (ibidem, p.28), mas em razão dos custos que as empresas teriam. O autor analisou o mercado da força de trabalho *nikkei* e compreendeu que o trabalho imigrante do *dekassegui* não é necessariamente mais vulnerável ao desemprego se comparado ao trabalhador nacional (2009, p.28). Segundo ele, mesmo que muitos brasileiros estejam voltando para o Brasil, ainda há muitos anúncios de oferta de trabalho em jornais *dekasseguis*, um grande número de solicitações de visto de permanência no Japão, como também muitas ofertas de trabalho no Japão no bairro da Liberdade, em São Paulo (TANNO apud RONCATO, 2011).

Tal situação do imigrante se mostra um pouco distinta da de outros países, uma vez que, como aponta Higuchi quando se analisa dados dos países com alta taxa de trabalho imigrante¹⁷¹ como os da União Europeia, por exemplo, há uma constatação de que

¹⁷⁰ Segundo o resultado de uma enquete realizada com mais cinco mil brasileiros da província de Shizuoka, entre os meses de setembro a outubro de 2007, 64% das empresas afirmaram que mais de 80% dos japoneses estão inscritos no seguro desemprego, em comparação com apenas 19% dos *dekasseguis* beneficiários deste. (pesquisa executada por um grupo que promove a convivência entre pessoas de diferentes culturas) (via *Jornal Tudo Bem* <http://gambare.uol.com.br/2008/02/21/262-dos-dekasseguis-em-shizuoka-nao-tem-seguro-saude/>)

¹⁷¹ Higuchi (2010) utiliza dados do *Eurostat*.

em todos eles o desemprego do trabalhador imigrante é maior do que o do trabalhador nacional (2010, p.52). Apesar de não podermos precisar a taxa de desemprego do trabalhador estrangeiro, mediante a comparação de pesquisas que realizaram entrevistas com brasileiros, Higuchi entende que, ao contrário do estudo de Tanno (2009), houve uma alta no desemprego *nikkei* a partir da crise de 2008 (ibidem, p.53).

Conforme Higuchi, os *nikkeis* estão concentrados em dois nichos de mercado, o primeiro estaria no setor automobilístico e de eletroeletrônicos, como já exposto, e o outro em fábricas de “marmitex” (*bentou-ya*) que vendem para lojas de conveniência (ibidem, p.58). Para ele, a razão da alta no desemprego *nikkei*, analisada pela diminuição de brasileiros registrados no Japão, tem como razão exclusiva a concentração dessa força de trabalho nos nichos citados acima (ibidem, p.63). Com a queda da produção desses setores devido ao declínio da exportação, especialmente influenciado pelo seu melhor parceiro, os Estados Unidos, o impacto para tais nichos foi imediato. Por isso que, para Higuchi, as fábricas de “marmitex”, não tendo a exportação como base, não demitiram muitos trabalhadores (ibidem, p.59), o que mostra que brasileiros empregados nesse ramo têm um pouco mais de estabilidade se comparados aos outros.

Paralelamente, no estudo Yasuda, por exemplo, é demonstrado que no conjunto habitacional *Homi Danchi* situado na cidade de Toyota, dos quatro mil brasileiros ali residentes, havia uma estimativa de que 70 a 80% deles estariam desempregados (2010). Para o autor, a situação do *dekasegui* será sempre mais penosa e vulnerável devido a sua condição estrangeira. Segundo ele, não é raro a elaboração “obscura”¹⁷² do contrato de trabalho *dekasegui* (ibidem, p. 171), com reduzida garantia do tempo de trabalho e sem seguros sociais básicos como o de saúde, por exemplo.

Ainda segundo Yasuda (ibidem), no ano de 2009, logo depois que a crise estourou, houve no mesmo conjunto habitacional o que no Japão chamam de “aldeia dos terceirizados” (*Ichinichi Haken Mura*, 一日派遣村, tradução nossa), uma espécie de “abrigo” e mutirão de voluntários para ajuda mútua dos *dekaseguis* desempregados. Nesse espaço, além da presença de advogados e médicos voluntários, houve a distribuição de

¹⁷² Tradução nossa: *Iikagen*, いい加減

alimentos para nikkeis em situação mais crítica. Segundo Yasuda (ibidem), apesar dos brasileiros terem sido a maioria, havia também a presença de japoneses desempregados.

Essa “aldeia de terceirizados” é assim chamada em referência ao movimento ocorrido em Tóquio, onde, no dia 31 de dezembro de 2008, ocorreu a “*passagem do ano na aldeia dos terceirizados*” (*Toshikoshi Haken Mura*, 年越し派遣村, tradução nossa), no mesmo sentido de ser um abrigo e refúgio para os desempregados japoneses atingidos pela atual crise econômica, sobretudo os terceirizados. Tal “aldeia”, idealizada por *Organizações Sem Fins Lucrativos*, sindicatos, Movimentos Sociais e voluntários contou com centenas de participantes e suscitou uma ampla discussão sobre a situação dos terceirizados no Japão. Apesar de contar com a presença de balcão de emprego do Governo (*Hello Work*) houve nela uma estimativa de que somente poucas dezenas de pessoas conseguiram obter algum trabalho. Como reflexo, ocorreram nessa época diversas críticas nos meios de comunicação, entre alguns políticos e pessoas de destaque na mídia japonesa no sentido de culpabilizar os indivíduos pela situação, emitindo diversas declarações atribuindo à “falta de vontade” de procurar emprego, a indagação de “porque não fizeram poupança para uma situação de crise?”, ou no sentido de serem aproveitadores em conseguir uma “refeição fácil e de graça” nesses lugares.

No caso dos dekassegus, conforme o relato de Yasuda (ibidem), a “*aldeia dos terceirizados*” serviu para troca de experiências e ações solidárias que puderam se manifestar no sentimento de que trabalhador afetado pela crise “não está sozinho”. Nesta conjuntura, Yasuda coleta relatos de dekassegus para análise do impacto da crise em suas vidas, descrevendo as duras peregrinações dos nikkeis às agências públicas de empregos denominadas *Hello Work*. Nestas agências, através da experiência de casos concretos, Yasuda conclui que as contratações das empresas pós-crise econômica davam prioridade aos japoneses em detrimento dos brasileiros (ibidem, p. 162). Mesmo assim, a ordem de contratação era de jovens, japoneses e com muita disposição para aceitar qualquer tipo de trabalho. Em seguida, talvez os brasileiros jovens, mas que tenha um bom domínio do japonês. Em geral, no caso das indústrias de transformação, a contratação de pessoas com idade mais avançada foi mais difícil. Não obstante ao desenvolvimento da robotização na indústria, nesses momentos, podemos perceber a importância da força de trabalho humana

— preferencialmente em seu pleno vigor físico — para manutenção do processo de trabalho na indústria.

Outro importante elemento presente no relato de Yasuda, assim como nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, diz respeito à necessidade cada vez maior do domínio da língua japonesa exigido aos dekasseguis. Nas entrevistas realizadas, todos os entrevistados afirmaram que no auge da crise econômica, o conhecimento ou não da língua japonesa era um critério definitivo para a contratação ou dispensa. Neste contexto, por exemplo, houve esforços por parte do JICE/JICA (*Japan International Cooperation Center/Japan International Cooperation Agency*) em oferecer cursos de japonês em 30 cidades onde havia a concentração de brasileiros, como também, por exemplo, na inauguração, por parte da prefeitura de Hamamatsu, no ano de 2010, do Centro de Apoio aos Estudos para Estrangeiros com o propósito de ensinar a língua japonesa (CIATE, 2011b). Apesar da língua ter sido cada vez mais requisitada com o passar do tempo, notou-se um maior enfoque nesse aspecto particularmente depois da crise de 2008.

É bastante curiosa a evolução da necessidade da língua, uma vez que no começo do processo migratório não havia tamanha requisição. Apesar do conhecimento da língua certamente refletir positivamente na vivência no Japão, a exigência posta pelas empresas não parece ser uma preocupação sobre a ótica do bem-estar do dekassegui. Se o fosse, desde sempre, deveria haver condições de trabalho (especialmente a jornada de trabalho) que permitissem tal aprendizado. Como relatou a entrevistada Elisabeth, por exemplo, quando perguntada se o conhecimento do idioma fazia diferença, ela nos respondeu que “*O idioma faz diferença. Eu não tenho mas faz diferença. Eles respeitam mais também.*”. Em seguida, questionada se havia cursos de idioma e como funcionavam ela descreveu que

“[...] (havia o da) prefeitura, a empresa não. Mas trabalhando 12 horas por dia, seis vezes por semana, dava para frequentar? Não. Eu tentava fazer final de semana, mas a professora falava que tinha que fazer todo dia. E não dá pra fazer. Não dá tempo né.”

Paralelamente, a necessidade do conhecimento do idioma, do ponto de vista do trabalho certamente é positivo para o trabalhador, uma vez que permite um maior

conhecimento dos processos de trabalho, de seus direitos, como da relação com outros colegas de fábrica que não sejam brasileiros. Segundo Morishita (CIATE, 2011b), coordenador do curso de japonês do CIATE (*Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior*), o domínio do idioma, além da adaptação mais rápida ao trabalho, facilita a integração das pessoas. Ademais, prossegue este professor que

Pode acontecer de um trabalhador brasileiro ser enviado para uma fábrica onde a maior parte dos operários é japonesa, e a única forma de se comunicar é o japonês; fora do ambiente de trabalho, os cidadãos precisam estar em documentação em dia e procurar as prefeituras, em língua japonesa; existem confraternizações em forma de festas, passeios, [...]. o dekasegui tem mais facilidade para acompanhar o progresso dos filhos na escola [...]. (ibidem, p. 180).

Concordamos que o domínio da língua do país em que se vive facilita uma maior compreensão da cultura local, de seus costumes e também, como analisa Morishita, auxilia no acompanhamento dos filhos na escola e até mesmo nas relações com as pessoas da fábrica. No entanto, a exigência do domínio da língua por parte das empresas parece carecer de fundamentos e objetivos claros. Nas respostas dos entrevistados, todos, sem exceção, descreveram situações de exigência da língua no sentido de que “*Muito, nos últimos anos virou requisito em vários lugares. Também tinha que ter habilitação de carro, pois eles não faziam mais mukae*¹⁷³. *Eles faziam a entrevista e só contratavam quem sabia japonês.*” (Entrevistada Laura). Entretanto, nenhum entrevistado soube mencionar a razão para, agora, a língua ter se tornado tão importante. Ainda na pesquisa de campo que fizemos, exceto o entrevistado Roberto que estudou por anos em escola japonesa, nenhum tinha domínio da escrita e metade deles não tinham o domínio da fala e compreensão da língua japonesa. Mesmo assim, a despeito da carência linguística prejudicar o desenvolvimento pessoal do dekasegui e criar um certo obstáculo nas relações entre eles e os japoneses, do ponto de vista do processo de trabalho, até o momento, nesses mais de 20 anos de movimento dekasegui, foi perfeitamente possível a realização de suas funções, apesar do não conhecimento da língua. Além de tudo, atualmente, há também intérpretes

¹⁷³ *Mukae*: pegar alguém. No caso, referindo-se ao transporte oferecido para ir ao trabalho.

em escolas japonesas, hospitais e prefeituras, como a figura de empreiteira que, por cobrar taxas e lucrar com uma razoável parte da força de trabalho dekassegui devem cumprir em ajudar eventuais ocasiões que requeiram o uso da língua.

Através dessas considerações, tudo parece que a nova exigência da língua tem a função de acirrar a concorrência entre os trabalhadores dekassegui, ao invés de ser uma necessidade técnica dentro da fábrica. Ora, apesar da importância da língua em um contexto maior de vivência cotidiana, não foi explicitada a razão da suposta exigência dentro da fábrica, ou em qual contexto do processo de trabalho, agora, ela passou a ser exigida. As funções executadas pelos dekassegui dentro da fábrica não se alteraram nesses 20 anos. O nicho do mercado da sua força de trabalho continua o mesmo, em funções desqualificadas, com trabalhos repetitivos, quase sem autonomia e processo criativo, em sua maior parte, dispensando o uso da fala para execução.

Nesta realidade, novamente, a compreensão de Marx sobre o exército industrial de reserva é pertinente na medida em que o aumento da população dekassegui nesses mais de 20 anos, não acompanhou de maneira proporcional “[...] as necessidades de aproveitamento por parte do capital” (MARX, [1867], 1985b, p. 199). Ainda que o novo modelo japonês necessite da força de trabalho dekassegui, em épocas de crise, por exemplo, com a queda de volume de sua produção industrial, ocorre uma diminuição ainda mais acentuada da necessidade deste contingente. Conforme a análise de Marx, “Com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa. Essa é uma lei populacional peculiar ao modo de produção capitalista, [...]” (ibidem, p.200). Sobre essa situação, continua ele,

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão dos ditames ao capital. (ibidem, p. 203).

Essa submissão dos ditames ao capital, corroborada pelo crescimento da superpopulação relativa, tem como consequência mais trabalho, sendo que “[...] o grau de intensidade da concorrência entre eles depende inteiramente da pressão da superpopulação

relativa.” (idem, ibidem, p. 206). No caso dos dekasseguis, tudo indica que o aumento populacional desse contingente, alcançando o seu pico no ano de 2007, com 316 mil brasileiros residentes, fez acompanhar, cada vez mais, a concorrência entre os próprios dekasseguis, na tentativa de assegurar seus postos de trabalho. Com isso, do ponto de vista do empresariado japonês, essa situação torna-se funcional, pois ele pode exercer pressão para ambos os lados, isto é, tanto da população de trabalhadores ativos como os desempregados. Começa nesse processo, a criação de supostos requisitos necessários ao trabalho, antes inexistentes, como o domínio do idioma, da carteira de habilitação entre outros.

No caso da língua, apesar da falta de tempo para poder se dedicar ao estudo, e esse é o motivo de grande parte dos dekasseguis não terem um bom domínio, seu aprendizado parece carregar múltiplas possibilidades. Por um lado, seu domínio tornaria mais rápida a aprendizagem dos processos de trabalho, como poderia também dispensar a utilização de intérpretes nas fabricas, contribuindo assim, para o aumento da produção. Por outro lado, a aquisição do idioma poderia também acarretar um maior conhecimento de direitos, como também tornar mais próxima a relação entre colegas de trabalho de outras nacionalidades ou japoneses, o que fortaleceria a solidariedade entre eles, o que favoreceria uma possível auto-organização dos trabalhadores.

Não por acaso, o avanço do domínio da língua, potencializando um maior conhecimento de sua condição, vem resultando numa suave, porém crescente participação ativa dos dekasseguis nas reivindicações políticas. No começo da crise econômica, houve diversas manifestações de dekasseguis, em cidades como Hamamatsu em Shizuoka, Nagoya em Aichi e em Tóquio contra as demissões em massa, que reivindicavam algumas seguridades sociais e evidenciavam suas condições precarizadas de trabalho.¹⁷⁴ Nas entrevistas, nenhum dos dekasseguis afirmou ter participado de manifestações políticas na época da crise, tampouco algum deles afirmou ter sido filiado a algum sindicato. Quase

¹⁷⁴ Algumas notícias que saíram no ano de 2009 sobre estas manifestações: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,dekasseguis-protetam-no-japao-contra-onda-de-demissoes,302156,0.htm>, http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2009/01/090118_brasilprotesto_japao.shtml

todos os entrevistados afirmaram ter escutado falar que existiam sindicatos de dekasseguis, porem não tinham conhecimento de como funcionavam.

Na mesma época, segundo a entrevistada Rosa, houve manifestações de japoneses que eram contrários à presença dos brasileiros. Descreve ela,

“Houve uma situação de que teve manifestações de japoneses na frente do mercado. Eles se manifestavam para que os brasileiros fossem embora, pois estava pegando os trabalhos deles. Os brasileiros reclamaram disso, mas eu disse que nós tínhamos que entender o lado deles também.”

Da mesma maneira ocorrida na Europa, o período de crise parece favorecer o surgimento de respostas opostas à mesma materialidade social, acentuando neste caso, ideais nacionalistas e de cunho xenófobo. Não obstante, a resposta da entrevistada em que *“temos que entender o lado deles”*, se mostrou interessante, evidenciando certo discurso que se repetiu na pesquisa de campo, no sentido de que houve vários momentos em que os dekasseguis entrevistados se colocam no lugar dos japoneses, ao invés de se reconhecerem com a posição dos dekasseguis¹⁷⁵.

Sobre a permanência dos dekasseguis, apesar da diminuição repentina dessa população no ano de 2009, e conforme os últimos dados que apontam para a residência de 210 mil brasileiros em 2011, a emigração para o Japão não parece estar se esgotando. Segundo Shishito,

Apesar da significativa queda nesse período, a entrada de brasileiros no Japão não se estagnou; em 2008 – dado o contexto de crise ter se iniciado apenas no último trimestre do ano - entraram cerca de 31 mil brasileiros apresentando uma pequena redução da entrada de brasileiros no Japão em relação a 2007 em que entraram 37 mil brasileiros no Japão. Já o ano de

¹⁷⁵ Outro exemplo desta situação se manifestou na fala de Elisabeth quando descrevia a situação de crise, acerca do “auxílio retorno” que o governo japonês concedeu aos dekasseguis. *“O governo japonês estava pagando para os brasileiros virem. “[...] Eu achava assim errado a pessoa pegar dinheiro do governo japonês, sabe, eu também achava errado a maneira como nós brasileiros estávamos lá, alguns brasileiros criticavam que os japoneses eram um pouco frios com os brasileiros, mas os brasileiros também eram. Os brasileiros não tiveram, o mínimo, pelo menos para aprender a cultura japonesa. Os brasileiros só foram os primeiros a ir para o Japão porque os japoneses deram preferência para os brasileiros, porque eram descendentes né diretos, e os brasileiros não quiseram nem aprender a cultura e de repente acontece esta crise dos brasileiros estarem indo embora, vem pra cá com dinheiro do governo japonês sabendo que tem crise lá [...].”*

2009 apresentou a queda de 50% da entrada de brasileiros no Japão em relação a 2008, registrando 16 mil pessoas. Embora a crise tenha ocasionado uma diminuição significativa na entrada de brasileiros no Japão, no ano de 2010 **observa-se um novo crescimento da emigração de brasileiros para o Japão, com o registro da entrada de 45 mil brasileiros**, dos quais 23 mil não estavam entrando no Japão pela primeira vez, pois entraram registrados como *reentry*. (2012, p. 66, grifo nosso).

Mediante tal constatação, no atual momento, podemos afirmar que a permanência de *dekassegui*, todavia subsiste, sendo que, ao mesmo tempo em que uma parte deles retornou ao Brasil, a emigração ao Japão ainda continua, não estando encerrado, portanto, o fluxo migratório. Esse aparente paradoxo parece ser o reflexo da própria condição instável dos *nikkeis*, uma vez que sua permanência depende de maneira bastante sensível da economia daquele país e oscila de acordo com seu movimento. Sendo assim, qualquer queda na produção industrial os afeta diretamente e de maneira antecipada ao seu colega japonês. Por isso que, logo que estoura uma crise, ele pode perder o trabalho de maneira repentina, ao mesmo tempo em que qualquer melhoria ou recuperação dos índices de produção acaba os atraindo novamente.

Apesar do crescimento geral da informalidade, o setor industrial japonês apresenta alta taxa de formalização, com 72.8% de contratados de maneira efetiva (formal), ao passo que, fora dele, um em cada três japoneses se inserem na informalidade. Ou seja, pelo menos na indústria de transformação, grande parte do contingente de trabalhadores possui contratos efetivos, regularizados, muitos, inclusive, com emprego vitalício. Paralelamente, os *dekasseguis* são, em quase sua totalidade, contratados de maneira não efetiva, por isso são, nesse caso, mais afetados que os japoneses. Na entrevista, quando questionados sobre a situação dos trabalhadores japoneses na fábrica, foi bastante sugestiva a respostas de que eles tinham a impressão de que “*A maioria das vezes eu não via muitos japoneses trabalhando pelo haken gaisha [empresa de terceirização], pela empreiteira eu não via muitos japoneses sendo demitidos. Porque lá é praticamente emprego vitalício, que é o shain né. [efetivo]*” (Entrevistado Manuel). Essa observação é pertinente quando olhamos a situação da fábrica, na medida em que, a despeito do emprego vitalício nunca ter sido para todos, e apesar de seu contínuo declínio, pelo menos

na indústria de transformação, a taxa de formalidade é elevada, aumentando a possibilidade de mais contratos de empregos vitalícios que a média japonesa.

A partir desse raciocínio, podemos perceber a funcionalidade da existência da força de trabalho de kassegui na fábrica japonesa, o *kaisha*, e a contínua necessidade desses nikkeis. A crise revelou que o motivo das demissões dos imigrantes, como primeira razão sucedeu-se devido ao grande impacto no setor no qual eles se inserem. No entanto, os japoneses inseridos neste mesmo setor não foram demitidos devido ao tipo de contrato de trabalho que possuem.¹⁷⁶ Desse modo, mais importante do que o impacto do setor em que os nikkeis se inserem, está a relação contratual instável que é o motivo de sua fragilidade e demissão. Como aparece em praticamente toda a literatura sobre o de kassegui (HOSOKAWA, 2011; SASAKI, 2000; KAWAMURA, 2003; entre outros), a inserção desses imigrantes em fábricas japonesas ocorreu em função da rejeição por parte dos japoneses de tais trabalhos. Para executar continuamente um trabalho sob os ditames dos 3K's (*Kitanai*, sujo; *Kiken*, perigoso; *Kitsui*, pesado), até o presente momento, a maioria dos japoneses ainda pode contar com a garantia de um contrato efetivo.

Neste aspecto, podemos dizer que os de kasseguis foram claramente **mais afetados pela crise** de 2008 do ponto de vista do impacto repentino nas mudanças do âmbito do trabalho. Como salientou o entrevistado Frederico

“Eu acho que os brasileiros funcionavam como escudo para os japoneses. Pois éramos todos haken [terceirizados], e era o mais fácil para ser cortado caso precisasse. Se o japonês fosse haken [terceirizado] também era difícil, podiam mandar embora, mas os shain [trabalhador efetivo] tinham contrato vitalício, então não mandavam embora.”

Tal como o entrevistado acima, nas respostas dos entrevistados, se repetiram as descrições de que *“Acho que as demissões tinham mais a ver pelo tipo de contrato com que a nacionalidade.”* (Entrevistada Laura). Nesse raciocínio, aparentemente, tudo leva a uma conclusão de que, apesar dos brasileiros terem sido mais afetados, a razão da demissão ocorreu, tanto pelo setor que ele está empregado, como pelo seu contrato. Por

¹⁷⁶ Os japoneses que não foram demitidos na crise foram os trabalhadores de tipo *shain* (que possui contrato efetivo), entretanto, conforme o relato dos entrevistados, além dos brasileiros, apesar de não muitos, havia a presença de trabalhadores japoneses de tipo *arubaito*, neste caso, conforme a percepção dos entrevistados, tendo sido igualmente afetados pela crise econômica.

consequência, neste caso, em um primeiro momento, tudo parece que nacionalidade não fazia diferença, uma vez que a causa principal era o contrato de trabalho, tanto é que se houvesse trabalhador japonês de tipo *arubaito* na fábrica, ele seria demitido tal como o brasileiro.

Para nosso estudo, a conclusão acima é parcialmente correta na medida em que, por se tratar do trabalho imigrante, entram em cena outras transversalidades do capital, tal como a etnia para diferenciar a classe trabalhadora. Sendo assim, nos ancoramos na compreensão de Marx do “capital personificado” (1985b, p.172), em que nas relações sociais capitalistas, o capitalista é sempre coagido por ações determinadas por leis coercitivas e externas. Como compreende Marx, para o capitalista personificado “[...] não é o valor de uso a satisfação, mas o valor de troca e sua multiplicação o móvel de sua ação.” (ibidem, p. 172). Ou seja, como nos explica Meszáros, ancorado nesse raciocínio de Marx,

Não importa o quanto sejam desconcertantes as formas pelas quais as personificações do capital controlam o processo objetivo da reprodução; elas o controlam em favor do próprio capital. Por isso, não devem isso ser concebidas, equivocadamente, como sujeitos do processo metabólico “em cujos vários momentos” o capital e em si o sujeito em comando do capital (por mais que perversamente reificado), permanecendo “sempre capital”, mesmo em suas instâncias personificadas. (ibidem, 2002, p. 723).

É por isso que, em consonância com a percepção de Tanno (2009) já exposta, ocorre a manutenção do uso do trabalho *dekassegui*, uma vez que o preço de sua força de trabalho é consideravelmente mais baixo que a de um japonês. Nesse aspecto, é indiferente para o capitalista japonês a nacionalidade da força de trabalho, uma vez que a única lei que impera é a da extração do mais-trabalho. Por isso, seguindo a compreensão do “capital personificado”, ainda que dentro dos limites de cada época, na utilização da força de trabalho, a nacionalidade, a idade, ou qualquer outro atributo é indiferente, desde que possa ser aumentada a grandeza da mais valia (RONCATO, 2011, p.15). No entanto, e se, para aumentar a grandeza do mais-trabalho, não for tão indiferente assim a criação de algumas clivagens?

À luz da exposição que fizemos até o momento, é notável a diferenciação das condições de trabalho entre o japonês, se comparado ao dekasegui. Apesar de ser indiferente a nacionalidade na hora da demissão em uma crise, uma vez que o critério é a relação contratual, ou seja, a prioridade de dispensa da força de trabalho menos custosa ao capital, é fato que esta força de trabalho era majoritariamente brasileira. Destarte, apesar da indiferença para o capital no momento da demissão, no momento da contratação não foi nada indiferente. Isto é, a diferença e desigualdade da força de trabalho do dekasegui já se manifestam no momento de entrada no mercado da força de trabalho japonês. Por isso que, uma vez dentro do mercado de trabalho, aparentemente, a nacionalidade do demitido aparentou ser indiferente na crise.

Mediante a constatação acima, podemos concluir que na atual conjuntura econômica japonesa, podemos inferir que a “transversalidade do trabalho” (ANTUNES, 2009), ou a diferença interna à classe trabalhadora criada pelo capital (HARVEY, 2001) aparece precisamente na figura do trabalhador dekasegui. Até o presente momento, como o trabalhador japonês, em sua maioria, ainda pode rejeitar o trabalho informal em fábrica, a utilização do trabalho imigrante se torna necessária e funcional na medida em que reforça a aparente fragmentação, a concorrência e a desigualdade no interior da classe trabalhadora. Nesta compreensão, a criação de indiferenças dentro da classe trabalhadora, se for com o propósito de aumentar o mais-trabalho em decorrência da diminuição do preço da força de trabalho, tona-se nada indiferente para o capitalista personificado.

Sair do lugar para ganhar dinheiro, mas, qual dinheiro?

Como já exposto, a etimologia do termo dekasegui se refere a “*sair para trabalho*” ou “*sair para ganhar dinheiro*”, no entanto, ganhar dinheiro depois da crise econômica se tornou uma tarefa extremamente difícil. No atual momento, as horas-extra parecem estar voltando, apesar dos salários, no geral, ainda continuarem abaixo da média que os dekassegui costumavam receber antes de estourar a crise financeira. Não obstante, como já enfatizado, o projeto migratório do dekasegui, como de quase todos os migrantes

do mundo, é a melhoria de suas condições materiais de vida. Assim sendo, a trajetória ao Japão, além de outros objetivos de cunho subjetivos, tem a finalidade de conseguir uma poupança como fator principal.

Nesse sentido, os imigrantes brasileiros parecem esbarrar em duas dificuldades. Primeiramente, como exposto no Segundo Capítulo, o fator da atração do consumo e a conquista de um padrão de vida satisfatório do ponto de vista dos bens materiais, fazem com que, cada vez mais os dekasseguis não consigam ter uma poupança satisfatória. Sendo tal poupança menor do que a desejada, ou até mesmo nula, a permanência temporal tende a se estender. A segunda dificuldade foi a drástica redução salarial no momento da crise, demonstrando o quão frágil era a sua condição, se manifestando principalmente na irregularidade do preço de sua força de trabalho. Até então, nesses mais de 20 anos de fluxo migratório, apesar da descartabilidade e o consequente alto índice de rotatividade, uma vez tendo um trabalho, era garantido um salário razoável.

Em contraste com a situação até então, a crise financeira de 2008 alterou drasticamente o padrão de vida de alguns brasileiros. Como relatou Luis, “*Antes da crise salário era ¥1200-1300/homem [ou 12~13 dólares/hora], e depois ¥ 1,000 /hora. [10 dólares/hora], mulher era ¥1,000/hora [10 dólares/hora], e depois da crise ¥800/hora [8 dólares/hora]*”. O entrevistado Manuel afirmou também,

“É, quando começou a crise, veio, o primeiro sintoma foi a redução de serviço, daí começamos a trabalhar menos horas, e aí começamos a trabalhar quatro vezes por semana, até meio dia, aí a empreiteira veio com uma notificação de demissão, só que desta vez foi uma demissão em massa. [...] Teve a redução de salários. Teve, normalmente um soldador ele ganhava de ¥ 1.500 [15 dólares/hora], até ¥ 1.800 [18 dólares/hora], se fosse metalúrgica. Mas, agora quando eu estava voltando [em 2012], eu sabia de soldador que ganhava ¥ 1.100 [11 dólares], por hora. ¥ 1,100 seria um serviço normal, em épocas boas.”

Todos os outros entrevistados descreveram a mesma situação em que o salário foi reduzido de forma imediata, ao mesmo tempo em que houve o fim das horas-extra e até mesmo a diminuição dos dias de trabalho. Com isto, mesmo entre os nikkies que continuaram empregados, não foi raro os que tiveram uma diminuição de 30~40% de seu

salário mensal. Nesse cenário, pode-se afirmar que, pela primeira vez desde o início do fluxo migratório, o dekassegui esteve sujeito a adversidade material no Japão.

Esta situação narrada pelos entrevistados diz respeito — majoritariamente — à mudança inicial depois da crise de 2008. No entanto, atualmente, ainda segundo seus relatos, as horas—extra começaram a voltar de maneira ligeira (apesar de bastante reduzida em comparação aos anos anteriores), ao mesmo tempo que os dias de trabalho igualmente voltaram a cinco dias semanais. No atual momento, a situação econômica do Japão ainda parece incerta, pois, somado ao *Grande Terremoto de Tohoku* em 2011, o reflexo da crise na economia foi bastante severo. Apesar de tudo, se comparado ao início da crise, os indicadores macroeconômicos começam a ter uma ligeira melhoria, como da exportação, ou da previsão do crescimento do PIB em 1,6% em 2013, segundo estimativas do relatório com projeções econômicas da OCDE¹⁷⁷ (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Apesar disso, é bastante sugestiva a descrição do entrevistado Manuel, referida acima, de que, não obstante a ligeira recuperação econômica, o salário recebido por hora continua reduzido para o dekassegui desde o último trimestre de 2008.

Por fim, diante da penosa condição em que atravessam os dekasseguis nessa última crise econômica, seja pelo desemprego, pela perda moradia e inclusive pela falta de dinheiro para retorno ao Brasil, o governo japonês concedeu o chamado “auxílio retorno” (*Programa de Assistência de Retorno a Pátria*) aos brasileiros. Tratava-se da concessão de uma quantia de 300 mil yens (cerca de três mil dólares) para custeio das passagens de retorno aos brasileiros que se encontravam desempregados. Esse programa, com duração de um ano contou com mais de 20 mil brasileiros beneficiados (SHISHITO, 2012). Na pesquisa de campo, nenhum dos entrevistados afirmou ter recebido tal auxílio. Além da entrevistada Elisabeth, já mencionada anteriormente, de que “*achava [...] errado a pessoa pegar o dinheiro do governo japonês*”, outro entrevistado, o senhor Luis também mencionou que não recorreu ao auxílio, pois, “*Não queria me submeter a isso.*”. No caso do senhor Luis, tal fala parece indicar certo orgulho em querer demonstrar que a sua trajetória migratória não foi um fracasso, afinal, depois de tantos anos de trabalho no Japão, não possuir a quantia financeira da passagem de volta poderia ser alvo de vergonha,

¹⁷⁷ <http://www.oecd.org/eco/outlook/global-economy-advancing-but-pace-of-recovery-varies.htm>

indicando uma condição de insucesso do projeto migratório. Além dele, todos outros entrevistados, quando questionados se haviam recebido tal auxílio, negaram de forma bastante enfática demonstrando certo orgulho por não ter precisado recorrer a tal programa.

Além do auxílio retorno ter sido alvo de “grande críticas” conforme nos respondeu a entrevistada Elisabeth, no sentido da reprovação recebida por parte de certos brasileiros que não receberam tal ajuda, outro ponto polêmico foi o decreto do governo japonês acerca das condições para recebimento deste auxílio retorno. A condição inicial do governo japonês era de que o brasileiro que tivesse sido beneficiado pelo *Programa de Assistência de Retorno a Pátria* não pudesse retornar ao Japão por tempo indeterminado. Tal medida foi recebida de maneira negativa pelo governo brasileiro, fazendo que o então Ministro do Trabalho e Emprego do Brasil, Carlos Lupi se manifestasse através de uma carta à Embaixada do Japão, com um pedido de revisão de tal medida (idem, ibidem). O pedido de revisão se referia ao impedimento de retorno dos brasileiros, reivindicando a flexibilidade da possibilidade de retorno para os que assim desejassem. Após tal posicionamento do governo brasileiro, a proibição foi revista em maio de 2009, alterada para um novo prazo de agora três anos de permanência no Brasil para o dekassegui que tenha recebido o auxílio. Somente após esses três anos de “quarentena” que os beneficiados poderiam obter um novo visto de residência no Japão. Sobre o desenrolar desta polêmica, descreve Shishito,

Nesse contexto foi esclarecido pelo vice-secretário de Imprensa do Ministério das Relações Exteriores do Japão, Yasuhisa Kawamura, que a princípio a medida não pretendia impedir o retorno definitivo, mas pelo fato de ainda não terem determinado o prazo de um retorno possível, e por urgência em implementar as políticas de auxílio aos estrangeiros – por um problema de comunicação – a medida saiu com esse caráter de ‘impedimento de retorno por prazo indeterminado’ o que causou uma imagem negativa e distorcida. Logo após ser revista para o prazo de três anos de impedimento de retorno ao Japão, em 18 de Maio de 2009, o Embaixador do Japão no Brasil, senhor Ken Shimanouchi enviou resposta formal ao Ministro do MTE, esclarecendo que **a restrição ainda poderia ser diminuída de acordo com a recuperação da economia japonesa.** (2012, p. 61, grifo nosso).

É bastante interessante a fala do Embaixador japonês de que “[...] a restrição ainda poderia ser diminuída de acordo com a recuperação da economia japonesa”, evidenciando claramente o caráter da abertura migratória do governo em função da força de trabalho de kassegui. Ora, como exposto desde o Primeiro Capítulo desta dissertação, o governo japonês afirmava que a *Reforma da Lei Migratória* em 1990 não foi em decorrência da necessidade de atração da força de trabalho nikkei, constantemente reforçando sua intenção em não autorizar a migração de força de trabalho desqualificada. No entanto, contrariamente ao posicionamento oficial e suas razões para alteração da legislação migratória, a fala do Embaixador e o *Programa de Auxílio Retorno* indicam, a nosso ver, abertamente o que a Lei de Migração japonesa sempre quis escamotear. Isto é, as condições materiais de sua existência em oficialmente não permitir a entrada de trabalhadores desqualificados, ao mesmo tempo em que se criam novas brechas, que é o caso do visto de residência para os descendentes a fim de satisfazer as condições de reprodução de seu capitalismo.

O auxílio retorno nesse caso, ao revés, demonstra que, quando há a necessidade de repelir seus trabalhadores imigrantes, em épocas de crise, por exemplo, a legislação estará prontamente preparada para qualquer modificação necessária. No caso do retorno dos nikkeis, a utilização do dinheiro público pode demonstrar a preferência em que de kasseguis façam o caminho de volta, ao invés de engrossarem a fila do desemprego no Japão, possivelmente recorrendo a auxílios do governo, provavelmente com o tempo, aumentando as chances de maiores reivindicações e manifestações políticas, podendo causar distúrbios para a aparentemente pacífica sociedade japonesa. De todo modo, a decisão em atrair, ou repelir os imigrantes quando necessário é notadamente pautada pelo mundo do trabalho.

3. 2 O novo modelo japonês

Os reflexos do modelo japonês para a classe trabalhadora, já bastante expostos nesta dissertação, dizem respeito, sobremaneira, à flexibilidade das relações de trabalho e a crescente tendência e potencialidade de deterioração das condições de vida. Em contrapartida, este mesmo modelo japonês pôde, no passado, conceder estabilidade de trabalho para parte da classe trabalhadora japonesa. Estabilidade pelo emprego vitalício, efetivo, a promoção por tempo de trabalho, entre outras, são algumas dessas relações que hoje, tendem a ser cada vez mais difíceis de coexistir com a atual etapa do capitalismo japonês.

Em decorrência disso, podemos dizer que o trabalho na informalidade trouxe ao Japão distintos fenômenos sociais antes pouco experienciados ou inexistentes. Um deles, o chamado “*working poor*”¹⁷⁸ (trabalhador pobre) diz respeito às pessoas que mesmo trabalhando são consideradas pobres. Condição bastante comum em países de capitalismo periférico como o Brasil, porém de pouca ocorrência no Japão até então. Desde 1990, os *working poors* vem ganhando atenção nos meios de comunicação japoneses e sendo problematizado como novo fenômeno social. Para a sociedade japonesa e sua classe trabalhadora até então, era difícil conceber a ideia de uma pessoa que tenha trabalho, porém, não consiga atingir o nível mínimo de subsistência. Pela primeira vez desde o Pós-Guerra, o rebaixamento do salário real e a informalidade passam a ser parte do cotidiano.

Embora o Japão do Pós-Guerra tenha se sustentado pela ambiguidade inerente ao próprio modelo japonês, ou seja, sob o paradigma do *just in time* para todos, estabilidade das relações de trabalho para alguns e flexibilidade para outros, a conjuntura social até então, tinha a possibilidade de manter certas condições e qualidade de vida para

¹⁷⁸ *Working poor* (*waakingu pua*, ワーキングプア) é um estrangeirismo bastante utilizado em língua japonesa. Expressão bastante difundida desde a década de 1990 por toda a sociedade, compreende o fenômeno social de trabalhadores pobres. Diz respeito especialmente ao empobrecimento da classe trabalhadora de países de capitalismo central. Até então, a noção de “pobreza” estava comumente associada ao indivíduo que se encontrava desempregado, sendo que desde a reestruturação produtiva e o neoliberalismo, tem a ascensão de trabalhadores que mesmo empregados não recebem um salário suficiente para manutenção de suas vidas, passando a ter um rendimento considerado abaixo da linha da pobreza.

boa parte da classe trabalhadora japonesa. O Estado de Bem-Estar Social (*fukushi shakai*, 福祉社会) japonês, mesmo com certa diferenciação interna da classe trabalhadora, mantinha um baixo patamar de desemprego e principalmente níveis de salários aceitáveis para a população.

Conforme brevemente exposto anteriormente, em 2009, segundo dados do Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social do Japão, 16% das famílias japonesas eram consideradas pobres¹⁷⁹, percentual este que vem aumentando a cada pesquisa. No Japão, este ministério realiza anualmente a pesquisa de tipo *survey*, acerca da compreensão das condições de vida da população (*Comprehensive Survey of Living Conditions*, 国民生活基礎調査). Nesse relatório, temos uma compreensão geral da população, sua renda, saúde e estilo de vida de seus habitantes. Foram nos dados de 2009, divulgados em 2010, que apareceu a taxa de pobreza de 16%. O curioso é que os dados sobre o índice de pobreza de 2009 são os últimos divulgados pelo Ministério, sendo que no relatório de 2011, referente aos resultados de 2010 não consta mais este item de pesquisa. Os demais critérios e itens de pesquisa são os mesmos, estando ausente a taxa de pobreza para consulta. É interessante esta omissão justamente em um período em que tal índice se torna cada vez mais expressivo e preocupante.

Não obstante a lacuna do critério e a supressão do termo “pobreza” do relatório do Ministério em 2011, a renda familiar continua em declínio. Os 5.496.000 yens anuais (US\$ 55 mil) em média do ano 2009, novamente decresceram para 5.380.000 yens anuais (US\$ 54 mil) no ano de 2010¹⁸⁰. Ou seja, com bastante probabilidade da taxa da pobreza ter aumentado, apesar da inexistência de registros oficiais. Vale lembrar que até o ano de 2009, o trabalhador solteiro que ganhasse o equivalente a menos que mil dólares (100 mil yens) mensais se encaixava na linha de pobreza.

Nenhum dos dekasseguis entrevistados nesta pesquisa afirmou ter recebido menos de 100 mil yens mensais em período normal de trabalho. Excluindo o caso da entrevistada que recebia ¥ 50 mil mensais durante sua Licença Maternidade, ou da situação no início da crise 2008, o salário em fábrica e a longa jornada de trabalho permitem aos

¹⁷⁹ Cálculo realizado através do critério da linha da pobreza dos países membros da OECD.

¹⁸⁰ <http://www.mhlw.go.jp/toukei/saikin/hw/k-tyosa/k-tyosa11/dl/03.pdf>

brasileiros uma condição – do ponto de vista do salário— aceitável de subsistência, desde que ele esteja empregado. Como o imigrante, ao ficar desempregado tem a possibilidade (ainda que tenha que angariar os fundos para o transporte) de retorno ao país de origem, as chances de que ele permaneça fora de seu país em condições abaixo da linha da pobreza tendem a se reduzir. A situação do imigrante, vulnerável por natureza, e o trabalho sendo o condicionante de sua existência (SAYAD, 1998), a não ser em situações de fuga da extrema miséria, faz com que eles tendam a preferir o caminho de volta para a casa do que permanecerem imigrantes, sem emprego ou com salários muito baixos.

No caso dos *dekasseguis*, como suas condições no Brasil antes do processo migratório não se configuravam como de extrema pobreza, é bem possível que eles, em sua maioria, tampouco aceitem situações de escassez. Possivelmente outros fluxos migratórios sejam distintos, como o dos trabalhadores do continente africano rumo à Europa Ocidental, que migram motivados pela pobreza em que vivem em seus países de origem, que permanecem no país de destino, mesmo em situações penosas.

Em contrapartida, a classe trabalhadora japonesa não tem escolha a não ser a permanência em seu país e a aceitação das novas formas de trabalhos flexibilizados e instáveis, por vezes, com salários insuficientes para sua subsistência. Praticamente não havendo fluxo migratório de japoneses desqualificados que se tornam imigrantes, havendo apenas a emigração de qualificados ou transferência de empresas japonesas localizadas em território estrangeiro, a opção de ser ele mesmo um *dekassegui* para fugir da pobreza ainda não faz parte de sua realidade social. Os trabalhadores pobres (*working poor*) se encontram em diversas categorias e relações de trabalho, condições de vida, como moradores de rua, por exemplo, abrangendo toda a classe trabalhadora. Veremos a seguir um pouco mais de perto algumas destas situações.

3.2.1 O *working poor* japonês: *cyber-refugiados* e *hiyatoi*

Termo difícil de classificar e aparentemente abstrato, o *working poor* carece de definição sociológica. Condição bastante problematizada na atual conjuntura social japonesa, sua ausência de precisão, a nosso ver, não o faz menos importante do ponto de vista do estudo das relações de trabalho ou de suas implicações políticas. Isto é, cabe a análise desse fenômeno no que tange às relações de trabalho das quais ele é constituído e por quais condições sociais de trabalho vivenciam os sujeitos nela inseridos. De modo geral, diz respeito a trabalhadores abaixo da linha da pobreza estabelecida por critérios do Governo. No entanto, o conceito e pobreza ainda nos parece insuficiente para a compreensão das relações sociais capitalistas, uma vez que o entendimento da dinâmica da exploração da força de trabalho no capitalismo excede o critério da renda do trabalhador.

A despeito de sua intangibilidade, o termo *working poor* ganha dimensão precisamente na mesma época do aumento da informalidade, ou seja, o rebaixamento dos salários do trabalhador é acompanhado pela razão inversa do crescimento das relações contratuais não efetivas (*hiseiki koyou*). Estas relações, ganham forma sob contratos *arubaito*, *part-time job*, terceirização, entre outras formas flexibilizadas.

Cyber refugiados: os modernos e invisíveis moradores de rua

Neste mesmo cenário, inseridos na informalidade e certamente pertencendo aos *working poors*, surgem fenômenos bastante particulares à sociedade japonesa, tais como os *net-café refuges* (*netto kafe nanmin*, ネットカフェ難民) ou os *McDonald's refugée* (*makudo nanmin*, マクドナルド難民), isto é, os modernos moradores de rua (*homeless*, ホームレス) japoneses. Tanto os *net-café refugée* ou “*cyber-refugiados*”, como os “*refugiados dos McDonald's*”, se referem a trabalhadores que perderam suas casas, e, por

não terem onde dormir, se refugiam em estabelecimentos comerciais que funcionam 24 horas a fim de descansar para a nova jornada de trabalho.

Não se sabe ao certo há quanto tempo esse fenômeno existe, de todo modo, os *cyber-refugiados* ganharam destaque primeiramente no ano de 2007, após um programa de jornalismo investigativo e de um posterior livro sobre a mesma temática (MIZUSHIMA, 2007). Nesse mesmo ano, em decorrência da divulgação, o Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social fez um levantamento¹⁸¹ sobre trabalhadores que utilizavam os cybercafés como “moradia”, chegando a um resultado de cerca de 5.400 pessoas nessa condição. Até o momento, essa foi a única pesquisa oficialmente realizada sobre o problema, e, conforme o contato que tivemos com o sindicato dos trabalhadores terceirizados de Tóquio (*Haken Union*, 派遣ユニオン), a figura dos *cybers-refugiados* não desapareceu, como sua quantidade tampouco é diminuta. Certamente, mesmo na época da pesquisa, o número real de *cyber-refugiados* era maior, uma vez que o método de pesquisa foi o de levantamento mediante entrevista com donos dos estabelecimentos, não podendo, assim, haver precisão.

O que leva os trabalhadores a perderem suas casas é uma situação bastante comum a todos, isto é, relações de trabalho marcadas pela flexibilidade, alta rotatividade e constante perda de emprego. Nestas circunstâncias, eventuais atrasos de pagamento do aluguel devido à irregularidade do salário podem resultar na perda da casa. Ademais, uma nova tentativa de alugar um imóvel fica impossibilitada para eles, pois o desemprego, ou a ausência de contratos de trabalho fixos não os garante como aptos para serem locatários.

Conforme o relato da experiência de um *cyber-refugiado*, narrado no livro sobre esta temática (MIZUSHIMA, 2007), um trabalhador de 28 anos na época, chamado Shunji, perdeu seu antigo apartamento justamente por ser um trabalhador de tipo informal. Nesse relato, é demonstrado a trajetória desse trabalhador de tipo diário (*hiyatoi*, 日雇い), ou seja, que é cadastrado em uma empresa de terceirização e que consegue obter trabalho mediante uma relação contratual de apenas um dia. Shunji, por ser um trabalhador *hiyatoi* (de tipo diário), não tinha condições de alugar um apartamento em Tóquio.

¹⁸¹ <http://www.mhlw.go.jp/houdou/2007/08/dl/h0828-1a.pdf>

Sendo ele um migrante interno que foi a Tóquio na tentativa de melhorar suas condições de vida (idem, ibidem, p. 52), recorreu a um tipo de locação conhecida por “Imóveis zero-zero” (*zero zero bukken*, ゼロゼロ物件), bastante comum em cidades grandes. Este tipo de locação é destinado a pessoas que querem alugar um imóvel, mas não têm como cumprir requisitos mínimos para tanto, tal como possuir um fiador, bem como para quem não tem como pagar taxas administrativas como calção etc., por isso, imóveis *zero-zero*, isto é, zero de custo no momento da locação. Em compensação, a forma de contrato estabelecida é de que a pessoa aluga não o imóvel, mas “a chave” do local para ali poder se estabelecer, ou seja, ela não se configura como “moradora” ou locatária do imóvel. Deste modo, o atraso de apenas um dia no aluguel pode resultar em expulsão imediata, como também existem diversas multas referentes ao atraso. Esse foi o caso de Shunji, pois em uma situação de doença, ele não pode ir receber seu salário, atrasando assim o aluguel o que resultou na troca imediata da fechadura de seu antigo apartamento. Sem conseguir retirar todos os seus pertences até que pagasse todas as multas, bem como a limpeza do local, doente, acabou virando morador de rua e conseqüentemente um *cyber-refugiado* (MIZUSHIMA, ibidem, p.53). Este trabalhador diz já ter entrado em mais de 100 cybercafés em um ano como morador de rua. Não somente ele, mas os caminhos que levam a ser um *cyber-refugiado* se assemelham, e nisso, a utilização do “imóvel zero-zero” como último lugar de moradia também se revelou em outras histórias (idem, ibidem).

Antes mesmo do surgimento do *cyber-refugiado*, existia (e ainda existe) no Japão, a utilização de saunas baratas ou do conhecido hotel cápsula para pernoite em grandes cidades. Além de pessoas que utilizam este tipo de hotel para uma ocasional passagem na cidade, já havia, eventualmente, a presença de trabalhadores precarizados e sem teto que utilizavam tais estabelecimentos como forma de evitarem dormir na rua.

Com o aparecimento dos cybercafés (*lan house*) e conseqüente concorrência entre eles, tem início o barateamento da utilização desses serviços em alguns bairros de Tóquio, como, por exemplo, o bairro de Oota, principalmente na região de Kamata. O valor cobrado pela utilização desses estabelecimentos pode chegar a 100 yens/hora (US\$ 1), com pacotes noturnos em torno de ¥ 1.000 (US\$ 10), ou mesmo promoções de até ¥ 800 (US\$ 8), que incluem alguns serviços extras. Estes modernos estabelecimentos

oferecem, cada um a seu modo, “atrativos” para os usuários, como amplos espaços e cadeiras confortáveis, alguns com divisória entre os computadores, chuveiro, pequenos lanches, bebida à vontade, kit de higiene pessoal, entre outros.

Conforme os relatos expostos por Mizushima (ibidem), cada *cyber-refugiado* escolhe o estabelecimento de acordo com as necessidades do momento, como: cyber café com chuveiro para o dia de tomar banho; com divisória entre as mesas especialmente para as mulheres; cadeira confortável para o dia que estiver com dor nas costas; com lanches para quando não tiver dinheiro para comer, entre outras situações. Nessas circunstâncias, nenhuma das alternativas consegue satisfazer minimamente as necessidades básicas para reposição física e de dignidade humana.

A rotina de um *cyber-refugiado* não termina com o fim da jornada de trabalho, mas começa aí a busca pelo *cyber-café*, como exposto, de acordo com a sua maior necessidade momentânea. Depois de escolhido o lugar para pernoite, ele se dirige a um dos espaços espalhados pela cidade que comporta dezenas de guarda-volumes de todos os tamanhos. Esses espaços, geralmente próximos a estações de metrô, também fazem promoções assim como os *cyber-cafés*. Normalmente um *cyber-refugiado* possui dois guarda-volumes ocupados ao mesmo tempo, um menor destinado aos pertences de uso diário como roupas para trabalho, e outro para o restante de suas coisas, como documentos, roupas de frio, livros, fotos etc. Tudo que ele possui tem que caber nesses armários, pois no *cyber-café*, não é possível portar algo volumoso além de, obrigatoriamente, o *cyber-refugiado* tem que guardar seus pertences durante sua jornada de trabalho. Questões que passariam despercebidas para quem possui um lar, são porém, problemas e preocupações cotidianos para quem não tem para onde voltar.

Encontrado o *cyber-café* para pernoite e após fazer a refeição noturna em algum restaurante de *fast-food*, eles começam a busca de trabalho para o dia seguinte. As empresas de terceirização ou de Recursos Humanos que contratam o trabalho de tipo diário, seja na forma de terceirizado ou *arubaito*, possuem sites com cadastramento de trabalhadores. Mediante esses sites, acessados através do computador do *cyber-café*, esses trabalhadores já cadastrados, entram em contato com estas empresas para saberem qual

trabalho haverá no dia seguinte. Seja pela internet ou pelo celular, começa a negociação do local de reunião pela manhã, tipo, salário, jornada de trabalho, entre outras condições.

Conforme o relato de um sindicalista que trabalha com os terceirizados e que já foi cadastrado em empresas de *hiyatoi*, (trabalho de tipo diário) havia, por parte delas, discriminações em relação à aparência do trabalhador na hora do cadastro (MIZUSHIMA, 2007, p. 113-114). No cadastramento no site de Recursos Humanos havia o espaço para assinalar opções como: boa aparência; envelhecido; aspecto de sujeira; bigode; cabelo tingido; gordo; porte físico fraco; acima de 40 anos; óculos, entre outras alternativas que constituíam o banco de dados dessas empresas (idem, *ibidem*). Ainda na pesquisa de Mizushima, o relato das mulheres – mais uma vez— são, sobremaneira, penosos, uma vez que elas precisam ter uma aparência “aceitável” para o trabalho (*ibidem*), o que, nos padrões de estética impostos para as mulheres japonesas, significa estar “devidamente maquiada”. Deste modo, as mulheres *cyber-refugiadas*, recorrem inclusive a amostras de maquiagem de lojas de departamento, fazendo uma verdadeira peregrinação para conseguir tais produtos. Sem embargo, a boa aparência, no caso dessas trabalhadoras, não é uma exigência por se tratar de trabalho com atendimento ao público, o que, talvez, justificaria tal exigência, mas sim, tal como os homens, o trabalho delas é geralmente em fábricas, galpões, entre outros tipos de trabalho considerados fisicamente desgastantes.

A condição da mulher é mais uma vez sobrecarregada por estar em situação vulnerável, sendo comum o assédio e olhar dos homens durante sua noite no *cyber-café* (MIZUSHIMA, 2007). Se a tentativa de descansar ou dormir sentado em uma cadeira já é desgastante, a preocupação em não ser assediada agrava ainda mais esta condição, por isso que no caso de *cyber-refugiadas* mulheres a busca por um estabelecimento que tenha divisória entre as mesas é primordial.

Todavia, após a negociação e combinado o trabalho do dia seguinte, as instruções são repassadas via celular. O local de trabalho, geralmente em fábricas, galpões, ou em ajuda de mudanças em diversos lugares não são muito distantes, havendo a

concentração dos trabalhadores¹⁸² muito tempo antes do horário de trabalho em estações de metrô onde a van da empresa fica encarregada do transporte. Neste contexto, obviamente que eles não recebem pelo transporte até a estação combinada, nem pela refeição, tampouco pelo deslocamento muito antes da jornada de trabalho. Ocorrências de cancelamento repentino na manhã do trabalho, após a chegada na estação de metrô combinada fazem parte do cotidiano desses trabalhadores (idem, ibidem). Nesses casos, intensificando ainda mais suas angústias, pois um dia não trabalhado é um dia não recebido, apesar das despesas e gastos diários não cessarem no mundo das mercadorias.

O salário recebido pelos trabalhos diários podem variar de ¥ 3000 (US\$ 30) por dia no caso de um trabalho de poucas horas, como de ¥ 10.000 (US\$ 100), sendo que geralmente não ultrapassa o salário de 10 mil yens por dia, uma vez que é preciso descontar as despesas como transporte etc. Ademais, por não conseguirem trabalho todos os dias, a realidade é de que sua renda mensal seja extremamente baixa, sendo totalmente insuficiente para o custo de vida das grandes cidades.

Através dessas descrições do *cyber-refugiado* e seu cotidiano, percebemos haver toda uma indústria em torno de sua condição, denominada por Mizushima de *business da pobreza* (*hinkon business*, 貧困ビジネス) (2007, p. 81). Os *cyber-cafés*, os estabelecimentos de *fast food* e lojas de conveniência que vendem refeições baratas, as financeiras, os agiotas, as *imobiliárias zero zero*, os guarda-volumes, as lavanderias, saunas, entre outros têm nesses trabalhadores uma fonte de lucros. Segundo Yuasa, que trabalha numa Organização sem fins lucrativos ajudando moradores de rua, o setor que mais enxerga esses pobres não é o governo ou a própria sociedade, mas sim essa indústria que vive às custas desta situação (apud MIZUSHIMA, 2007, p. 83).

Porém, o *business da pobreza* não se limita a lucrar com a reprodução social da vida dos trabalhadores, ele está presente nas agências de Recursos Humanos e terceirização que se encontram estrategicamente localizadas próximas desses outros negócios. O trabalho realizado pelos *cyber-refugiados*, antes de se tornar um morador de rua era de um

¹⁸² O lugar de concentração dos trabalhadores de tipo diário (*hiyatoi*) e seus contratantes é denominado *yoseba* (寄せ場), em alusão ao *ninsoku yoseba* (人足寄せ場), espécie de workhouse, lugar onde na era Edo (1601-1868) era levado os moradores de rua e criminosos leves.

terceirizado temporário, precisamente a condição precarizada que o leva a perder sua casa. Após se tornar um *cyber-refugiado* ele é obrigado a continuar com o mesmo trabalho, porém agora mais dependente destas empresas, uma vez que sua condição de vida deteriorada o afasta cada vez mais da possibilidade de obter um trabalho estável e em melhores condições.

Destarte, a figura do *cyber-refugiado* se apresenta como fenômeno bastante peculiar à sociedade japonesa e sugestivo na medida em que ele é, ao mesmo tempo, trabalhador ocupado e morador de rua. Apesar de ser um morador de rua, ele não necessariamente dorme na rua, ao ar livre, como no caso de moradores de rua tradicionais. Ainda que todos os *cyber-refugiados* já tenham dormido na rua (em seu sentido literal) em dias de extrema penúria, isso não se configura como regra em suas vidas. Pois, para continuar sendo um trabalhador ativo, eles necessariamente precisam do *cyber-café*, tanto para atender suas necessidades fisiológicas, como para acessar a internet para negociar o trabalho.

Desse modo, apesar de ser um morador de rua, ou um sem teto, à primeira vista, ele não aparece como tal, pois não se encontra instalado nas ruas, mas escondidos em *cyber-cafés*. Ademais, apesar de ser um sem teto, ele não tem a típica condição que, tendencialmente, o conduziria ao ato de esmolar, à inatividade, ou a empregos marginalizados. Pelo contrário, apesar da irregularidade de seu trabalho, sua instabilidade e sua pobreza, ele está intimamente associado com a indústria capitalista no que esta tem de mais moderno, isto é, marcado por relações de trabalho altamente flexibilizadas. As empresas de terceirização que intermediam seus trabalhos, localizadas no centro de Tóquio, são as empresas de terceirização com os maiores lucros de todo o Japão (MIZUSHIMA, 2007). O trabalho que eles realizam se encontram em indústrias modernas de diversos setores. Não obstante a sua condição de vida deteriorada, ele utiliza constantemente a tecnologia da informática como ferramenta para conseguir trabalho. Há dias em que as condições mínimas de subsistência não são supridas, como alimentação, banho ou sono, mesmo assim, a presença da internet é indispensável para obtenção de um futuro trabalho.

Deste modo, compreendemos que sua singularidade está na confluência de condições aparentemente contraditórias. Isto é, níveis de vida pauperizados aliados à

tecnologia de ponta; sem teto, porém invisíveis para quem está na rua; moradores de rua, porém, não são desempregados, mas sim submetidos a setores mais avançados do moderno capitalismo.

Tudo leva a crer que, ao contrário do que poderia se pressupor de um morador de rua, não podemos vê-los como modernos lumpenproletariados. Isto porque, apesar de serem sem tetos, sua intrínseca relação e subordinação a relações de trabalho capitalistas, faz com que sua situação de morador de rua seja *sui generis*. Pois o universo que abarca o típico morador de rua geralmente implica no desemprego, ou quando muito, um subemprego, porém, caracterizando-se por ser uma massa desgovernada, marginalizada e normalmente afastada da classe trabalhadora e seus interesses, ou seja, tendencialmente pouco politizadas. Ao contrário, o *cyber-refugiado*, apesar de não ter uma casa para onde voltar e de sua condição de penúria, sua inserção nas relações sociais capitalistas – abstraindo seus distintos níveis de pobreza— parece ser bastante semelhante à de um trabalhador informal e precarizado do Japão atual.

O *cyber-refugiado* é possivelmente parte do moderno exército industrial de reserva, assim como nos explica Marx sobre a superpopulação excedente de trabalhadores que se constitui como população necessária ao capital, impulsionando a produção capitalista na medida em que regulam o preço da força de trabalho ([1867], 1985b). Assim como parte da superpopulação relativa descrita por Marx, eles pertencem ao exército ativo de trabalhadores, com ocupação irregular e fornecendo ao capital “[...] reservatório inesgotável de força de trabalho disponível” (ibidem, p. 208). Com condições de vida abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, os *cyber-refugiados*, bem como a superpopulação relativa que Marx compreende, tem como função absorver

[...] continuamente os redundantes da grande indústria e da agricultura e notadamente também de ramos industriais decadentes, [...]. Seu volume se expande na medida em que, com o volume e a energia da acumulação, avança a ‘produção da redundância’. Mas ela constitui ao mesmo tempo um elemento auto-reprodutor e auto-perpetuador da classe operária [...] (ibidem, p. 208).

Apesar de quase 150 anos de distância da época analisada por Marx, o exército industrial de reserva continua em expansão, malgrado agora sob novas roupagens revestidas pelo capital.

Ademais, a despeito dos *cyber-refugiados* vivenciarem a solidão, e alguns deles chegarem até em pensar em suicídio, isto não significa que não há um sentimento de solidariedade e organização por parte deles. Em 2006, foi criado o primeiro sindicato dos trabalhadores *hiyatoi* (de tipo diário) chamado *Fullcast Union* (フルキャスト ユニオン). Fora esse sindicato, há o sindicato dos terceirizados (*Haken Union*, 派遣ユニオン) que luta para melhores condições de trabalho dos informais. Os *cyber-refugiados* que querem filiar-se a algum sindicato, geralmente se associam em alguns desses. Além de passeatas para dar visibilidade à condição *hiyatoi*, eles também acionam a justiça para reivindicar direitos diante de irregularidades por parte das empresas de Recursos Humanos, como do adicional hora-extra não recebido, cobrança de taxas indevidas, como no caso do armazenamento de dados discriminatórios da aparência do trabalhador (MIZUSHIMA, *ibidem.*). No entanto, as ações no âmbito jurídico são limitadas, uma vez que boa parte dessas relações de trabalho ocorre na completa legalidade jurídica.

Paralelamente, há também os que se orientam por ideais políticos de cunho fascistas. Na pesquisa de Mizushima, ele apresenta um trabalhador de tipo informal que, segundo suas convicções, a situação do trabalho informal e todas as mazelas estariam no processo de “venda” em que o Japão se submete em relação a outros países. O nacionalismo e fascismo se aliam neste trabalhador precarizado que milita via internet propagando tais ideais (*ibidem*).

Por fim, a situação ainda mais deteriorada que a do *cyber-refugiado* é a do *refugiado do McDonald's*¹⁸³, ou seja, trabalhadores de tipo diário que sequer possuem dinheiro suficiente para dormirem em *cyber-cafés*, pernoitando em estabelecimentos de *fast food* que funcionam 24 horas. Em regiões centrais do Japão, como no caso de diversos bairros de Tóquio, é bastante comum a presença de estabelecimentos que ficam abertos 24 horas por dia. Neles, os trabalhadores informais e moradores de rua, geralmente compram

¹⁸³ http://ajw.asahi.com/article/behind_news/social_affairs/AJ201301310086

um café que tem o custo de ¥ 100 (US\$ 1) e passam a madrugada toda sentados nos bancos, apoiados nas mesas como podem, a fim de tentar repor suas energias para mais um dia de trabalho. A negociação do trabalho, nesse caso, ocorre através da internet via celular, do mesmo modo que o *cyber-refugiado*. A trajetória de vida do *refugiado do McDonald's* é similar ao *cyber-refugiado*, sendo comum o mesmo trabalhador sem teto transitar entre estas duas condições.

O trabalho *hiyatoi* (de tipo diário) que ambos os “refugiados” realizam também é conhecido como *one call worker*, *terceirização localizada* (*spot haken*, スポット派遣) ou *hiyatoi digitalizado* (*digital hiyatoi*, デジタル日雇い). Isto é, através de uma ligação no celular (*one call*), ou de um e-mail (digital), a terceirização ocorre pontualmente localizada (*spot*) mediante relação contratual de um dia. Oficialmente, após alterações na legislação trabalhista aprovadas em outubro de 2012 (*Kaisei Rudousha Hakenhou*, 改正労働者派遣法), ficou proibida a utilização de trabalhadores de tipo diários mediante o intermédio de empresas de terceirização. A terceirização, com exceção de algumas ocupações só poderá— em teoria— se efetivar com contrato de trabalho superior a 30 dias. O trabalho de tipo diário na forma de contrato direto com o trabalhador ainda é permitido. Deste modo, apesar dessa alteração jurídica, a oferta de emprego de tipo diário na forma de *arubaito* continua em crescimento.

O *just in time*, portanto, é realizado não somente com as mercadorias do interior das fábricas, mas igualmente com a mercadoria força de trabalho, ajustando assim às demandas necessárias dos altos e baixos da produção. Por essas razões que os *hiyatois* exercem os mais variados trabalhos, tanto no sentido de sustentar uma alta demanda da produção de uma fábrica, por exemplo, como de preencher possíveis lacunas temporárias de trabalhadores ausentes em algum estabelecimento comercial. A despeito da diversidade, a realidade é que praticamente todos os setores da economia japonesa parecem fazer o uso dessa força de trabalho. Relação contratual ainda mais flexibilizada que a do *part time job*

(trabalhador temporário), ou do contrato por tempo determinado do dekassegui que costuma durar de dois a seis meses, sua estabilidade dura apenas um dia de trabalho.¹⁸⁴

Ainda que o dekassegui tenha um contrato de trabalho apenas um pouco mais duradouro, sua instabilidade não o difere do trabalhador *hiyatoi*, uma vez que ele está sujeito a ser dispensado a qualquer momento. Para Kondou, o que acontece no caso dos dekasseguis é a “contratação *just in time*” mediante a permanência de um estoque de força de trabalho no Brasil, ou seja, sem custos para o empresário japonês em constante espera para ser acionando nos momentos necessários (2004, p. 8).

3.2.2 Classe trabalhadora japonesa: diversas matizes, semelhantes ressonâncias

A lei trabalhista de 1947, acerca da estabilidade do trabalho, em seu artigo nº44 (*shokugyou anteiyou*, 職業安定法、第44条) proibia qualquer contrato de trabalho por meio de um intermediário, como no caso da terceirização. Entretanto, quando o período de alto crescimento econômico do Japão finda, após a crise do petróleo e especialmente após 1975, a contratação de trabalhadores via intermediários começa a aumentar. No ano de 1985, é criada então a lei que estabelece o contrato de trabalho via terceirização (*roudousha hakenhou*, 労働者派遣法), liberando, na prática, essas formas de relação de trabalho. Após essa lei, suas emendas nos anos de 1996 e 1999, ampliaram cada vez mais o horizonte de tipos de trabalho que permitem a prática da terceirização. É neste mesmo período que o trabalho *hiyatoi* (de tipo diário) começa a se avolumar.

Vale lembrar que é também precisamente nesse período de flexibilização das leis trabalhistas e diversificação interna das relações e trabalho que ocorreu a Reforma da Lei de Migração (1990), permitindo a entrada e residência dos dekasseguis.

¹⁸⁴ Oficialmente qualquer trabalhador que tenha um contrato de trabalho por menos de 30 dias pode ser chamado de *hiyatoi* (trabalho de tipo diário), entretanto, todos os relatos dos *cyber-refugiados* que foram apresentados neste trabalho, como na literatura consultada (AMAMIYA 2007; MIZUSHIMA, 2007) são de trabalhadores que estabelecem acordos de somente um dia, característica da instabilidade do *cyber-refugiado*.

Outro período importante para uma maior desregulamentação das leis trabalhistas japonesas aconteceu na época do governo do primeiro ministro Koizumi (2001-2006) do Partido Liberal Democrata, denominada operação “*Big Bang do trabalho*”. Segundo Mizushima (2007), esse *big bang*, significando a criação de leis que reajustam e flexibilizaram cada vez mais o trabalho em nome da competitividade internacional, favoreceu justamente a classe empresarial em fornecer força de trabalho barata e altamente produtiva. Não por acaso, desde a década de 2000, o índice de informalidade vem crescendo sucessivamente, ultrapassando a proporção de um terço dos trabalhadores ocupados nessa condição.

Para o professor Gotou, citado por Mizushima, outro importante acontecimento que afetou a classe trabalhadora na era Koizumi diz respeito às reestruturações produtivas de grandes empresas no ano de 2001 (2007, p. 138). Somente nas grandes corporações, apenas no ano de 2001 foram demitidos um milhão e 250 mil trabalhadores de tipo estável, com contrato direto (idem, ibidem). Isto é, demissões do trabalhador *salaryman*, o white collar japonês. Nesse ano, o que chamou a atenção segundo o professor foi a ausência de movimentos trabalhistas e o silenciamento, ou a falta de críticas nos meios de comunicação sobre esse acontecimento (apud MIZUSHIMA, ibidem).

A partir da pesquisa de Gotou, é demonstrado que a década de 2000 teve um novo salto no que tange a expansão da pobreza, onde em 1997, as famílias que não recebiam ajuda do Governo e que estavam na pobreza, representavam 16.3% da população, subindo para 22.3% no ano de 2007 (apud MIZUSHIMA, p. 139). Ainda segundo o estudo desse professor, o grupo mais preocupante são o dos jovens de 15 a 24 anos. Deles, a parcela que não estudava, mas trabalhava na informalidade ou estava sem ocupação representava 43.8% das jovens do sexo feminino e 30.3% dos jovens do sexo masculino em 1999 (idem, ibidem). No ano de 2007, este número sobe para 53.6% das jovens do sexo feminino e 44.9% dos jovens homens (idem, ibidem).

Bastante similar à condição descrita por Kamata (2011a), em que o trabalhador, não obstante o transtorno de estar doente não consegue se encaixar legalmente no perfil para obtenção do auxílio necessário, atualmente, trabalhadores pobres encontram sérios obstáculos para obtenção de auxílio do governo. Os dados do Ministério da Saúde,

Trabalho e Bem-Estar Social apontam que em 2013¹⁸⁵, mais de dois milhões e 150 mil famílias recebem algum tipo de auxílio do governo para sua manutenção. Para termos um comparativo, no ano de 2003, a quantidade de famílias que recebiam ajuda do Governo era de 626 mil¹⁸⁶, ou seja, triplicou o número de beneficiários do auxílio em 10 anos.

Todo esse aumento da demanda por auxílios vêm gerando problemas e obstáculos na medida em que muitos dos trabalhadores que supostamente se encaixam no perfil para recebê-lo, não estão conseguindo. Como no caso dos *cyber-refugiados* pesquisado por Mizushima (2007), apesar de suas condições deterioradas de vida e a insuficiência do salário, todos esses sem teto, de alguma forma não conseguiram nenhum auxílio. Conforme o sindicalista dos trabalhadores terceirizados de Tóquio (*Haken Union*, 派遣ユニオン) nos relatou, o trabalhador que se apresenta sozinho no guichê para obtenção de auxílio, têm encontrado rejeições antes mesmo de entrar formalmente com o pedido ao governo.

A escritora Amamiya Karin¹⁸⁷ menciona inclusive o suicídio de trabalhadores que, apesar de suas condições de vida pauperizadas, não conseguem obter qualquer subsídio do governo (2007, p.33). Ademais, ela nos atenta para episódios de trabalhadores sem teto que se instalam em *manga-cafés* (casas de café com *mangás*¹⁸⁸ para ler) e que por não terem como pagar, acabam sendo presos pela polícia japonesa (ibidem). Não somente casos como esses, mas incidentes de detenção de trabalhadores pauperizados que não conseguem pagar os estabelecimentos utilizados não são raros. Essa nova geração de *precarizados* (junção de precário e proletário), para ela, tem gerado inúmeros transtornos psíquicos para os trabalhadores, sobretudo para os jovens que não conseguem enxergar nenhuma perspectiva de futuro (idem, ibidem).

¹⁸⁵ <http://www.mhlw.go.jp/toukei/saikin/hw/hihogosya/m2013/dl/01-01.pdf>

¹⁸⁶ <http://www.estat.go.jp/SG1/estat/GL08020103.do? toGL08020103 &listID=000001047625&requestSender=search>

¹⁸⁷ Esta controversa escritora e cantora, no passado era conhecida no cenário literário e artístico japonês por suas posições políticas aliadas ao espectro ideológico da direita política nacionalista do Japão. Após a década de 2000, mediante o contato com os *precarizados* japoneses muda de posição política, passando a associar-se com posicionamentos políticos de esquerda. Desde então, passa a militar em prol dos precarizados e escrever sucessivamente sob a condição desta geração precarizada.

¹⁸⁸ Espécie de história em quadrinhos japonês.

Nesse contexto, a individualização do sofrimento, a culpabilização por sua condição e a solidão acompanham o dia-a-dia desses trabalhadores. Uma jovem de 18 anos, moradora de rua e *cyber-refugiada* comenta, “É, o problema é que não tenho para onde voltar....mesmo quando volto, como o lugar é o cyber-café, não tenho nenhum conhecido, nem com quem conversar. Isso que é o mais difícil¹⁸⁹” (apud MIZUSHIMA, p.58, tradução nossa). Essa jovem, que tampouco recebe auxílio do governo para sua subsistência, afirma que além de dores no corpo, patologia decorrente da condição de *cyber-refugiada*, diz que o *stress* psicológico é o que mais dificulta sua vida (idem, ibidem).

Para Yuasa, que trabalha auxiliando os trabalhadores *hiyatoi* citado anteriormente, há no Japão a forte tendência ideológica da “*auto-responsabilidade*” (*jikosekinin*, 自己責任) de seus destinos (apud MIZUSHIMA, p. 76). Conforme a vida na informalidade e a precariedade laboral se perpetuam, os trabalhadores acabam interiorizando o sentimento de culpa por estarem nessas situações, achando que o problema é de sua incapacidade diante os problemas da vida. Ainda segundo Yuasa, em seu prognóstico, é bem provável que no universo dos *freeters*, 99% deles achem que seja sua culpa a precarização de suas vidas (idem, ibidem). Portanto, a ideologia da responsabilização por sua precariedade laboral certamente conseguiu a introjeção por parte destes jovens.

Não somente entre os trabalhadores japoneses, porém, tal perspectiva faz parte inclusive de uma parte dos *dekasseguis*. Quando perguntado se já teve alguma experiência própria, ou se já ouviu falar de depressão nas fabricas, nosso entrevistado André respondeu,

“Tem, mas eu não sei, eu sou meio paranoico com essas coisas assim, porque eu acho que tem pessoas que são influenciáveis e outras que não são, entendeu. Então se você chega numa pessoa influenciável e você fala que tá com dor de cabeça e tá com fome ou tá com alguma sensação ou algum sentimento e insistir neste assunto a pessoa que é influenciável vai começar a sentir a mesma coisa, entendeu? Então, a hora que rola essa palavra stress, cansaço e doença quem é influenciável ela acaba e chega a um ponto que ela acaba acreditando realmente que tá doente e é tudo psicológico. Eu acho que é bem isso mesmo. Eu vi muita gente que

¹⁸⁹ “やっぱり ‘家がない’ というのが.....。帰ってきてても、場所がネットカフェなんで、知り合いも誰もいないし話す人もいない。それが一番つらいですね。”

sarou de um dia pro outro. Porque chegaram e falaram 'o camarada você está exagerando né...Você não tem isso, pô para de graça' e o cara 'é, é memo, tá bom'. Sabe? [...] Acho que a grande maioria é aquelas pessoas que põe na cabeça que já tá cansado e trabalhou demais e o corpo acaba acreditando nisso.

Conforme exposto no Cap. 2, como na literatura da temática do dekassegui (FRANCO, 2002; OCADA, 2006; NAKAGAWA, 2010), o adoecimento físico e mental entre trabalhadores nikkeis não é algo raro. Não descartando o fator sugestível de doenças que algumas pessoas ocasionalmente possam ter, a manifestação real de doenças psicológicas, o gerenciamento *by stress* (GOUNET, 1999) típico do modelo japonês e o processo de trabalho sob os 3 *K's* (*kitanai*, sujo; *kiken*, perigoso; *kitsui*, pesado) são realidades dificilmente manipuláveis. Desse modo, é provável que, como no comentário deste entrevistado, ocorra a culpabilização do dekassegui pela própria doença, transferindo o desgaste físico e mental a uma suposta falta de força de vontade condicionada à influência de terceiros.

Dejours já nos alertava para esta cultura empresarial que, além do individualismo que leva a consequente responsabilização de sua precariedade laboral, há também a instrumentalização do medo (já citado), e da ideologia defensiva para com o sofrimento (1999). Isso se manifesta, segundo o estudo do psiquiatra, numa

[...] estratégia defensiva do silêncio, da cegueira e da surdez. Cada um deve antes de tudo se preocupar em 'resistir'. Quanto ao sofrimento alheio, não só 'não se pode fazer nada', como também sua própria percepção constitui um constrangimento ou uma dificuldade subjetiva suplementar, que prejudica os esforços de resistência. Para resistir, portanto, convém fechar os olhos e os ouvidos ao sofrimento e à injustiça infligidos a outrem. Nossa pesquisa demonstra que todos, dos operadores aos gerentes, se defendem da mesma maneira: negando o sofrimento alheio e calando o seu. (ibidem, p. 51).

Portanto, como no caso do entrevistado citado, ou do relato de alguns *cyber-refugiados* narrados por Mizushima que diziam ter que “aguentar” a situação (2007), a ideologia defensiva parece se manifestar, para alguns, na própria omissão do sofrimento. Ora, não bastasse ser um trabalhador informal, o dekassegui no *kaisha* realiza trabalhos altamente desgastantes, repetitivos, com jornadas que podem chegar a 10 a 12 horas diárias,

longe de sua terra, negado as seguridades sociais auferidas aos cidadãos nacionais. Como que nessas circunstâncias, o *stress* não poderia se manifestar? Como pudemos perceber na experiência de alguns entrevistados, a utilização de medicamentos psicotrópicos, sem o acompanhamento terapêutico parece ser recorrente, possivelmente sobrecarregando ainda mais esse estado. Dejours ainda nos lembra que o “[...] sujeito que sofre com sua relação para com o trabalho é frequentemente levado, nas condições atuais, a lutar contra a expressão pública de seu próprio sofrimento.” (ibidem, p.46) . Destarte, é bem possível que tenha ocorrido a interiorização de tais ideologias por parte de alguns imigrantes. Ademais, como salienta Ocada (2006), a noção do *ganbarê* , típica da sociedade japonesa certamente corrobora ainda mais para o sucesso dessa nova cultura empresarial.

Amamiya aponta o caso do movimento dos *precariatos* japoneses, constituído especialmente por movimentos dos *working poor* e dos jovens *freeters*, reivindicando melhores salários e condições de vida dignas (ibidem). Diante desse movimento, ela reconhece também a grande rejeição por parte de jovens da mesma faixa etária desses *precariatos* a esses movimentos sociais. Ela aponta que existe por parte desses jovens, certos pensamentos como “*Se você está reclamando de ser um freeter, deveria se qualificar e virar um trabalhador estável*”¹⁹⁰ (apud AMAMIYA, 2007, tradução nossa). Amamiya descreve que em sua pesquisa com os *freeters*, presenciou discursos deles próprios de que “*isso é o resultado de minhas escolhas*”, ou “*não faz sentido culpar a sociedade*” por estar nesta condição de vida (idem, ibidem). A autora igualmente aponta a penetração em toda a sociedade da “*auto-responsabilização*” dos sucessos e fracassos de vida de cada um. Desse modo, ela acredita que em meio a este cenário, os que ousam contestar a sociedade por tais precariedades laborais provocam um total desconforto (ibidem, p. 131). Assim, tudo indica que quando o silêncio e a ideologia defensiva (DEJOURS, 1999) são desrespeitados, o confronto de visões de mundo antagônicas e a disputa pela apropriação do discurso tendem a emergir.

É bastante sugestiva a mudança estrutural das relações e trabalho na sociedade japonesa quando pensamos a deterioração das condições laborais e de vida dos seus membros. Mesmo que no passado o trabalho em condições extremamente penosas existisse,

¹⁹⁰ “フリーターで文句を言うんだったらスキルを磨いて正社員になればいい。”

como narrado na experiência de Kamata (2001a), a permanência no mesmo local de trabalho, de modo geral ocorria, bem como os salários recebidos desde o Pós-Guerra japoneses eram relativamente suficientes para manutenção da vida dos trabalhadores. Não por coincidência, a importância do consumo na sociedade japonesa torna-se um estilo de vida para grande parte da população, sobretudo para os jovens. Deste modo, como pensar a “*firm as a family*” (FRUIN, 1980) se a nova geração dos *freeters* não tem nenhuma firma que possa ser considerada sua? Como ter o envolvimento com a empresa, típico do toyotismo, se os *hiyatois* trocam de trabalho diariamente? Certamente essas são algumas transformações na estrutura social local que a ideologia até então vigente dificilmente irá conseguir manter.

Sobre o conceito e noção de trabalho, para Renato Ortiz, antes da Restauração Meiji (1868) havia uma forte noção dos valores políticos, pautados na ideia do particularismo e lealdade do sistema social Tokugawa¹⁹¹, típicos do feudalismo japonês (2000). Segundo ele nesse período “[...] a noção do trabalho dificilmente poderia ser compreendida como valor universal.” (ibidem, p. 75). Isto porque nesse feudalismo, pela sua compartimentalização, divididos geograficamente em *han* (feudos), a ordenação social, o respeito, a lealdade e a submissão eram prestados a cada “chefe” da família feudal (ibidem). Com a industrialização japonesa, essa noção haveria de ser rompida, ocasionando uma “tradição renovada” (ibidem). Nessa tradição reinventada, houve a reorientação de elementos da tradição confucionista, isto é, a incorporação de valores antigos como lealdade e disciplina agora como valores universais que orientariam o conceito de trabalho. Segundo este autor

Trabalhar, à revelia da origem social das pessoas, é estar integrado numa sociedade cujo ideal se nucleia em torno da nação. Esta é uma exigência que agrega operários e empresários, funcionários e comerciantes. Da mesma maneira que na Inglaterra a Revolução Industrial exigiu uma disciplinarização da classe operária, temos no Japão um movimento análogo, que tem como pano de fundo a tradição renovada. (ibidem, p. 76)

¹⁹¹ Tokugawa Ieyasu (徳川家康) foi o primeiro xogum da Era *Edo* (1603-1868).

Essa noção é compreensível e bastante marcante no Japão até o período de alto crescimento econômico. Não obstante, atualmente, a família japonesa que antes se estendia para a empresa tende a desaparecer, uma vez que o trabalho temporário e informal inclina-se a dominar o mercado da força de trabalho japonesa. Como evidenciado nos estudos sobre o modelo japonês realizado por Hirata e Freyssenet (1985), havia naquele modelo as contrapartidas e recompensas (salariais, bônus, estabilidade) para os trabalhadores inseridos naquela ideologia. O toyotismo é a organização do trabalho mais emblemática do sucesso e imbricação da noção de envolvimento e ideários por vezes herdados da tradição cultural confuciana.

Bihl é outro autor que nos ajuda a compreender os mecanismos de “barganha”, em suas palavras, que o capitalismo criou a fim de poder ter um relativo controle da classe trabalhadora (1991). Para ele, se referindo ao Estado de Bem-Estar Social europeu, havia naquele contexto o que chamou de “compromisso fordista”, isto é, um compromisso que teve origem no desenvolvimento capitalista daquele momento histórico (Pós-Segunda Guerra) onde classe trabalhadora e burguesia estabelecem “[...] certo estado de relações de força entre as duas classes” (ibidem, p.41). Nesse “estado de relações”, a “barganha” conquistada pela classe trabalhadora estava justamente na satisfação dos interesses mais imediatos, como conquistas em nível de habitação, saúde, educação, consumo entre outras qualidades de vida (idem, ibidem). Nas palavras de Bihl, o entendimento era de que, para a classe trabalhadora “[...] o Estado proporcionará satisfação ou sustentação a algumas de suas reivindicações na exata medida em que isso lhe permitir melhor integrá-lo na sociedade civil e política e, portanto, melhor controlá-lo” (ibidem, p. 42).

Ora, obviamente levando em consideração as particularidades do contexto europeu, tudo nos leva a crer que isso foi também, em linhas gerais, o que sucedeu com o modelo japonês. No entanto, mediante exatamente essa compreensão do passado é o que nos leva a questionar a validade da noção da “lealdade” e “envolvimento” da classe trabalhadora japonesa nos dias atuais. Tudo parece que a ideologia da “*auto-responsabilidade*” (AMAMIYA 2007; MIZUSHIMA 2007) de seus destinos tende a ser um substituo ideológico para a atual deterioração das condições precarizadas de trabalho no novo modelo japonês. Mesmo assim, até que ponto a realidade concreta manifestada no

crescimento exorbitante da informalidade e do exército industrial de reserva consegue sustentar tal ideologia? A fração da classe trabalhadora que, todavia, possui relações de trabalho relativamente estáveis, ou com níveis salariais aceitáveis (como no caso do *dekassegui*) eventualmente ainda pode sustentar tais discursos. Entretanto, na medida em que a fração da classe trabalhadora representada pelos jovens *freeters*, pelos *hiyatoi* ou por outras relações de trabalho informais e em condições de vida deterioradas (*working poor*) tendem a aumentar, é bastante questionável até que ponto tal ideologia terá validade.

3.3 O lugar do trabalho imigrante no capitalismo japonês

À luz da exposição que fizemos até o momento sobre as recentes transformações da classe trabalhadora japonesa, como podemos pensar sua articulação e inter-relação com o imigrante *dekassegui*? A entrada dos trabalhadores *nikkeis* em terras japonesas, conforme já mencionado, ocorre mediante determinações da materialidade social, onde, desde 1990 o trabalhador imigrante brasileiro se insere em relações e segmentos de trabalho a eles especificamente reservados. Ao passo que um em cada três japoneses são informais, quase todos os *dekasseguis* o são, embora o *turnover* esteja em contínua elevação no Japão, a rotatividade dos *nikkeis* é ainda maior, não obstante ao aumento do *working poor* japonês, o salário imigrante é altamente oscilante, sofrendo um drástico recuo desde a crise iniciada em 2008.

Do ponto de vista da sociabilidade, os brasileiros *dekasseguis* estão circunscritos a um cotidiano onde a convivência entre compatriotas tende a ser reduzida e com uma imersão bastante forte no estilo de vida japonês pautado no consumo, ao passo que são potencialmente excluídos de outras esferas sociais, tais como participação política, decisões de bairro, manifestações artísticas, língua, *habitus*, etc.

Sem embargo ao cenário descrito acima, brasileiro e japonês estão inseridos em uma mesma realidade concreta, sendo partícipes da mesma história em um momento concreto da conjuntura social japonesa, inseridos em um contexto mundial travado por

todas as mediações possíveis sob o modo de produção capitalista. Sendo assim, acreditamos que há elementos que os aproxima, como outros que os afastam. Neste sentido, tomamos como referência a compreensão de Heleieth Saffioti de que, embora ela estivesse estudando a realidade brasileira naquele contexto, a sociedade é dividida não somente entre classes, mas atravessa por contradições de gênero, raça/etnia (1997). Para esta autora,

Não se trata, contudo, de conceber três diferentes ordenamentos das relações sociais, correndo paralelamente. Ao contrário, **estes três antagonismos fundamentais entrelaçam-se de modo a formar um nó.** [...]. Trata-se de um entrelaçamento, que não apenas põe em relevo as contradições próprias de cada ordenamento das relações sociais, mas **que a potencializa.** Em outros termos, este nó apresenta uma lógica contraditória. (ibidem, p. 3, grifo nosso).

Para nosso estudo, tal entendimento é pertinente na medida em que o trabalhador de kassegui, apesar de sua ancestralidade nipônica, é essencialmente um estrangeiro, etnicamente “o outro” na sociedade de classes japonesa. Neste sentido, ele carrega todas as possíveis conotações simbólicas e objetivas que o outro estrangeiro, o *gaijin*¹⁹² (literalmente pessoa de fora) possui. No plano mais simbólico, ele tem uma língua distinta, hábitos culturais diferentes, originário de uma sociedade que carrega uma história particular, isto é, não obstante aos seus traços físicos através de seus olhos puxados, “pele amarela” e cabelos pretos, ele é essencialmente um trabalhador latino americano. Como já discutido, os de kasseguis que emigraram para o Japão, apesar de muitas vezes serem considerados “japoneses” no Brasil, são descendentes de segunda, terceira, ou até quarta geração. Seus antepassados imigrados ao Brasil no começo do século XX são portadores de valores culturais fortemente herdados da era Meiji (1868-1912), período embrionário da Revolução Industrial, em um Japão completamente distinto da época de mundialização do capital do século XXI. Portanto, ele é tão brasileiro quanto os descendentes de imigrantes de espanhóis no Brasil o são, igualmente brasileiro como os netos de italianos, alemães ou

¹⁹² *Gaijin*, (外人) é como são chamados os estrangeiros no Japão, sendo a junção dos ideogramas que significam “fora”: 外 e “pessoa”: 人. É a abreviação da palavra *gaikokujin* (外国 人), sendo que no caso *gaijin*, pode ter uma conotação pejorativa. No caso de *gaikokujin*, é a junção dos ideogramas “fora”: 外, “país”: 国 e “pessoa”: 人.

poloneses imigrados ao Brasil no começo do século XX, naturalmente salvo as distintas nuances de cada grupo. Ora, depois das migrações corridas no século XIX e XX, essa diversidade de origens configura-se como uma das marcas registradas do Brasil.

Do ponto de vista objetivo, esta diferença do outro é marcada pelo seu *status* diferenciado juridicamente como cidadão de nacionalidade estrangeira, implicando na ausência de alguns direitos políticos como do direito ao voto, impedimento de exercer cargos estatais, inserção em nichos específicos do mercado de força e trabalho, entre outros.

Deste modo, apesar de não nos aprofundarmos no conceito de etnicidade por não ser o escopo desta pesquisa, de modo geral, sobre a abrangência da compreensão deste conceito, Poutignat e Streiff-Fenart (2011) afirmam que:

[...] etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que se classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores. Esta definição mínima é suficiente para circunscrever o campo de pesquisa designado pelo conceito de etnicidade: aquele do estudo dos processos variáveis e nunca terminados pelos quais os atores *identificam-se* e *são identificados pelos outros* na base de *dicotomizações Nós/Eles*, estabelecidas a partir de traços culturais que se supõe derivados de uma *origem comum e realçados* nas interações raciais. Se tal definição não apresenta a resposta *a priori* para a questão da gênese e da persistência dos grupos étnicos, ela permite que se identifiquem os problemas-chaves que, qualquer que seja o tipo de abordagem utilizado, encontram-se de modo recorrente nas problemáticas da etnicidade. (2011, p.141-142, grifo nosso).

Tal definição, em que podemos compreender o dekassegui como sujeito etnicamente diferente do japonês, com base em sua organização social de origem reconhecida como distinta e sendo portador de “signos culturais socialmente diferenciados” (idem, ibidem) nos parece pertinente. Ademais, concordamos com a análise de Motta e Soares em que eles compreendem que

[...] a vinda ao Brasil dos primeiros imigrantes japoneses em 1908 trouxe consigo a ideia de que viveriam temporariamente no Brasil e voltariam enriquecidos para sua terra de origem. Essa persistência perdurou até o

fim da Segunda Guerra Mundial, momento que serviu como um grande pretexto capaz de justificar a permanência desses japoneses que não conseguiram, de fato, realizar seus anseios. Em decorrência do processo migratório e imbuídos dessa perspectiva, os japoneses formaram um “**novo grupo étnico**” com valores culturais, práticas sociais e instituições que apresentam diferenças em relação ao Japão. Dessa forma, o conceito nipo-brasileiro não significaria um japonês que vive no Japão, mas esse novo grupo étnico formado com **características próprias** e no contato com o restante da sociedade brasileira. (FERREIRA, 2008 apud MOTTA e SOARES, 2012, grifo nosso).

Por características próprias, no caso do nikkei no Brasil, além de costumes herdados da era Meiji, diz respeito especialmente ao fenótipo que lhe confere a origem japonesa, por isso, mesmo os descendentes de segunda ou terceira geração, mesmo os que tenham se apartado do contato com seus ancestrais, ou da comunidade japonesa, em sua maioria são reconhecidos pelos *outros brasileiros* como *japoneses* no Brasil. Nesse aspecto, tal como na compreensão de Poutignat e Streiff-Fenart (2011), a etnicidade tem como base a “interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores” (idem, ibidem). Neste caso, os nikkeis que eram considerados japoneses no Brasil, por sua vez, ao chegarem ao Japão, percebem que em sua **interação social** com o japonês do Japão, ele passa a ser *o outro*, a despeito de todas as semelhanças de fenótipo.

3.3.1 Classe social e suas clivagens: gênero, raça/etnia

Sobre as situações de trabalho dos dekasseguis, Yasuda descreveu que em certa fábrica, apenas nos cartões de ponto dos nikkeis não apareciam seus nomes, mas números para indicar seus cartões. Segundo o responsável da fábrica, era por que o nome dos brasileiros era difícil de escrever e memorizar, por isso designado por números (2010, p. 6). Essa situação não acontecia com nenhum japonês que ali trabalhava, indicando conforme a reflexão de Yasuda, o roubo da personalidade e o tratamento não humano dados aos brasileiros (ibidem).

O tratamento não humano, despersonalizado, poderíamos pensar por um lado que é inerente às relações sociais capitalistas de produção. Sob o modo de produção capitalista, o produto do trabalho humano, agora como mercadoria para ser posta em circulação no mercado, necessita, além de ser valor de uso, mas que seja essencialmente um valor de troca (MARX, [1867] 1985). Como valor de troca, este produto do trabalho humano, ao abstrair de seu valor de uso, também se abstrai “[...] os componentes e formas corpóreas que fazem dela seu valor de uso.” (idem, *ibidem*, p. 47). Assim, prescindindo as características desse trabalho produtivo, resulta que passa a ser indiferente se é fruto do trabalho de um operário japonês, operário brasileiro, sapateiro, pedreiro ou de uma costureira. Como apreende Marx,

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. (*ibidem*, p.47).

Portanto, é inerente ao trabalho abstrato, à “*gelatina de trabalho*” (idem, *ibidem*) essa despersonalização pela própria equivalência necessária do trabalho humano para ser tornar um valor de troca. Neste sentido, do ponto de vista da extração da mais valia, é indiferente para o capitalista as distintas qualidades do trabalho humano contido nas mercadorias, desde que dela possa ser extraído seu sobretrabalho, sendo que na equalização do trabalho, tudo se torna igual dispêndio de força de trabalho humano, por isso despersonalizado.

Entretanto, recordando o raciocínio de Saffioti (1997), com o qual temos acordo, quando há o entrelaçamento destes três antagonismos como classe, gênero e raça/etnia, criando o *nó ontológico*¹⁹³, em suas palavras, pode ocorrer situações em que se potencializam as contradições de cada ordenamento dessas relações sociais. Saffioti discorre ainda que “[...] este nó apresenta uma lógica contraditória” (*ibidem*). Não obstante, no caso da lógica imanente às relações sociais capitalistas de produção, veremos

¹⁹³ Pretendemos dar continuidade ao debate do *nó ontológico*, bem como da classe social e as transversalidades de raça/etnia e gênero em uma possível pesquisa de Doutorado.

que o antagonismo étnico ou de gênero é – em sua grande parte— reforçado e/ou potencializado em proveito destas relações. Por isso que a clivagem que o trabalho sofre, quando entra em cena *o outro* etnicamente distinto que é o estrangeiro, tende a se potencializar em prol da contradição capital-trabalho, como no exemplo do acirramento da competição entre os trabalhadores.

Como ainda nos explica Saffioti,

Dado que a estrutura de classes é altamente limitativa das potencialidades humanas, **há que se renovarem, constantemente, as crenças nas limitações impostas pelos caracteres naturais de certo contingente populacional [...]** como se a ordem social competitiva não se expandisse suficientemente, isto é, como se a liberdade formal não se tornasse concreta e palpável em virtude das desvantagens maiores ou menores com que cada um joga no processo de luta pela existência. Do ponto de vista da aparência, portanto, não é a estrutura de classes que limita a atualização das potencialidades humanas, mas, ao contrário, a ausência de potencialidades de determinadas categorias sociais que dificulta e mesmo impede a realização plena da ordem social competitiva. Na verdade, quer quando os mencionados fatores naturais justificam uma discriminação social *de fato*, quer quando justificam uma discriminação social *de jure*, não cabe pensá-los como mecanismos autônomos operando contra a ordem social capitalista. **Ao contrário, uma visão globalizadora da sociedade de classes não poderá deixar de percebê-los como mecanismos coadjuvantes da realização histórica do sistema capitalista de produção.** (1976, p. 29, grifo nosso).

Deste modo, há que se pensar que, quando tomamos o trabalho como categoria central (Cf. ANTUNES, 2005; 2009), sendo este o momento privilegiado da práxis pela sua possibilidade de mediação da relação social do ser social com a natureza, bem como do ser social com os outros seres sociais, este trabalho “[...] constitui a via por excelência através da qual se proceder [sic] o desvendamento da verdadeira posição que as categorias históricas ocupam na totalidade dialética da sociedade capitalista [...]”. (SAFFIOTI, 1976, p. 30). Sendo assim, do ponto de vista fenomênico, mesmo que, porventura algum contingente populacional seja marginalizado nas relações de produção por critérios de gênero, raça, ou etnia, as origens da explicação desta marginalização, ou o critério que fez tal segregação em virtude desses atributos propiciando uma hierarquização estão nas próprias relações de produção (idem, ibidem).

No caso do dekassegui, a hierarquização, mesmo dentro da classe trabalhadora, na tentativa de fragmentar os trabalhadores postos nas mesmas condições deterioradas de trabalho, torna-se funcional devido ao acirramento da competição entre eles, bem como na tentativa de minar a solidariedade de classe. No entanto, as características raciais que permitem operar como marcas sociais a fim de classificar desigualmente a sociedade, acaba sobrepujando a esfera da produção e penetrando nas relações sociais do cotidiano na forma do preconceito. Como nos relatos dos entrevistados desta pesquisa, apesar de quase todos terem afirmado sua empatia pela sociedade japonesa, não houve nenhum entrevistado que afirmou que não tenha sofrido, pelo menos uma vez, episódios de preconceito e/ou xenofobia em sua trajetória migratória. Vejamos o relato de experiência de Luisa, uma mulher de 42 anos que viveu por 18 anos na cidade de Hamamatsu no Japão. Primeiramente, logo no início de sua vida como imigrante afirma:

“Quando eu cheguei no Japão, eu e minha irmã, a gente estava passeando na rua e uma japonês pegou e cuspiu. Daí a gente tava andado de novo, e por um acaso este mesmo japonês tava passando e pegou e cuspiu. Daí que a gente percebeu que era para a gente.”

Sobre outros episódios fora da fábrica ela narrou que

“[...] e na época tinha um depaato [shopping] que tocava uma musiquinha quando chegava brasileiro, avisando que tinha brasileiro, que era pra tomar cuidado. Porque quando eu cheguei era, os brasileiros eram bem discriminados. Isso porque a gente morava numa região que tinha muito brasileiro.”

Sobre a música que tocava em lojas de departamento, outra entrevistada, Elisabeth, que também morava na cidade de Hamamatsu mencionou o mesmo ocorrido, embora as duas entrevistadas não tivessem nenhum contato. Segundo tal relato, a música que tocava na loja era possivelmente para avisar os próprios funcionários, ou de possíveis clientes que pudessem reconhecer o aviso e ficar em “estado de alerta” para a presença de brasileiros, pois, segundo o raciocínio desse imaginário, o dekassegui teria uma maior tendência a praticar furtos nas lojas.

Sobre este mesmo assunto, continua Luisa,

“Mas eu cheguei a conhecer uma menina que morava em Hokkaido e que eles só podiam fazer compra quando os japoneses tavam todos na casa. Tipo, o shopping, o supermercado fechava às 22h, e eles podiam ir 21:30, hora que não tina mais ninguém, pra fazer compra. O cara da empreiteira levava todos no supermercado pra fazer compra, depois levava todos de volta pra casa.”

Através desse relato, por exemplo, percebemos como os dekasseguis, apesar de seu fenótipo oriental, é facilmente reconhecido como o “outro” na sociedade japonesa. Não obstante a isso, suas vestimentas, o corte de cabelo, o jeito de andar, sua fala e expressão corporal facilmente os denunciam como estrangeiros.

Para Agnes Heller ([1970] 2011), o preconceito é um juízo provisório refutado pela ciência e por experiências cuidadosamente analisadas (p.68), sendo possível resultar em um preconceito negativo, que no caso da xenofobia que se torna um preconceito social (e não individual) de caráter discriminatório. Por isso que os brasileiros são vistos— para parte dos japoneses – como “arruaceiros”, “barulhentos”, “criminosos”¹⁹⁴, “problemáticos”, entre outras conotações carregadas de juízos de valores negativos, atribuindo estas noções a toda população brasileira. Para Heller, a maioria dos preconceitos são produtos das classes dominantes, sendo que elas

[...] classes dominantes desejam manter a coesão de uma estrutura social que lhes beneficia e mobilizar em seu favor inclusive os homens que representam interesses diversos (e até mesmo, em alguns casos, as classes e camadas antagônicas). Com ajuda dos preconceitos, apelam à particularidade individual, que – em função de seu conservadorismo e seu comodismo e de seu conformismo, ou também por causa de seus interesses imediatos— é de fácil mobilização contra os interesses de sua própria integração e contra a práxis orientada no sentido humano-genérico (ibidem, p. 77).

¹⁹⁴ Há um destaque bastante grande na mídia japonesa sobre os crimes cometidos pelos brasileiros, entre estes estão roubos, formação de gangues, drogas, etc. A situação de 2001 a 2010, em que os brasileiros lideravam o ranking de delinquência juvenil despertou inúmeras reportagens e consolidação de um estereótipo do jovem brasileiro, muitas vezes carregadas de estigmas discriminatórios. (http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/02/120224_brasileiros_crime_japao_mv.shtml).

Não é difícil de imaginar, seguindo o raciocínio de Heller (ibidem), por qual razão o comportamento estereotipado negativo direcionado à comunidade brasileira não é atribuído a outras nacionalidades, como no caso dos americanos, dos europeus, entre outros estrangeiros que ocupam um lugar diferente na sociedade de classes no Japão. Como já exposto na análise de Ortiz (2000), de modo geral, o fascínio e o olhar exótico direcionado ao estrangeiro não contempla os dekasseguis, tampouco os negros ou trabalhadores chineses e coreanos desqualificados, ou seja, o critério da classe social exerce um papel fundante no comportamento preconceituoso discriminatório que age sob a cotidianidade. De outra forma, podemos dizer que o preconceito discriminatório que o dekassegui sofre tem suas raízes e imbricações íntimas com a origem de classe, por isso, sofrido quase que exclusivamente por estrangeiros pertencentes à fração da classe trabalhadora que exercem trabalhos desqualificados, precários e de baixo *status* social.

Além da diferenciação das relações de trabalho, interna à classe trabalhadora nacional, a clivagem étnica (e de gênero) reforça a tentativa de fragmentação da classe, insuflando a integração social, em detrimento a uma integração de classe.

A entrevistada Luisa, por exemplo, também relatou que no ambiente de trabalho tinha um “*Japonês bem japonês mesmo sabe, que xingava, que gritava que batia as coisas. Foi terrível. Ele era aquele japonês [o supervisor] bem arcaico mesmo, sabe, ele era machista, ele era racista.*”. Questionada sobre o que esse supervisor fazia, ela respondeu que:

“Ah, assim tipo “é isso é coisa de brasileiro”, quando você faz uma coisa errada tipo, isso é coisa de brasileiro. Falava na frente da gente. E as mulheres que estava trabalhando com ele estavam lá, sei lá, há mais de 15 anos e não falavam nada.”

Perguntada de que forma machista, respondeu Luisa,

“Ah, tipo que mulher não podia sair à noite, mulher não podia beber, ele bebia, e ia sair depois de trabalhar e daí ela falava [as outras trabalhadoras], “ah, a gente também vai”, [e ele] “não, vocês não podem, não sei o que, tem que ir para casa e fazer janta”. Sabe essa coisa bem... e ele era novo ele não era velho, ele tinha uns 45 anos e tinha este pensamento.”

Conforme o relato de Luisa, esse supervisor direcionava esses dois preconceitos somente as brasileiras que trabalhavam no local, reforçando assim a discriminação étnica e de gênero ao mesmo tempo. No entanto, é bastante curioso como o preconceito opera, pois, a despeito do supervisor dizer “*isso é coisa de brasileiro*”, quando alguma brasileira fazia algo errado, foi unânime na pesquisa de campo, relatos de que os brasileiros eram considerados os trabalhadores mais produtivos de toda a fábrica. Ainda que não se possa comprovar tal produtividade, podendo inclusive tal afirmação ser um preconceito, é notório a utilização conveniente do preconceito quando lhe é necessário estabelecer um sistema de hierarquia, pois, dependendo da situação o brasileiro é o mais produtivo¹⁹⁵, ou às vezes, é o trabalhador que não sabe trabalhar de forma adequada, na fala “*tinha que ser coisa de brasileiro*”.

Para Heller, acerca dos preconceitos negativos emanados da classe dominante— no caso desta pesquisa, na associação generalizante e negativa à “coisa de brasileiros” – é o reflexo da manipulação dos interesses imediatos dessa classe. Neste caminho, mesmo os trabalhadores japoneses que por ventura operem com tais preconceitos, resulta, seguindo a compreensão de Heller, da manipulação de sua particularidade individual que “[...] foram mobilizadas contra seu ser humano-genérico, e de um modo tal que passaram a aceitar como integração superior as formas ideais de serviço a uma ‘consciência de nós’”¹⁹⁶ (2011, p. 78). A “consciência de nós”, neste caso é

¹⁹⁵ O entrevistado André, quando perguntado sobre as outras nacionalidades presentes na fábricas, descreveu que os brasileiros eram os mais produtivos e os que tinham o maior salário se comparado aos outros de kasseguis latino-americanos. Quando questionado o motivo desta diferença, a respeito dos peruanos, ele relatou da seguinte maneira, “*Sei lá, má vontade, por isso que peruano é mal visto lá. Onde brasileiro ganha ¥ 1.200, peruano ganha ¥ 900 homem, e mulher ganhava ¥ 600.[...] Sempre ganha menos. A mão de obra brasileira é a mais valorizada. [...] só que como peruanos são muito manhosos então muitas empreiteiras só de ouvir falar em espanhol já fala, ‘ah desculpa tá difícil a situação’, então, tem muito disso, brasileiro é mais valorizado.*” É bastante curiosa a fala carregada de estereótipos que atravessa o imaginário dos próprios estrangeiros de outra nacionalidade presentes na mesma fábrica, em muitos casos, resultando em uma não integração dos estrangeiros e do não reconhecimento das semelhanças que a condição estrangeira pode carregar.

¹⁹⁶ A análise de Heller, (presente em seu livro *O Cotidiano e a História*) entretanto, é bastante interessante e polêmica quando na compreensão dos preconceitos de grupo (os preconceitos nacionais, raciais, étnicos), em seu sentido próprio, serem produtos da sociedade burguesa. Em primeiro lugar ela lança a questão “[...] a existência de preconceitos é *enquanto tal* necessária ou se é um fenômeno histórico e (consequentemente) relativo.” Heller argumenta que a resposta não é tão simples. No entanto, para ela, devido à possibilidade antropológica do preconceito estar constituído pela estrutura da vida cotidiana, isto é pelo individual-

manipulada em prol de uma ideia de nação, que por consequência, se remete a uma suposta homogeneidade étnica que hierarquiza e difere o “nós” do “eles”, o “eu”, do “outro”. A despeito do trabalho, no caso o trabalho socialmente necessário ser uma atividade humano-genérica, o de kassegui aparece para o japonês e vice-versa como o “outro”, clivado, não obstante a classe social ser o elemento que os une.

Essa aparente contradição não é de toda nova. A intersecção de classe, com gênero ou etnia/raça é fruto de inúmeros estudos sociológicos (Cf. FERNANDES [1972] 2007; HIRATA, 2002; LOBO, 1991; NOGUEIRA; 2004; SAFIOTTI; 1976, entre outros). No caso desta pesquisa, mesmo o imigrante que, em teoria, é um trabalhador coletivo, tanto quanto o japonês, aparece dotado – sob a clivagem étnica— de novas mediações que o coloca, do ponto de vista teórico e de sua possível práxis, sob novos desafios. Afinal, a contestação de sua condição enquanto trabalhador explorado perpassa a questão étnica. Não obstante, a nosso ver, a contestação de sua condição étnica manipulada pela exploração capitalista revela que o próprio questionamento desta condição, em última instância, traz a tona à contestação da própria relação social capitalista que se apropria das diferenças e características naturais para hierarquizar e fracionar a classe trabalhadora.

Para entender o desafio que mencionamos acima, o conceito *exploração-dominação/dominação-exploração* de Saffioti (2009) nos parece pertinente. Embora ela

particular, bem como pela produção do preconceito por grupos que sentem ameaçados em sua coesão, satisfazendo assim sua particularidade-individual, é possível que “os preconceitos poderiam deixar de existir se desaparecesse a particularidade que funciona com inteira independência do humano-genérico, o afeto da fé, que satisfaz essa particularidade, e, por outro lado, toda integração social, todo grupo e toda comunidade que se sintam ameaçados em sua coesão.” (2011, p.82). Por consequência, para esta autora, abre a possibilidade de que em uma sociedade onde todo homem possa a chegar a ser um indivíduo, da qual a particularidade deixe de funcionar “independentemente” do humano-genérico, quiçá, nesta sociedade, tal supressão dos preconceitos seja possível. Segue Heller, “Numa sociedade desse tipo, não seriam suprimidos os falsos juízos provisórios, mas desapareceria a adesão a eles, ditada pela fé, ou seja, desapareceria sua cristalização em preconceito”. (ibidem, p.83). Em tal sociedade, segundo este raciocínio, a coesão não precisaria se sustentar com o artifício do preconceito, uma vez que o conteúdo da “consciência de nós” seria a própria humanidade. Não obstante, Heller também discorre que em sociedades dinâmicas, a existência de forças conservadoras se faz presente, e como a potencialidade do ser humano a chegar à condição de indivíduo real é dada a cada ente singular, - e não uma condição em que todos os entes singulares necessariamente chegarão a ser indivíduos- , é bastante possível também que os preconceitos não sejam totalmente eliminados. No entanto, para ela neste caso, “[...] é possível, em troca, eliminar a organização dos preconceitos em sistema, sua rigidez e- o que é mais essencial- a discriminação efetivada pelos preconceitos.” (ibidem, p.83). Por não ser o escopo desta pesquisa, não nos aprofundaremos no debate acerca da origem do preconceito e conseqüentemente discriminação, não obstante, acreditamos que o aprofundamento acerca destas questões e o cotejo de distintas orientações teóricas sobre esta temática são extremamente importantes para pensar a condição imigrante, uma vez que em quase sua totalidade, são problemáticas que atravessam suas vidas.

tenha se debruçado mais profundamente na temática na questão da classe social em relação às desigualdades de gênero, sua obra contempla igualmente a análise da raça/etnia como elementos constitutivos deste nó, da tríade classe—raça/etnia—gênero, pois em suas palavras, “Sexismo e racismo são irmãos gêmeos” (ibidem, p.25). A respeito da exploração-dominação, tal qual Marx analisou na relação entre classe dominante e classe trabalhadora, esta noção teria como partícipes a relação social entre os sexos e a raça/etnia.

Para Saffioti, nesse nó, por exemplo, no caso da dominação de gênero, não haveria de um lado a exploração capitalista, e de outro, a dominação patriarcal. Pois segundo ela, não se trata de uma análise de cunho dualista, não havendo um processo de dominação separado de exploração. Nesse raciocínio

Uma pessoa não é discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada, porque, além de mulher, é ainda uma trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é triplamente discriminada. Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa. (ibidem, p.19)

Isto porque, conforme seu entendimento, “O nó (SAFFIOTI, 1985,1996), formado por estas três contradições, apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão” (ibidem, p.19)¹⁹⁷.

¹⁹⁷ A análise de Saffioti, além da problematização deste “nó” (ou nó) na atual sociedade brasileira, também se reporta a compreensão destas categorias do ponto de vista histórico. Para ela, por exemplo, “Desde seus inícios, a exploração econômica de mulheres faz-se conjuntamente com o controle de sua sexualidade” (2009, p. 30), do mesmo modo que “Na gênese do escravismo constava um tratamento distinto dispensado a homens e a mulheres. (ibidem, p.25). Segundo Saffioti, “Gênero constitui uma categoria ontológica, enquanto o mesmo não ocorre com a categoria patriarcal ou ordem patriarcal de gênero. [...] O gênero independe do sexo apenas no sentido de que a sociedade não se apoia necessariamente nele para proceder à modelagem do agente social. Há, no entanto, um vínculo orgânico entre gênero e sexo, ou seja, o vínculo orgânico que torna as três esferas [inorgânica, orgânica ser social] ontológicas uma só unidade, sendo indubitável que cada uma delas não pode ser reduzida à outra.” (colchetes nosso, p 25). Esta análise, traz também elementos para pensar as três contradições sociais básicas, segundo ela –classe-raça/etnia-gênero, do ponto de vista de sua origem (ou ontogênese e/ou filogênese destes), assim, possibilitando o debate acerca da possibilidade da superação destas contradições. Além disso, outras obras de Saffioti apontam uma tentativa de contribuição à teoria materialista da subjetividade, sendo que, por exemplo, sobre noção de identidade, esta autora pensa que as três identidades (gênero, raça/etnia e classe) sempre estiveram presentes, ainda que a intensidade de cada uma tenha mudado de acordo com a época histórica, em suas palavras “[...] dependendo da situação histórica vivenciada, uma delas pode apresentar mais relevo, e frequentemente o faz” (1997, p.18). Embora não possamos nos aprofundar neste debate, pensamos que o

Essa nova realidade compósita, se manifesta no caso que estudamos, na figura do trabalhador imigrante dekassegui, que é representado ao mesmo tempo pelo seu pertencimento a uma classe social, enquanto é um ser social clivado pela sua diferença étnica. No caso da trabalhadora dekassegui, além de ser parte da classe trabalhadora e de ser uma imigrante etnicamente distinta, sua condição de mulher a coloca como ser social dominado pela estrutura patriarcal. Entretanto, como já exposto, não se trata da somatória dessas distintas dominações-explorações, sendo que “O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um **nó**” (idem, *ibidem*, p.25). Esta nova dinâmica especial própria do nó, que, a nosso ver condensa a compreensão do trabalho imigrante, sendo neste caso, tomando emprestada a expressão de Saffioti, o **nó ontológico da questão migratória**.

3.3.2 O lugar do dekassegui no atual capitalismo japonês

A relação de exploração-dominação que o trabalhador dekassegui experiência, como vimos, está presente tanto no ambiente da fábrica, como em seu cotidiano. Conforme aprendemos com Saffioti, esta dominação-exploração nos é apresentada como um processo uno, onde a figura do imigrante não se dissocia da exploração capitalista e a discriminação experienciada, sendo ela constantemente potencializada.

Como tentamos compreender ao longo desta dissertação, e agora na introdução da relação exploração-dominação, percebemos que a existência do dekassegui, como trabalhador explorado e etnicamente discriminado ao mesmo tempo, só pode ocorrer em sua inter-relação com o trabalhador japonês e sob as relações sociais capitalistas de produção. Por essa razão que não faz sentido o estudo do trabalho imigrante apartado da análise que o insere como trabalhador coletivo, tal qual o trabalhador nacional, bem como

cotejo desta compreensão com a análise de Heller citada anteriormente (e possivelmente outros autores), abre uma rica discussão para compreensão do trabalho imigrante e classe social, bem como o papel da mulher nesta unidade.

de sua relação etnicamente distinta que engendra hierarquias dentro mesmo da classe trabalhadora.

Nesse sentido, a primeira observação é que o preço da força de trabalho de *dekassegui*, parece, à primeira vista, adequado ao nível de subsistência da média nacional da categoria. Isso porque, como vimos especialmente no Capítulo 2, o salário pago por hora aos *dekasseguis*, em sua forma bruta, não parece muito discrepante da renda mensal de um trabalhador da mesma categoria, bem como da média nacional. Essa não disparidade não é um fator irrelevante, pois é decorrente do caráter legalizado, do ponto de vista jurídico, desse fluxo migratório, incorrendo em um movimento migratório mais burocratizado. Através de uma migração legalizada, o imigrante pode, potencialmente, reivindicar os salários pagos à categoria, bem como sua relação contratual é estabelecida— aparentemente— como qualquer outro trabalhador. Afinal, juridicamente ele reside no país de forma legalizada, podendo evitar formas fraudulentas e obscuras de condições e relações de trabalho, uma vez que tem a possibilidade de acionar a justiça trabalhista sem constrangimentos de uma possível penalização em sua permanência no país.

A situação legalizada e burocratizada do *dekassegui*, sem dúvida, é uma das marcas registradas desse fluxo. Outros fluxos migratórios onde existe a presença de estrangeiros indocumentados, possivelmente acabam engendrando circunstâncias de submissão a condições laborais mais degradadas e com salários abaixo do nível de subsistência do país. Naturalmente, essa situação é favorável e funcional para alguns capitalistas que, dentro da ilegalidade, contratam esta força de trabalho com o preço abaixo da média nacional, muitas vezes em condições semelhantes à escravidão.

Apesar disso, segue-se que, não obstante à primeira observação sobre a imigração burocratizada do *dekassegui*, como mencionamos, a segunda observação é que, a primeira, traz apenas a possibilidade da aparente forma equitativa das relações e condições de trabalho. De outro modo, é dizer que a migração burocratizada, marca do *dekassegui*, empiricamente, não os faz menos vulneráveis aos nichos de trabalho reservados a população imigrante. Isso porque, essa burocratização e legalização dos fluxos diz respeito essencialmente às relações jurídicas referentes à migração, ou seja, concernentes ao seu status de permanência/residência em solo japonês. Este caráter,

certamente importante para garantia de certo patamar de condições de vida, entretanto, dificilmente contempla outras conquistas históricas dos trabalhadores nacionais. Exemplo dessas conquistas são os direitos políticos, diversas seguridades sociais (aposentadoria, férias, seguro saúde, seguro desemprego, seguro acidente, *bônus* (13º salário)), entre outras estabilidades que, apesar de ter como alicerce o âmbito jurídico, trás significativas melhorias para a vida do trabalhador.

Ademais, acerca do preço da força de trabalho do *dekassegui* ser, na somatória do valor da hora trabalhada, semelhante ao de um trabalhador nacional, isso revela apenas parte de sua condição. Isto porque, no caso do trabalhador japonês com contrato de formalizado e regulamentado, é somado ao salário, o *bônus*, bem como todos os seguros sociais já mencionados, e eles naturalmente entram no cálculo do preço da força de trabalho. Por essa razão que a contratação do trabalho *dekassegui* em fábricas japonesas continua sendo extremamente atrativa para o empresariado japonês. Sendo assim, a constatação dos entrevistados de que o brasileiro ganha mais que japonês é uma meia verdade, pois encobre tudo que não é auferido ao brasileiro.

Paralelamente, sob as relações capitalistas de produção, podemos dizer que a classe trabalhadora japonesa sentiu fortemente as consequências do avanço de reformas neoliberais que assolaram mundialmente a classe trabalhadora. Fora do ambiente de fábrica, principalmente no setor de serviços, as relações contratuais na informalidade como fenômeno mais expressivo da reestruturação produtiva, avançaram rapidamente desde a década de 1990 no Japão. Como exposto neste capítulo, as condições deterioradas e precarizadas de vida de dos trabalhadores japoneses revelam um cenário pouco conhecido desde o seu Pós-Guerra. São estas, as contradições postas pelo movimento do capital, que atinge de maneira relativamente semelhante toda classe trabalhadora, mesmo nos países de capitalismo central como o Japão. Especialmente os jovens e as mulheres, na atualidade, tendem a ser a fração de classe que mais sente o impacto das relações contratuais flexíveis, instáveis, manifestadas no *part-time job*, *arubaito* entre outras, que, por sua vez, engendraram fenômenos como os *cyber-refugiados*. Nesse cenário, podemos dizer que os trabalhadores nessas condições, expostos nesta pesquisa, vivenciam condições de vida muito semelhantes ao trabalhador *dekassegui*, no sentido de possuírem poucas expectativas

de melhoria em suas condições de vida. Tal como o trabalhador nikkei, a garantia de manutenção do emprego parece ser a tônica desses trabalhadores.

À luz dessas reflexões, originárias desta pesquisa, o entendimento de Chesnais (2006), sobre a Mundialização do Exército Industrial de Reserva nos parece pertinente para compreensão da função que o trabalho imigrante exerce na atual etapa do desenvolvimento capitalista. Para o autor, como o movimento do capital é confrontado permanentemente e obrigado a dar respostas, isso o obriga a encontrar todos os meios possíveis para contrariar o rebaixamento da taxa de lucro, que é uma tendência contínua do capitalismo. Nesse processo, a compreensão da mundialização do capital também diz respeito então a mundialização do “exército industrial de reserva, por intermédio da liberdade de estabelecimento, as deslocalizações/relocalizações e a liberalização das trocas, é **como um bloco** que o capital opõe essa potência aos trabalhadores.” (2006, n.p., grifo do autor). Isto é, a busca pela valorização do capital, a fim de evitar a inevitável lei da queda tendencial da taxa de lucro exposta por Marx (1988), faz com que o capital, como um bloco, nas palavras de Chesnais, possa liberar certas barreiras antes assentadas pela própria lógica do capitalismo de outrora.

Somente uma constatação dos fluxos migratórios internacionais e seu sucessivo crescimento a partir da década de 1980, com uma taxa do crescimento de imigrantes superior ao aumento populacional do mundo segundo estatísticas da ONU¹⁹⁸, é suficiente para exemplificar como a mundialização do capital vem acompanhada pelo aumento da mobilidade do trabalho. Novamente nas palavras de Chesnais, “[...] sustenta-se no facto de o exército industrial de reserva ser realmente mundial e de ser o capital como um todo que rege os fluxos de integração ou de repulsão, nas formas estudadas por Marx.” (2009, n.p.). Nesse raciocínio, ainda que Marx e Engels já tenham indicado n’*O Manifesto Comunista* ([1848] 2006) a tendência (e necessidade) expansionista do capital desde seus primórdios, a época da mundialização do capital fez avolumar de forma sintomática tal mobilidade.

Destarte, o exército industrial de reserva, mais do que nunca mundializado, se refere ao desenvolvimento em escala mundial da concorrência entre os trabalhadores em torno da venda do preço de sua força de trabalho (CHESNAIS, 2006). Os trabalhadores

¹⁹⁸ <http://www.iom.int/jahia/Jahia/lang/es/pid/1>

nacionais desempregados, em processo de precarização e/ou em vias de empobrecimento (como foi o caso dos dekasseguis) se lançam globalmente a fim de concorrer cada vez mais por escassos trabalhos ao redor do mundo.

Por sua vez, para os capitalistas dos países de economias centrais que ainda podem (ou podiam) contar com uma maior estabilidade econômica, com índices menores de desemprego e uma população nacional que podia rejeitar os postos de trabalho considerados precários, degradantes ou de baixo *status social*¹⁹⁹, esse exército industrial de reserva mundializado torna-se extremamente funcional justamente para poder baixar o preço da força de trabalho. Nesse movimento, não por acaso, a atração de um contingente populacional de trabalhadores imigrantes desqualificados por parte de um país, em alguns casos pode se tornar o primeiro passo, dentre outros, para o consequente rebaixamento do preço da força de trabalho de sua própria população. No caso japonês, como vimos, de fato, a entrada dos trabalhadores brasileiros na década de 1990 coincide com a época na qual se sucederam as grandes reestruturações produtivas e o processo de precarização da classe trabalhadora japonesa, bem como o declínio de sua renda já exposta nesta dissertação.

Temos como compreensão, acerca do rebaixamento do preço da força de trabalho, os pressupostos teóricos de Marx sobre o exército industrial de reserva, onde ele entende que,

Grosso modo, os movimentos gerais do salário são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que correspondem à mudança periódica do ciclo industrial. Não são, portanto, determinados pelo número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército industrial de reserva, pelo acréscimo e decréscimo da dimensão relativa da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida ou liberada. ([1867], 1985b, p. 204).

¹⁹⁹ Fenômeno presente não somente no Japão, mas que ocorre igualmente em grandes centros urbanos de países da Europa central, como nos EUA, onde considerável parte dos trabalhos desqualificados e de baixo *status social* é executado por imigrantes e seus descendentes. Contudo, pode-se dizer que no caso japonês, devido a baixa taxa de estrangeiros (1,67% da população) no país, a concentração destes, como já exposto, situa-se nas indústrias de transformação, ao passo que nos países europeus e EUA, há uma relativa distribuição destes trabalhos imigrante precarizantes em todo o mercado da força de trabalho, como por exemplo, no setor de serviço em atendentes do comércio, funcionários de limpeza, seguranças, motoristas entre outros.

Esta superpopulação relativa, mundializada, como base que sustenta a lei da oferta e da procura da força de trabalho serve, portanto, para pressionar o declínio do preço da força de trabalho nacional, bem como para acirrar — cada vez mais — a concorrência entre trabalhadores.

Sem sair dessa linha de raciocínio, a reflexão de Ursula Huws nos parece pertinente na medida em que ela entende que a divisão internacional do trabalho comporta dois aspectos; o movimento do trabalho rumo às pessoas e o movimentos das pessoas rumo ao trabalho (2012). O primeiro movimento se remete ao fluxo das empresas (terceirização para outras regiões) e o segundo a mobilidade dos trabalhadores via imigração. Em ambos os casos, os trabalhadores constituídos pelo exército industrial de reserva tem o propósito de preencher as forças de trabalho necessárias no momento, de maneira mais barata e mais eficiente que as relações de trabalho que os precederam. Ainda para a autora, “[...] existem tanto barreiras como pontes para os livres fluxos de investimento de capital, bens e serviços através das fronteiras, assim como existem barreiras e pontes para a livre circulação do trabalho”²⁰⁰ (ibidem, p.2, tradução nossa).

Não por acaso, tendo apenas a economia japonesa com parâmetro, o próprio grupo Toyota, devido a sua magnitude, opera em ambas as frentes. Por um lado, em sua ampla rede de subcontratação continua a depender da força de trabalho de kassegui desqualificada e precarizada, como por outro, desde a década de 2000 tem investido maciçamente na transferência de sua produção para o exterior, sendo que no ano de 2009, mais da metade já era realizada fora do território japonês (SHIOMI e UEHARA, 2011).

Pensamos ser importante essa reflexão para pensar que ambos os movimentos são constitutivos da mesma totalidade dentro das relações sociais capitalistas de produção. Por isso que, de acordo com sua necessidade, o capital como sujeito e o capitalista enquanto sua “personificação”, ora transfere sua produção para os países cujo preço da força de trabalho seja mais atrativo e que possa eventualmente ter um menor movimento

²⁰⁰ [...] *there are both barriers to and bridges for the free flows of capital investment, goods and services across borders just as there are barriers to and bridges for the free movements of labour.*

de resistência (SILVER, 2005), bem como expulsa ou atrai trabalhadores para sua produção. Tal importância, a nosso ver, reside no fato da compreensão do trabalho imigrante na contemporaneidade, no caso estudado o trabalho de kassegui, de que movimento migratório não se configura como fator contingencial, ou oriundo somente de pontuais crises econômicas nos países de origem ou de destino que fizeram atrair ou repelir tais trabalhadores. Mais do que isso, o trabalho imigrante de kassegui se configura dentro da própria lógica capitalista em extrair o máximo de mais valia, seja qual for a condição necessária para isso. Nesse caminho, apesar de suas particularidades, ele se insere no conjunto da mobilidade global dos trabalhadores necessários à reprodução do capital. Aqui, o nosso entendimento é de que o fator de atração e expulsão de imigrantes se inscreve dentro de uma mesma unidade que é o próprio sistema sociometabólico do capital (MÉSZÁROS, 2002), assim, como manifestação da diversidade do uno.

As “barreiras e pontes”, expressões utilizadas por Huws (2012) nos parece extremamente adequada para sinalizar as políticas de Estado direcionadas ao trabalho imigrante, assim como foi o caso do fenômeno de kassegui. Tendo a materialidade concreta da necessidade do capital em atrair determinada força de trabalho, segue que as relações jurídicas como reflexo destas, ora cria barreiras dificultando o acesso dos imigrantes, via restrições das leis migratórias, ora flexibiliza essas leis, criando as “pontes” necessárias à atração do trabalho imigrante. De todo modo, neste estudo, a direção em que esse movimento ocorre, de modo geral, parte de determinações impostas pelo mundo do trabalho que, tendo o Estado nacional como agente que possibilita a criação de “pontes e barreiras”, pode constantemente colocar em movimento suas práticas, ao contrário do ideário liberal (exposto no Primeiro Capítulo), e a vertente pós-moderna, que tentam sustentar suas análises na liberdade individual de ir e vir.²⁰¹

Huws ainda argumenta que em épocas de mundialização, os impactos procedentes da divisão internacional do trabalho são variados, carregando forças contraditórias em seu próprio movimento (ibidem). Um exemplo dessas contradições, por

²⁰¹ Não obstante, cabe aqui uma ponderação (como já mencionado no Cap. 1) de que, além da migração internacional que parte do mundo do trabalho, sendo esta majoritária, sabemos que há os fluxos migratórios oriundos de migrações compulsórias como desastres naturais (terremoto, furacão etc), por motivos políticos, de guerra, entre outras migrações de natureza aparentemente marginal às determinações diretas do trabalho.

exemplo, está na necessidade por parte de alguns países na atração de força de trabalho imigrante por um lado, ao mesmo tempo em que existem políticas de Estado e interesses locais de caráter conservador que tentam repelir imigrantes de certas nacionalidades (em nome de uma “fronteira nacional”), e estimulando outros fluxos migratórios simultaneamente. Por fim, Huws acredita que se o trabalho fosse organizado internacionalmente, tal como o capital, então o equilíbrio de forças poderia ser bem diferente (ibidem).

Essas contradições certamente se fazem presentes no fenômeno de kassegui. A organização desses imigrantes igualmente está em movimento, carregando em seu bojo disputas ideológicas entre capital e trabalho, não obstante ao seu interesse de classe. Sua não participação política no jogo político institucional por vias eleitorais não faz deles sujeitos politicamente passivos. Conforme o depoimento da entrevistada Rosa, quando questionada se já havia presenciado greves de kasseguis, ela afirmou que

“Em uma fábrica que trabalhei teve greve dos brasileiros de dois dias. Eles queriam yuukyuu [descanso remunerado]. Mas eu e alguns não participamos. Eu disse que tinha que pensar em mim, e eu não queria me prejudicar. Eu não queria yuukyuu e queria defender o meu interesse também. O que aconteceu foi que os 20 brasileiros que fizeram greve foram todos mandados embora.”

Como podemos perceber, as contradições e ideologias frente ao mundo do trabalho dentro do movimento de kasseguis estão em constante disputa.

De acordo com essas considerações, pensamos que o lugar do trabalho imigrante de kassegui comporta todas as ambiguidades e contradições inerentes à sociedade de classes. Ele é representativo do movimento e avanço destruidor do capital em precarizar a vida dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que experimenta a posição em ser o “outro” etnicamente diferente nessa mesma sociedade de classes.

O imigrante, portanto, figura emblemática da mundialização do capital é, ao mesmo tempo, o sujeito desse processo, bem como agente em potencial, que pode carregar a possível transformação desta realidade, uma vez que a crítica à “consciência de nós”, pautada no nacionalismo provada por ele (mediante a xenofobia), abre brechas para uma

possível consciência internacionalista, visão de mundo necessária à luta para superação das relações sociais capitalistas de produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender o que é o imigrante é um desafio moderno, atual e exercício necessário para qualquer um que deseja refletir a contemporaneidade. Desde a antiguidade, o deslocamento populacional se fez presente, ainda que fortemente limitado por barreiras naturais que dificultavam sua mobilidade. Não obstante, o caráter expansionista das relações sociais capitalistas de produção e o desenvolvimento das forças produtivas antes nunca vistas, podem potencializar os movimentos migratórios, alterando quantitativamente o volume desses fluxos, como transformando qualitativamente o sentido das migrações modernas. Partimos da interpretação de Marx, onde ele entende que “cada modo de produção histórico tem suas leis populacionais particulares, historicamente válidas.” ([1867] 1985b, p.200). Nesse caminho, tentamos nesta dissertação, contribuir com o debate dos movimentos migratórios inserido na atual etapa do capitalismo, isto é, em épocas de mundialização do capital.

Além da pontuação histórica, na citação de Marx, a análise do moderno imigrante, tal como o modo de produção capitalista e a sociabilidade dele decorrente é marcada por diversas contradições próprias a este modo de produção, sendo ele mesmo reflexo e figura emblemática do trabalhador moderno. Nesta linha de raciocínio, segue-se que o imigrante, assim como a população, não se trata de um conceito abstrato, descolado da materialidade da qual ele faz parte. Portanto, é preciso qualificar *quem é esse imigrante*, e de quais *fiões invisíveis* ele é refém. Destarte, acreditamos que, para estudar o imigrante moderno, qualquer que seja o enfoque da análise, necessariamente passa pela mediação com as relações de trabalho, uma vez que partimos da compreensão da posição central que o trabalho na sociedade de classes.

À luz deste raciocínio, tentamos com esta pesquisa, fazer uma reflexão a fim de compreender **o lugar que o dekasegui ocupa** na sociedade japonesa. Não como abstração sociológica, mas como um ser social e sua historicidade, posto em movimento pelas relações sociais capitalistas de produção e atravessado pelas contradições inerentes à sociedade de classes. Apenas para pontuar algumas contradições mais marcantes deste

fenômeno, temos a questão da classe social, etnia/raça, gênero, nacionalidade, cultura, língua, hábitos, sentimento de pertencimento, entre outras questões que são próprias ao fenômeno de kassegui.

O de kassegui, antes de ser um migrante, é um trabalhador assalariado. Como vimos no Primeiro Capítulo, não somente dos entrevistados, mas, conforme todos os estudos que tratam da temática apontaram para a estreita relação entre o ato de migrar e as necessidades econômicas como fatores decisivos para a migração. Sem desconsiderar que a curiosidade e gana de conhecer o país de seus ancestrais façam parte do plano, sem o determinante material de ser um trabalhador assalariado, empobrecido com o neoliberalismo brasileiro, e as promessas de melhores salários no Japão, dificilmente tal mobilidade teria tamanho alcance. Por isso que a condição imigrante é posterior à condição de trabalhador assalariado. Nesse sentido, podemos dizer que o seu reverso é verdadeiro, no sentido de que, (quase)²⁰² todo o trabalhador assalariado é um imigrante em potencial.

Em épocas de mundialização do capital, em meio ao neoliberalismo, crise econômica e desemprego estrutural, parece bastante inevitável que o exército industrial de reserva incorpore um contingente de trabalhadores nunca antes visto. Todavia como observação mais ampliada e que escapa do escopo central desta pesquisa, pensamos que carece um estudo mais aprofundado sobre a atualidade do exército industrial de reserva, em tempos de desemprego estrutural. No entanto, dentro de nossos limites, o intuito de compreensão do lugar do de kassegui, inevitavelmente perpassa problematizar a função do exército industrial de reserva na contemporaneidade. Se a mobilidade do capital ganha uma maior agilidade, por consequência, é natural que o exército industrial de reserva igualmente acompanhe tal mobilidade. Como nos ensinou Gaudemar, essa mobilidade é sinônimo da própria noção da liberdade de vender a força de trabalho, realizada desde a acumulação primitiva do capital mediante expropriação das terras e dos meios de produção que o trabalhador sofreu, tal como analisou Marx (1976). Entretanto, vale dizer que,

²⁰² Pontuamos como “quase” todos os trabalhadores assalariado, pois, conforme apontam alguns estudos da demografia (PATARRA, 2005 entre outros), não são “os mais pobres” que emigram, mas sim, um trabalhador que pelo menos tenha uma renda suficiente para o planejamento mínimo de sua trajetória migratória.

quando o exército industrial de reserva extrapola as fronteiras dos Estados nacionais, a compreensão dessa população e trabalhadores se torna um pouco mais complexa.

Bem como compreendeu Mészáros, “Para os pensadores que adotam o ponto de vista do capital, foi sempre muito difícil resolver a contradição entre a tendência fundamental de desenvolvimento econômico transnacional expansionista e as restrições a ela impostas pelos Estados nacionais historicamente criados” (2002, p.227). A nosso ver, o trabalho imigrante também apresenta essa “dificuldade”, uma vez que não só o capital, mas a força de trabalho mundializada e transnacionalizada, também pode esbarrar com os Estados nacionais historicamente criados, fortes e protecionistas, aparentemente, para os que adotam o ponto de vista do capital, podendo apresentar uma contradição no movimento (RONCATO, 2012). É aqui que a ideia da Huws, onde haveria as “*pontes e barreiras*” (2012) desta mobilidade se torna interessante.

Diferentemente de uma análise circunscrita nos limites da classe trabalhadora nacional, a particularidade na compreensão do trabalho imigrante está em pensar a questão da mobilidade, assim como em pensar o Estado nacional (de origem e destino) com as *barreiras e pontes* criadas por ele, ainda que ambos os trabalhadores estejam inseridos em uma mesma totalidade marcada pelas relações sociais capitalistas de produção.

A forma em que essas *pontes e barreiras* assumem está na relação jurídica estabelecida em ora “barrar” ou “liberar” a entrada desses estrangeiros. No caso do dekassegui, como vimos, a *Reforma da Lei Migratória* em 1990 foi o importante momento de abertura para que esta força de trabalho— previamente selecionada— pudesse circular livremente. Nessa mesma época, paralelamente à *ponte* criada para entrada de brasileiros, foi imposta uma *barreira*, através do rigor de fiscalização para a força de trabalho que se encontrava indocumentada (oriundos da China, Coréia do Sul, Filipinas, Tailândia, Paquistão, Bangladesh, entre outros) no Japão. Como pudemos perceber, a entrada de brasileiros em solo japonês não ocorre sem uma prévia materialidade social que os necessitasse, bem como é ela o resultado histórico da tradição migratória japonesa.

Conforme tentamos dissertar, apesar da existência de estrangeiros no Japão, a presença deles nunca foi bastante expressiva do ponto de vista quantitativo. Sua geografia insular e o histórico de autoisolamento (entre 1639- 1854) fizeram deste país um lugar que

teve um contato com o *outro estrangeiro* relativamente tardio se comparado aos países com forte tradição migratória no Pós- Segunda Guerra, como a Europa e Estados Unidos por exemplo. Assim, mediante uma conjuntura de carência de força de trabalho, envelhecimento populacional e reestruturação produtiva, a *Reforma da Lei Migratória* se mostra funcional ao capitalismo de outrora, resultando em uma migração etnicamente selecionada.

Após a entrada bastante facilitada que os nikkeis tiveram, podemos afirmar que sua permanência não ocorre do mesmo modo. Por um lado, por ser uma migração altamente burocratizada (devido a “legalidade” deste fluxo), a existência de diversas instâncias para que os trâmites necessários à migração se tornem mais eficientes acaba por facilitar o fluxo migratório. As empreiteiras, agências de recursos humanos, agências de turismo e viagem acabam agilizando o processo da viagem, de encontrar trabalho, de visto, de moradia entre outras questões que o dekassegui talvez encontrasse dificuldade em resolver de maneira isolada. Ademais, depois de 20 anos deste fenômeno, as chamadas redes sociais entre brasileiros também se configuram como elementos de auxílio mútuo em sua trajetória.

Não obstante, como expusemos no Capítulo 2, a burocratização do movimento migratório e a legalidade em poder trabalhar no Japão, não privou os dekasseguis de condições e relações de trabalho menos adversas. Grande parte deles está circunscrita em nichos de trabalho reservados ao imigrante, isto é, na indústria de transformação. Os brasileiros que porventura trabalham no serviço, em sua grande maioria se situam em estabelecimentos quase que exclusivamente voltados para a comunidade brasileira. Ou seja, a nosso ver, a existência de um contingente de brasileiros que está no setor de serviços é, até o momento, em consequência da existência da força de trabalho empregada pelos japoneses, não se configurando como fenômeno autossustentável. Como relatou o entrevistado Francisco, sobre a cidade de Hamamatsu, onde há uma grande concentração de brasileiros e seus comércios, na época da crise “*Em Hamamatsu, muitos comércios fecharam. A maioria veio embora, deu uma boa reduzida no número de brasileiros.*”. Através deste relato, podemos imaginar a fragilidade destes estabelecimentos e sua dependência com a força de trabalho situada na indústria.

Os brasileiros que trabalham na indústria, por sua vez, aparentemente realizam o mesmo trabalho que o operário japonês no chão de fábrica. Entretanto, as relações contratuais às quais eles estão submetidos se diferem substancialmente de seu companheiro de nacionalidade japonesa. E essas relações contratuais se desdobram em condições de trabalho igualmente distintas e desiguais. Como apontamos no Segundo Capítulo, a informalidade das relações de trabalho no Japão vem crescendo de maneira significativa, sendo que no ano de 2012, mais de 35 % dos japoneses não possuíam uma relação contratual de tipo efetiva. No entanto, essa realidade se mostra menos saliente no setor industrial, tendo neste ramo um número consideravelmente maior de contratos efetivos (72.8% em 2012) se comparado aos outros setores. Ou seja, no atual momento do capitalismo japonês, o operário nacional ainda possui uma relação de trabalho relativamente estável.

Ao contrário, o brasileiro imigrante está quase que em sua totalidade empregado informalmente. Deste modo, nos parece que é bastante nítida a funcionalidade da força de trabalho imigrante dentro do Sistema Toyota de Produção. Sendo este sistema flexível dentro do processo de trabalho, exige-se tal flexibilidade inclusive nas relações contratuais. No entanto, no caso japonês e sua indústria, devido à penosa jornada de trabalho, condições adversas, por vezes com um alto índice de periculosidade, o baixo *status* social, os chamados 3 *K's* (sujo, perigoso e pesado) fazem com que muitos japoneses ainda possam evitar sua entrada no setor industrial. Por esta razão que o trabalhador japonês que porventura entre para o setor industrial, em compensação, ainda pode obter tais estabilidades.

São pelas razões apontadas acima que, para a contínua manutenção da flexibilidade do modelo japonês, é necessário um contingente marginal a esta estabilidade. Um contingente que seja, contraditoriamente flexível e instável, mas, ao mesmo tempo permanentemente pronto para vender a sua força de trabalho. São esses fios invisíveis que constituem o trabalhador imigrante *dekassegui*. Contingente que não está à margem do modelo japonês, mas que a existência dos aparentemente contrários - trabalhadores estáveis e flexíveis – faz parte de uma mesma unidade.

Naturalmente, as condições de trabalho decorrente da informalidade se desdobram de maneiras visivelmente desiguais. Como pudemos constatar através das entrevistas de campo, a jornada de trabalho excessivamente longa e com turnos instáveis, a rotatividade mesmo dentro da empresa, a falta de regulamentação de diversas modalidades de seguros são alguns dos exemplos das relações laborais precarizadas.

O cotidiano do dekassegui, igualmente se mostra fortemente dimensionado pelo mundo do trabalho. Paradoxalmente, o dekassegui, uma vez aterrissado em solo japonês, ao contrário sua grande mobilidade geográfica pela viagem Brasil-Japão, sua mobilidade interna no mercado da força de trabalho japonês é bastante limitada. Por isso que sua cidade de residência, seu local de moradia, seu tipo de habitação estará fortemente sujeito ao lugar reservado para o trabalhador imigrante e trabalhadores japoneses com menos recursos. Consequentemente, o surgimento de bairros com marcada presença de nikkeis em regiões altamente industrializadas se mostra um cenário não aleatório, mas bastante previsível, o que denota mais uma vez a funcionalidade deste fenômeno para as empresas locais.

Ademais, o cotidiano do dekassegui, no atual momento, todavia se mostra inserido em uma vivência de relações sociais reduzidas aos seus compatriotas, com diversos episódios de discriminação que parecem evidenciar o caráter aparentemente contraditório de sua situação. A condição imigrante, em teoria transitória, incorre em uma não garantia de diversas seguridades sociais conquistadas historicamente, ou seja, a chamada cidadania burguesa tampouco está assegurada para eles que são os “outros” naquela sociedade de classes. Ele é ao mesmo tempo funcional a reprodução do capitalismo, estando também à margem das conquistas históricas que a sociedade japonesa pode oferecer aos seus.

Porém, como pudemos constatar especialmente a partir do Capítulo 3, os trabalhadores japoneses igualmente sofrem um processo de exclusão das relações de trabalho estáveis e com garantias. Ao sair da fábrica, no setor de serviço principalmente, a informalidade e precárias relações contratuais tem se mostrado um fenômeno crescente. Os jovens, os trabalhadores com idade mais avançada que foram atingidos pelas reestruturações produtivas desde a década de 1990, cada vez mais se encontram obrigados

a se submeterem a contratos de trabalhos temporários, *part time job*, *arubaito*, sem remuneração fixa e com alta rotatividade. Não por acaso que fenômenos sociais antes inexistentes, tais como os *cyber-refugiados* e *refugiados dos McDonald's* se mostram como modernas manifestações do que é ser um morador de rua. Sua particularidade está em que, a despeito de sua condição de *homeless*, eles são também inseridos em modernas formas de exploração do trabalho. Esta aparente contradição engendrada pela atual etapa do desenvolvimento capitalista, certamente demonstra a capacidade do capital na exploração da força de trabalho das maneiras mais diversificadas.

À luz deste cenário socioeconômico, o que chamamos de *novo modelo japonês*, a compreensão do lugar do trabalho imigrante se mostrou bastante profícua. A razão de tal proficuidade está em pensar o lugar do imigrante imerso nesse cenário. Pois, como tentamos expor, sem a compreensão da sociedade japonesa, particularmente o mundo do trabalho mais *stricto sensu*, a análise de *dekassegui* carece da mediação necessária à complexidade do fenômeno. Sendo os determinantes econômicos oriundos do mundo do trabalho o grande impulsionador deste fluxo, a saber, como o trabalho vem se metamorfoseando ao logo deste mais de 20 anos de imigração de *dekassegui* é fundamental.

A crise econômica de 2008 se mostrou bastante propícia para esclarecer algumas particularidades dos *dekasseguis*, como por exemplo, o impacto sobre a população *nikkei*. Como tentamos argumentar, as formas desiguais de inserção no mercado de trabalho ocorrem no momento de entrada (via relações contratuais distintas) na fábrica. Porém, uma vez inseridos no processo produtivo, o *dekassegui* se mostra em uma posição igualmente instável, tal como um trabalhador japonês de tipo *arubaito*, por exemplo. É por essa razão que o impacto da crise de 2008 ocorreu em função do setor industrial em que ele estava posicionado (eletroeletrônico e de automóvel), bem como pela sua relação contratual. Não obstante, essa situação não se traduz em trajetórias livres de impedimentos próprios à condição imigrante. Como estrangeiro, um sujeito etnicamente marcado e reconhecido como *o outro*, o *dekassegui* sofre constrangimentos alheios ao trabalhador nacional.

Para pensar essa condição do trabalhador imigrante, o conceito de *exploração-dominância* utilizado por Saffioti (2009) nos pareceu elucidativo. A nosso ver, tendo as

relações capitalistas de produção como sujeito, a emergência de distintas formas de preconceitos se mostra reanimada em função da reprodução do capital. Estas formas de preconceitos que podem resultar em discriminações, porém, sobrepujam o mundo do trabalho, abrangendo toda sociabilidade capitalista. O imigrante, mas não qualquer imigrante, porém especialmente o imigrante desqualificado, da classe trabalhadora precarizada e oriundo de países periféricos do capitalismo, não à toa, são os mais atingidos pela discriminação e xenofobia. O dekassegui, deste modo, tem a sua trajetória migratória constantemente marcada por esta *dominação-exploração*. Como salientou Saffioti, no entanto, por não se tratar de uma análise dualista, a emergência deste *nó* da questão migratória, não separa por um lado a exploração que ele sofre no mundo do trabalho, com a dominação que ele poderia experienciar em seu cotidiano. Pelo contrário, a relação de *dominação-exploração* se evidencia em um fenômeno qualitativamente distinto. É nessa relação que entra em cena o trabalhador imigrante dekassegui, e é por essa razão que a compreensão dele se mostra qualitativamente distinta e mais complexa do que a análise de um trabalhador nacional. Obviamente que o conceito *exploração- dominação* não é exclusivo do imigrante. Esta lógica, a distinção, a clivagem hierarquizada pelo sexo, bem como raça/etnia perpassam e atravessam diversos grupos sociais na sociedade. Ainda assim, no caso do trabalhador imigrante desqualificado, tal lógica se torna, antes de tudo, sua condição de existência.

A mobilização das diferenças sociais em prol da exploração capitalista se manifestou em inserções desiguais dentro do mercado de trabalho, no tratamento dispensado dentro da fábrica, em pequenas e aparentemente sutis discriminações cotidianas, o que, por sua vez, acaba por induzir todo um controle do imigrante, assim como intervindo em sua subjetividade.

Como sugerem estudos da temática, é bastante comum entre os brasileiros a competitividade, conflitos ou algumas posturas de aparente desunião dentro da fábrica (SHISHITO, 2012; SUGUIURA, 2009 entre outros), o que, segundo nossa compreensão, certamente são alguns reflexos da mobilização das diferenças sociais. Como aponta a fala coletada na pesquisa de campo, nas palavras do entrevistado André que “*preferia morar longe de brasileiros*” e que já disse ter “*brigado bastante com os brasileiros folgados*”.

Não foram raros os depoimentos que indicavam os conflitos e episódios de concorrência entre os compatriotas. Este mesmo entrevistado, quando perguntado como se sentiu em relação às sua vivência e realização de vida no Japão, respondeu que

“Eu acho que ...sim. Eu acho que eu fiz um bom trabalho, eu to falando mais nesta última empresa que eu trabalhei. Eu consegui mudar bastante coisa lá, eu consegui contribuir bastante para a empresa, eu acho que foi bem bacana isso, e consegui mudar a imagem que eles tinham de estrangeiros.”

É bastante sugestiva a introjeção da disciplina laboral e do ideário do colaborador da empresa na fala do entrevistado. A vontade de mudar a “*imagem que eles tinham de estrangeiros*”, em um imaginário social criado pelos japoneses, faz com que, às vezes, imponha uma tentativa de melhorar seu desempenho no trabalho, tal como fez o André.

O lugar do imigrante dekassegui, destarte, é clivado pela sua diferença étnica ao mesmo tempo em que é semelhantemente explorado pelo capital, numa posição aparentemente bastante contraditória. Dentro do mesmo raciocínio, tomando emprestado o título do livro de Cecília Toledo, *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide* (2005), podemos dizer que, no caso do trabalhador imigrante inserido na sociedade de classes, a expressão adequada seria a **Imigrante: a etnia nos divide, a classe nos une**. E esta é uma das ideias centrais que tentamos expor nesta dissertação, assim como assinala o lugar do outro na sociedade de classes.

A união de classes e solidariedade certamente se fazem presentes, ainda que em um terreno espinhoso, marcado por conflitos e contradições. Especialmente desde a crise econômica de 2008, sindicatos brasileiros que atuam em conjunto com os trabalhadores japoneses, dekasseguis filiados aos sindicatos japoneses, movimento de trabalhadores imigrantes reivindicando melhores condições de trabalho certamente são indicativos para uma abertura na solidariedade de classe. Depois de mais de duas décadas do surgimento deste fenômeno, mesmo que gradativamente, tal solidariedade não parece ser impossível, uma vez que os condicionantes materiais cada vez mais tendem a se assemelhar.

REFERÊNCIAS

- AMAMIYA, Karin. **Precariato**. Digital Hiyatoi Sedai no Fuan no Ikikata (プレカリアート。デジタル日雇い世代の不安の生き方。). Tokyo, Yosensha. 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo. Cortez, 2005.
- _____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo. Boitempo Editorial, Edição revista e ampliada, 2009.
- ASANO, Kazuya. A Policy of Shorten Working Hours in Toyota (トヨタの労働時間短縮政策: 週休2日制導入の議論を中心に) **Chuukyoku Keiei Kiyoku**, nº 8, p. 1-40, 2008. Disponível em: http://ci.nii.ac.jp/els/110007139031.pdf?id=ART0009085110&type=pdf&lang=en&host=cinii&order_no=&ppv_type=0&lang_sw=&no=1365885761&cp= Acesso em 13 de abr. de 2013.
- BASSO, Pietro. L'orario di lavoro a inizio secolo, In: PAGLIARONE Antonio e SOTTILE, Giuseppe (a cura), **Ma il capitalismo si espande ancora?**. Trieste. Asterios Editore, 2008.
- BELTRÃO, K. I., SUGAHARA, S. **Permanentemente temporário:** dekasseguis brasileiros no Japão. Revista brasileira de Estudos de População, São Paulo, n.1, v. 23, 2006.
- BERNARDO, João. **Democracia totalitária:** teoria e prática da empresa soberana. São Paulo. Cortez, 2004.
- BIHR, Alain. **Du “Grand Soir” a “L’alternative”** Le mouvement ouvrier européen en crise. Paris. Les Editions Ouvriers, 1991.
- BOITO, Armando Jr. **Classe Média e Sindicalismo**. POLITEIA: His.t. e Soc. Vitória da Conquista, v..4, n.1, 2004.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista:** A Degradação do Trabalho no Século XX. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores, 1981.
- CAVALCANTE, Sávio. **Reflexões sobre as “classes médias” no capitalismo contemporâneo**, In: VII Seminário do Trabalho: trabalho, educação e sociabilidade, 2010, Marília. Trabalho, Educação e Sociabilidade, 2010. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/> Acesso em 20 de março de 2012.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo. Xamã, 1996.

_____. A mundialização do Exército Industrial de Reserva. **O Comuneiro**, Revista Eletrônica n. 3, set. 2006. Disponível em: <http://www.ocomuneiro.com/nr03_01_francois.htm> Acesso em 1 fev. 2012.

_____. Crise vem pôr a nu os limites históricos do sistema capitalista. Revista. **O Comuneiro**, n. 7, set. 2008. Disponível em: <http://www.ocomuneiro.com/nr07_02_francoischesnais.html> Acesso em 01 jul. 2013.

CIATE- Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior, **Noções de Direito Trabalhista no Japão**. Conhecimentos Básicos Úteis Necessários. Kanagawa Associação dos Japoneses e Nikkeis no Exterior, 2011a.

_____. **Relatório do Encontro dos Colaboradores Regionais do CIATE-2010**. Editora Mania de Livro, 2011b.

CORIAT, Benjamin. O taylorismo e a expropriação do saber operário, In: PIMENTEL, D., COSTA E SILVA, F. (Orgs.) **Sociologia do Trabalho**. Lisboa: A regra do jogo, 1985.

CORNELIUS, Wayne A. Japan: the illusion of immigration control. In: CORNELIUS, Wayne; MARTINS, Phillip L. & HOLLIFIELD, James F. (eds.). **Controlling immigration**. A global perspective. Standford, Califórnia: Standford University Press, 1995, p.375-415.

COSTA, João P. C. COSTA. **De decasségui a emigrante**. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 1999.

_____. **A Loucura do Trabalho**: Estudo de Psicopatologia do Trabalho. São Paulo. Cortez, 2001.

ESTANQUE, Elísio. **A Classe Média**: Ascensão e Declínio. Fundação Fracisco Manuel dos Santos. Lisboa, 2012.

EUROSTAT, 2011. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-SF-11-034/EN/KS-SF-11-034-EN.PDF> Acesso em 3 de ago de 2011.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**, São Paulo. Global Editora, 2007.

FERREIRA, Ricardo. **Migrações internacionais: Brasil ou Japão**. O movimento de inserção do dekasegui no espaço geográfico pelo consumo. 2007. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

_____. **Espaço e modo de vida**: por um outro uso do território no movimento de kassegui. In: IV Encontro Nacional sobre Migrações - ABEP, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/does/anais/outros/4Enc.NacSobreMigracao/ST1-1.pdf>> Acesso em 21 de maio de 2013.

FONTES, Virgínia. **O imperialismo tardio** – expropriação, trabalho, política e cultura. In: Congrès Marx International V: Altermondialisme – Anticapitalisme pour une cosmopolitique alternative, Out. 2007.

FRANCO, Tânia, Karoshi, o trabalho entre a vida e a morte. **Caderno CRH**. Salvador. n. 37, p141-161, jul/dez de 2002.

FREYSSINET, Michel; HIRATA, Helena. Mudanças tecnológicas e participação dos trabalhadores: os círculos de controle de qualidade no Japão. **-Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, jul./set. 1985.

FRUIN, Mark, The family as a firm and the firm as a family in Japan: the case of Kikkoman Shoyu Co. Ltd., **Journal of Family History** 5(4):432–49, 1980.

FURUSAWA, Masayuki. **Nihon kigyō no Burajiru tenkai ni okeru nikkeijin no daisan bunkatai toshite no kanousei** (日本企業のブラジル事業展開における日系人の第三文化体としての可能性) *Oosaka shōgyō Daigaku tonshū*, 7(3), p. 1-21, 2012. Disponível em: <<http://ouc.daishodai.ac.jp/files/furusawa16301.pdf>> Acesso em 21 de maio de 2013.

GAUDEMAR, Jean-Paul de., **Mobilité du travail e accumulation du capital**. Paris. François Maspéro, 1976.

GIANNOTTI, J. Arthur. Sobre o Direito e o Marxismo. In: **Crítica do Direito**. São Paulo. Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo. Boitempo Editorial, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1976.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital** e as Crises do Capitalismo. São Paulo. Boitempo Editorial, 2011.

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo. Edições Loyola 2012.

HASHIMOTO, Yuki. Nihon ni Okeru Burajirujin Roudousha no Chingin to Koyou no Anten ni Kansuru Kousatsu: Porutogarugo Kyuujin Data ni yoru Bunseki. (日本におけるブラジル人労働者の賃金と雇用の安定に関する考察—ポルトガル語求人データによる分析) Toukyo. **Nihon Roudou Kenkyuu Zasshi**, n. 584, 2009. Disponível em: <www.jil.go.jp/institute/zassi/backnumber/2009/.../054-072.pdf> Acesso em 1 de maio de 2010.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo. Paz e Terra, 2011.

HIGUCHI, Naoto, Keizai kiki to Zainichi Burajirujin, Nani ga tairyou shitsugyou, kikoku wo motarashita noka. (経済危機と在日ブラジル人、何が大量失業、帰国をもたらしたのか) **Oohara Shakai Mondai Kenkyuu sho Zasshi**, no. 622/ 2010. Disponível em: <<http://oohara.mt.tama.hosei.ac.jp/oz/622/622-05.pdf>> Acesso em 15 de jul. de 2011.

HINATA, Noemi. **Dicionário Japonês-Português Romanizado**. Tokyo. Kashiwashobo, 1993.

HIRANO, Fabio Yoichi. **O Caminho para Casa: o Retorno dos Dekasseguis**. Campinas. Dissertação (Mestrado em Demografia) – IFCH/Universidade Estadual de Campinas, 2005.

HIRANO, Sedi. **Castas, estamentos e classes sociais** – Introdução ao pensamento sociológico de Marx e Weber. Campinas/ SP. Editora Unicamp, 2002.

_____. **Formação da Sociedade Moderna no Brasil**. Capitalismo moderno: relações Brasil/Estados Unidos, mercado, Estado e migrações internacionais. São Paulo Associação Editorial Humanitas, 2005.

HIRATA, Helena e ZARIFIAN, Philippe. Força e Fragilidade o modelo japonês. In: **Revista Estudos Avançados**, 12(5), 1991.

HIRATA, Helena (Org.). **Sobre o Modelo Japonês**. Automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. São Paulo. Edusp, 1993.

_____. **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo. Boitempo Editorial, 2002.

_____. Doméstico: uma servidão “voluntária”. In Godinho, T e Silveira M. L. (org). **Políticas Públicas e Igualdade de gênero**. Coordenadoria Especial da Mulher/PMSP. São Paulo. 2004.

_____. Tendências recentes da precarização social e do Trabalho: Brasil, França, Japão, Salvador, **Caderno CRH**, v. 24, n. spe 01, p.15-22, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a02v24nspe1.pdf>>. Acesso em 02 de maio de 2012.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss Da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro. Objetiva, 2001.

HOSOKAWA, Kiyoshi. Toyota shock no gaikokujin roudousha no koyou e no eikyou. In: SHIOMI, Haruhito e UMEHARA, Koujirou (orgs.). **Toyota shock to Aichi Keizai**, Totota Densetsu to Genjitsu (トヨタショックと愛知経済、トヨタ伝説と現実) . Kyoto, Koyo Shobo Publisher, 2011.

HUWS, Ursula. Bridges and barriers: globalisation and the mobility of work and workers. **Work Organisation, Labour and Globalisation**, v. 6, n. 2, 2012.

KAMATA, Satoshi. **Outro lado do Modelo Japonês**: Entrevista de Satoshi Kamata a Helena Hirata, Novos Estudos CEBRAP, nº 29, mar. 1991, p. 1848-155.

_____. **Jidousha Zetsubou-koujyou** (自動車絶望工場 *Japan in the passing lane: an insider's account of life in a Japanese auto factory*). Tokyo. Koudansha Bunko, 2011a.

_____. **37 nen go no Jidousha Zetsubou Koujyou** (37年後の『自動車絶望工場』), Magazine 9, Entrevista Nov. de 2011b. Disponível em: <www.magazine9.jp/interv/kamata/index2.php> Acesso em 2 de fev. de 2012.

KAWAKUBO, Michiko. **Zainichi nikkei burajiru-jin roudoushatachi no seikatsu** (在日ブラジル人 労働者達の生活), Shakai Gakubu *Kiyou* n. 102, p. 35-47 Kansei Gakuin University, 2007. Disponível em: <<http://ci.nii.ac.jp/naid/110006484735>> Acesso em 20 de jan. de 2012.

KAWAMURA, Lili. **Para onde vão os brasileiros?** Campinas. Editora Unicamp, 2003.

KONDOU, Toshio. **Nikkei Burajirujin no Shuurou to Seikatsu** (日系ブラジル人の就労と生活) , Bukkyou Daigaku, Shakai Gakubu Ronshuu, n.10 pg.1-18, 2004.

Disponível em: <www.bukkyo-u.ac.jp/pdfs/ronsyu/SYAKAI40/S040L001.pdf> Acesso em 1 de jun. de 2010.

KOUSEI RUDUSHO (厚生労働省, *Ministry of Health, Labour and Welfare*), **Roudou Keizai no Bunseki** (労働経済の分析), Tokyo, 2011. Disponível em: <<http://www.mhlw.go.jp/wp/hakusyo/roudou/11/dl/01-1.pdf>> Acesso em 2 de abr. de 2012.

LIMA, Eurenice. TOYOTA, a inspiração japonesa e os caminhos do consentimento. In: **Riqueza e Miséria do Trabalho**. São Paulo. Boitempo Editorial, 2006.

LINHART, Danièle. **A desmedida do Capital**. São Paulo. Boitempo Editorial, 2007.

LITVIN, Aaron, **A adaptação social e econômica dos imigrantes brasileiros no Japão**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, 2007.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**: Elementos para uma análise marxista. São Paulo. Cortez, 1985.

MAEDA, Shunji. **The Process of Outflow of Rural Population in Japan**, viewed with reference to Zelinsky's Mobility Transition Theory (わが国農村人口流出過程について) Hiroshima Daigaku Gakkou kyouiku-gakubu kiyou, nº 2, 9. p. 35-48, 1986. Disponível em : <http://ir.lib.hiroshima-u.ac.jp/metadb/up/kiyo/AN00213348/BullFacSchEduc-HiroshimaUniv-Pt2_9_35.pdf> Acesso em 12 de abr. de 2013.

MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **Educação, trabalho e migrações internacionais**: O caso dos dekasseguis paulistas. Dissertação (Mestrado em Educação). FE-Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1996.

MAMIGONIAN, Armen. Padrões Tecnológicos Mundiais: o caso brasileiro. **Geosul**, v. 14, n. 28, p. 158-164, 2009.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1977.

_____. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Vol. I T. 1. São Paulo. Abril Cultural, 1985a.

_____. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Vol. I T. 2. São Paulo. Abril Cultural, 1985b.

_____. **Capítulo VI Inédito de O Capital**, Resultados do Processo de Produção Imediata. São Paulo. Editora Moraes, 1985c.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política Vol.III**, São Paulo; Abril Cultural, 1988.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**, São Paulo. Martins Fontes, 2003.

_____. **Miséria da Filosofia**. Resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon. São Paulo. Expressão Popular, 2009.

_____. Crítica do Programa de Gotha. In: **MARX, K. e F. Engels. Obras Escolhidas - Volume II**. São Paulo. Alfa-Omega, s/d.

MARX, Karl e ENGELS, Fredrich, **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo. Editora Paz e Terra, 2006.

_____. **A ideologia Alemã**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2007.

MELCHIOR, Lirian. **Migrantes japoneses: Um ciclo migratório o caso de Londrina-PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia). FCT-UNESP. Presidente Prudente, 2003.

_____. **Redes sociais e migrações laborais: múltiplas territorialidades**. A constituição da rede nipo-brasileira em Ourinhos (SP) e no Japão, Tese (Doutorado em Geografia). FCT-UNESP. Presidente Prudente, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo. Boitempo Editorial, 2002.

_____. **A crise estrutural do capital**. São Paulo. Boitempo Editorial, 2011.

MILLS, Wright, C. **A nova classe média**. Rio de Janeiro. Zahar, 1979.

MIZUSHIMA, Hiroaki. **Net Café Nanmin to Hinkon Nippon (ネットカフェ難民と貧困ニッポン)**. Tokyo. Nihon Terebi Housoumou Kabushiki-gaisha, 2009.

MORRIS-SUZUKI, Tessa. **The Technological Transformation of Japan: from the seventeenth to the twenty-first century**. Cambridge. Cambridge University Press, 1994.

_____. Invisible Immigrants: Undocumented Migration and Border Controls in Early Postwar Japan, **The Journal of Japanese Studies**, Volume 32, Number 1, Winter, 2006, pp. 119-153.

MOTTA, Graziella; SOARES, André. Identidades de kassegui/dekasségui: um olhar antropológico. **Métis: história & cultura**, América do Norte, 11, mai. 2013. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1545/1255>> Acesso em: 14 jun. 2013.

NAKAGAWA, Décio I. Saúde e o Movimento dos Trabalhadores Brasileiros no Japão, In: VÁRIOS AUTORES, **Centenário: Contribuição da Imigração Japonesa para o Brasil** Modero e Multicultural. São Paulo. Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 2010.

NAPOLEONI, Claudio. **Lecciones sobre El Capitulo Sexto (Inédito) de Marx**. México. Ediciones Era, 1976.

NOGUEIRA, Cláudia M. **O Trabalho Duplicado**. São Paulo. Expressão Popular, 2006.

OCADA, Fábio. **Nos Subterrâneos do Modelo Japonês Os 3ks: Kitanai (sujo), Kiken (perigoso) e Kitsui (pesado)**. Araraquara, Dissertação (Mestrado em Sociologia), UNESP/Campus de Araraquara, 2002.

_____. **A tecelagem da vida com fios partidos: As motivações invisíveis da emigração de kassegui ao Japão em quatro estações**. Araraquara, Tese (Doutorado em Sociologia), UNESP/Campus de Araraquara, 2006.

O'DAY, Robin. **Japanese irregular workers in protest: freeters, precarity and the re-articulation of class**. Thesis (Doctor of Philosophy) The University of British Columbia, Vancouver, 2012. Disponível em: <https://circle.ubc.ca/bitstream/handle/2429/43165/ubc_2012_fall_o%27day_robin.pdf?sequence=1> Acesso em 20 de abr. de 2013.

OHNO, Taiichi. **O Sistema Toyota de Produção**. Além da produção em larga escala. Porto Alegre. Bookman, 1997.

OLIVEIRA, Adriana Capuano de. **Japoneses no Brasil ou brasileiros no Japão? A trajetória de uma identidade em um contexto migratório**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). IFCH-Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

ONU/DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. “Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna. Excertos do Manual VI da ONU. In: MOURA, H. A. (Coord.). **Migração interna**. Textos selecionados. Fortaleza, BNB/ETENE, 1980. t. 1, p. 313-353.

ORTIZ, Renato. **O próximo distante**. Japão e modernidade-Mundo. São Paulo. Editora Brasiliense, 2000.

PADILHA, Valquíria. **Shopping center; a catedral das mercadorias**. São Paulo. Boitempo Editorial, 2006.

PATARRA, N; BAENINGER, R. **Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, p. 83-102, 2006.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 19, n. 3, Sept. 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392005000300002&script=sci_arttext>. Acesso em 09 de jul. 2013.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade: Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**, São Paulo. Editora UNESP, 2011.

ROBERSON, James. **Japanese Working Classe Lives**. An Ethnographic Study f Factory. Taylor & Francis e-Library, 2003.

RONCATO, Mariana S. **Brasileiros no Japão: Trabalho imigrante em épocas de crise**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, 18, Recife, 2011. Disponível em: <http://www.starlinetecnologia.com.br/alias/arquivos/alias_GT18_Mariana_S_Roncato.pdf> > Acesso em 23 de maio de 2013.

SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade**. São Paulo. Vozes, 1976.

_____. Violência de Gênero — lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**. nº 2. PUC/SP, 1997. Disponível em : <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v2_artigo_saffioti.pdf>. Acesso em 10 de fev. de 2013.

_____. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Série Estudos e Ensaio-Ciências Sociais/Flacso Brasil**, 2009.

SASAKI, Elisa. **Dekasseguis: trabalhadores migrantes nipo-brasileiros no Japão**. Campinas. UNICAMP. Núcleo de Estudos de População, 2000.

_____. A imigração para o Japão. **Estudos Avançados**. USP, São Paulo. v. 20, n. 57, p. 99-117, 2006.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo. EDUSP, 1998.

SHIOMI, Haruhito e UMEHARA, Koujiro (orgs.) **Toyota shock to Aichi Keizai**, Totota Densetsu to Genjitsu (トヨタショックと愛知経済、トヨタ伝説と現実). Kyoto. Koyo Shobo Publisher, 2011.

SHISHITO, Katiani Tatie. **A experiência temporal e a permanência dos brasileiros no Japão**. Dissertação (Mestrado em Demografia) Universidade Estadual de Campinas, 2012.

SILVA M., MARTINS R; OCADA Fábio, et al. Do Karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. **Revista Nera**. n.8, janeiro/junho, 2006. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/08/Silva.PDF>>. Acesso em 10 de ago. de 2011.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes e MENEZES, Marilda Aparecida de. **Migrações rurais no Brasil**: velhas e novas questões. NEAD, 2006. Disponível em: <http://www.nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/Migracoes_Rurais_no_Brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf>. Acesso em 20 de abr. de 2012.

SILVER, Beverly J. **Forças do Trabalho**: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo. Boitempo Editorial, 2005.

SOUMUSHOU, **Roudouryouku Chousa** (労働力調査). 2011. Disponível em: <<http://www.stat.go.jp/data/roudou/sokuhou2/tsuki/index.htm>> Acesso em 30 de jul. de 2011.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1991.

SUGUIURA, Marcos. **Relações entre a rede social e as migrações Brasil-Japão**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

TAJIMA H., YAMAWAKI C. **Dekasegi Genshou no 20 nen wo Furikaeru**. Sono Tokuchyou to Kenkyuu Doukou. Latin America, Caribe Kenkyuu (デカセギ現象の20年をふりかえる – その特徴と研究動向), n.10, 2003. Disponível em: <<http://www.intcul.tohoku.ac.jp/~syoshida/LACS/Vol10/10tajima.pdf>> Acesso em 23 de jun. de 2010.

TANIGUTI, Gustavo T. Empreendedorismo e consumo de imigrantes brasileiros no Japão. **Teoria & Pesquisa**, v. 18, p. 199-219, 2009.

TANNO, Kiyoto. Globalization ka no Sangyou Saihen to Chiikiroudou Ichiba: Jidousha Sangyou ni Miru Shuuhenu Roudoukan Kyousou (グローバリゼーション下の産業再編と地域労働市場、自動車産業にみる周辺部労働間競争) **Oohara Shakai Mondai**

Kenkeuu Zasshi, n. 528, pg.40-60, 2002. Disponível em: <<http://oohara.mt.tama.hosei.ac.jp/oz/528/528-3.pdf>> Acesso em 1 de jun. de 2010.

_____. Gaikokujin Roudou Mondai no Kongen wa Doko ni Aruka. (外国人労働者問題の根源はどこにあるのか) **Nihon Roudou Kenkeuu Zasshi**, n. 587, pg.27-35, 2009. Disponível em: <www.jil.go.jp/institute/zassi/backnumber/2009/06/pdf/027-035.pdf> Acesso em 10 de jul. de 2010.

THIOLLENT, J. M. Michel, **Crítica metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. São Paulo. Editora Polis, 1980.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo. Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

TRÓPIA, Patrícia. A Classe Média em questão: O debate marxista sobre a inserção de classe dos assalariados não-manuais, **Trabalho Necessário**, ano 6, nº 7, 2008.

TSUDA, Takeyuki; CORNELIUS, Wayne. Japan: Government Policy, Immigrant Reality In: CORNELIUS, Wayne; TSUDA, T. et all. (eds.). **Controlling immigration**. A global perspective. Second Edition Standford. Califórnia. Standford University Press, 2004.

VAINER, Carlos. **Deslocamentos compulsórios: Restrições à livre circulação: Elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório**. In: Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Caxambu, set,1998.

WATANABE, Hiroaki. Kansetsu Koyou no Zouka to Nikkeijin roudou-sha. **Nihon Roudou Kenkyuu Zasshi**, n.531, 2004. Disponível em: <<http://www.jil.go.jp/institute/zassi/backnumber/2004/10/pdf/035-047.pdf>> Acesso em 15 de set. de 2010.

YASUDA, Kouichi. **Rupo, Sabetsu to hinkon no gaikokujin roudousha** (ルポ、差別と貧困の外国人労働者). Tokyo Koubunsha shinsho, 2010.

ANEXO

QUESTIONÁRIO

I) Informações Gerais: (idade, sexo, estado civil, filhos, escolaridade)

II) Questões referentes à migração:

- 1) Quando emigrou? *Mês e ano*
- 2) Quando retornou?
- 3) *Issei/nissei/sansei* ou casado com *nikkei*?
- 4) Que tipo de trabalho realizava antes de emigrar?
- 5) Com quem emigrou? *Sozinho/Com familiares/Com cônjuge/ Com amigos/Outros*
- 6) Lugar de residência no Japão:
- 7) Tipo de visto:
- 8) Qual o seu conhecimento da língua japonesa?
Nenhum
Fala: Pouco/Médio/Bem
Compreende: Pouco/Médio/Bem
Escreve: Pouco/Médio/Bem
- 9) Qual foi a primeira vez que emigrou para o Japão e no total quantas vezes foram?
- 10) O quê motivou sua emigração para o Japão?

III) Condições de trabalho:

- 11) Qual foi o último lugar onde você trabalhou e por quanto tempo permaneceu?
- 12) Que tipo de trabalho você realizava?
- 13) Era uma empresa de porte pequeno/médio/grande?
- 14) Qual era o ramo de indústria?
- 15) Qual era a idade mínima para os jovens poderem trabalhar?
- 16) Trabalhava com qual tipo de máquina?
- 17) Você executava mais de uma máquina/função em uma só vez?
- 18) Você executava alguma função (limpeza etc) durante o trabalho para qual não foi contratado? *Sim/Não* Qual?

- 19) Descreva o seu trabalho:
- 20) Você sentia alguma fadiga muscular? *Sim/Não* Descreva
- 21) Havia componentes tóxicos onde trabalhava? *Sim/Não* Quais?
- 22) Já presenciou acidentes de trabalho? *Sim/Não* Caso sim, o quê aconteceu?
- 23) Existia médico na fábrica? *Sim/Não*
- 24) Quantas horas você trabalhava por dia? Quantos dias da semana?
- 25) Você fazia hora extra? *Sim/Não* Quantas horas por semana?
- 26) Quantas pausas você tinha durante o trabalho?
- 27) Trabalhava-se à noite? *Sim/Não*
- 28) Como funcionava o sistema de *yakin* (trabalho noturno)?
- 29) Existia alguma forma de avaliação de seu desempenho durante o trabalho? Se sim, como funcionava (ex: da qualidade do produto, meta ,vigia etc..)?
- 30) Existia algum tipo de programa de sugestões (para melhorar a produção) por parte dos funcionários? *Sim/Não* Como funcionava?
- 31) Como você conseguiu o emprego?
- 32) Tinha empreiteira como intermediária? *Sim/Não*
- 33) Que tipo de contrato você tinha (*arubaito*, terceirizado (*haken*), *seishain*, etc)?
- 34) Que tipo de seguridade social você possuía? (*kenkou hoken*, *shakai hoken*, *rousai hoken*, *nenkin*, aposentadoria, etc)
- 35) Quantos brasileiros mais ou menos tinham em sua fábrica (ou no local onde você trabalhava)?
- 36) Você saberia dizer como eram as condições de trabalho dos japoneses que trabalhavam com você?
- 37) Qual era a forma de sua remuneração? *Por hora/por semana/por mês/por peça/outra*
- 38) Quanto recebia por hora? Por mês?
- 39) Recebia adicional por hora extra? *Sim/Não*
- 40) Você fazia remessas dinheiro para o Brasil? *Sim/Não* Para qual finalidade?
- 41) Quanto você acha que é necessário ter, por mês, apenas para subsistência?
- 42) Você já ficou desempregado? *Sim/Não* Qual foi a razão?

- 43) Conhece alguém que foi demitido? *Sim/Não* Por quê?
- 44) Existem, em seu ofício, associações operárias? *Sim/Não* Como funcionava?
- 45) Já presenciou greve? *Sim/Não* Como foi?
- Já teve algum tipo de doença decorrente do trabalho? *Sim/Não* Qual?
- 46) Você já soube de algum caso de *Karoshi* (morte por excesso de trabalho) entre os *dekasseguis*? Se sim, como foi?
- 47) Já recebeu algum curso de qualificação profissional no Japão? *Sim/Não* Como foi?
- 48) Até quantos anos você acha que um trabalhador de saúde média aguentaria trabalhar onde trabalhou?

IV) Sobre a crise:

- 49) Você percebeu alguma mudança depois da crise de 2008? *Sim/Não* Descreva
- 50) Já ocorreu alguma redução dos salários? *Sim/Não* Se sim, por qual razão?
- 51) Caso tenha ocorrido pela crise, você já presenciou o contrário, de aumento nos salários ou reposição em momentos de prosperidade?
- 52) Existia sindicato dos *dekasseguis*? *Sim/Não* Como funcionava?
- 53) Já presenciou demissões por razões da crise? *Sim/Não*
- 54) Em sua percepção, como foram às demissões se comparado aos japoneses?
- 55) Você recebeu auxílio do governo japonês para o seu retorno? *Sim/Não*
- 56) O conhecimento do idioma japonês ajudou/dificultou em algum aspecto no trabalho durante a crise? *Sim/Não* De que maneira?
- 57) Você adquiriu algum bem ao retornar ao Brasil? *Sim/Não* Qual?
- 58) Ao retornar ao Brasil, você acha que conseguiu atingir seu objetivo de ida ao Japão? *Sim/Não* Por quê?

V) Aspectos da reprodução de suas vidas:

- 59) Que tipo de moradia tinha?
- 60) Tinha carro? *Sim/Não*
- 61) Que tipo de escola frequentava seus filhos? *Não frequentava/Japonesa/ Brasileira*

- 62) O que você fazia nos seus dias de folga?
- 63) O que você considerava como momento de lazer?
- 64) Você frequentava algum grupo religioso no Japão? *Sim/Não*
Qual? Já frequentava este grupo no Brasil? *Sim/Não* Se não, por qual razão começou a frequentar?
- 65) Você tinha algum relacionamento com a comunidade local de japoneses? Se sim, que tipo?
- 66) O que achava dos serviços do Japão (hospital, prefeitura etc) no atendimento destinado aos brasileiros? *Ruim/Razoável/Bom* Por quê?
- 67) Já presenciou algum tipo de discriminação/preconceito por ser brasileiro? *Sim/Não*
Como foi?